# O Parceiro Só

**COLEÇÃO ALAGADIÇO NOVO**

COORDENADOR
Antônio Martins Filho

CONSELHO EDITORIAL
Francisco Carvalho
Joaquim Haroldo Ponte
Geraldo Jesuino da Costa

CAPA
Eduardo Campos

MONTAGEM DA CAPA
Assis Martins

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Carlos Alberto Dantas

Eduardo Campos

# O Parceiro Só

Estudos do Ceará e do Nordeste

UFC
Casa de José de Alencar
PROGRAMA EDITORIAL
2000

## SUMÁRIO

O CENÁRIO, O HOMEM E AS CONDIÇÕES
PRÉ-MOTIVADORAS DA AÇÃO DO DNOCS — 11

INSTANTES INICIAIS DA LUTA CONTRA OS EFEITOS DAS SECAS –
AS ARMAS TÉCNICAS / E OS HOMENS DESSA ESTRATÉGIA –
A ARRANCADA DE 1932 — 29

OS NOVOS DESAFIOS – A PREOCUPAÇÃO ECONÔMICA COMEÇAM
OS TEMPOS DO BNB.CHESF, CVSF E SUDENE. AS SECAS DA
DÉCADA 1950-59 — 65

ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E POLÍTICOS DO PODER
LEGISLATIVO NO CEARÁ
(IDÉIAS E CIRCUNSTÂNCIAS) — 93

ANTECEDENTES SOCIOPOLÍTICOS À AÇÃO DA JUSTIÇA DO
TRABALHO DO CEARÁ
(IDÉIAS E CIRCUNSTÂNCIAS) — 149

CONHECIMENTO POPULAR
(DA FAUNA DO NORDESTE DO BRASIL) — 191

A PRESENÇA DE SERES FANTÁSTICOS E FORMIDÁVEIS; AS
CRENÇAS, BICHOS E PRESSÁGIOS — 211

DOS TRÁCIOS AOS ENCOURADOS VAQUEIROS DA CAATINGA.
MAGIA E PARTICIPAÇÃO DA FAUNA NO QUOTIDIANO — 229

A ATIVIDADE PESQUEIRA, OS HABITANTES DAS AGUAS E O
FANTÁSTICO DO MUNDO AQÜÍFERO — 257

A ESTRATÉGIA DO CAÇADOR. O EXERCÍCIO DA PESCA E DA
CAÇADA PELO ÍNDIO E O SERTANEJO — 277

## PALAVRAS DO EDITOR

**Somam-se** aqui, para privilegiar o leitor, quatro substanciosos ensaios assinados por Eduardo Campos. É dizer pouco. Melhor referir que se reúnem quatro prospecções socioculturais de inestimável interesse para a história e tradições do Ceará, a que não falta pertinente digressão de cunho folclórico sobre a fauna do Nordeste.

Esses ensaios (ora enfeixados em volume independente, certamente concorrerão agora para facilitar o acesso de pesquisadores e estudiosos dos temas nordestinos), originariamente foram editados em parcerias honrosas a abrir os textos de valiosas publicações, quais o "DNOCS, O Novo Nordeste", 1985 (Ministério do Interior, Brasília); "O Legislativo Cearense: 150 anos de atuação", 1986 (Editora Stylus, Fortaleza);: "Contribuição à História da Justiça do Trabalho no Ceará"(Separata da "Revista do TRT da 7ª Região, números 10 e 11 (1987, 1988) e "Fauna do Nordeste: Conhecimento Cientifico e Popular", 1995 (Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza), os dois primeiros em parceria com os historiadores João Alfredo de Sousa Montenegro, o terceiro com os já citados e mais o professor João Hipólito Campos de Oliveira, e o último em companhia do zoólogo Melquíades de Pinto Paiva.

Conquanto centrados ora na rememoração da longa trajetória do DNOCS, ora a enfatizar os primórdios do desem-

penho legislativo do Ceará, ou a elucidação dos caminhos iniciais do percurso do direito laboral entre nós, e, ao final, a deter-se em lúcida e curiosa interpretação do folclore nordestino, inspirado na fauna e moldura ecológica em que nos inserimos nessa região. Eduardo Campos é copioso no levantamento de preciosos dados a respeito dos temas estudados, contribuindo com as suas idéias de investigador bem nutrido de informações, e, quase sempre, de modo bastante pessoal, para a melhor compreensão da natureza de que somos feitos homem e coisas do Nordeste.

Por tudo isso, que não nos parece pouco, acreditamos valiosa a iniciativa da presente edição, de cunho nitidamente educativo e cultural.

# 1

# A AÇÃO DO DNOCS
# (NA DIMENSÃO DO PASSADO)

## O CENÁRIO, O HOMEM E AS CONDIÇÕES PRÉ-MOTIVADORAS DA AÇÃO DO DNOCS

**A IDENTIFICAÇÃO** correta dos fatores que concorrem para desestabilizar a economia e a vida dos que se vulneram à ação cíclica da grandes estiagens, só em época mais próxima do nosso tempo, contribuiria para exprimir a conscientização das responsabilidades assumidas pelo mecanismo administrativo em favor do Nordeste, território geográfico com 1.542.271 km2, dos quais 950.000 estão hoje incrustados no chamado Polígono das Secas, onde vivem 21.711.161 pessoas.[1]

Nordeste, no dizer de Gilberto Freyre vocábulo desfigurado pela expressão "obras do Nordeste", que significa: "obras contra as secas", acabando por conceituar "sertões de areia seca", de "paisagens duras", e "mandacarus" e animais "angulosos".

A essa imagem apreendida pelo tempo, e se crescente, formada pelo sofrimento do povo, antagoniza-se a outra face do antiecúmeno sáfaro; o das "árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, etc., etc."[2]

---

[1] Conf. IBGE, 1980.

[2] Gilberto Freyre, "Nordeste", Rio, 1937, p.21.

Pretendido assim esse território particularizado na paisagem de massapê, terra visguenta, gulosa de água, encharcadora, que se estende da área do Recôncavo, do Maranhão, centrando-se em território pernambucano.

Mas em rigor o Nordeste não está só na região mencionada pelo sociólogo; existe, com ilhas de verdumes, de abastança inesperada, em vários pontos da cercadura ecológica em que se inserem os largos espaços do semi-árido do Polígono das Secas como sucede no Ceará, a exemplo, representado às vezes por pronunciamentos orográficos não de raro elevados a 800 metros sobre o nível do mar.

Tem considerável contributo no regime clínico do Nordeste as projeções montanhosas, cujas precipitações são fatores importantes "sobre os totais pluviométricos", circunstância que "acaba por tornar a distribuição da duração do período seco muito complexo".[3]

Ainda sob análise científica, "as saliências locais do relevo abreviam o período seco, enquanto as depressões o prolongam, mesmo tratando-se de topografia cujos acidentes não sejam muito importantes do ponto de vista morfológico..."

Enquanto na área do Raso da Catarina (Bahia) decorrem de 10 a 11 os meses secos, e em outras depressões estes baixam até o total de 7, Guaramiranga (Ceará) "não possui um mês seco, quando sua área circunvizinha apresenta sete..."[4]

Na verdade são vários os Nordestes, se o entendemos pelas diferenciações de suas regiões fisiográficas, nem sempre amenas, que ásperas são, e contundentes, ou brutais, como as contemplou J. Tricart, caracterizando sob essa designação pouco amável mas bastante severa a zona da mata, a zona do agreste e a zona do sertão – esta a que patrocina e conceitua

---

[3] Edmon Nimer, "Climatologia da Região Nordeste do Brasil", in: Vingt-un Rosado "Quarto Livro das Secas", Col. Mossoroense, vol. CLXXXV, 1982, p. 179.
[4] Edmon Nimer, op. cit., idem.

mais demoradamente a geografia humana da Região, onde os chãos têm pedagogia própria de existência, compatibilizada com as alternâncias do clima, do qual decorre sua "vegetação xenófila, em grande parte endêmica, fruto de uma longa adaptação, que é ela também um sério argumento era favor de uma relativa estabilidade das condições paleoclimáticas".[5]

É imperioso aprender a conviver com as disparidades do regime[6] pluviométrico de Região, onde a "desigualdade na repartição das chuvas durante o ano assume "(...)" feição das mais contrastantes do mundo ..."[7]

A insuficiência de chuvas, a distribuição desigual destas, em anos calamitosos, predispuseram o homem a adotar estratégia de resistência. Desse modo, em estágio primitivo, sucedia com os índios que, apercebidos da importância d'água, diligenciavam represá-la[8], preocupação que não esmorece. Quer-se a medida por instintiva, comum a outras expressões geográficas que, amiúde, experimentam a escassez prolongada de recursos hídricos.

O habitante do semi-árido mais áspero e adusto que possa existir possui qualificação sobremodo pertinente para o terreno em que pisa: "solo de pedra", qual o da caatinga do Rio Grande do Norte, que apura sob solo de schistos cristalinos (gnaiss, schistos micáceos, anfibólicos e cloríticos) e metamórficos (quartzitos, schistos micáceos, argilosos e calcáreos e rochas eruptivas maciças (granitos, dioritos, etc). Terreno vocacionalmente inclinado a apressar o escoamento desembaraçado das águas, de que resulta a retenção de parte

---

[5] J. Tricart, "As zonas morfoclimáticas do Nordeste", In: "Sétimo Livro das secas" Coleção Mossoroense, Vol. CCX, 1983, p, 58.

[6] Edmon Nimer, op. cit., idem.

[7] Tomaz Pompeu Sobrinho, "História das Secas" (Século XX), 2. ed. Coleção Mossoroense, Vol. CCXXV, 1982, p, 76.

[8] Orville Dcrby, "Aspectos do um problema econômico", in: Joaquim Alves, "H (Séculos XVII a XIX)", Coleção Mossoroense, Voi. CCXXV, 1982, p. 133.

"relativamente pequena", destinada a manter fontes e cursos d'água perenes".[9]

Outro tipo de solo do Nordeste seco é o das chapadas, formado por sedimentos arenosos, argilosos e calcáreos, de fraca consolidação.[10]

A caatinga desolada, no agudo da adustão, é "formação vegetal aberta, com grandes manchas de rocha ou solo nu, tanto maiores quanto mais seco é o clima, ou quanto mais degradada a área pelo homem. Tudo isto colabora para favorecer o escoamento superficial, fato especial de região xerófita. As gotas das chuvas torrenciais, violentas, batem no solo, principalmente porque este ficou dessecado durante meses". O escoamento se processa, inevitável, transformando-se em enxurros, cuja "possível concentração fica impedida pelos arbustos com raízes profundas demais para serem derrubados..." A areia então se desprende, desce carregada pelas águas; é retida, desce novamente, e outra vez é presa pelos mesmos obstáculos. Sucede um desce-pára-desce-pára caprichoso, enquanto a lama, diferentemente, chega fácil "aos pés das escarpas e transportada para fora pelas correntes".[11]

Numa cercadura de limitações não apenas de caráter ecológico e geográfico mas de débil economia sob a tutela de coronelismo oligarca a que não faltam as manifestações de mandonismos e o patrocínio confesso a clientelismo privilegiado, o Nordeste desses dias – e até por muitos anos depois – está representado sociofisiograficamente pelos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Esta fase só recentemente começou a ser estudada com mais profundidade, e custa crer se houvesse demorado tanto

[9] Idem, Idem.

[10] J. M. Mabesoone, "Ambiente semi-árido do Nordeste Brasileiro" (1. os rios efêmeros). in Vingtun Rosado, "Nono Livro das secas", Col. Mossoroense, Vol, CCLXXXV, 1983, p. 238-239.

[11] José Octávio, "A Revolução estatizada", Paraíba, 1984, p.170.

a surpreender aqueles detalhes que interferem na Região, com defeitos e qualidades, para, ao final, restarem mais os últimos do que os primeiros.

Estágio que amadurece pelos anos 20 quando o Nordeste é marcado "por tensões econômico-sociais, culturais, militares e, educacionais"[12] e o "segmento político-institucional" não podia continuar à margem da passagem do tradicional para o que, vindo, com sabor de inovação, moderniza. Vai surgir, desde então, o "Nordeste como Região não geográfica, mais social e culturalmente considerada"[13]. São os tempos da "consciência publicizante", identificada por Rafael Corrêa de Oliveira", associada ao modernismo literário e, principalmente, as obras contra as secas (grifamos), capazes de acelerar a introdução da economia assalariada no sertão, através da evolução de suas forças produtivas", fato que se concretizará, como observa Otacílio Queiroz[14], "indiretamente com o engenheiro, o técnico de caminhão, o cassaco, a rodovia, a estrada de ferro, o cinema, a luz elétrica, o milagre, enfim, realizado até perdulariamente pela antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, a IFOCS, que terminou por afugentar o cangaceiro, alterar hábitos e costumes de toda a região, aproximando o sertão do litoral". E mais: o valor da água represada, para acudir o homem, fez com que os mais habilidosos permutassem a enxada pelo comando de alavancas e direção de máquinas – de guindastes e de rolos compressores, a erigir barragens, tornando-as úteis na interceptação de córregos e riachos.

As mazelas desse crescimento são nefastas à Região, como o coronelismo de empreiteiros fantasmas, ganhando

[12] José Octávio, op.cit., idem.
[13] Idem, p.170 – 171.
[14] Idem, pp. 266-267.

açudes que "simplesmente não existiam" e estradas que nada mais eram que "picadas apressadamente abertas no mato"[15]

Nesse clima de afirmações, que clamam respeito, e de erros ou vícios tutelados pelo interesse político, não se pode deixar de também considerar, por outro lado, a precariedade dos sertões, os empecilhos à marcha para dias melhores, condições desanimadoras que o Governo enfrentará com ajuda da Inspetoria.

Temos de nos impor à avaliação e compreensão do nível econômico, político e social dessa época, o que alcança os começos do século atual; as dificuldades tangenciantes ao seu precário processo de desenvolvimento, vinculado a condições de quase nenhum estímulo e aguardado progresso – mas só aguardado –, postulado ou entrevisto pelos mais letrados ou inovadores natos, inesperados, como Delmiro Gouveia, para se poder dimensionar os desafiantes anos iniciais, vividos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Assim, quem demandava os sertões, percebia e experimentava a impraticabilidade dos caminhos. No Rio Grande do Norte, as estradas faziam-se por "altos pedregosos, que os melhores terrenos" os resguardavam os agricultores para plantações e pastagem.[16] Quem fosse a Piancó (PB), em "50 quilômetros de caatinga" teria de lutar para obter água, sendo quase nula a existência de habitações. De Crato até Sant'Ana (CE), numa distância de 7 léguas apenas encontraria o viajante uma única morada distante das duas povoações, obrigados os seus moradores a buscarem água quatro léguas

[15] Phelippe Guerra e Theophilo Guerra, "Seccas contra a Secca", Col. Moss., vol. 29 (Edição Facsimllar), p. 144.
[16] Philipp von Luetzelburg, "Estudos Botânicos do Nordeste", Col. Moss., Vol. CLXVI (Edição Facsimilada s.d. pp.46-68).

adiante...[17] No Ceará, como de resto na Paraíba e Estados limítrofes, foi ato de perseverança e heroísmo (anotam os observadores) o se levar máquinas e até operários para os locais de obras públicas.

A única indústria referida, então, é a da pecuária ou indústria pastoril, tida por indústria agrícola com bastante ênfase pelas autoridades.[18] A maquinaria disponível resumia-se a locomóveis instalados precariamente, valendo dizer que, no Ceará, a adoção dos movimentados a vapor ocorreria pelos ano 70[19], tempo em que as posturas municipais aludem pela primeira vez às "prensas de algodão a vapor", para efeito de tributação.

Aos 20 anos deste século, o Ceará não possuía mais do que 80 motores acionados a vapor; 3 a água (no Cariri) e 1 apenas, solitário, a querosene, instalado e funcionando em Pentecoste. A indigência motopropulsora é comum a outros Estados nordestinos não se livrando nem mesmo Pernambuco, favorecido pela indústria do açúcar, onde as condições poderiam ser mais técnicas, e, no entanto, quanto a esse aspecto, pouca vantagem tinham para apresentar.

As próprias caldeiras a vácuo, de aproveitamento mais racional, que começariam a ser utilizadas na Europa na

---

[17] José Octávio op. ct. p.214. Têm-se aí trechos de mensagens dos presidentes, paraibenos Suassuna e João Pessoa notadamente deste último, na Abertura da 2ª Reunião da décima legislatura da Paraíba, em 1925: " ...tenho dispensado à agricultura e as nossas indústrias agrícolas toda a proteção autorizada por leis do Estado".

[18] Eduardo Campos "Procedimentos de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará", Secretaria da Cultura e Desporto, Fortaleza, 1981, refere o assunto citando, nesse sentido, Resolução nº 1.818, de 1º de fevereiro de 1879. (p.45)

[19] Thomaz Pompeu Sobrinho, "Retatório dos Trabalhos Relativos ao ano de 1918" (datilografado), p. 106 (Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, de Fortaleza).

década 1850-59 (já eram mencionadas nas grandes exposições internacionais a partir de 1851) só teriam melhoramento introduzido naquele Estado pelos anos que vão de 1870 a 1879.

Daí a pasmosa ausência de gente habilitada para o manejo de motores e equipamentos, quando, em trabalho pioneiro, adentram a região as turmas precursoras identificadas com as chamadas Comissões, Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).

Raros os serralheiros, funileiros, soldadores, mecânicos, maquinistas e, mais raro ainda, as oficinas especializadas.

Thomaz Pompeu Sobrinho se queixava amargamente da exploração dos serviços de fundição e serralheria feitos em Fortaleza, a deplorar a "falta de uma oficina mecânica e fundição de ferro e bronze", em 1914.[20]

O DNOCS, desde os primeiros momentos de sua atividade, em fase precursora desenvolvida pela IOCS, depois pela IFOCS, de permeio com as Comissões, sempre animou à vocação de servir, sob urgente necessidade de estudar, pesquisar e diligenciar solução para problemas e desafios que hoje perseveram.

Não está, no entanto, sua trajetória – a de ontem mais que a de hoje – isenta de falhas. Critérios operacionais a dado instante, à falta de recursos e de gente mais adestrada, não alcançam resultados satisfatórios.

Nem sempre os que estavam à frente da Repartição puderam evitar a concretização de obras que, na realidade, apenas serviam aos proprietários das terras; estradas que beneficiam mais a fazendeiros do que aos moradores de povoações, gente ansio-

[20] Em 1914 a inspetoria autorizou dentre outros o açude "Bethania' do Dr José Pompeu Pinto Accioly, obra nitidamente política. O açude tinha 4 metros de profundidade e capacidade de 54.310m$^3$. (Cf. Thomaz Pompeu in: "Relatório dos trabalhos relativos ao ano de 1914", p. 7).

sa por acesso as cidades maiores; açudes construídos do mesmo modo, imperando o tráfico da influência política.[21]

Mas no todo – compreendidos na avaliação os anos de trabalhos pioneiros, ora da IFOCS, ou de pretéritas Comissões – ficou saldo bastante positivo a favor do DNOCS em sua obstinada tarefa de lutar para prevenir e combater as secas.

Da fase de eleição da água – motivo que durante anos foi prioritário para a Repartição –, às últimas décadas, assiste-se a avanço em direção ao homem, que, de verdade, por destinação social, específica, se sobrepõe à natureza redimida, ou por se redimir; – a açudes, a canais de irrigação, a águas piscosas, a atividades florestadoras –, usuário privilegiado deste mundo, a quem se devem, mais do que nunca, conhecimentos atualizados de defesa e luta, indispensável à sua sobrevivência.

REMEMORE-SE: até a meia centúria passada, para atender os habitantes das províncias do Norte em suas crises climáticas, como ocorrera antes em 1827, o Governo Imperial tentava remediar ou consertar "os males da fome" subministrando às administrações provinciais sementes de canais, para as distribuírem às Câmaras; providência que iria se repetir em 1846, acrescida da ordem para serem supridos "os cofres das Províncias do Ceará, com 40 contos de réis; do Rio Grande do Norte, com 20 contos, e da Paraíba, com 30", (...) "durante os exercícios de 45/46/46/47/48".[22]

Para os anos do último quartel de século, a 19 de junho de 1877, o povo se informava pela Fala do Trono, de que o Governo, "auxiliado pela caridade particular, tinha acudido às populações com gêneros alimentícios e autorizava ao mesmo tempo os presidentes a despenderem o que fora ne-

[21] Pinto de Aguiar, "Nordeste, o drama das secas", Rio, 1983, p. 56, conforme "Coleções de Leis do Brasil (1827, 1846).
[22] Max Flelus, "História Administrativa do Brasil".

cessário para aliviar os sofrimentos das classes mais necessitadas, e estudar os meios de prevenir, quanto fosse possível, os graves efeitos desse mal de que periodicamente eram vítimas, com especialidade, as províncias do Norte"[23]

Na abertura da Assembléia, a 15 de dezembro de 1878, S.M.R. ocupa-se novamente do problema, a relatar que o "flagelo da seca devastava havia quase dois anos uma parte considerável do Império; para minorar as conseqüências de tamanha calamidade, tinha o Governo empregado os meios a seu alcance, fazendo remessas de gêneros alimentícios e fornecendo trabalho".

No ano seguinte, a 3 de maio, o Imperador alude aos nocivos efeitos da calamidade e à "mudança da condição e hábitos da população", combatidos pelo Governo, assim como a manifestações criminosas, contanto "fosse mantida a segurança individual e respeitada a propriedade".[24]

"Pelos dias 30 de outubro desse ano, voltava a deplorar a não cessação total dos efeitos da seca, a insistir em declarar que o Governo continuava a cumprir "um preceito constitucional humanitário", não se descuidando de providenciar socorros e cuidados para estarem bem fiscalizados os dinheiros públicos empregados.[25]

O problema haveria de se repetir em desafio que, às vezes, se entendia não mais suceder... e dava de ocorrer a aumentar as aflições do nordestino que, nesses momentos desfavoráveis, resiste lutando no próprio meio que lhe é hostil ao faltarem as chuvas, ou emigra, desertando dele, circunstância que atua sobre o seu espírito injuriado, de tal forma, que passa a se reger, em suas rememorações, por calendário especial. A rigor, dá-se com ele comportamento

---

[23] Idem, p, 339.
[24] Idem, p, 340.
[25] Cf. pensamento de E E. Evans-Pritchard, citado por Dirceu em, Rio, 1983, p 22.

análogo ao de sociedades primitivas[26], sensível ao tempo ecológico, tal a influência que recebe do seu ecossistema. O tempo, para o sertanejo, tem limitações ditadas pelo próprio ecúmeno: – é de pouco alcance espacial, indo preferentemente suas marcas a anos secos, ásperos, ou aos de grande inverno (entendido por estação das águas), em sua semântica designado por "seca d'água".

Daí o conceito até certo ponto intempérico dessa contagem de tempo em sua história: "Os mais velhos, perecendo, consolidam a grei de quantos, daí por diante, só serão relembrados por circunstâncias de referencial histórica: "perdi o pai, no 15" - "Minha mãe morreu, não agüentou o repuxo de 58" – "Minha irmã se foi no inverno de 24".[27]

Primitivos habitantes desses espaços, mais do que o colonizador, sentiram agruras e desafios impostos pelos caprichos do clima.

Foram eles que, a empenho de não sucumbirem, desprovidos da noção do direito de propriedade, quando lhes fazia falta a caça, falhando as chuvas, consideraram os gados, em pastejo, bem comum a todos, qual dádiva da natureza.

Decorreria daí, pelo último quartel do século XVII, a imperiosa necessidade de o colonizador, *manu militari*, aplacar a insidiosa ação da indiada de corso, devastadora de fazendas, destruidora de gados, e até eliminadora de pessoas.[28]

Com o fluir dos anos, aumentando a população, iam-se repetir, recrudescendo, os mesmos episódios desafiantes da instabilidade social que se nutre nas grandes estiagens. O índio, sob essa motivação, simplesmente seria empurrado para mais longe, enquanto a fome, mais obstinada do que o siste-

---

[26] Eduardo Campos, "A viuvez do verde", Fortaleza, 1983, p.84.
[27] Joaquim Alves, op.cit. p. 36.
[28] Idem, Idem, p. 42.

ma defensivo do colonizador, fará persistirem os tradicionais abusos à propriedade e às gentes.

É então a vez do "mestiço aliado ao português sem haveres, que só encontrava um recurso para sobreviver à fome – recorrer ao assalto, ao crime, praxe que se repetiu em todas as crises climáticas", como o mencionam *Falas e Relatórios do Império e Províncias.*[29]

Mas não se infira que para atender o Nordeste, passado o agudo das crises, ficassem os cuidados nos pronunciamentos do Imperador, a quem se atribui, a dado instante, compunção caritativa e melodramática em frase inserida no anedotário histórico: "Quando o Tesouro não tiver mais dinheiro para socorrer as vítimas da seca, eu empenharei as jóias da Coroa".[30]

Mesmo na fase paternalista ou assistencial, como querem os observadores do interesse oficial pelo Nordeste de então, não deixam de ocorrer dlsposições e intenções práticas, como a do episódio da visita do naturalista Louis Jacques Brunet à Região, particularmente a Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, pelos anos 50, coincidindo com os Avisos de 8 de novembro de 1848 e de 6 de julho de 1850, aos quais responderiam os vereadores do Apodi (RN) em agosto de 1951, em sessão do dia 6 de junho de 1853, informando e sugerindo: "Como porém as vistas benéficas de S.M.I." (...) "tinham por fim também não somente o reconhecimento das causas das secas, como dos meios que mais profícuos forem para extinguir, ou ao menos minorar a calamidade dela, esta Câmara pela própria experiência, e pelas de todos que sabem o que é uma seca, está autorizada a informar a V.Exa., que nenhum meio pode

[29] Rodolfo Teófilo, "A seca de 1915", Fortaleza, 1980, p.69.
[30] Vingt-un Rosado – Antonio Campos e Silva, "Louis Jacques Brunet – naturalista viajante", Coleção Mossoroense, Série C., Vol. 30, 1973, pp. 78-83-84.

ser mais profícuo do que os Açudes ou grandes receptáculos, que conservem água por 3 e mais anos de seca, disseminados pelos municípios, nos lugares mais aptos para a vegetação, onde se refugiem (...) não somente o povo, mais ainda muito gado..."[31]

Missões especiais (duas Comissões, uma em 1859 e outra em 1877) visitaram o Ceará, considerando o problema das "províncias do Norte". A primeira, Científica da Exploração, muito bem constituída, mas insatisfatória em seus propósitos e resultados; a segunda, criada por proposta do Instituto Politécnico, chegaria a Fortaleza a 13 de janeiro de 1878, integrada dos drs. Júlio Pinkas, Alfredo José Nabuco de Araújo Freitas, Ernesto Lassance Cunha, Henrique Folgare, Adolfo Schwars e Limpo de Abreu, em decorrência da quadra angustiosa de 1877, que abalara os sentimentos da Corte. Considerou-a Thomaz Pompeu Sobrinho, o "primeiro passo na luta contra a seca, em que o Governo pretendeu empenhar-se", juntando a esta apreciação uma outra com merecimento aos resultados obtidos, qual o de propor "a construção de açudes de todas as dimensões, o prolongamento da via férrea de Baturité, a instalação do observatório metereológico, a construção de um canal para derivação

[31] Ao tempo do Brasil Colônia, já o ouvidor da Câmara do Crato, Dr José Raimundo do Paço Por Bem Barbosa lembrava a Câmara de Jardim, (CE) "a necessidade de se reclamar de Dom João VI a contrução do canal do São Francisco". Marco Macedo, na Ceará, em l859, Henrique Beaurepaire Rohan, em 1860, – o primeiro a favor e o segundo contra –, ocuparam-se do assunto, Em 1912 a IFOCS providenciaria estudos topográficos da região. Publicação nº 37, Série II, M. da Inspetoria decide pela impraticabilidade do canal. Em maio de 1959, o então Diretor, do DNOCS considera injustificável a obra. No mesmo mês o Eng. F. J. da Costa Barros, com igual espírito, escreve artigo no BOLETIM do DNOCS, Em 1982 o ministro Mário Andreazza retoma, com entusiasmo, a idéa já convertida em projeto e sob o interesse de financiadores internacionais Cf. J. Colombo de Souza, "O Nordeste e a Tecnocracia da Revolução", 1981, p 60, Separata do Boletim do DNOCS, n. 4, vol. 19, maio de 1959, reimpresso em 1981.

do rio S. Francisco[32] para o Jaguaribe, a perfuração de poços artesianos e arborização".[33]

Terceira Comissão – a chamada "comissão de engenheiros" – que visitou o Ceará, ponto mais vulnerável de então do Nordeste seco –, em 1881, sob a direção de J. J. Revy, culminaria com a indicação da construção do açude Quixadá (atual Barragem do Cedro).

O projeto inicial, de 1882, concebera-o aquele engenheiro. Não foi executado imediatamente. Aguardou sete anos, tempo em que lhe seriam acrescentadas modificações para a construção, iniciada em 1890. As obras dessa barragem enfrentariam inúmeros contratempos, e só se concluiriam em 1906, com o Ceará recém-saído dos flagelos de 1900 e 1903.

Haveria de se renovar mais vezes o procedimento já tradicional de ajuda aos nordestinos, o de "se aguardarem as conseqüências dos verões prolongados para as enfrentar com o exercício da caridade e medidas de emergência".[34]

E a essas eventualidades, ao modo da burocracia da época, constituir-se-iam outras comissões, qual a criada por portaria do ministro Lauro Müller (Comissão de Açudes e Irrigação), sob chefia do engenheiro Piquet Carneiro e sediada em Fortaleza; Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, dirigida pelo engenheiro José Matoso Sampaio Correia, e, finalmente, a Comissão de Perfuração de Poços, "a cargo do Engenheiro Pereira Reis, estas no Rio Grande do Norte. À margem ficavam desta vez as necessidades da Paraíba".[35]

---

[32] Thomaz Pompeu Sobrinho. "O Problema das Secas", 2. ed. Fortaleza, 1920, p. 5.
[33] Naylor Bastos Vilas Boas, "As obras contra as secas no lmpério e no primeiro período republicano", in: BOLETlM IFOCS, 7 (2), abril-maio, 1937, p. 94.
[34] Idem, Idem.
[35] Idem, p. 95.

Ao inaugurar-se o açude Quixadá, em 1906, aludidas comissões fundir-se-iam, por ato do mesmo ministro, na Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, sob os cuidados gerais do engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

No Governo do presidente Afonso Pena, o ministro Miguel Calmon suprimiria essa "superintendência e dava outras instruções à Comissão de Açudes e Irrigação", novamente dirigida por Piquet Carneiro, menos em seus últimos dias, quando passou o cargo ao engenheiro Ayres de Souza, ficando com aquele o açude "Quixadá".[36]

A história da "motivação das obras contra as secas" guarda compreensível cronologia subordinada à "teoria de desafio-proposta", modelo de sistematização da trajetória do interesse público em favor do Nordeste, concebido por F. Alves de Andrade.[37]

Não faltam razões ao analista apreendido nesses faustos.

Até os que não se animam a estudar e entender as pecularidades da longa caminhada do Governo em direção aos problemas do semi-árido, caracterizados antes nas chamadas províncias do Norte (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba), acabam por descobrir que o DNOCS (latente em vários organismos administrativos que o precederam) viabiliza cuidados que o fazem, de direito, ocupante de espaço dos mais representativos nessa estratégia, em todos os tempos.

Ultrapassada a fase humanitária, como propõe F. Alves de Andrade, etapa inicial expressável pela comiseração e paternalismo assistencial dos governos; vencida a fase do reconhecimento, que se projeta com os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões de 1859 e 1877, é alcançado o terceiro

---

[36] F. Alves de Andrade, "Ensino e Desenvolvimento das Ciências Agrárias no Nordeste (Ceará. 1915-1978)", BNB, Fortaleza, 1979, p. 47.
[37] Idem, p. 48.

estágio, o da integração e sistematização de estudos e obras, verificável ao surgimento da IOCS, que se efetiva administrativamente pelo Decreto no 7.619, de 21 de outubro de 1909.[38]

De 1909 aos anos iniciais da década 1930-39, ocorre o que F. Alves de Andrade explica como "fase de diferenciação", predomínio do IFOCS.

Nesse período, modernizam-se os instrumentos de combate ao flagelo, a partir do estabelecimento de infra-estrutura conveniente à ação do poder público. Assim, começar-se-à a assistir à utilização de máquinas de melhor empenho, em substituição às vigentes, convencionais e até obsoletas.

Para longe vão ficando os dias de bovinos tracionando couros curtidos, de arrasto, no transporte de barro para a construção de paredes dos açudes de terra[39] ; ou de jumentos, para igual função, aproveitada ainda a ação de seus cascos para o apiloamento das paredes, providência mais tarde efetuada com malhos de madeira, martelos pesadões, manejados por operários.

Distanciam-se os dias em que os sertões não sabiam o que era automóvel nem caminhão; estes, breve, seriam adquiridos pela IFOCS, assim como máquinas de maior rendimento de trabalho; locomotivas Baldwin, logo incorporadas à vida das grandes barragens públicas em construção, e de uma vez só importadas 77, acompanhadas de 428 vagões.[40] Deixariam de ser novidade os motores de 35 HP a querosene. Ia consolidar-se o uso da máquina de mais recursos dinâmicos, e, para isso, registre-se a tempo, concorria a influência de firmas estrangeiras contratadas para a construção de açudes no Nordeste, como o Poço dos Paus, em cujo canteiro de

---

[38] Phelipe Guerra e Theophilo Guerra, op. cit pp 123-124.
[39] Miguel Arrojado Lisboa, "Introdução ao Relatório dos Trabalhos executados no ano de 1922". 1923, Publicação 62, M. V. O. P. ,p 52.
[40] Thomaz Pompeu Sobrinho, cf. "História das Secas", p. 379.

obras Dwigth P. Robinson and Cº Ltda. instalariam seis caldeiras de 1.200 HP e 4 geradores de 325kw.[41]

Secundando essa mutação tecnológica, assiste-se então à formação da mentalidade do homem que se insere, mais bem servido, nesse contexto permanente de luta. Na verdade, aproximam-se os benefícios científicos, como os de outras conquistas que, graças à IFOCS, ensejarão visão mais avançada para o uso da terra, de plantas cultiváveis, de recursos de irrigação, de novas possibilidades da piscicultura, etc.

[41] A Tavares de Lyra "As secas do Nordeste", in: Vingt-un Rosado, "Memorial da Seca" Col. Mossoroense, vol.CLXIII, p. 41.

## INSTANTES INICIAIS DA LUTA CONTRA OS EFEITOS DAS SECAS – AS ARMAS TÉCNICAS / E OS HOMENS DESSA ESTRATÉGIA – A ARRANCADA DE 1932

**A CADA ESTIAGEM** mais dolorosa, evidenciava-se que para o socorro às vítimas, dando-lhes condições de subsistência e trabalho, combalia-se o erário público, circunstância que já em 1890 identificava o Ministro da Fazenda, Conselheiro Rui Barbosa: "As despesas com os Estados afligidos pela seca formam, no orçamento, uma voragem, cujas exigências impõem, continuadamente ao País, sacrifícios indefinidos". Aditava com lucidez: "Cumpre que a política republicana, apenas consiga desvencilhar-se dos grandes problemas que envolvem a sua inauguração, busque a esse problema solução mais inteligente e menos detrimentosa para os contribuintes".[42]

A inevitabilidade de o poder público se capacitar do problema, – e de seus custos, robustecia-se a cada calamidade instalada. Não só se tornavam deficientes as verbas como não eram alocadas com oportunidade, sempre autorizadas quando a situação das áreas atingidas não conhecia meios para resistir.

Faltava a constituição de organismo público, capaz de patrocinar estudos e diligenciar planos de trabalho para os tempos anormais, compreendido que ocorriam praticamente

[42] Paulo Brito Guerra, "A civilização da seca", Fortaleza, 1981, p. 41.

de modo cíclico. É quando se dá, a partir de 1903, a vigência da Lei n. 1.145, de 11 de dezembro, primeiro passo para a formação de Comissões, sucedendo ser a primeira a de Açudes e Irrigação, exarada por uma portaria do ministro Lauro Müller, a 2 de maio de 1904.[43]

Importante mesmo, por possibilitar a geração de recursos para as despesas, é o Decreto n. 1.396, de 10 de outubro de 1905, que dispõe "sobre se despesas a fazer com a construção de obras preventivas dos efeitos das secas que periodicamente assolam alguns Estados do Norte", cujo art. 29 explicita a obrigatoriedade do concurso da União debaixo de recursos oriundos de "fundo especial".[44]

Até 1909 vão-se desenvolver estudos e projetos de obras para açudes que deverão ser construídos na Região, estudo e projeto de drenagem "nos vales do Maxaranguape, do Ceará-Mirim e do Cajupiranga"; (...) a limpeza do pequeno Rio de Maxaranguape, em Touros; o Açude Sant'Ana, em Pau dos Ferros; e uma pequena barragem perto da cidade de Mossoró. Além de "5 poços instalados em Natal, 2 perfurações concluídas, uma em Natal e outra em Desterro, e ainda diversas iniciadas e abandonadas em vários pontos do Rio Grande do Norte, além de construções deixadas em andamento..."[45]

O fato mais representativo da época, no tocante a obras realizadas, do término da construção do açude Quixadá e, adiante, o do seu "primitivo sistema de irrigação"[46] , possi-

---

[43] Segue-se parágrafo único: "Para que se torne efetivo este concurso devem ser verificadas as seguintes condições: 1) Prova de que o Estado é periodicamente assolado pela seca; 2) que consigne em seus orçamentos verbas especiais para tais obras, não podendo as quantias voltadas serem inferiores a 5% de suas receitas anuais"

[44] Luiz Carlos Martins Pinheiro, "Notas sobre as secas", BOLETIM IFOCS 20 (6), p. 71.

[45] Idem, idem.

[46] Thomaz Pompeu Sobrinho, Op. cit., p. 3.

bilitado mediante ajuda do Governo (art. 49, Lei n 1.145) que concorria com a "distribuição anual e cada um dos Estados de quantia, no mínimo, de 200:000$000 (duzentos contos de réis).

Do mesmo modo, pela apreensão da natureza dos serviços que seriam diligenciados em favor do Norte, será valioso o Decreto n. 7.619 de 21 de outubro de 1909, quando presidia o País, Nilo Peçanha.

Surge aí a IOCS – divisão especial do Ministério da Viação – cujas atividades são regulamentadas para prevenir e atenuar os efeitos das secas, missão a que se empregaria com mais ênfase e orientação técnica e científica, efetuando os "Serviços de estudos e obras", então determinados:

I – estradas de ferro de penetração;
II – estradas de ferro afluentes das estradas principais;
III – estradas de rodagem e outras vias de comunicação entre os diversos pontos flagelados e os melhores mercados e centros produtores;
IV – açudes e poços tubulares ou artesianos e canais de irrigação;
V – barragens transversais submersas e outras; obras destinadas a modificar o regime torrencial dos cursos d'água;
VI – drenagem dos vales desaproveitados no litoral e melhoramento das terras cultiváveis do interior;
VII – estudo sistematizado das condições meteorológicas, geológicas e topográficas das zonas assoladas;
VIII– instalação de observatórios meteorológicos e de estações pluviométricas;
IX – conservação e reconstituição das florestas;
X – outros trabalhos cuja utilidade contra os efeitos das secas a experiência tenha demonstrado".

Os serviços descritos são de execução da União "ou por esta e pelo Estado conjuntamente", para o que importam os termos, em vigência, da Lei n. 1905, art. 2º.

Prevista a elaboração de "estudos dos Estados assolados pelas secas, entregando aos respectivos governos cópias das cartas levantadas, com as indicações dos lugares onde a construção de açudes e a perfuração de poços artesianos ou tubulares for conveniente e exeqüível" (art. 5, § 1º).

O auxílio do Governo às obras é "entregue em duas prestações semestrais" (art. 10). No art. 16 estão os açudes pela primeira vez classificados em grandes, médios e pequenos, dizendo-se em artigos subseqüentes como deverão ser assim compreendidos.

Disciplinados igualmente a perfurações de poços, o traçado das estradas de rodagem "construídas entre os pontos flagelados e os melhores mercados e centros produtores", barragens transversais no leito dos rios, drenagem dos vales, instalação de estações pluviométricas e observações fluviomótricas". O art. 36 autoriza a distribuição de prêmios aos indivíduos ou sindicatos agrícolas que construírem açudes médios ou pequenos.

A direção de estradas de ferro não será mais compreendida nas atribuições da Inspetoria de Obras Contra as Secas (art.59).

Vão se seguir anos em que se verá o despertar do interesse pelo trato agrícola, experiências e estudos, com inovações de ordem técnica, como a da aplicação do "dry farming" em Quixadá (CE), trabalho proposto por Thomaz Pompeu Sobrinho e efetivado com a Estação Experimental de Lavoura Seca, em 1913, secundando o aproveitamento de recursos de forrageiras e de indivíduos vegetais por meio do Horto Florestal, ali instituído, e dirigido àqueles anos por Alberto Loígren e Alfredo Benna.

Três anos antes de ser novamente – e aí de modo mais rude – exigida a capacidade do Nordeste para enfrentar a inclemência do tempo, ao impacto da seca de 1915, a IOCS passaria a funcionar como repartição, superando a sua formação original de simples divisão.

Quando irrompe a seca, angustiante e severa, ver-se-à que, não obstante as idéias mais definidas sobre o problema e planos então elaborados, e mais regulamentos aprovados (além do provido pelo Decreto n. 7.619, de outubro de 1909; do 9.256, de 28 de dezembro de 1911, e do 11.474, de 3 de fevereiro de 1915) a Inspetoria pelos seus dois Distritos em funcionamento no ecossistema injuriado reflete "a ineficiência da ação administrativa quase completa" (...) "resultado lógico e manifesto de erros" que se impunha corrigir "com prejuízo do tempo, sem preocupações pessoais".[47]

Na realidade, a seca do 15 porá à mostra o desadestramento governamental, confundido com o da própria inspetoria, mediante sucessos ignorados pelo grande público que, privado de informações reais, acompanhará as providências de ordem administrativa pelos jornais, igualmente desinformados. É que o ano anterior sobrecarregara a IOCS, no Ceará, de encargos e problemas. Caótica a situação contemplada no canteiro de obras do interior deste Estado. Ali, mais do que em qualquer outro local, alguns fornecedores dos açudes, o que vale dizer, da repartição, faliram, diminuindo o número destes, enquanto cresciam as exigências de serviço. A fiscalização das obras aviltou-se, "forçada a viver à custa do favor de fornecedores. Por fim, um só veio a manter-se, graças aos esforços do auxiliar Raimundo Bezerra, que lhe obteve um negociante em grosso para fornecer, mediante a

[47] Thomaz Pompeu Sobrinho, "Relatório dos Trabalhos Realizados no ano de 1914" (datilografado), p. 136 (Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza).

garantia do Engenheiro". Os débitos da construção do açude Acarape se elevaram a "cerca de 120 contos". O mais lamentável: operários passavam fome.[48] Thomaz Pompeu Sobrinho acrescenta: "Temos aqui uma grande, mas quase inútil coleção de estudos e até projetos cuja execução teria uma grande temeridade. O estudo sistemático das bacias fluviais poderia ser feito econômicamente nesta secção com uma organização que esta chefia poderia dar-lhe em vista do conhecimento das condições deste meio que há longos anos constitui objeto de estudos. Se a situação financeira do País não comporta a execução de um plano avantajado, abrangendo simultaneamente numerosas bacias, poderia proceder-se modestamente, iniciando-se os trabalhos em uma ou duas ordens, ou secundariamente".

Aos poucos, vai-se libertando a IOCS da influência prejudicial da política e da intrigalha provinciana, aguda, por exemplo, no Ceará, onde culminará com dois episódios que marcam esses dias: o do inquérito da Inspetoria, mandado abrir pelo ex-Ministro da Viação e Obras Públicas, à época, dr. Francisco Sá, ante acusações assacadas pelo eng. Bernardo Piquet Carneiro contra a honorabilidade dos engenheiros José Ayres de Souza e Thomaz Pompeu Sobrinho, provado, ao final da demanda, serem caluniosas e improcedentes; e do incêndio da sede da Repartição, na Capital.

Conclusivo o Inquérito, que deve ter constituído entrave aos serviços em curso: "As acusações da carta delatora de 12 de abril do corrente ano foram simples pretexto, armado com arte, que facilitara ao Engenheiro Piquet a oportunidade de ventilar questões do interesse das suas passadas relações com a superior administração no Rio e nos Estados, fazendo-se vítima da chamada *influência política*." (grifado no origi-

[48] Ct. "Inquérito procedido pela Inspetoria de Obra Contra as Secas", Rio, 1912, pp. 19-20.

nal). Assim se expllca a freqüência de frases agressivas tanto aos predecessores de V.Exa. (ministro Francisco Sá) e a V.Exa. mesmo, como aos homens públicos".[49]

Adiante, seqüenciando o pronunciamento final, no mesmo tom oficial: "A maioria das acusações feitas o engenheiro Bernardo Piquet Carneiro tinha pleno conhecimento que eram falsas, já porque foi com suas próprias declarações escritas que se evidenciou a inexatidão de muitas delas...".[50]

A peça processual reconstitui, à falta de outros documentos, como eram as atividades da IOCS ao tempo em que operava como divisão, no que diz respeito à quantidade e qualidade de ferramentas e materiais de que se supria.

Pelos depoimentos sabe-se, por exemplo, que em julho de 1908, o eng. Thomaz Pompeu Sobrinho é instado pelo próprio Bernardo Piquet Carneiro a manter uma pá mecânica, ainda não utilizada nas obras, o que não será feito na primeira tentativa, à falta de desenhos do esquema, falha suprida posteriormente graças ao eng. Samuel Pontual Júnior.

Vê-se alí como eram precários os materiais disponíveis no almoxarifado de Quixadá, em 1908. Existiam 4.160 "parafusos para troly", estanhados e com porcas; 10 "polias para forja"; 359 "rebites para caldeira"; 8 "rodas de engrenagem"; 9 "ralos para poços"; 3 "vidros para caldeira"; 2 "manômetros"; 117 "tubos de caldeiras"; 5 "tampas de mancal"; 1 descaroçador de algodão, foices inglesas, sabres, cinturões, chocalhos, buchas para carroças, etc.[51]

Como não bastasse o problema do desentendimento em nível administrativo, verificado anteriormente na IOCS, a 1º de dezembro de 1912 ocorrerá incêndio devastando a sede da Inspetoria em Fortaleza, – palacete Cel. Carvalho Mota.

---

[49] Idem, p. 21.
[50] Cf. documentos n. 23 do "Inquérito da Inspetoria"(op.cit). pp. 57, 58, 59.
[51] Luis Carlos Martins Pinheiro. Op. cit., p.74.

Na ocasião foram destruídos "trabalhos importantíssimos", como o projeto dos grandes reservatórios "Orós" (projetado para ser o maior do mundo), o "Arneirós" (100 milhões de m3) e "Lavras" (502 milhões de m3). Também se perderam o projeto e estudo da rodagem de Baturité a Guaramiranga, das bacias de irrigação dos grandes açudes "Poço dos Paus" (150 milhões de m3), "Riacho do Sangue" (8 milhões de m3) e "Espírito Santo" (7 milhões de m3)."[52]

Sobre o deplorado acontecimento, Rodolfo Teófilo refere a cena de engenheiros presos, "conduzidos ao cárcere comum, a pé, pelas ruas, dentro de um quadrado de soldados".[53]

Condenando o indesculpável tratamento, o escritor acrescenta: "Este rigor com homens de posição, que não podiam no momento ser considerados criminosos, impressionou muito mal a população da cidade".

As testemunhas arroladas, indo depor à Polícia, o fazem nitidamente industriados para comprometer e denegrir a reputação dos dirigentes da IOCS.

"A Folha do Povo", jornal pouco simpático às atividades administrativas da Repartição, abria espaços generosos às cavilosas declarações dos depoentes, afirmações que em sua maioria fogem a verificação mais lúcida, de bom senso, como a que se extrai das palavras do ex-praça de Polícia, Lúcio Lopes, ex-soldado do extinto Batalhão de Segurança da Capital, a fazer crer verdadeira a ordem atribuída ao Dr. Pompeu Pequeno, responsável pela Repartição: "Vá ver" – diz o diretor – "aquele saco que está vizinho à Pagadoria; abra-o e dentro

[52] Rodolfo Teófilo, "A Sedição do Juazeiro", Fortaleza, 1969, p.35. p.35, sobre o assunto, lé-se mais; "As prisões dos engenheiros, e de mais alguns empregados da Inspetoria foram relaxadas a falta de provas". Sabidamente criminoso, o incêndio restou sem que as autoridades apontassem os responsáveis.
[53] "A Folha do Povo", edição do dia 14 de dezembro de 1912.
A. Tavares de Lyra, op. cit., pp. 44-4S

está um caixão com duas latas de gás (querosene); abra estas e espalhe o querosene por todos os móveis..."

E em face de pretendida relutância do depoente: – "Você parece que está com medo?"

Ao implantar-se a IOCS, em 1909, – o testemunho é de A. Tavares de Lyra[54], "já era notável a acumulação de subsídios, cada um destes mais valioso, para a solução do problema do Nordeste: conhecíamos as causas originárias, geralmente apontadas, para explicar a existência do fenômeno climático – e direção dos ventos, as mínimas solares e a devastação das florestas – tínhamos perfeito conhecimento dos seus desastrosos efeitos; sabíamos que o registro de fatos e observações feito em muitas dezenas do anos demonstrava que a média da chuvas caídas em longo período não era suficiente às necessidades da lavoura e criação da zona flagelada e que, com o aproveitamento das águas do subsolo e das provenientes dos invernos copiosos (estas se escoam rapidamente em virtude da forte declividade do solo e da natureza geológica), fácil seria atenuar as conseqüências de sua falta, mediante um serviço regular de irrigação, quando viessem as estiagens..."

A evolução das despesas (a fixada e a efetuada) de 1909 a 1914, considerados aqui apenas os desembolsos realmente efetivados, evidenciam a instabilidade das parcelas:

| | |
|---|---|
| 1909 | 446:471$448 |
| 1910 | 1.099:134$807 |
| 1911 | 2.341:827$807 |
| 1912 | 6.686:227$104 |
| 1913 | 6.935:311$986 |
| 1914 | 2.008:766$206 |

[54] Idem, p. 47.

Em 1911, é de notar que o "regime de construção por empreitada" hoje tão comum em diversos setores de atividades públicas, já fora instituído pela IFOCS. Neste ano estavam empreitadas "as seguintes obras de açudagem: a) Acarape do Meio – Dods – Worth & Comp, b) Salão – Antônio Mazinni; c) Santo Antônio – Pompeu Ferreira da Costa Souza Rego; e) Gargalheira (atual Marechal Dutra) – Saboya Albuquerque & Comp.; f) Bodocongó – Arlstides Madeira; g) Soledade – Getúllo Alves de Nóbrega e Claudino Alves de Nóbrega".[55]

Em 1915, as verbas votadas totalizavam 2.200:000$000, montante insuficiente, a demonstrar ficarem parcimoniosos os recursos, falíveis ante qualquer emergência, como a que sucederia.

Declarada a seca, outros valores seriam sem tardança acrescentados aos referidos para o ano em causa, por iniciativa do presidente Wenceslau Braz. Dessa forma, de 1915 a 1918, de acordo ainda com o apanhado estatístico de A. Tavares Lyra, a IOCS teve condições de empregar em suas atividades 7.572;960$000.

1915 será ano de grande desafio às obras contra as secas, para as quais a IOCS já contava com elenco de bons trabalhos ultimados e a atualização de sua equipe técnica, em matéria de conhecimentos técnicos e científicos, por nomes que logo ganhariam o respeito dos brasileiros estudiosos.

Basta folhear o índice de publicações do Boletim da IFOCS, de preferência os números mais recuados no tempo, para conhecimento do excelente desempenho desses profis-

[55] Na década de 1920-29, O "DNOCS continuava a editar numerosas publicações sobre variados temas. Havia séries referentes à botânica, clima, piscicultura, hidrologia, geologia, assuntos ligados às secas, inclusive referentes às condições egrícolas, econômicas e sociais da Região flagelada, bem como folhetos técnicos ao alcance do povo, sobre meios e medidas destinados ao alcance do povo, sobre meios e medidas destinados a atenuar as conseqüências da seca", cf. João Gonçalves de Souza, "O Nordeste Brasileiro", BNB, 1979, p. 114.

sionais que legariam trabalhos importantes sobre o Nordeste, não apenas livros, mas projeções cartográficas, etc.

Horace Williams e Roderic Grandall, do Serviço Geológico, faziam estudos sobre "Chuvas e Climatologia da Região das Secas, Pluviometria do Norte do Brasil e suas Relações com a Vazão das Correntes e com a Açudagem"; Gerald A. Waring assinava "Suprimento dágua no Nordeste do Brasil"; Horatio L. Small. "Geologia e Suprimento dágua subterrânea no Ceará e parte do Piauí"; Ralph H. Sopper, "Geologia e suprimento dágua subterrânea no Rio Grande do Norte e Paraíba"; Alberto Lofgran "A tamareira e seu cultivo"; do mesmo autor: "Contribuição para a questão florestal da Região Nordeste do Brasil"; de Philipp Von Luetzelburg "Estudo botânico do Nordeste do Brasil"; "Atlas pluviométrico do Nordeste do Brasil", por C.M. Delgado de Carvalho, etc.[56]

Na área nordestina, até dezembro de 1918, estavam construídos 23 açudes públicos, dos 97 projetados. Estudados havia 262 e em construção 7. Dezenove açudes eram construídos ou reconstruídos; projetados, 25; estudados 6; em construção 24. O número de barragens submersíveis construídas ou reconstruídas, 6; em construção, 1; estudadas, 27; e em estudos, 4. Diligenciados, contavam-se 296 poços públicos e 246 particulares. Duas estradas de rodagem haviam sido construídas ou reconstruídas; 10 projetadas e 11 estudadas.[57]

Nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, a IOCS já instalara 341 estações pluviométricas.[58]

"Por conta dos créditos abertos de 1901 a 1918, foram construídas, entre outras, as obras que se seguem: estradas de

[56] A. Tavares de Lyra, op.cit., pp. 48 e 49.
[57] Idem. Idem.
[58] Idem, p. 50.

rodagem de Floriano a Oeiras, Baturité a Guaramiranga, Sobral a Meruoca, Macau a Açu (ainda em construção), Campina Grande a Soledade, Mossoró a Alexandria, Souza a Cajazeiras (suspensa quando reapareceram as chuvas) e Rio Branco a Buíque (entregue ao Governo de Pernambuco, que a concluiu), açudes de Anajás, Riacho do Sangue, Patos, Parazinho, Velame, Caio Prado, Guaiúba, Baú, Várzea da Volta, Mulungu, Arapuá, Vinte e Cinco de Março, Baú, Saco, Bodocongó, Cajazeiras e Serra do Cavalo, afora reparos e construções de outros, como Serra Vermelha, Alecrim, Bêbado, Nova Cruz, Santa Cruz, Campinas e Santa Luzia; linhas telegráficas na extensão de 3.000 quilômetros; drenagem de vales e construção de aterros em Ceará-Mirim, Maxaranguape, Carnaubal, Catu, Propriá e Cachoeira; barragens submersíveis em Mossoró, Upanema e Seridó; perfuração de poços e auxílios para acelerar trabalhos como os dos açudes Acarape e Salão, a cargo da Inspetoria, além de outros serviços de menor importância nos Estados em que mais se acentuou a calamidade".[59]

O açude, no elenco de providências para garantir e fixar a vida nos sertões, ostentava o interesse maior da IOCS. Expressiva a cópia dos que, à época, falam e questionam a açudagem, como Miguel Arrojado Lisboa, primeiro Inspetor de Secas, considerando-a "solução naturalmente indicada para a retenção dágua (no Nordeste do Brasil)", enaltecendo serem os sertões do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte (menos os do Piauí) de terra ideal para a construção de açudes.[60]

Nessa quadra, a atividade ponderável dos encargos públicos em favor das obras de emergência foi executada pelas Obras Contra as Secas, Comissão dirigida pelo dr. Aarão Reis, ex-lnspetor da IOCS, particularidade por ele próprio explicada em Relatório ao Governo: "Apresentando a V.Exa. (Ministro

[59] Thomaz Pompeu Sobrinho, op.cit., p. 118.
[60] Cf. Rodolfo Teófilo, in: Luiz Carlos Martins Pinheiro, op. cit. p. 83.

Augusto Tavares de Lyra) este Relatório Geral dos trabalhos e serviços que – constituindo Comissão *independente* (grifamos) da Inspetoria de Obras Contra as Secas – julgou V. Exa. mais acertado prosseguirem sob minha chefia..."[61]

Às instruções à ação das Obras Novas Contra as Secas, aprovadas pela Portaria n. 21 5, do Ministro A. Tavares de Lyra, seguem-se créditos repassados às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, nos Estados, ao longo das obras, totalizando estas numerário em desacordo com o total mencionado pelo próprio Ministro na sessão do dia 24 de maio de 1919, 8.570.000$000, que, inclusive com os extraordinários previstos chegaria a 11.500:000$000.

É esclarecedor o Relatório Aarão Reis pelos indicativos administrativos e de caráter social que envolveram nossa quadra o desempenho da Inspetoria. Fica-se sabendo que até começo de 1917 não existia na vizinhança de Caruaru sequer um açude para o fornecimento dágua de consumo à população; sessenta por cento dos alistados, no açude Bodocongó, "eram homens combalidos por moléstias"; na construção do " 25 de Março", no Rio Grande do Norte, era tal o "estado de miséria e fraqueza dos operários. que o engenheiro Tasso Benjamin da Motta considerou necessário providenciar a cada um adiantamento "correspondente à sua alimentação durante a ida e a volta" para o local de trabalho. Ainda em terra potiguar, a água para apiloamento da parede – por exemplo, do Açude São Miguel, supria-se por cacimbões abertos a 600 metros de distância, transportada à cabeça de operários, em vasilhames de querosene.[62]

A fome não poupava acampamentos de açudes em construção, "Com a seca de 1915 e a crescente desorientação

(61) Aarão Reis, "Obras Novas Contra as Secas, Relatório apresentado ministro Augusto Tavares de Lyra, Rio, 1920, p. III (Introdução).
(62) Aarão Reis, op. cit., p. 3, 19, 75, 86.

da Administração Central no Rio de Janeiro - testemunha o engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho - a situação do açude Salão, "como de todas as construções quantas se processarem no Nordeste, piorou consideravelmente, tomando proporções e aspectos verdadeiramente catastróficos, A fome começara a flagelar os operários e a segurança pessoal dos auxiliares e construtores tornara-se crítica".[63]

A preocupação com os procedimentos de irrigação não despertara ainda a disponibilidade de empreendimentos da Inspetoria, ocupada "exclusivamente com estudos e construção de açudes e algumas raras estradas de rodagem", aduz Thomaz P. Sobrinho.

O Decreto 13.687., do dia 9 de julho de 1919, a Meio Portanto do último ano da década 1910-19, de mais uma calamidade, vem consagrar o terceiro regulamento à já agora Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (sucessora da IOCS), Com dispositivos amadurecidos o disciplinamento sobre a condição de estudos, serviços o obras que urgiam empreendidas. Firmam-no o Vice-Presidente da República, em exercício, Delfin Moreira da Costa Ribeiro e o ministro de Viação Afrânio de Mello Franco.

Para atingir os objetivos propostos, a área mencionada nos regulamentos anteriores ("alguns Estados do Brasil, compreendidos entre o Piauí e o Norte de Minas Gerais") passava a vigorar compreendendo os Estados do "Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais", definição geográfica alterada pela lei n. 175, de 7.01.36; Decreto-Lei n. 9.857, de 13.09,46 e Lei n. 1.348 de 10.02.51.

O art. 5 determina providências meteorológicas, seguindo-se-lhe os artigos 6 e 7 que mandam se estabeleçam progressivamente as observações anemométricas e anemoscópicas,

(63) Thomaz Pompeu Sobrinho, op, cit., p. 312.

adquiridos os instrumentos necessários para tal empenho; assim como, nos grandes açudes, a Inspetoria deveria instalar uma estação para efetuar medições por pluviômetros, anemoscópio, anemômetro, termômetro, higrômetro, nefoscópio, heliógrafo e evaporômetro.

Estudos geológicos, hidrométricos e topográficos admitiam-se com precisão, enquanto o art. 11 estatuía dever a Repartição criar "em cada açude, sem sacrifício do cultivo de cereais, viveiro de plantas florestais, forrageiras e frutíferas, indígenas ou exóticas, distinguindo nas essências florestais as espécies do governo europeu que mais resistirem a incleméncia do meio; e nas terras impróprias à floração desenvolverá a cultura da "opuntia ficus indica" e da "opuntia encantha" de Bulbank". Incrementada a perfuração de poços, não esquecida a orientação de serem abertos estes "ao longo das estradas", espaçados convenientemente e administrados pela Inspetoria. Os açudes, por se construírem, enquadrar-se-iam em classes conforme o tamanho e profundidade (o que repete praticamente normas anteriores jâ em curso), ficando a Inspetoria autorizada a fazer estudos, projetos e orçamentos de açudes para agricultores, criadores e industriais, e também para os sindicatos agricolas ou criadores organizados..."

Incentivar-se-ia – como determinava o Regulamento de 1903 – a quem construísse açudes e junto a estes plantasse árvores frutíferas e essências florestais, quem o fizesse em área não inferior a dois ha., ganharia prêmio de 200$000, inovação no tocante.

Por igual, estimulada a edificação de núcleos de "populações agrícolas" em derredor dos grandes açudes" (art. 44), não esquecida a criação de uma escola (alínea *e*) no início das obras, de utilização por meninos e meninas, nelas sa instruindo os filhos de operários.

O ano de 1919 é "marcante na história das secas no Brasil, pois ao flagelo juntou-se outro fato de relevo, aliás o de maior destaque até então: a passagem de Epitácio Pessoa pela Presidência da República representa, sem dúvida, um marco de grande relevo para o Polígono. Homem nascido e criado no Nordeste, dedicou ponderável parcela de sua administração à integração da zona árida do país à economia nacional".[64]

Ia ser ultrapassada, graças aos créditos à disposição das obras a partir dc 1919 (neste ano a IFOCS aplicaria 7.000:000$000[65], a fase de tração animal; de modo definitivo, a de trabalhos manualizados e vagarosos, enquanto os equipamentos importados – novos motores e caldeiras principalmente – alinhar-se-iam sob aproveitamento técnico mais racional e avançado, como o da instalação de usina termoelétrica pela firma Dwight P. Robinson & Comp., em seu canteiro de obras.

Fundamental para a Região o Decreto nº 3.965, de 25 de dezembro desse ano, autorizando a "construção de obras necessárias à irrigação de terras cultiváveis no Nordeste brasileiro", com outras providências de não menor interesse, como a da "Caixa Especial", reunindo recursos das mais diversificadas fontes de operação de crédito, externas ou internas; da percentagem de dois a cinco por cento da receita ordinária dos Estados em que se executassem serviços e obras; do produto da venda ou do arrendamento das terras cedidas pelos Estados e das que fossem desapropriadas; de rendas provenientes de qualquer outra procedência, e, o mais destacável: dois por cento da receita geral da República habilitavam as obras "necessárias à irrigação de terras" passíveis de agriculturamento.

O art. 3º especificava de utilidade pública, para efeito de desapropriação, "as terras necessárias à construção das barragens e obras complementares e preparatórias; as inun-

[64] Cf. J. Pires do Rio, in: "Relatório de 1919 do MVOP", idem, idem.
[65] Thomaz Pompeu Sobrinho, op.cit., p. 413.

dadas, as irrigáveis e bem como as florestas indispensáveis à manutenção dos cursos dágua".

No parágrafo primeiro estava mencionado: as terras irrigáveis "desapropriadas quando seus proprietários se recusarem a entrar em acordo com o Governo sobre a construção de obras necessárias à irrigação; deixarem de pagar durante dois anos as taxas de que trata a presente lei (art. 5º), ou não cultivarem as mesmas terras segundo as determinações constantes dos regulamentos expedidos".

Passam a ser aperfeiçoadas as condições de tráfego nas estradas, principalmente com o aumento do número das carroçáveis que, no Ceará, por exemplo, alcançam todas as partes do Estado. Em Relatório, o inspetor Arrojado Lisboa menciona, como indicador desse progresso, o fato de no Ceará, no interior, em 1919, não existir um só automóvel. Em 1925, no entanto, os carros vendidos em Fortaleza, quase todos para os sertões, subiam a 210.[66]

Amanhecem os dias de valorização técnica e adestramento da infra-estrutura dos Portos do Nordeste (ainda que com o fiasco do Porto do Varadouro, na Paraíba, cujas obras contratadas com a firma C. H. Halker & Comp. Ltda., seriam suspensas em 1924);[67] e das ferrovias merece destaque o funcionamento da Usina de Clínquer, em Fortaleza, cuja produção até o final de suas atividades, em 1923, seria da ordem de 38.267 barricas de cimento processadas.

Estocadas na praia, à falta de lugar apropriado para o armazenamento, ficariam 14.459 toneladas desse material que, à ausência de aproveitamento imediato, se tornou imprestável ao aproveitamento pela Repartição na construção de barragens.[68]

---

[66] Jose Joffily. "Porto Político", Rio, 1983. p. 19.
[67] Thomaz Pompeu Sobrinho, op.cit., p. 390-391.
[68] Raimundo Girão "História econômica do Ceará'Fortaleza, 1947, pp. 333-334.

Assiste-se por esses dias a "novo ciclo da revolução econômico-social do Nordeste" (...) "Na realidade será passível a "desconexação entre o volume dos dinheiros gastos e os efeitos obtidos, o que iria à conta do espírito de peculato e da gana dos proventos ilícitos em empresas desta sorte, mas é irrecusável que horizontes se descortinaram ao homem e às coisas, gerando modificações essenciais.

Da praia às caatingas mais ínvias, ocupando os rochedos, derramaram-se, quais bandeirantes de nova laia, os funcionários oficiais, conduzindo, sem perceberem, o progresso que iam deixando pregado ao chão com piquetas marcadoras das suas visadas geodésicas nos trânsitos de Guerley e nos níveis de Wild. Andaram por todos os lugares, pelas grotas e pelas rochas, demarcando, medindo, cavando, aterrando, numa agrimensura inquieta e incessante, ao sol e à chuva, fosse dia ou noite, para que dos levantamentos surgissem as estradas, os açudes, os poços, as irrigações, vale dizer a própria alma da terra desúmida e, também quantas; novas aldeias, futuras cidades, outra civilização, limpando os olhos dos tabaréus, que não enxergavam o mundo moderno que rolava, sem eles verem, nas rodas dos automóveis, cujos velocímetros, dagora por diante, e não mais o passo das alimárias, seriam o estalão das suas deliberações e dos seus negócios".[69]

O plano do Governo Epitácio Pessoa dura o biênio 1919/1920, quando são construídos no Ceará os açudes Riachão, Santa Maria, São Vicente. Seguiam em construção: Nova Floresta, Santo Antonio de Russas e Acarape. Orós tinha os trabalhos reduzidos, mas se aprontavam as rodovias Maranguape-Guaramiranga, Quixadá-Serra do Estevão, Massapé-Palma, Granja-Palma, Baturité-Olho d'Água. Em ritmo de construção seguiam as estradas Fortaleza-Maranguape-Sobral.

---

[69] Luiz Carlos Martins Pinheiro, op. cit. pp. 85-86.

No Rio Grande do Norte, o açude Malhada Vermelha ficava pronto e continuavam em obras o Morcego e o Gargalheira, como também as rodovias Cabeça Branca-Lajes, Lajes-Açu-Logradouro.

Na Paraíba, concluíra-se o açude Macapá, e o Pilões estava em trabalho. Davam-se por terminadas as estradas Cajazeiras – Taperoá, Borborema – Pirituba. Em Pernambuco, eram diligenciados os serviços no açude Terra-Nova; em Sergipe, na mesma situação, a estrada Salgado-Anápolis, enquanto na Bahia continuava a construção do açude Rio do Peixe. No Piauí já se aprontara a rodovia Floriano-Oeiras.[70]

É desse período – escreve outro memorialista da vida do DNOCS – a Lei nº 3.965, de 25 de dezembro de 1919", criando uma caixa especial, graças a cujos recursos correriam as despesas com obras e serviços de irrigação de terras cultiváveis no Nordeste.

As despesas, que eram de 17.613.000$000, em 1920, subiram para 89.501:000$000 e para 95.166:000$000 em 1921 e 1922, respectivamente. No ano subseqüente, esfumava-se o ritmo de obras do Nordeste, com a queda vertical das despesas para 43.882:000$000, que as aviltariam surpreendentemente em 1924, baixando para 7.620:000$000.[71]

OS ANOS que defluem a partir de 1924 vão testemunhar a modificação do trem de obras da IFOCS, tornada então desafortunada feitora de serviços que tinham curso vagarosamente, quase paralisados à falta de recursos. A ação contra as secas recebia golpe mortal com a publicação do Decreto n 16.403, de 12 de março, que extinguiu a Caixa Especial das Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis do Nordeste. Os serviços deveriam – daí por diante – custear-se com

[70] Oto Guerra. "A Batalha das Secas", in: "Memorial da Seca". Op. cit., p. 162.
[71] Orris Barbosa, "Secas de 32". Rio, 1935., p. 124.
Naylor Bastos Villas-Bons, op. cit. p. 97. Achou as seguintes despesas, respectivamente, de 1923 a 1926 – de 1927 a 1930:87.056:275$256 – 35.644:119$731.

recursos anualmente atribuídos nas leis orçamentárias (art.1). Preside o País Artur da Silva Bernardes.

Por esse diploma legal, as estradas de ferro, com exceção dos ramais destinados ao transporte de material das barragens, desvinculavam-se da Inspetoria, retornando ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

De igual modo, os portos do Nordeste saíam da alçada da IFOCS para os da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais (art. 4).

Recursos disponíveis, à ordem da IFOCS, atingindo o ápice de aplicações em 1922, com 145.947:000$000, decresceriam em 1923 para 67.213:000$000. Ao ano seguinte, a queda desses valores ia tornar-se mais sensível, ficando em nível de ll.000:000$000, até despencar-se a patamar altamente desencorajador – 3.827:000$000, em 1925. De 1926 até 1931, a média anual de dispêndios com as obras contra as secas foi de 10.454:466$000.[72]

Com o distanciamento dos dias de euforia, ou de perdularismo, quando os dinheiros foram fáceis para o Nordeste, seguiu-se fase em que reportariam dívidas de todos os lugares. Compromissos celebrados não se cumpriam; operários, ainda no desempenho de sua atividade tinham seus salários sob condenável atraso. No interior dos Estados, como ocorreu em Sobral (CE), o quadro era desolador: "Não há por aí quem nos dê notícia dos srs. pagadores da Inspetoria de Obras Contra as Secas? Que nos dirão da Inspetoria de Obras Contra as Secas, que há quase um ano não paga os seus operários nesta zona nem aos seus fornecedores? Aos primeiros, deram-lhes uns vales proibidos por Lei e desvalorizados pelos agiotas com 29% de abatimento e hoje o recusam até com 30%".

Inúmeras as acusações à Repartição, que expiava crime que não era seu, mas do Governo que lhe negava verbas sufici-

[72] "Correio da Semana", Sobral (CE), 1º de maio de 1928.

entes para honrar os compromissos assumidos. O "Correio da Semana" em 1928, pela pena do jornalista e sacerdote Leopoldo Fernandes, profligava a situação herdada após os tempos de efusiva movimentação da IFOCS: "Certamente alguma coisa se tem feito no sentido de minorar os efeitos da seca; alguns açudes, pedaços de estradas, pequenos trechos de via-férrea... Mas que vale tudo isto em face das vultosas quantias despendidas e dos ruidosos alardes com que se procura disfarçar as indecências administrativas daquela repartição?"[73]

Em editorial do mesmo jornal, é comentado e parcialmente transcrito artigo, do jornalista Assis Chateaubriand, difundido por todo o País: "... foi um grande erro do Sr. Epitácio Pessoa" (...) "querer realizar no curto prazo de três anos serviços que exigiam talvez um decênio para execução. Daí o esbanjamento de milhões de contos de réis e as empreitadas fantásticas que valeram às obras do Nordeste o epíteto nada honroso de "Panamá brasileiro".

Mas são dias de rudes aflições, provocadas pela escassez d'água adiante, em 1930, que despertarão a administração pública federal à retomada de suas responsabilidades, o que se formaliza a partir de telegrama do engenheiro Luiz Vieira, antigo chefe do 1º Distrito da Inspetoria, enviado a 9 de abril de 1932 ao eng. Lima Campoa, em que manifesta a opinião de estar o país ferido por novo flagelo, para o qual urgiam providências imediatas, dispensada até mesmo a antecipação de faturas e orçamentos, então exigidas.[74]

O jornalista Orris Barbosa, que acompanhou o presidente Getúlio Vargas e o ministro Josa Américo de Almeida na visita de ambos ao Nordcste, em 1933, sob visível entusiasmo, que se deve atenuar, narra como se deu a "intervenção do Estado no sentido de evitar mal maior dos conflitos que

[73] Luiz Carlos Martins Pinheiro, op. cit. p. 86.
[74] Orris Barbosa, op. cit., p. 77.

resultariam dos que não não queriam morrer de fome com os que não tinham nenhuma obrigação social de amparar, em massa, a miséria clamante".[75]

Acrescenta noutro comentário: "O Governo Provisório abandonou, então, a atitude clássica que norteia a linha neutra do Estado que se equilibra no liberalismo econômico, e interveio, com decisão, na resolução do problema da seca, de acordo com o novo plano aprovado em 1931, devido a insistente colaboração do ministro José Américo de Almeida..."

O trabalho nesse momento, deflagrado o esquema de luta, foi bastante intenso, dirigido por Lima Campos, a enfrentar "hordas já furiosas de pedintes que se atiravam desordenadamente aos locais onde se projetava um serviço, como ainda por organizar, em ambiente tão agitado, num máximo de quarenta dias, estudos topográficos que exigiam mortificantes vigílias de engenheiros e desenhistas".[76]

Interventores do Nordeste, particularmente Antenor Navarro, na Paraíba, e o cap. Carneiro de Mendonça, no Ceará, excediam-se em medidas pata facilitar os precursores que chegavam à região em missão do Governo Provisório – a do próprio DNOCS, dos dias da IFOCS.

Rememorando episódios dessa batalha, que comandou com inexcedível entusiasmo e conhecimento do homem e da natureza afetados, José Américo de Almeida escreveu: "Se me perguntassem pelos 317.136:589$947, de verbas orçamentárias e créditos especiais, dispendidos em assistência às vítimas da seca, eu poderia dizer simplesmente: Matei a fome de dois milhões de brasileiros, no maior cataclisma que já se abateu sobre todo o Norte, pela sua força destruidora e por seus reflexos em zonas isentas desses acidentes do clima. Só em 1932, a

---

[75] Orris Barbosa, idem. Idem.

[76] José Américo de Almeida, "O ciclo revolucionário do Min, da Viação", 2. ed. 1982, p. 161.

Inspetoria de Secas tinha em trabalho 220.000 operários que, computada a média de quatro pessoas por família, representavam 880.000 pessoas, sem contar outros tantos empregados em construções ferroviárias, açudes particulares em cooperação com o Governo, prédios para Correios e Telégrafos, colônias agrícolas ou recolhidos aos campos de concentração.[77]

O emprego desses avultados recursos justificar-se-ia, apenas, pelo capital humano escapo à calamidade. Seria uma nonada para cada pessoa salva. Foi amparada uma população em peso, desde os famintos a todas as classes que viviam, indiretamente desses socorros públicos. Essa devastação, sem precedentes históricos, por sua violência e generalidade, abrangeu no ciclo mortal as terras que vão do Piauí e parte do Maranhão, até os vales do Vasabarris e Itapicuru, na Bahia, sem poder ser atenuada por obras anteriores, que não tiveram intervenção compensadora na redução dos seus efeitos desastrosos".[78]

A pressão da opinião pública, em 1932, clama por mais açudes construídos. Carneiro de Mendonça, no Ceará, a 1º de abril dirige-se por telegrama ao ministro José Américo a encarecer e edificação de mais reservatórios no Estado, refletindo apelos recebidos do interior, com Icó pretendendo o açude Estreito; Crato, vários, inclusive o Barro Vermelho e o Canta Brava.

R. Gomes de Matos, na Capital, em artigo de impacto, dramatiza na imprensa local: "A salvação do Nordeste está na construção de grandes barragens, na retenção dos cursos d'água que correm para o mar". Adiante, a fustigar diretamente o poder público: "Cumpre indagar se o Governo Provisório está no firme propósito de gastar ao menos o que o sr. Artur Bernardes desperdiçou para arrasar a capital de São Paulo, em julho de 1924, e na perseguição da Coluna Prestes,

[77] José Américo de Almeida, idem, idem.
[78] O POVO Fortaleza, 17 de maio de 1932.

quantia tão fabulosa que ainda hoje não se sabe quanto atingiu, por nunca ter sido publicada, havendo ainda muitos débitos a serem pagos. É preciso o emprego de bastante dinheiro, seja para a construção das barragens, seja unicamente para alimentar os famintos".[79]

Visitando Fortaleza, a 30 de junho de 1932, o eng. Luiz Vieira, Inspetor das Secas, dá entrevista detalhando a situação dos serviços de emergência, os trabalhos da IFOCS na Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Informa, então, sobre a construção do açude Orós e da transferência da sede da IFOCS do Rio para a Capital cearense, e nesta mantida até quando a medida se adequasse às providências que exigia o momento.[80]

Faziam parte da comitiva do Inspetor os engenheiros Moacir Ávidos e Vinícios Berredo, da Secção Técnica, além de outros funcionários, dentre estes José Olímpio.

A essa altura, a Inspetoria mantinha ocupados nas diversas obras em curso, 45.000 operários e já havia em todos os açudes, armazenados, 1 bilhão de metros cúbicos.

Acionado pelo Governo Provisório, o então ministro da Guerra, gen. Leite de Castro, cria a "Missão de Socorro do Nordeste", atendendo à sugestão feita pelo Ministro da Viação. E designado pelo titular da Pasta o major médico Carlos Guimarães para chefiar os serviços de Cruz Vermelha, caben-

---

[79] "O POVO" edição n. 1.250.

[80] Os artigos referidos: 21 – "Além da cooperação de que trata o art. 13, a Inspetoria, nos casos de reconhecida conveniência auxiliará os Estados ou Municípios com 70%, e os particulares, individualmente, ou associados, com 50% da importância dos orçamentos, por ela organizados, na construção de: a) açudes não compreendidos nos sistemas gerais de obras de açudagem e irrigação (art. 9); b) obras de regularização nos leitos dos rios. "art. 30 – "No contrato para construção de um açude por cooperação, ficará estipulado que, no caso de paralisação da obra, por culpa do proprietário, a Inspetoria a concluirá, se for de reconhecida utilidade, ficando com o direito de explorá-lo como público, até ser paga a importâncla despendida".

do o comando da missão ao major Cícero Góis Monteiro. A comissão instalará postos de socorro e depósitos de víveres em Pernambuco, Paraíba e Ceará.

De 1932 é o Decreto nº 21.260, de 8 de abril assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro José Américo de Almeida, estabelecendo normas de execução das obras de irrigação enquanto durasse os efeitos da seca, no art. 1º dispunha que "os proprietários de terras que se prestem, na região semiárida do Nordeste, à irrigação ou à cultura agrícola, poderão executar por intermédio dos governos, as obras de cooperação de que tratam os arts. 21 e 30 do Regulamento da IFOCS, aprovado pelo Decreto nº 19.726, de 20 de fevereiro de 1931.[81]

Não faltam verbas para o período; e até se admite sobrarem, que, a dado momento, por autorização do Ministro, 349:836$700 são aplicados longe da área flagelada, ou seja, na construção da "estrada de rodagem Porto Velho a Cachoeira da Samuel" e na organização do núcleo agrícola no Amazonas.[82]

A Inspetoria, no Piauí, dá seguimento â construção de 65km de estradas, com obras d'arte, assim como instala um Centro Telefônico, ao lado de outras obras ativadas pelo Setor de Reflorestamento, na verdade uma Comissão de Florestamento, autônoma, inicialmente ligada ao gabinete do próprio Ministro, e depois transformada em Comissão de Serviços Complementares.[83]

No Ceará, enquanto se estendem os trilhos de Sobral para o Piauí (além dos ramais, em construção, de Barbalha e Itapipoca), a rede de estradas alcança a extensão de 875 km.,

---

[81] José Américo de Almeida, op. cit , p, 278. As informações sobre as obras efetivas e por serem concluídas desse período são extraídos das pp. – 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289.

[82] Paulo de Brito Guerra "Irrigação em quatro doses", Col. Mossoroense, Vol. XCVII, 1978 p 76. Aduz "Mais adiante seria o Serviço Agroindustrial do DNOCS, que persistiu até o advento da Autarquia", instalado junto ao Lima Campos.

[83] O POVO, 5 de junho de 1932.

acrescida de obras d'arte que totalizam 2.576 metros lineares. Estava construído, e em regime de obras, um elenco de açudes públicos e particulares" com capacidade, respectivamente, de 662.394.000m$^3$ e de 81.868.390m$^3$"; perfuravam-se 68 poços, enquanto a Comissão de Reflorestamento intensificara os trabalhos em Iguatu, São Mateus, Senador Pompeu, Quixeramobim, Cedro, Crato, Joazeiro, Trairi, Pacatuba e Fortaleza, com o preparo e plantio de sessenta e sete campos de palma. Sobreleva detalhe importante, o do alcance social das atividades da Inspetoria, construindo quinze hospitais e oito escolas.

No Rio Grande do Norte, enquanto a Estrada de Ferro de Mossoró estende mais trilhos, a rede de rodovias ganha aumento de 321 quilômetros, com 789 metros lineares de obras d'arte. Aí já estão construídos ou em fase de obras os açudes públicos e particulares com a capacidade, no primeiro caso, de 138.020.000m$^3$, e, no segundo, 1.518.680m$^3$. Perfurados contam-se 26 poços e 2.112$000 são ali recebidos para a "colonização agrícola e outros melhoramentos".

A Paraíba se beneficiaria já com 988 quilômetros de estradas e 850 metros de obras d'arte; açudes públicos, construídos e em construção, alcançavam a capacidade nominal de 404.948.000m$^3$; particulares, terminados; 9.284.039m$^3$. A Comissão de Reflorestamento continuava atuando em treze municípios, resultando o trabalho em dois postos agrícolas e sete campos de palma. Sessenta açudes haviam sido peixados.

O jornalista Renato Sóldon, em julho de 1932, contempla as grandes barragens de Piranhas e São Gonçalo (PE); verifica que a estrada, antes de Cajazeiras, "há alguns anos" não recebe cuidados. Deplora as pontes de cimento armadas, fendidas; e defeitos técnicos no percurso para Sousa, quais "curvas com pequeno raio", rampas íngremes" com perigosos aterros"... No entanto se deslumbra diante do Boqueirão de Piranhas, vista das instalações da parede da barragem; e alí

tem oportunidade de saber pelo Inspetor de Secas e pelo Dr. Vinícius Berredo, que são empregados 1.200 operários. Anota as obras em curso, demorando-se em apreciações sobre o Piranhas, o São Gonçalo e o Pilões.[84]

Em Pernambuco, cuja Capital vê estabelecido o pouso obrigatório para o Graff Zepelin, reservatórios públicos e particulares, terminados ou em obras, podem armazenar 3.850.000m3. São nove os poços cavados e mais treze açudes peixados. Material da Inspetoria é cedido para prosseguirem as obras do "quartel federal".[85]

Em Alagoas, verbas no total de 862:948$650 são cedidas ao Estado para o programa local de "colonização e obras de assistência aos flagelados", não faltando verbas para o corporativismo sindical nem para perfuração de mais poços.

A Bahia, na mesma oportunidade, assiste à inauguração de 46 km de estradas de rodagem. Açudes públicos e particulares, feitos ou em obras no Estado, totalizavam já, respectivamente, 48.518.420m$^3$, de capacidade. Cinco poços estavam perfurados e a IFOCS fazia o repasse de 1.600:000$000 para os trabalhos de um posto agrícola e oito campos de palma.

Mencionável detalhe que assinala o progresso imposto pela presença do automóvel, que passa a contribuir na melhoria dos sistemas de Correios. Em Alagoas, inauguram-se novas "linhas postais em automóveis, com a extensão de 322 quilômetros"; em Sergipe, 95. No Rio Grande do Norte as linhas postais passam a utilizar o "auto-ônibus", assim denominado, Na Paraíba, os Correios se valem igualmente

[84] José Américo dc Almeìda, op. cit. Verbas, quantitativos de quilômetros construídos, capacidade dos reservatórios construídos, etc, mesmo sem estarem aspeados, decorrem da mesma fonte, ao longo das referências às obras da IFOCS dessa época.

[85] José Américo de Almeida, op. cit., p. 167. São aprovitados das páginas 162, 163 e 166.

de automóveis, que cobrem, em seus serviços, 708 quilômetros. Em Fortaleza é estabelecida a linha postal por "sub-ônibus", de Fortaleza a Sobral. Iniciativas todas decorrentes do bom estado de conservação das estradas ultimamente construídas pela IFOCS.

Sobre a atividade da Inspetoria de Secas nessa quadra, observa o ministro José Américo de Almeida ter a repartição forcejado por manter "a par da vastíssima organização de trabalho, improvisada para comportar milhares de necessitados que ainda podiam dar alguma coisa de si, as diretrizes fixadas na reforma aprovada pelo Decreto 19.796, de 20 de fevereiro de 1931. Ateve-se, o quanto pôde, ao plano geral estabelecido, para que não continuasse a esterilizar-se em pequenas obras dispersivas, ao sabor de interesses pessoais ou regionais e por falta de um programa definitivo de conjunto, sem nenhuma perspectiva de solução" (...) "do gigantesco empreendimento de salvação da zona semi-árida. Foram atendidas, de preferência, as linhas gerais dos grandes sistemas de irrigação, do plano rodoviário correlato e das obras de cooperação, só tendo sido atacados trabalhos complementares, para socorrer as populações de zonas estranhas à área das maiores construções projetadas ou desprovidas de outros meios de assistência.

Não foi, entretanto, possível evitar os campos de concentração, que chegavam a conter, num só dia, no Ceará, 105 mil pessoas".[86]

Adiante, sob igual tom: "O Governo Provisório incentivou, o mais possível, a construção de açudes em cooperação com particulares. A capacidade desses pequenos reservatórios construídos, até 1930, limitava-se a 30.292.776m$^3$, ao passo que os já construídos, na atual administração, atingem a

[86] Francisco José da Costa Barros, "A Inspetoria de Secas no seu 30º aniversário, in: BOLETIM IFOCS.

32.402.866m³ e os em construção representam 60.864.307m³, ou o total de 93.267.173m³.

Até 1930 foram construídos 36 desses açudes; em 1931, achavam-se em andamento 11; finalmente, no triênio de 1931 a 1933, foi iniciada a construção de 51".

Expressivas as atividades levadas â responsabilidade da Comissão Técnica de Reflorestamento; inúmeros os estudos, a implantação de postos agrícolas, preparo e distribuição de mudas, os campos de palma forrageira, plantas forrageiras em observação, etc. além de adequada infra-estrutura indispensável a trabalhos dessa natureza.

É a partir de 1932 que a IFOCS inaugura a Comissão de Serviços Complementares, incumbida de "colaborar nos trabalhos de irrigação, na estrutura dos cadastros de terras e exames nestas, na formação de florestas protetoras e nas de rendimentos de madeiras e do rama, na arborização marginal dos canais e regimento para explorar os terrenos, fazendo não só a divulgação dos processos de conserva de forragens, fenação, etc., como os ensaios culturais apropriados e investigações da flora regional, introdução das plantas exóticas, produzindo e espalhando as mudas e sementes, ao mesmo tempo que relizando a campanha educativa da previdência e preocupação contra os efeitos das secas".[87]

Onze postos, como o "Pirajá", no Piauí, "São Gonçalo" e "Condado" na Paraíba, "Mundo Novo" e "Cruzeta", no Rio Grande do Norte "Palmeira dos Índios" em Alagoas, "Itabaiana", em Sergipe, "Tucano" e "Queimada", na Bahia, "Lima Campos" e "Joaquim Távora", no Ceará. Desses haveria de destacar-se o de São Gonçalo, dirigido pelo agrônomo José Augusto Trindade, onde foram realizados trabalhos importantes e pioneiros "com dezenas de plantas nativas, especialmente com

[87] Paulo de Brito Guerra, "Açudes e Xerófilas", Col. Moss, Vol XCVIII, 1978, pp. 61, 63, 64.

carnaubeira, oiticica, umbuzeiro, favela, cactáceas", (...) "por exemplo: estudou-se a produção assexuada da oiticica, e instalou-se o primeiro bosque de mudas enxertadas."[88]

José Augusto Trindade, quer como funcionário do Ministério de Agricultura (1917 a 1930), quer como chefe da Comissão de Serviços Complementares da IFOCS (1933 a 1941, quando morreu), exaltava o "aproveitamento integral dos açudes públicos, a educação dos agrícolas e a conservação de alimentos e forragens como fatores decisivos na solução das questões agrícolas". Foi quem iniciou a irrigação nos açudes públicos.[89]

Em conferência realizada na Escola de Belas Artes, atendendo a convite da Sociedade Nacional de Agricultura, a 2 de fevereiro de 1937, faria a apologia do açude e da educação do homem do campo:

"Mas, a finalidade precípua da açudagem – embora sediça a afirmativa, importata repetí-la – é a irrigação, e, através desta, a normalização da vida social das populações sujeitas ao martírio da retirada. É a fixação do homem à terra. É a formação de núcleos de bem-estar coletivo, de centros de produção Intensiva e permanente, bem como de focos de civilização e cultura em pleno sertão.

Está aí esboçada a complexidade do problema do uso pelo homem das gigantescas obras que a Inspetoria de Secas está construindo no Nordeste, e de que o País pode orgulhar-se.

Tal problema oferece múltiplos aspectos: os métodos de trabalho a empregar na exploração das terras lrrigáveis e as culturas a adotar; a educação do homem para tirar o máxi-

[88] José Guimarães Duque. "Perspectivas Nordestinas" BNB, Fortaleza. 1982, p. 57.
[89] Os postos agrícolas continuaram bastante atuantes. O de São Gonçalo com maior soma de serviços, com o falecimento do seu chefe, José Augusto Trindade, em 1942 passou e se donominar Instituto Agronômico José Augusto Trindade em sua homenagem, Assumindo a direção, o prof. Guimarães Duque retomou a orientação dos trabalhos, arregimentou equipes, "realizando diversos levantamentos de solos e de plantas forrageiras, oleaginosas e cerígenas". (Cf. "Nota prévia", de F. Alves de Andrade, In: J. G. Duque, op. cit., p. 7.)

mo proveito do trato irrigado em que trabalha; a defesa da saúde o crédito agrícola."

Os postos agrícolas da Inspetoria, em 1938, já possuíam um acervo de trabalho que lhes garantiria relevo especial na Exposição do Estado Novo, promovida no Rio de Janeiro no dia 10 de novembro desse ano, quando então eram doze, com o do Rio São Francisco.[90]

A respeito, veja-se o que pública o Boletim da IFOCS no ano de 1939: as fotografias da Exposição mostram os "12 postos agrícolas não só em estudos experimentais de irrigação como também na aplicação dos resultados obtidos na cultura de diversas espécies e variedades de plantas de alto valor econômico, tais como a oiticica, a carnaubeira, o algodão, o arroz, a tamareira, o "citrus", as forrageiras, etc; 21 espécies e 29 variedades de plantas alimentares e industriais em ensaios de adaptação e cultura nos postos agrícolas; 26.332 plantas frutíferas em local definitivo; 38 espécies e 163 variedades de plantas frutíferas em ensaios de adaptação e cultura; 87 espécies e 124 variedades de plantas forrageiras em ensaios de adaptação e cultura; 1.089.869 mudas de diversas espécies e 38.111 quilos de sementes distribuídas aos agricultores; processo artificial de reprodução de peixes, original da Inspetoria: 82 trabalhos publicados sobre piscicultura, assunto novo no Brasil; 161.000 exemplares de peixes distribuídos para o povoamento dos açudes..."[91]

Os que a 1º de dezembro de 1938 visitaram a Exposição do Estado Novo puderam ver a "farta documentação do período de trabalho intenso e realizações "da Inspetoria de Secas, cujo "stand" expunha em representações gráficas, fotográficas, através de bem elaborados painéis e até da exibição de produtos agrícolas, o resultado dessas atividades.

---

[90] BOLETIM IFOCS, Rio de Janeiro, 11 (1), pp. 125-126.
[91] BOLETIM IFOCS, op.cit., idem.

O motivo central da mostra – "uma região transformada pela irrigação, era representada por meio de dois painéis artísticos medindo 1m50 x Im50 cada um, colocados lado a lado, representando um deles uma cena de 'retirada' de flagelados da seca e o outro uma cena de irrigação já conhecida de grande parte dos nordestinos graças aos empreendimentos administrativos atuais. Havia embaixo do quadro da seca, a legenda: 'As obras evitarão as cenas dolorosas da retirada durante uma seca'. Abaixo do quadro da Irrigação, lia-se: 'A Irrigação garantirá permanentemente a abastança, mesmo durante uma grande seca.'[92]

Os visitantes podiam contemplar adiante, no salão, em quadros bem dispostos, a estatística do empenho da IFOCS em servir ao Nordeste: "a capacidade de acumulação dos açudes públicos no período 1930-1937 representa mais do dobro da obtida de 1906 a 1930; em açudagem por cooperação foi conseguida uma capacidade 5,5 vezes maior do que no período 1912-1930; 100.934 metros de canais de irrigação contra 28.530 metros concluídos no açude Cedro em 1906; 3,21 quilômetros de rodovias, ligando oito Estados nordestinos, mantidas em ótimas condições de conservação; 2.896 obras d'arte correntes e 769 obras d'arte especiais em concreto armado, com a extensão de 6.645 metros; tráfego nas rodovias intensificando-se de ano para ano..."[93]

Mais gráficos, mais fotografias ampliadas indicavam os "resultados conseguidos no período 1930-37, nos quais está assinalado "pela sua repercussão importante na economia nordestina" (...) "o grande sistema da irrigação do Alto Piranhas" com os açudes São Gonçalo e Piranhas, já construídos cerca de 40 km de canais; a grande barragem "Curema'", mostrada em

---

[92] Idem, Idem.

[93] Rodolpho von Ihering, "Aspectos Biológicos do sertão", in: Meiquiades Pinto Paiva, "Permanencia de Rodolpho von Ihering", Col. Mossoroense, Vol X, 1983 p. 38.

adiantado ritmo de construção, "o grande sistema de irrigação do Jaguaribe, com o açude Lima Campos e cerca de 20 km de canais concluídos, o túnel de ligação entre os açudes Orós e Lima Campos em construção, estudos da nova localização da barragem Orós e respectivo projeto, mais de 3.000 km de rodovias construídas; descoberta de processos de enxertia da oiticica permitindo o cultivo racional", etc., etc.

A década 1930-39 exprime o adestramento da IFOCS na estratégia de luta que empreende. Do dia 12 de novembro de 1932, a portaria ministerial que cria a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, sob a direção de Rodolpho von Iherlng, cujos objetivos estabelecidos decorreram de orientação do próprio Ministro da Viação: "A) promover o povoamento das águas internas do Nordeste, com peixes de boa qualidade, prolíficos e precoces, e defender essa fauna contra seus inimigos e moléstias; B) metodizar-as pescarias e determinar as épocas de sua realização; C) divulgar os processos de conservação do pescado..."[94]

Até então em decorrência dos desacertos que certamente sobrevieram da falência de verbas e da desídia ou desencorajamento administrativo, faltavam ferramentas para o atendimento das obras, à medida do desejável, como falhavam também na execução de determinados projetos o material de construção, transporte e água.[95] Em 1932, as falhas estavam corrigidas e se assistia a uma apropriação de transporte mais atualizados e convenientes às solicitações de serviços: eram então adquiridos 122 caminhões, e, no ano seguinte, 44. Quanto a máquinas pesadas e motores, ocorreria considerável avanço de capacidade e desempenho.

A atualização técnica em 1932 já passaria a aproveitar rotineiramente caldeiras verticais e horizontais "Wilckes", de

[95] Idem, p. 96.
[94] Eng. Luiz Augusto da Silva Vieira, "Relatório do DNOCS, 1931/33", in Luiz Carlos Martins Pinheiro, op. cit., pp. 88-89.

300 HP. Guindastes já são denominados assim (e não mais "derricks"), com força de elevação acima de cinco ou mais toneladas. Em 1933, entravam para uso da Inspetoria as motoniveladoras; em setembro, do mesmo ano, os modernos rolos "sheep's foot", rebocados a tratores, rendendo cada máquina destas o trabalho de 400 operários e "reduzindo a terça parte o custo do apiloamento".[96]

Ante o apreciável resultado obtido com as máquinas em uso pela IFOCS, seriam adquiridos mais dois tratores 75, dois 50, seis rolos compressores "sheep's foot", duas plainas tipo 60, para construção de rodovias, reboques metálicos "rotary scrapers", um "road builder", perfuratrizes de percussão, acionadas (o que significava inovação) por motor à óleo "díesel"; uma perfuratriz rotativa, etc.[97]

A máquina, desse modo, ia-se incorporando ao instrumental dessa luta, enquanto o operário, peça indispensável à execução dos serviços, passava a merecer atenções da Repartição que lhe cuidava mais a tempo da saúde, compreendida a necessidade de ser mantido higienizado o seu ambiente de trabalho, principalmente o dos acampamentos, locais que, em alguns anos, quando o emprego de mão-de-obra alcançava números exagerados, mais pareciam campos de concentração.

A Inspetoria coordenaria em 1932, em estreita colaboração com os governos do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, "assistência médica sistemática", instituindo, uma caixa médica custeada pelos próprios operários".

---

[96] Luis Carlos Martins Pinheiro, op. clt., p. 96. A utilização do primeiro conjunto de máquinas (organizadas em patrulhas) começará também em 1932. Constituíam-no tratores road-builder," escarificadores "scrapets" escavadora mecânica, plainas niveladoras, ditas auto-motoras e caminhões basculetas cf. Luiz Augusto da Silva Vieria, in: "A Rodovia o combate à seca no Nordeste", In BOLETIM IFOCS 10(2), out/dez, 1938, pp. 119-120.

[97] Idem, p. 90.

Sendo a diária de apenas 2$500, insuficientes até mesmo à manutenção própria do trabalhador, o Inspetor Luíz Vieira toma a iniciativa de solicitar verba especial para cobrir os pagamentos de médicos e enfermeiros – no que o atende, em outubro, o ministro José Américo, – eliminando-se desse modo a cobrança estabelecida, que onerava os operários.[98]

Em 1939, o acudimento às condições médico-sanitárias dos locais de serviços, notadamente a canteiros de obras dos açudes em construção, apresentava-se mais orientado do que o de 1932, obtendo desempenho merecedor de encômios. Em área de atuação da Inspetoria, nos meses de abril, maio, e junho[99] efetivaram-se 10.869 consultas médicas; 14.661 receitas foram aviadas e praticadas 180 intervenções cirúrgicas, – e mais: 13.014 injeções aplicadas, 7.197 curativos feitos e 283 dietas passadas.

Os serviços de proxilaxia documentaram 2.883 vacinações antitíficas por via hipodérmica; 1.201 vacinações e revacinações antivariólicas; 1.621 quininizações, além de atento trabalho de polícia, educação e propaganda sanitária (no 2º Distrito), com a construção de seis fossas e inúmeras visitas domiciliares, freqüentes; remoção de imundícias, fiscalização de gêneros alimentícios, etc.[100]

Apreciável também o desempenho do setor de colonização empreendido pela inspetoria. Raul Senna Caldas destaca-o, comentando as atividades, por exemplo, da Colônia 5 de julho, em Palmeira dos Índios (Alagoas), onde 89 colonos cultivavam 385 hectares, sendo destes 185 plantados de algodão, 121 de milho e feijão consorciados, 38 de mandioca, 48 de mamona e 2,37 de arroz". "Nessa fazenda-tipo está

---

[98] Cf. BOLETIM IFOCS, Vol. 12, n 1, julho/setembro de 1932, p. 62.
[99] Raul Senna Caldas, "A Questão não é apenas água".
[100] No açude Tucunduba, em 1914, Thomaz Pompeu Sobrinho menciona escola desse tipo para 64 alunos.

se encaminhando" – refere o observador – "um assunto muito Interessante: escolas para operários e escolas para agricultores"[101]. Na verdade era "apenas um curso prático", mas de bons frutos. Os operários-agricultores dessa Colônia, em 1937, tinham feito "418 visitas aos postos agrícolas em funcionamento, para coletar dados, para obter ensinamento, para resolver casos, para fazer consultas, como se fossem a um médico".[102]

[101] Raul Senna Caldas, op. cit., idem.
[102] Luiz Carlos Martins Pinheiro, op. Cit., pp. 98-99.

## OS NOVOS DESAFIOS – A PREOCUPAÇÃO ECONÔMICA COMEÇAM OS TEMPOS DO BNB., CHESF, CVSF E SUDENE. AS SECAS DA DÉCADA 1950-59

**A DÉCADA 1940-49**, com vigência de mais um período (1942) de irregular e baixa pluviosidade, vulnerando os sertões do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, vê estabelecido pela Inspetoria o plano de emergência com o alistamento de pessoas (não mais mencionadas como flagelados, mas retirantes) nas obras dos açudes Curema e Mãe d'Água, na Paraíba, nos trabalhos de construção do ramal ferroviário de Mossoró; rodovia de acesso ao vale Ceará-Mirim", e "localização gratuita, nas vazantes disponíveis dos açudes públicos, de famílias de *retirantes* (grifamos), desde que, em cada caso e a critério dos Chefes de Distrito ou Comissão, a situação se justifique".[103]

Confirmada a previsão de seca, tornava-se conveniente a "abertura de um crédito especial de Cr$ 16.470.000 para a conclusão do trecho Canudos-Salgueiro, da Rodovia Fortaleza-Salvador; do ramal do Cariri, no Estado da Paraíba; do trecho Jardim do Seridó-Caicó e conclusão da Rodovia Fortaleza-Teresina.

Mais recursos, em face da situação que experimentava a região, seriam solicitados. É quando o próprio eng. Vinicius Berredo, Inspetor da IFOCS, se dá conta de que, não obstante a "atenuação momentânea resultante das últimas chuvas" caí-

[103] Luiz Carlos Martins Pinheiro, idem, idem.

das pelos sertões, não se modificara o quadro da crise. Deparavam as populações com a "carestia dos gêneros alimentícios, falta de confiança dos proprietários, dificuldades de transporte", etc.[104]

Leis de números 4.475, de 14 de julho; 4.663, de 4 de setembro; 4.964 e 4.965, autorizavam créditos totalizando mais de Cr$ 821.000.000 de verbas concedidas.[105]

Thomaz Pompeu Sobrinho inclui esse tempo (que começa, a seu ver, em 1935 e expira em 1949) num quinto período de esforço do poder público (em grande parte do próprio DNOCS sob a designação dos órgãos que o precederam) na luta contra secas e os seus efeitos, escrevendo: "Como de costume, os trabalhos da Inspetoria de Secas sofreram sensível declínio com a paralisação de obras importantes, iniciadas sob a pressão dos flagelos que passavam paulatinamente".[106] Mas na última fase do período admitido por Thomaz Pompeu Sobrinho, como o quinto, que se estende de 1942 a 1949, as verbas são mais abundantes, conquanto menos rendosas – no seu referir – os efeitos. "O que de mais interessante cumpre assinalar no fim do período foi o ressurgimento da idéia de grandes ou colossais reservatórios. No Ceará, embora durante tão dilatado tempo hibernasse o propósito da construção dos açudes Orós, Poços dos Paus e outros de grande vulto, surgiu a idéia de construir as barragens dos grandes reservatórios projetados ou simplesmente anteprojetados do Banabuiú, no Boqueirão do Mondobim, e do Araras, no rio Acaraú. Os indícios da seca do começo do século seguinte despertaram e reforçaram tais idéias".[107]

---

[104] Idem, p. 163.
[105] "História das Secas (Século XX)", p. 479.
[106] Idem, p. 485.
[107] Raul Barbosa, "O Banco do Nordeste do Brasil e o desenvolvimento econômico da Região", Fortaleza, 1979, p. 175.

Nessa década, a 28 de dezembro de 1945, Decreto-Lei de nº 8.468 reorganiza a lnspetoria de Obras Contra as Secas, que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com a finalidade de realizar "todas as obras destinadas a prevenir e atenuar os efeitos da secas na Região a que se refere o art. 2º da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, e em outras zonas do País, a que a Lei venha a estender o seu campo de ação". (Preâmbulo e parte do art. 19).

É presidente dos brasileiros um cearense, ministro José Linhares, a quem coube assinar o diploma legal, referendado por Maurício Joppert da Silva e J. Pires do Rio. A 28 do mesmo mês, pelo Decreto nº 20.284, é aprovado o Regimento do DNOCS, dispondo sobre o desempenho funcional, sede (Rio de Janeiro) e setores de atividades, deste modo: 1 Divisão Técnica, 1 Serviço de Administração, 1 Serviço de Documentação, 4 Distritos, 1 Serviço de Estudos, outro Agro-Industrial, e mais um, o último, de Piscicultura (art. 20 , capítulo II).

Em 1946 o DNOCS já dispunha de 75.318.983 de verbas para enfrentar as despesas de seu programa; em 1947 de 88.118.223; em 1948, de 124.071.682. Em 1949, os recursos descem para 54.167.190, ascendendo em 1950 para 178.286.411, e, no ano seguinte para 421.287.919, subida requerida mais uma vez pelos graves problemas deflagrados pela seca, a ensejar inaugurasse o Departamento suas atividades, testando-se seriamente em nova emergência estabelecida para o Nordeste.

Os anos que vão de 1946 à eclosão da seca, a que aludimos, contemplam-se com outras previdências administrativas do poder público que, mais adiante, começarão a render resultados de maior resistência aos efeitos desencadeados pelas rupturas do clima. Em 1945 (Decreto-Lei nº 8.301) é criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco; em 1948, a Comissão do Vale do São Francisco, quando o País não está distante do funcionamento do Banco do Nordeste do Brasil

(BNB), autorizado a se constituir a 19 de junho de 1952 (Lei nº 1.064); e da superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), viabilizada em 15 de dezembro de 1959; providências decorrentes da conscientização de que se fazia urgente (como lembraria com propriedade o sr. Celso Furtado, mais tarde) a criação de "uma economia no Nordeste "capaz de resistir às secas".

Já a esses dias era evidente o interesse por nova política econômica, o que fica dito e repetido em entrevistas, artigos, estudos da época, e como ocorrerá na Mensagem de nº 363, do mês de outubro de 1951, pela qual o Poder Executivo se dirige ao Congresso Nacional propondo a criação do BNB., "impregnada de nítido sentido novador, que se expressa, logo de início: "(...)" A política federal, no sentido de defender das secas as vastas extensões do Nordeste e do Leste setentrional, a elas sujeitas periodicamente, e de integrar tais regiões na economia moderna, requer uma revisão, com o aperfeiçoamento, quando não superação dos métodos tradicionais. O próprio título de "obras contra as secas" expressa uma limitação, focalizando o problema sobretudo pelo ângulo das obras de engenharia. E tempo de, à luz da experiência passada e da moderna técnica de planejamento regional, imprimir-se ao estudo e solução do problema uma definida diretriz econômico-social".[108]

Na verdade, principiam todos a entender que se requeria demasiado da capacidade operacional do DNOCS, sobrecarregando-o de incumbências que já aí, com o crescimento demográfico, se tornam exageradas para o seu desempenho na adustão dos sertões sem condições econômicas de sobrevivência. Ver-se-ia, então, que não bastava a água, o canal de irrigação, o trabalho ofertado com generosidade –

[108] Op. cit., p. 103.

e que todos os descompassos clínicos nada mais eram que um recuo à assistência paternalista –, para ajudar o homem a permanecer na terra. Impunha-se solução para assalariar o homem de modo que não se transformasse em simples indigente remunerado.

Em outro raciocínio, mas assistido pela intimidade dos problemas da Repartição, sobre igual situação opina o engenheiro-agrônomo Paulo de Brito Guerra[109]: "Grandes tarefas caíram nos ombros do velho órgão (DNOCS), geralmente alquebrados pela *fraqueza* de verbas (grifamos) ou pela sobrecarga de lutas em anos calamitosos. Muitas das grandes coisas, boas ou más, especialmente estas, acontecidas nestas plagas ensolaradas, eram atribuídas à "Inspetoria". Foi ela responsável não só pela construção de açudes públicos e particulares premiados (inclusive o pagamento do prêmio em dinheiro), mas pelo próprio projeto e execução da rodovia transnordestina e centrais estaduais que a ela se ligaram, pela construção de trechos de estradas de ferro, de cais marítimos e de campos de pouso, pela geração de energia, pela iluminação e abastecimento dágua de cidades, por levantamentos fitogeográficos, geofísicos, topográficos e serofotogramétricos, pela introdução de peixes e peixamentos de açudes, pela produção de milhões de mudas frutíferas e florestais, pela disseminação da palma e pelo desenvolvimento da irrigação.

Pouco a pouco, novas e poderosas estruturas seriam montadas, permitindo ao órgão respirar melhor e dedicar-se a linhas de situação mais especializadas".

No auge dos efeitos da seca de 1953, descobrem os técnicos do Planejamento da Presidência da República ser imperioso o aumento das "reservas d'água", e de mais reten-

[109] Cf. "Planejamento do combate às secas", Banco do Nordeste do Brasil, Comissão Incorporadora. Publicação 4, nov., 1983. As citações que se seguem são extraídas das pp. – 32, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 28, 32.

ção desta, pois "tudo o que está feito com essa finalidade ainda é muito pouco e nem sempre bem orientado";[110] pregam, com ênfase, a organização e fortalecimento da economia "no sentido de distribuir na região as reservas econômicas". Clamam a integração das "instituições e as populações regionais numa consciência do problema das secas"; e postulam "programa de inversões federais básicas em obras e serviços públicos"; mais "inversões em crédito e empreendimentos públicos ou locais, que reduzam as desvantagens da Região em relação ao Sul". (...) "Este o sentido de Paulo Afonso e outros investimentos públicos bem planejados na Região, tendo ao lado o Banco do Nordeste do Brasil".

Esse documento da Assessoria Econômica da Presidência da República, em 1953, "base para o eficiente planejamento da ação contra as secas e da organização do Nordeste", considera improdutivas as "medidas e realizações" até então adotadas, postas em prática, a começar pela "deficiência de informações seguras sobre os problemas da área, sobretudo da situação meteorológica, agrícola e social". E, a seguir, dá por insuficientes as atividades promovidas pelo DNOCS, que ostenta "desfavorável conceito público, há muitas décadas, quanto ao controle da aplicação de recursos, a despeito da notória honestidade de muitos dos seus técnicos e de períodos de "desinteresse geral do Governo pelos serviços" do Departamento, ocasionando o "desfalque de técnicos; desinteresse pelos vencimentos "pagos", resultando na permanência dos abnegados, dos desanimados em tentar nova carreira e dos que têm outras "compensações", etc.

O documento reconhece no entanto que o DNOCS era obrigado a enfrentar "uma grande burocracia no Rio de Janeiro", à tramitação de requerimentos para recebimento de verbas

[110] José Osvaldo Pontes, "O trabalho do DNOCS e o programa da irrigação no Nordeste semi-árido", 1978, p.4.

e de prestações de contas, sendo referidos os "frequentes cortes de dotações, implicando descontinuidade administrativa, pelos azares da elaboração orçamentária e pelos planos de economia". E não esquece como "fatores das deficiências dos serviços de combate às secas" (...) "as pressões políticas, visando – o que já em 1930 o Governo Provisório tentara inutilmente resolver – a agradarem "aos aglomerados eleitorais".

Nesse mesmo desenvolver de pensamento é alvitrada a melhoria de funcionamento da repartição, com a contratação de "maior número de técnicos", mais bem pagos, e de lhe ser concedida "autonomia administrativa ampla, com registro e distribuição automáticos de verbas"; o "afastamento de chefes e técnicos suspeitos, sem preocupação de nada apurar em inquérito", exemplificados estes como os de "fortunas de origem duvidosa" (...) "aparentados com empreiteiros, dos que permitiram exploração humana de barracões e falsas cooperativas".

É solicitada, como providência final, a transferência da "sede do DNOCS para um ponto da Região sujeito a secas, quando possível central em relação aos extremos do Polígono"(...) "Este local" – é afirmado a seguir – "poderá ser, talvez, Paulo Afonso, no eixo do São Francisco e com instalações completas e disponibilidade de alojamento, em virtude da próxima redução a mínimo dos quadros da CHESF".

Sobre pressões políticas, está dito que a "racionalização dos Serviços oficiais, na área das secas, para que os sacrifícios financeiros da Nação produzam os frutos desejados, defrontará sempre, por certo, os interesses *políticos de zona e mesmo de grupos e indivíduos*, (grifamos) aos quais o planejamento e as escalas de prioridade, fixados à base dos interesses gerais, não poderá contentar".

Os desacertos de atendimento à força de trabalho, agenciado pelas secas, identificados em eventual distribuição de

privilégios, favoritismo e atos de improbidade, atribuídos ao DNOCS, antes deveriam ser imputados à debilidade do sistema governamental, ao longo de episódios da usura praticada através de pagamentos por vales, por exemplo, e que mais tarde, por ocasião do extenso período de seguidas estiagens (de 1939 a 1983) se repetiria nos cheques nem sempre recebidos e em folhas de pagamento que, não obstante controlados oficialmente, não dão cobro a atos de desonestidade, nem tornam imune a vícios do sistema de atendimento à inscrição de flagelados fictícios.

Os problemas do Nordeste, com os novos órgãos administrativos surgidos na década 1950-59, não se acabaram. Mas contribuíram para que o DNOCS se despisse de obrigações que lhe eram atribuídas a mais, tendo então condições de operar em seu campo de trabalho específico, condicionado à aua vocação, como em 1978 exprimia o eng. José Osvaldo Pontes, atual Diretor do Departamento, a de "interferir no meio rural do Nordeste, visando à modernização das atividades agrícolas, prioritariamente através da irrigação".[111]

A linguagem desse administrador àqueles dias – quase duas décadas depois das alterações na ordem administrativa em atuação no Nordeste –, conquanto não tencionasse absolver o DNOCS por falhas que ocasionalmente houvesse cometido, expressa o seu novo comportamento, de bom senso, de opção natural por missões mais ajustadas a reais objetivos.

"Por essa via" – escreve o eng. José Osvaldo Pontes – "espera o DNOCS atender às imposições de sua própria destinação legal. A ele foi confiada a missão de radicar as populações nordestinas, minorando-lhes os efeitos do flagelo das secas e inundações periódicas, com vistas à melhoria do seu padrão de vida. Esses objetivos, aliás, vêm norteando as

[111] José Osvaldo Pontes, op. cit. Idem.

atividades do Departamento desde seus primeiros dias. E permanecerão como suas metas ao longo do tempo, reajustadas, à vista da evolução da tecnologia aplicável às urgentes exigências da comunidade regional".[112]

O certo é que, com a queda de Getúlio Vargas em 1945, e a subida do ministro José Linhares ao poder, ao lado de atos decorrentes desse momento político, e de outros que se lhe seguiram, praticamente surge "nova visão dos problemas da zona semi-árida", com a criação da CHESF e da C.V.S.F.[113]

Mais à frente, idéias defendidas no "Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste", promovido pela Confederação Nacional da Indústria, em 1959 (um ano após a grande seca de 1958), como as do economista Celso Furtado, refletem o despertar de consciência administrativa, responsável, voltada para a solução de problemas que se eternizavam. Celso Furtado considerava então: "exagerar a importância das secas é desconhecer a significação real dos demais problemas econômicos da região."[114] E configurando esse pensamento, não aceitava a descapitalização das bacias irrigadas, salvo se aproveitadas para "fim social" e "dar mais estabilidade à oferta de alimentos", enquanto propunha a "organização de empresas mistas ou cooperativistas tecnicamente assistidas "para operarem no que hoje se pode entender por perímetros irrigados. Em síntese, almejava "economia suficiente e resistente, não só para atravessar as longas estiagens, como também para enfrentar as secas periódicas".[115]

Os anos 50, principalmente ao meio da década, aguçam a opinião de outro economista, prof. Mário Simonsen

---

[112] José Gonçalves de Souza, "O Nordeste Brasileiro", Fortaleza, 1979, p. 87.
[113] Idem, Idem.
[114] Celso Furtado, op. cit., idem, idem.
[115] Mário Henrique Simonsen, in: "Comissào Coordenadora de Estudos do Nordeste", Estuods nº 1, Brasília, 1971, p. XXV.

que os comenta ao escrever sobre o "Estudo nº 1 da "Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste" (COCENE), em 1971, propondo medidas para o desenvolvimento do Nordeste e sua desejável integração à economia nacional: "Em meados do decênio 1950, o desnível econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul atingiu o seu hiato mais agudo. Fixou-se então a convicção de que a economia nordestina precisava receber um impulso exógeno bem mais amplo do que a tradicional política de defesa contra as secas. Essa convicção conduziu, em poucos anos, à criação da SUDENE, à instituição dos incentivos fiscais, às inversões na Região, e à elaboração de um modelo de desenvolvimento do Nordeste baseado na industrialização"[116]

Quem contava apenas nove anos, em 1951, não tivera o dissabor de conhecer os efeitos da seca. De 1942 até se declarar a calamidade, esse ano, a vida para os nordestinos transcorrera sem anormalidades. Mas se falharem as chuvas, instalada a crise, antes de declarada pela voz oficial, os homens desertam. Evadem-se. Emigram.

Exaurida a vida da natureza, extinguiam-se, aos poucos, também as condições para a existência humana.

Como sempre, o Ceará servia de termômetro da crise que, começando em 1951, prosseguiria, cruenta, até 1953. Ali, expirado 1951, que exigira mais uma vez os cuidados do DNOCS, constatava-se que, mal entrado o novo ano, já os jornais denunciavam a "instabilidade dos serviços mantidos pela União", ocasionada pelo pagamento deficiente à mão-de-obra e conseqüente evasão desta. Os sertanejos retornavam aos seus pontos de origem, para o preparo dos campos, prelibando a ocorrência do inverno...que não viria.

---

[116] Cf. noticiário in: "Diário do Povo"(CE), 7,02;19,02; "Unitário"(CE), 8.04; 2.10.1952.

O mesmo problema agravava a situação nos canteiros de obras de vários açudes na região. Em Pentecoste, as coisas iam de mal a pior no açude "Raposa", onde as condições de trabalho eram péssimas. À falta de "verba para o pagamento, os menores completamente nus desfilam pelas ruas" da cidade...

Em abril de 52, estava generalizada a diminuição de mão-de-obra nos açudes em construção, situação que emperrava. No Ceará, notadamente o Banabuiú, a certo momento só tinha a seu serviço pouco mais de cem operários.

E o pior: existiam recursos da ordem de cinco milhões de cruzeiros, dos quais, parcela considerável – a persistir a evasão de trabalhadores – teria de ser devolvida, medida que não satisfazia o eng. Pereira de Miranda.

Ao final do ano, a imprensa alertava a população: "iminente o colapso do DNOCS à falta de verbas", esgotadas as dotações de emergência.[117]

Em outubro o senador Olavo Oliveira (CE) consegue de seus pares a aprovação de projeto "regulando o estudo, o orçamento e a construção dos açudes em cooperação com os Estados, Municípios e particulares". O art. 7 previa: "As despesas da presente lei correrão por conta das verbas orçamentárias e para tais fins consignadas ao DNOCS". Não era a solução ideal.

Custa crer, mas voltava cáustico o flagelo, seguindo-se-lhe o constrangimento, a miséria, a falência humana.

---

[117] José Américo de Almeida, op. cit., p. 42. O Instituto Agronômico José Augusto Trindade (IAJAT) seria infelizmente desenvolvido na década 1960-69. A 31 de julho de 1984, em expressiva solenidade voltou a prestar seus serviços tão úteis no interesse da pesquisa e estudos do Nordeste. O presidente do CNPq, presente ao ato, usando da palavra lembrou que a "desativação do IAJAT foi um equívoco que só países pobres e subdesenvoividos conseguem cometer. In: "Solo & Água" Ano 1, n 9, agosto de 1984 (MINTER-DNOCS).

Cenário e personagem desse drama os conhecia José Américo de Almeida. Desde os primeiros instantes de sua volta ao Ministério de Viação, dizia a si mesmo que precisava recontemplar os sertões desolados. Em outubro, satisfazendo a esse desejo, sobrevoa "cinco mil quilômetros, passando de um avião para outro, conforme os campos de pouso." Penetra o semi-árido, vai ao fundo do seu recesso. Anda de automóvel e a pé. Vai a tudo, testemunhando os fatos. Reconhece "angustiado as caatingas desfeitas do planalto da Borborema, os cenários do Seridó, resseco e desolado; o chão do Ceará, todo cinza e salpicado da verdura perene que as gotas dágua acumuladas por seu povo laborioso iam regando: o ar de fogo do Piauí; as solidões de Pernambuco". [118]

E fechando um período de raro antologismo de sentimentos bem expressados oficialmente, o ministro é novo Ulisses contando seu retorno à casa. finda a jornada emocional, estendo, novamente, as mãos, sentindo as necessidades humanas, no seu auge, vendo que o Nordeste só se salva, antes de as chuvas correrem, se choverem rios de dinheiro. É preciso irrigar de nova vida esse organismo desfeito".

Palavras tocadas de drama, ferindo realidade que agride pelo inusitado, pela violência da fome, da sede, da separação de famílias na migração mais dolorosa que pode haver, a dos que migram em sua própria terra, fundamentam ó preâmbulo da exposição do Ministro perante a Câmara de Deputados, em sessão do dia 1º de novembro de 1953.

Por sua explanação vai-se saber o que realizou o Ministério e notadamente o DNOCS, em mais um confronto com a adversidade nordestina.

A seca eclodida em 1951 intermediava-se, até atingir e vigorar, devastadora, em 1953. No ano de 1952, as chuvas, ainda que caindo com mais freqüências em alguns lugares,

[118] José Américo de Almeida, "As Secas do Nordeste", 1981, pp. 24-25.

não garantiram mais do que percentual mínimo de colheitas nas lavouras que escapavam ao sol. Não havia o que esperar da quadra insólita senão o aumento, cada vez mais avultado, de braços ociosos, agudizando problema social mais contundente do que o presenciado antes.

Dessa forma, o desempenho do DNOCS na administração Souza Lima, ao transcurso do primeiro semestre de 1953, já podia oferecer á Nação expressivo desempenho. Achavam-se em estudos um açude publico, outro particular, e 125 km de estradas de rodagem. Trabalhos executados, de aterro, fundação, apiloamento, cortes, sangradouros, e alvenaria levantada, totalizavam 1.115.092 $m^3$; canais e drenos, 35.129 metros lineares, assim como já se viam ultimados quase 100.000 $m^3$ de terraplanagem em campos de pouso, e, por igual, 2.723.051 $m^3$ em leitos abertos para rodovias, além de 61 poços perfurados.

Ao terceiro trimestre (administração José Américo de Almeida) o ritmo de trabalho, considerado o tempo em que eram desenvolvidos, surpreendia. Estudos de rodovias logo totalizariam 206 km; 1.118.853 $m^3$ era o resultado obtido em fundações, aterros, apiloamento, etc., enquanto, sob aceleração das obras, as rodovias ofertavam de resultado 3.119.854 $m^3$. [119]

A 30 de setembro do mesmo ano prosseguiam as obras (mencionadas aqui as mais importantes) do açude público Cajazeiras; das rodovias Terezina-Picos. Central do Piauí, Picos-Jaicós, no Piauí; açude publico Pentecoste (Pereira de Miranda); Banabuiú (Arrojado Lisboa) e Araras (Paulo Sarasate), estes últimos respectivamente com 1.000.000.000 $m^3$ e 1.500.000.000 $m^3$; o Várzea do Boi, com 52.000.000 $m^3$, além de 30 outros açudes particulares em regime de cooperação, a rede de irrigação do Aires de Souza, do General Sampaio, e mais serviços em favor das Rodovia Central do Ceara, Sobral-

[119] José Américo de Almeida, op. cit., p. 41.

Meruoca-Massapê; na infraestrutura e reparo de 4 postos agrícolas, em dois de piscicultura em 44 poços.

No Rio Grande do Norte os trabalhos se concentravam nos açudes Pataxó, Trairi, General Dutra, etc; nas rodovias Mossoró – Luiz Gomes, Manau – Açu, etc. Estavam perfurados 17 poços. E ali a IFOCS construía ponte com vão de 300 metros sobre o rio Piranhas.

Na Paraíba seguiam as obras dos açudes públicos Mãe d'Água, Cabaceiras, Tribofe, etc. Atacavam-se as rodovias Patos – Piancó (trecho de Piancó), Boa Vista, etc. Postos agrícolas recebiam cuidados especiais, particularmente o do açude São Gonçalo, onde se destacavam os "serviços de pesquisas e desenvolvimento da cultura agrícola realizados pelo Instituto José Augusto Trindade".[120]

Em Pernambuco intensificavam-se as providências em favor do açude público Poço da Cruz e reiniciavam-se as obras do Abóboras e do Arruído. Dava-se por concluída a rodovia Araripina-Crato, atacavam-se outras estradas, postos agrícolas, etc.

Os açudes públicos Poço das Trincheiras e Jacaré dos Homens eram atacados em Alagoas; em Sergipe também se construíam dois, além da rodovia Central no trecho Aracaju – Frei Paulo (85 km); na Bahia avançavam os trabalhos dos açudes públicos Jacurici, Champrão, Corocochó, etc., e de mais nove particulares, em cooperação, assim como várias rodovias. No norte de Minas Gerais seis poços eram perfurados.[121]

---

[120] José Américo de Almeida, op. cit., p. 59.

[121] Luiz Carlos Martins Pinheiro, op. cit., p. 113. No mesmo lugar tem-se quadro elucidativo da freqüência de operários. Os primeiros algarismos correspondem ao primeiro semestre e os seguintes ao segundo, em cada exemplo: 1º Distrito (CE) 8.673, – 15.852; Serviço Agroindustrial; 3.616 – 3.298; 2º Distrito (PB) 12.385 – 17.411; 3º Distrito (Pe) e (Al); 2.587 – 4.745; 4º Distrito (BA) e (SE): 2.889 – 4.440; 5. Distrito (RN); 6.381 – 6.584; Comissão do Piauí (PI): 1.361 – 6.891; Comissão da Bahia – Minas; 155 – 171.

O eng. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, então Diretor Geral do DNOCS, ao se ocupar dos fatos desses dias escreveu: "Contra a situação generalizada de desemprego não havia senão ampliar os centros de trabalho, com a multiplicação das obras governamentais". E assim, com efeito, aconteceu, evitando-se o êxodo rural que, mais uma vez, se prenunciara de forma iniludível.

As construções tiveram de desdobrar-se a fim de ser colocado número sempre crescente de trabalhadores. E se é verdade que a procura de emprego diminuía com a queda de escassas chuvas, em vista das esperanças renascidas com a precipitação pluvial, não é menos exato que, desfeitas as promessas de inverno, muitíssimo mais considerável se verificava a oferta de mão-de-obra".[122]

Adiante: "Para concorrer às despesas com as construções em andamento e superar as dificuldades urgentes, contou o DNOCS com dotações orçamentárias, ascendendo a um total de Cr$ 504.647.620. Tais recursos não puderam ser, contudo, inteiramente aplicados, havendo, ao encerrar-se o exercício, saldo a recolher de algumas consignações. Muitas verbas "eram destinadas a construções para às quais não havia projetos nem mesmo "estudos preliminares". Perdiam-se assim valiosos recursos, anomalia corrigida pela Lei nº 1.918.[123] que autorizava para o exercício subseqüente, para o mesmo fim, a aplicação dos recursos não aproveitados em tempo hábil.

Em 1954, já com o inverno não obstante tardio na Região nordestina, observa mais uma vez o eng. Luiz Mendes[124] , nada aconselhava a redução de "assistência às populações que, por três anos continuados, vem sendo duramente

[122] Lei Paulo Sarasate.
[123] Luiz Carlos Martins Pinheiro, op. cit., 114.
[124] Luiz Carlos Martins Pinheiro, op. cit., 115.

castigadas pelos efeitos da seca". (...) "E porque se lhes hajam tornado mais prementes as necessidades com as provações sofridas, explica-se que, não sendo, agora, o inverno tão deficiente quanto os dos últimos três anos, o pessoal em serviço se mantinha em nível mais bem elevado, como fica evidente pelo quadro de permanência de operários:

| | FREQÜÊNCIA MÉDIA DOS OPERÁRIOS | | | |
|---|---|---|---|---|
| **MESES** | **1951** | **1952** | **1953** | **1954** |
| Janeiro | 4.597 | 40.372 | 16.604 | 54.498 |
| Fevereiro | 4.745 | 36.948 | 15.454 | 47.032 |
| Março | 24.107 | 30.345 | 26.918 | 34.61[125] |

Em importante documento mandado publicar pelo Ministério do Interior[126] pode-se ler a respeito desse período de desajustamento não apenas ecológico mas social, o ano de 1958, quando mais se acentuaria a inesperada face do problema: "As duas grandes secas de 1951 – 1953 e 1958 favoreceram o estabelecimento de uma nova compreensão da realidade do Nordeste. A "solução hidráulica", apresentada desde 1877, começou a perder terreno para as novas concepções de equacionamento da problemática regional. Constatava-se ser de pouca valia a acumulação de bilhões de metros cúbicos de água, nos milhares de açudes da Região, se não se cogitava do seu aproveitamento racional. As atividades do DNOCS foram então orientadas no sentido de promover a completa e bem planejada exploração das obras já construídas e de pesquisar novas fontes de produção de riquezas".

[125] "Plano Integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste", abril 1973, Minter, Coordenação de Otomar Carvalho, p. 183.
[126] José Cândido Pessoa "Explanação do Diretor-Geral do DNOCS na Assembléia Legislativa da Bahia a 29 de maio de 1959", in: BOLETIM DNOCS, n. 5, Vol. 20, agosto de 1959, p. 6.

Diante, portanto, do "acentuado desajustamento do elemento humano às novas tarefas, inicia o DNOCS a educação de camponeses, no sentido de formar pioneiros nas técnicas modernas de irrigação, e criar, no Nordeste, uma mentalidade irrigatória, A experiência fracassou, de inicio, em virtude do exagerado desnível entre professores e alunos: "mestres com instrução universitária e alunos analfabetos e ignorantes".

Havia a perspectiva de se aumentarem as verbas para as grandes obras a que propunha o DNOCS, vencida a etapa de quase crônica insuficiência de recursos, principalmente pelos anos que antecederam a administração na Direção Geral, do eng. José Cândido Pessoa, que confessava: "Realmente, quando assumi a direção do Departamento de Obras Contra as Secas, havia muita crítica ao Departamento, no Ceará, porque estávamos *quase há vinte anos sem concluir um só açude público no Estado* (grifamos). As anotações que existiam no nosso orçamento", (...) "eram, geralmente, por exemplo, no montante de um milhão de cruzeiros, para que fosse construída uma obra orçada em 300 milhões de cruzeiros. Dentro dessa orientação, podíamos passar 300 anos para concluir determinada obra".[127]

Mais do que recursos, pretendiam todos a reformulação da infra-estrutura da Região, admitindo então o governo federal que ja era "tempo de à luz da experiência passada e da moderna técnica do planejamento regional, imprimir ao estudo da solução do problema (nordestino) uma definida diretriz econômico-social". Surge a compreensão de que é necessário prevenir-se contra os efeitos das secas, fenômeno inevitável e presentementemente irremovível".[128]

---

[127] Otomar Carvalho, cit., obra citada página anterior.
[128] Otomar Carvalho, op. cit., 183-pp.

Referida nessa oportunidade, ainda, nesse documento – como se mencionou anteriormente – a criação do BNB, cujo Conselho Consultivo passava a contar com a presença do Diretor do DNOCS, do Superintendente da CVSP e de "representantes dos Estados incluídos no Polígono das Secas". Seguiu-se a essa providência, em 1956, a formação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Mais dois anos à frente será lançada a chamada Operação Nordeste (OPENO) e simultaneamente instalado o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), caminho natural para a implantação da SUDENE, que ocorreria em 1959.

"A seca de 1958, quase tão aguda quanto as de 1951-53, veio provar, mais uma vez, a ineficácia dos instrumentos de combate, reforçando o inconformismo das lideranças regionais e aumentando as pressões no sentido de serem tomadas medidas mais eficazes para a solução do problema nordestino".[129]

Da estratégia de ação pode-se dizer que se originou a SUDENE, a 15 de dezembro de 1959, um ano após a calamidade que, na década de que nos ocupamos, infligiu bastante sofrimento à Região. Ainda aí para a nova missão de "estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; – supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e a execução de projetos de órgãos federais na Região e que se relacionem com o seu desenvolvimento; executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste"; "coordenar programas de assistência técnica, quer nacional, quer estrangeira, conforme dispositivos básicos (art. 1º parágrafos 1 e 2)[130]. O Departamento, ao lado dos outros órgãos em atuação na área nordestina, teria desempenho de bastante relevo, mais capacitado

[129] Idem, pp. 183-184.
[130] Rubens Vaz da Costa, "O primeiro passo"Rio, 1973, pp. 38-39.

a enfrentar os problemas que haviam crescido superiormente à sua capacidade de trabalho.

Os acidentes provocados pelas grandes estiagens que viveriam os nordestinos, ao longo dos anos do qüinqüênio 1959-1964 – que se comentará adiante, na oportunidade –, praticamente conformaram os vaticínios e o clima despertado de insegura indagação que acudia a economistas preocupados com a situação do Nordeste Rubens – Vaz da Costa, por exemplo, em livro dado à publicidade em 1973, alertava:

"Apesar do progresso nordestino, sua economia está hoje mais 'vulnerável' a uma seca de proporções do que no passado". E "não é menos certo que a próxima seca, que não se sabe quando virá, encontrará o Nordeste mais vulnerável do que, por exemplo, em 1958, quando "o Governo chegou a empregar 536 mil trabalhadores em obras públicas de emergência", não obstante no muito que tenha sido feito pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IEOCS), criada em 1909, e pelo seu sucessor, – o DNOCS – em termos de açudagem, construção de estradas, implantação de culturas resistentes à seca, etc".[131]

De 1940 a 1950, a Região assistiu à diminuição do ritmo de trabalho das construções de seus açudes. Nesse período, terminadas estavam se obras de seis reservatórios. De 1951 a 1960, apenas seriam construídos 64, numa média anual de 6,4.[132]

Na década de 1950-59, as lideranças políticas e empresariais se sentiam bastante sensibilizadas pelos problemas da área infelicitada pelas secas. Em 1956 tem-se o I Encontro dos Bispos de Campina Grande, ao qual, três anos depois, de 24 a 26 de maio, outro conclave sucederá em Natal (RN).

---

[131] "MINTER, DNOCS – Açudes públicos no Nordeste". Fortaleza, 1980, p. 62, in: "O Nordeste e a tecnocracia da Revolução", J. Colombo de Sousa; Brasília, 1981, p. 70.

[132] João Gonçalves de Souza, op. cit., p. 151.

As manifestações, a partir daí, tornam-se freqüentes a favor da Região na Câmara Federal, nas Assembléias, pelos Estados, em congressos, nas Universidades, na Imprensa, etc. "Os Bispos "(...)" promoviam reuniões recomendando a necessidade do desenvolvimento para o Nordeste: o jornalista Antônio Calado escrevia uma série de artigos no "Correio da Manhã" (...) "sobre a urgente necessidade de modificar o quadro social do Nordeste" e "sanear o DNOCS".[133] No entanto lavrava a falta de unidade nas idéais propostas, e foi em meio desse clima que surgiria a SUDENE, rastreando remissivamente os sofrimentos e as debilidades também econômicas dos nordestinos que, a duras penas, haviam ultrapassado os terríveis dias impostos pela seca de 1938.

"Além da reação originada de setores do Congresso e da Imprensa, a SUDENE teve ainda de enfrentar outros problemas, como a hostilidade de um órgão rival, o DNOCS, a principal instituição federal a serviço do Nordeste semi-úmido e, de outro lado, a inexperiencia profunda da quase totalidade de sua equipe técnica, idealista e dedicada, mas constituída de jovens recém-graduados pelas universidades da Região".[134]

Teorias, projetos, como soldados, só se definem experimentados. A cada confronto, conquanto atingidos alguns objetivos da estratégia que se desejava exercitada em êxito reparador, sobravam outros sem atendimento suficiente.

A seca de 1958, não obstante todos os bons propósitos administrativos, a presença já atuante do BNB e de outras instituições do porte da CHESF e CVSF, soaria ao poder público dantesca em suas "proporções trágicas".[135]

---

[133] Idem, p. 152.

[134] "A luta contra as secas no Nordeste", publicação nº 19, com a exposição do ministro Lúcio Meira na Câmara Federal dos Deputados, em 11 de junho de 1958, Rio, p.3.

[135] Cf. op., página anterior, p. 12.

Dicionário, que se criasse, de expressões definidoras dessas tragédias, estaria suprido a partir de 1958 de nova designação para os locais de concentração da força de trabalho disponível e ofertada: "frentes de trabalho", estratégias para aproveitar a mão-de-obra abundante, que, em 1979, seria trocada por "bolsões da seca".

Em 1958, em 15 dias, diante da irreversibilidade do quadro, uma centena de frentes de trabalho já estavam abertas para ocupar a população carente.

"Como tudo isso custa dinheiro, cuidou o ministro Lúcio Meira de obter a liberação de verbas do "Fundo de Secas" (§ 1º do art. 198 da Constituição Federal) e dos duodécimos das dotações devidas ao DNOCS a ao DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) até o mês de junho. Conseguiu-se assim mobilizar imediatamente Cr$ 466.249.360".[136]

A 11 de julho do ano malsinado a que se referem esses fatos, o Ministro repetiria a história, comparecendo à Câmara Federal, e o fazendo para confessar humildemente que a seca ainda era incontrolável. Surpreendido se confessa diante das exigências de verbas, a afirmar que se trata de "um problema muito caro para um País no estágio de desenvolvimento em que se encontra o Brasil. Basta dizer "– declara –" que os 480 mil flagelados" (...) "já alistados nos serviços federais do Nordeste, exigem, só para pagamento de auxílios, a verba astronômica, diária, de 19 milhões e 200 mil cruzeiros, ou seja, 576 milhões de cruzeiros[137], mensalmente".

---

[136] Idem, p.13. Note-se que em 1983 as despesas com os chamados "bolsões das secas" chegaram a algarismos surpreendentes. O Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEAME) desembolsaria recursos da "ordem de Cr$ 184,9 bilhões, atuando em 989 municípios (72% do total do Nordeste) e assistindo a 2.502 mil trabalhadores, além da utilização 4.086 carros-pipa". Cf. "Ação frente à seca", BNB, Fortaleza, 1984, p. 23.

[137] Idem, p.13.

O trabalho de sua assessoria, o próprio texto de seu pronunciamento, identificam o amadurecimanto administrativo de tão diligente Ministro, equiparável em idéias e trabalhos a José Américo de Almeida. E bem intencionado, capacitado a olhar para trás, como refere amiudamente, a ver que muito já se havia feito, a destacar, na oportunidade de sua explanação, que para o combate oficial dos efeitos da estiagem "um dos recursos mais eficazes" era indiscutivelmente" a construção de açudes, onde a água possa ser acumulada para dessedentar os homens e os animais e para irrigar, através de canais, as terras ressequidas".[138]

Adiante, com igual propriedade de raciocínio: "A verdade, porém, é que não há nenhuma solução isolada na luta contra as secas. Faz-se mister um conjunto de providências, dentre as quais, efetivamente, uma das mais necessárias é a construção de açudes e o seu aproveitamento para múltiplas finalidades: irrigação, controle de enchentes, regularização de descargas, navegação, eletrificação, aproveitamento de vazantes, pesca, colonização, abastecimento d'água às populações, dessedentação dos rebanhos, melhoria técnica de processos agrícolas, possibilitada pela concentração demográfica, etc."[139]

Em sua irrepreensível exposição o ministro Lúcio Meira se reporta à atuação do DNOCS, ressaltando a atividade do Departamento a partir de 1956, com a informação inicial de que este concluíra até aquele momento obras de açudagem que represavam 3.522.000.000m$^3$, "cerca de 120% do total represado pelos reservatórios que vinham sendo executados desde o Império até a posse do Presidente Juscelino Kubitschek".

---

[138] Idem, p. 14.
[139] Idem, Idem.

Aditava: "...até maio de 1958 o DNOCS concluíra "439 açudes sob regime de cooperação" e havia perfurado "4.221 poços, num total de 12.600.000 litros/h."[140]

Destacaria também a intenção do governo de tornar perene o rio Jaguaribe, o que seria conseguido com o Orós[141]; o fomento agrícola por intermédio do Serviço Agroindustrial, que mantinha sob controle 18 açudes; e repele as críticas – de observadores apressados – aos problemas de irrigação; valoriza a piscicultura racional, com a produção de peixes no 1º trimestre de 1938, da ordem de 285 toneladas.

Registra o aproveitamento do potencial hidrelétrico procedido pelo DNOCS ultimamente, instalando uma turbina de 200 CV no açude Piranhas (PB), e no Curema (PB) –, etc.

No tocante à construção de rodovias, demora-se, referindo-se elogios ao desempenho do DNOCS, destacando o abastecimento dágua a 30 cidades (que nomeia); os campos de pouso preparados; a irrigação por motobomba: os pastos arbóreos; a grande açudagem, representada pelos sistemas do Baixo Piranhas ou Açu, Acaraú, Curú, Banabuiú, Jaguaribe.

Em dado instante afirma de modo peremptório: "Verifica-se, portanto, que as obras do DNOCS, cobrindo tantos setores de atividades, estão programadas de molde a produzir

---

[140] Longa a história da construção desse importante reservatório, o mais significativo do Nordeste. Seus estudos foram autorizados pelo eng. Arrojado Lisboa em 1911, mas o projeto acabou destruído pelo incêndlo da sede da IOCS em Fortaleza. Em 1920 é elaborado novo projeto e procedidos os "estudos preliminares da construção". O inverno de 1924 arrombaria o dique que mudava o curso do rio para ensejar os trabalhos de engenharia. Em 1930, o eng. Luiz Vieira retoma os trabalhos. Em 1958 "mais uma vez" são recomeçadas as obras, a barragem em "U" proposta dos engºs. Anastácio Maia e Casimiro Munarnki. No inverno de 1960, torrencial, perderia 30% da parede, depois do que prosseguiriam os trabalhos até a inauguração a 5 de janeiro de 1962. Conf. Abdeel Goes de Oliveira in: "O grande Orós", "Solo & Água", Ano 1, n. 5, 1984 (MINTER)

[141] Idem, p. 25.

os melhores benefícios à população que habita o Polígono das Secas".[142]

Vaticínio e averiguação assentados em fatos e na realidade dos problemas acudidos pelo grande órgão público ao longo de árdua caminhada, mas profícua, que atinge o final da década 1950-59, consciente ainda mais de suas responsabilidades, com seus dirigentes e técnicos amadurecidos na compreensão de que a açudagem e a irrigação, conquanto realizações necessárias, que não suprimem os efeitos das secas.[143]

O DNOCS, não tardará a atualizar sua orientação em favor de "projetos de agricultura irrigada em lotes familiares, com a preocupação de aumentar a produtividade e absorver parte da mão-de-obra à procura de emprego".

Dentro dessa linha de pensamento e ação é que atuará o eng. José Osvaldo Pontes, "pondo em execução um novo modelo de colonização dos açudes públicos".

[142] Cf. Genésio Martins, "DNOCS – um órgão a serviço do Nordeste", MINTER-DNOCS, 1974 p.13, in: João Gonçalves de Souza, op. cit., p, 132.
[143] João Gonçalves de Souza, idem, idem.

## BIBLIOGRAFIA


ANDRADE, F. Alves – "Ensino e Desenvolvimento das Ciências Agrárias no Nordeste (Ceará:-1918-1978)", BNB, Fortaleza, 1979.

AGUIAR, Pinto de – "Nordeste – o drama das secas", Editora Civilização Brasileira, Rio, 1983.

ALVES, Joaquim – "História das Secas (Séculos XVII a XIX)", Col. Moss., Bol. CCXXV, Rio Grande do Norte, 1982.

ALMEIDA, José Américo – "O ciclo revolucionário do Ministério da Viação", 2ª edição, Col. Moss., Vol. CLXXVIII, Rio Grande do Norte, 1982. – "As secas do Nordeste", 2ª edição, Col. Moss., Vol. CLXXVII, Rio Grande do Norte, 1981.

BARBOSA, Orris – "Secca de 32", Andersen Editores, Rio, 1935.

BARBOSA, Raul – "O Banco do Nordeste do Brasil e o desenvolvimento econômico da Região", BNB, Fortaleza, 1979.

CAMPOS, Eduardo – "Procedimento de legislação provincial do ecúmeno do Ceará", Secretaria de Cultura e Desporto, Fortaleza, 1981.

———. "A viuvez do verde", IOCE, Fortaleza, 1983.

CARVALHO, Otomar – "Plano Integrado para o combate preventivo dos efeitos das secas no Nordeste", MINTER, 1973.

COSTA, Rubens Vaz da – "O primeiro passo", APEC, Rio, 1973.

DUQUE, José Guimarães – "Perspectivas Nordestinas", BNB, Fortaleza, 198 –

DERBY, Orbille – "Aspectos de um problema econômico", in: "História da Secas", 21ª edição, Col. Moss., CCXXV, 1982.

EVANS-PRITGHARD, E. E. – "Les Nuer (Description des modes de vie et des institutions politiques d'un peuple nilote)", in: Dirceu Lindoso, "A Diferença Selvagem", Editora Civilização Brasileira, Rio, 1983.

FLEIUS, Max – "História administrativa do Brasil", Editora Rio, 1922.

GlRÃO, Raimundo – "História Econômica do Ceará", Inst. Ceará, Fortaleza, 1947.
GUERRA, Otto – "A batalha das secas" in: "Memória das secas", Col. Moss., Vol. CLXIII, Rio Grande do Norte, 1981.
GUERRA, Phelippe – Guerra, Theophilo – "Seccas contra a seca", Col. Moss. (Edição facsimilar), Vol. 29, Rio Grande do Norte, S.D.
GUERRA, Paulo de Brito – "A civilização da seca", MINTER-DNOCS, Fortaleza, 1981.
———. "Irrigação em 4 doses", Col. Moss., Vol. XCVII, Rio Grande do Norte, 1978.
———. "Açudes e xerófilas", Col. Moss., Vol. XCVIII, Rio Grande do Norte, 1978.
JOFFILY, José – "Porto Político", Rio 1983.
LISBOA, Miguel Arrojado – "O problema das secas" in: "Memória da zeca", Col. Moss. Vol. CXXXIV, Rio Grande do Norte, 1980.
LYRA, A. Tavares de – "As secas do Nordeste" in: "Memorial das Secas", Col. Moss. Vol. CLX, Rio Grande do Norte, 1981.
MABESOONE, J. M. – "Ambiente semi-árido do Nordeste brasileiro, l. Rios efêmeros", in: "Nono livro da seca", Col. Moss., Vol. CCLXXXV, Rio Grande do Norte 1983.
NIMER, Edmon – "Climatologia da região Nordeste do Brasil", in: "Quarto livro das secas", Col. Moss., Vol. CLXXXV, 1982.
OCTÁVIO, José – "A revolução estatizada", Col. Moss., Vol. CCLXXIV, Rio Grande do Norte, 1984.
POMPEU SOBRINHO, Thomas – "História das Secas (Século XX)", Col. Moss., Volume CCXXVI, Rio Grande do Norte (edição facsimilar), 1982.
———. "O problema das secas", 2ª edição, Fortaleza, 1920.
PONTES, Jose Osvaldo – "O trabalho do DNOCS e o programa de irrigação no Nordeste semi-árido", MINTER, Fortaleza, 1978.

PAIVA, Melquíades Pinto – "Permanência de Rodolpho von Ihering", Col. Moss. X, Rio Grande do Norte, 1983.
REIS, Aarão – "Obras Novas Contra as Secas", Relatório, Rio, 1920.
ROSADO, Vingt-un – SILVA, Campos a – "Louis Jacques Brunet – naturalista viajante", Col. Moss., Série C, Vol, 30, Rio Grande do Norte, 1973.
SOUZA, José Gonçalves de – "O Nordeste brasileiro", BNB, Fortaleza, 1979.
SIMONSEN, Mário Henrique – "Alguns pronunciamentos sobre o Estudo nº 1 da COCENE", 2, in: "COCENE, estudo nº 1", D.F., 1971.
SOUZA, J. Colombo de – "O Nordeste e a tecnocracia da Revolução", Horizonte Editorial Ltda., Brasília, 1981.
TRICART, J. – "As zonas morfoclimáticas do Nordeste" in: Col, Moss., Vol. CCX, Rio Grande do Norte, 1983.
TEÓFILO, Rodolfo – "A seca de 1915", UFC, Fortaleza, 1980.
TEOFILO, Rodolfo – "A sedição do Juazeiro", Editora Terra de Sol, Fortaleza, 1969.
IHERING, Rodolpho von – "Aspectos biológicos do sertão in: Melquíades Pinto Paiva, "Permanência de Rodolpho von Ihering", Col. Moss., Vol. X, Rio Grande do Norte, 1938.

## DOCUMENTOS E JORNAIS

POMPEU SOBRINHO, Thomaz – "Relatório dos trabalhos relativos ao ano de 1914" datilografado, ilustrado, acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.
———. "Relatório dos trabalhos relativos ao ano de 1916", idem.
IFOCS, publicação nº 37, Série M.
VILAS BOAS, Naylor – "As obras contra as secas no Império republicano", BOLETIM IFOCS (7 (2), 1937.
INQUÉRITO procedido pela IFOCS, Rio, 1922.

RIO, J. Pires do – RELATÓRIO de 1919 do MVOP"
BARROS, Francisco José da Costa – "A Inspetoria de Secas no seu 30º aniversário", BOLETIM IFOCS, 12 (1), julho/set. de 1939.
TRINDADE José Augusto – "Os serviços agrícolas da Inspetoria das Secas", BOLETIM IFOCS, 7 (1), 1939.
BOLETIM IFOCS, 11 (1) 1939.
VIEIRA, Luiz Augusto da Silva – "RELATÓRIO do DNOCS, 1931/33", "A rodovia e o combate a seca no Nordeste", BOLETIM IFOCS, 10 (2) 1938.
BOLETIM IFOCS, vol. 12 (1) 1932.
ANAIS DO SEMINÁRIO PARA 0 DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE , 1959, Vol. 2.
PLANEJAMENTO do combate às secas", BNB, Comissão Incorporadora, Publicação 4, novembro de 1983.
SOLO & ÁGUA, MINTER – DNOCS, ano 1, nº 5, 19 abril, 1984.
PESSOA, José Cândido – "Explanação do Diretor-Geral do DNOCS", BOLETIM DNOCS, 5 (20) 1959.
MEIRA, Lúcio – "A luta contra as secas", publicação 19, MINTER, junho de 1958.
MARTINS, Genésio – "DNOCS – um órgão a serviço do Nordeste", MINTER/DNOCS, 1974.
PINHEIRO, Luiz Carlos Martins – "Notas sobre as secas", BOLETIM DNOCS 20 (6), novembro de 1959,

**JORNAIS**

O POVO – 17 de maio de 1932
30 de junho de 1932
5 de julho de 1932
DIÁRIO DO POVO – 7 de fevereiro de 1952
19 de fevereiro de 1952
UNITÁRIO – 8 de abril de 1952
2 de outubro de 1952

# 2

# ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO NO CEARÁ (Idéias e Circunstâncias)

**O Poder** Legislativo, no Ceará, como de resto no País, a despeito de sua importância como motivador do diálogo político que nos vem animando ao longo do percurso republicano; e de sua pronunciada tendência à participação do povo, é ainda um "instrumento de socialização política" para o exercício das diversas funções executivas[1]. Tem sido pouco estudado e discutido por nós, não obstante seu desempenho vinculado principalmente aos nossos anseios de efetivação do trato das preocupações partidárias, expressivas da própria problemática comunitária, mesmo quando as decisões parecem correr mais ao sabor de interesses personalísticos, individuais, do que pelos de inspiração grupal. E reflete, com justeza de significado, os fatos sociais mais importantes da sociedade em que, ao longo do tempo, nos inserimos.

Se existência é histórica, como explicam os estudiosos, a política não deixará de ser o seu fator de inspiração. E aí, nesta definição a que não aproveita apenas o sentido semântico, o modo de ser, de existir, de convivência de pessoas, como no caso específico do Ceará, incrustadas num mundo nem sempre áspero mas indiscutivelmente desafiante, provocador de atitudes firmes e heróicas.

[1] Consuelo Novais Sampaio – "O Poder Legislativo da Bahia", Salvador. 1985, p.19.

Não é sem razão que Romano Guardini insinua: "El sentimiento del poder puede vincular-se incluso a situaciones que parecen contradecirlo: el sufrimíento, la privación, la inferioridad", e, como acrescenta Fernando Whitaker da Cunha, "até a motivos escatológicos, em seu mais baixo sentido".[2]

O mundo em que vivemos, argüido por pecualiaridades próprias, particularizantes, é importante para nós na mesma medida em que nos tornamos também importantes para ele. Não é sem razão que Djacir Menezes[3], analisando o posicionamento do homem, ou de sua vida, no meio físico, escreve: "A vida prática resolve a oposição entre o homem e o mundo, que o dualismo agravara. Pela interpretação de ambos. A história da humanidade é a adaptação da natureza às necessidades do homem, num duplo esforço: adaptando-se a ela e adaptando-a a si; é esse duplo processo, que constitui o trabalho, a práxis".

No ritual da posse da terra, na efetivação de nossa vocação agrária, começa a vigência da lei, e com ela a do próprio Direito, ainda que, sob o realismo de análise humanista, arbitrária a gestação, e em prejuízo de outrem. Mas é assim – ou pelo menos entre nós o foi. Circunstância que se ajusta ao pensamento sociojurídico de Carlos Nardi-Greco,[4] ao afirmar que "el Derecho en ausencia del Estado y aun en ausencia de toda organización política, y por algún tiempo al menos, se desarrola sin sufrir la influencia de los fenómenos politicos".

O Direito, dessa forma, é expressão de uma vontade dominante, e não de outra vontade – mais amadurecida, dizemos nós que surge organizada do poder público regularmente estabelecido.[5]

---

[2] "El poder". P. 21, citado por Fernando Whitaker da Cunha, in: "Democracia e Cultura", Forense, Rio, 1972, 76.

[3] "O Outro Nordeste", Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1937, p.41 .

[4] In "Sociologia Jurídica", Editorial Atalaya, Buenos Aires, 1947, p. 28

[5] Idem. o. c., p. 28.

Depois da sinalização, do balizamento de limites da propriedade, o direito é impetuoso: grito e posse. O homem estabelece sua própria defesa como regra que o torna conquistador que usurpa pela imposição. É assim que se funda a fazenda e o criatório pelos sertões, amparados pelos seus dois sustentáculos fundamentais: "o latifúndio e a escravatura, depois o salariado, como sistema de exploração."[6]

Conveniente ter em mente, para melhor entendimento do que seja o ingresso desse segmento de nossa história social, em formação, no exercício da ação política, a compreensão da verdadeira identidade parental explicada pela lucidez de Oliveira Vianna, quando a definiu constituída de figuras que atuam decisivamente: *o patriarca* da família; *os parentes consangüíneos* (filhos e netos); os parentes colaterais (irmãos, tios e sobrinhos); *os parentes por afinidade civil* (genros e cunhados); *os parentes por afinidade religiosa* (os "compadres" e "afilhados"); os *parentes por adoção* (os "crias" da casa senhorial e, sem dúvida, os "moleques mimosos" de Antonil e os de Vilhena).[7]

Na verdade, a chamada "solidariedade parental", definida por Oliveira Vianna, impõe regras, consolida o comportamento do clã através dos anos, enquanto a organização

---

[6] Djacir Menezes, o. c., p. 72. "Desde a Colônia, ser proprietário era tudo. A condição de não proprietário acarretava a desvalia social, a carência econômica, a não importância política, a desclassificação cultural. Vem daí aclientela formada pelos despossuídos que compunham verdadeiros rebanhos humanos tangidos pela vontade do "coronel". In: "Fernandes Távora e o Tenentismo no Ceará" (1921-1924), João Alfredo de Sousa Montenegro p. 30.

[7] In: "Instituições Políticas Brasileiras", José Olímpio Editora, Rio, 1949, 1º Vol., pág. 242. "O parentesco oferece singularidades: além do parente legítimo ou ilegítimo, do parente consangüíneo ou afim, há o parente espiritual, muitas vezes vinculado às pessoas com laços mais estritos, com obrigações e deveres. Resulta essa forma de parentesco do batismo ou da noite de São João... In: "O Homem do Nordeste", Tomás Pompeu Sobrinho, Rio Tomo LI, Ano II, 1937, p. 386

familiar se consolida e enriquece. E se torna poderosa. Mas, ainda assim, amorfa, insubsistente. Não se apresenta com "organização legal, nem religiosa", e a tanto a sua "unidade moral e a sua solidariedade parental só se revelam nas ocasiões mais graves". Pelo menos desse modo sucedeu ao transcurso dos "três primeiros séculos e, depois, no quarto, por ocasião dos *prélios eleitorais*, decorrentes do regime democrático ínstaurado nesse século".[8]

O patriarca desse clã, qualificação que ainda seduz a cronistas mundanos de hoje, é o fazendeiro que se tornou rico e dono de poderes, aquele que aperfeiçoou, muitas vezes, o seu grito e força. Entidade de mando no topo da incipiente hierarquia hinterlândica, ancorada na caatinga enfornalhada, onde praticamente se enfeuda; e disposto a vender caro a sua vida e a acudir a quem se valesse de sua participação. Nesse tocante, bastando reunir a mão-de-obra disponível, os vadios que viviam acostados ou transitando de fazenda em fazenda, e lhes dar à mão alguns trabucos, e facas, e punhais, para que logo se transformassem naquelas legiões miseráveis mas agressivas, os "pés de poeira" ao dizer de João Brígido.

Com o advento da Constituição de 1824, chegaram novos dias para as províncias no tocante às prerrogativas políticas, tendo aquelas o direito de postular e possuir também senadores e deputados, subindo ao Senado os que, em gozo de seus direitos políticos, como brasileiros, tivessem no mínimo quarenta anos de idade, fossem de reconhecido saber, capacidade e virtudes, e, de preferência, com serviços prestados à Pátria; ainda possuíssem renda anual superior a 800$000 (Capítulo III, art. 40).[9]

---

[8] Oliveira Viana, in: o. c, p. 242-243.

[9] José Aurélio Saraiva in: "Fatos e Documentos do Ceará Provincial" Imp. Universitária, UFC, Fortaleza, 1970, p.135. "O processo eleitoral exigia uma renda

Não será ocioso repetir que a estrutura política do Império subordinada ao exercício eleitoral vigente, estava fora da realidade; "não correspondia aos ideais do século"[10] mas nem por isso deixou de ser atrativa para as lideranças hinterlândicas, certas de que chegava o momento de, por meios mais ortodoxos, conquistarem também o seu espaço legal de atuação.

Sob o patrocínio dessa nova circunstância, a da institucionalização política do Império, os "fazendeiros se integraram nas facções e partidos, tomando parte no processo eleitoral e na disputa do poder provincial local. *Compreenderam que seu prestígio e autoridade estavam dependentes do grau de recursos de que pudessem dispor para influenciar as decisões governamentais que lhe afetassem* (grifamos)[11].

Retomada de comportamento, ou recrudescimento maior deste, já observado antes como aludiu Fernando Whitaker da Cunha, explicitando: "Pelo fato de as eleições coloniais no Brasil terem se desenrolado, na órbita municipal, revestiam-se elas de *intenso localismo* (grifamos) que exerceu insondável influência em nossa formação político-social, constituindo um dos significativos sistemas de nossa predestinação à forma federativa de Estado. Era, então, subs-

---

mínima de 100 mil reais anuais, como condição para o exercício do direito do voto que, em uma primeira etapa, escolhia os representantes de paróquia; 200 mil reais anuais credenciavam os eleitores de paróquia para a escolha dos representantes de província. Estes últimos elegiam os deputados, cuja renda mínima era fixada em 400 mil reais. e, destes, saíam as listras tríplices para preenchimento dos cargos de Senador, para o qual, além da renda anual de 800 mil reais, era necessária a confirmação de um dos selecionados pelo Poder Moderador", in: Manuel Maurício de Albuquerque, "Pequena Hist. da Formação Social Brasileira", GRAAL, 1984, p.344

[10] João Camilo de Oliveira Torres, in: "Democracia Coroada", Vozes, 1964, cit. por Fernando Whitaker da Cunha, o. c., p. 118

[11] Maria Arair Pinto Paiva, in: "A Elite Política do Ceará Provincial", Tempo Brasileiro, Rio, 1979, p. 54-55.

tancial, o papel da nobreza rural, com o *grupo de pressão* (grifamos) e do prestígio das famílias importantes, fatores que de um lado prepararam o "coronelismo" o "caciquismo" o "mandonismo" o "afilhadismo" da República, e de outro serviram, mesmo, de germe dos partidos políticos...".[12]

Nos sertões sanfranciscanos, da ribeira do grande rio da unidade nacional, na Bahia, surge um caudilhismo plebeu, no referir de Wilson Lins, ainda que a defrontar a região decadente em seus recursos econômicos mas "firme e respeitável em sua superestrutura social". Aproveitaria ali o patrocínio dos novos tempos republicanos, "desconhecendo os privilégios de famílias", a inaugurar "novo estilo de vida, alijando" sua anacrônica estrutura social, e a arrebentar os "freios das convenções que, no lmpério, até certo ponto, opunham resistência ao espírito especulativo, à ambição do lucro, etc."[13]

Mas, entre nós, os tempos surgentes da República não alterariam a vocação para a eletização dos mandões do espaço agrário, melhor dito, interiorano. Muito ao contrário; vieram presidir, pelo menos ao longo de três quartos de século, o predomínio da parentela organizada, circunstância que induz Maria Arair Pinto Paiva a repetir o pensamento de Maria Isaura Pereira de Queiroz, afirmando que ela, a forma patriarcal, compunha "um sistema poderoso para dominação política e para a aquisição e manutenção do prestígio e "status".[14]

A subida de partido político, assenhoreando-se do mando administrativo, significa vantagens, proteção, favores, empregos, mas tudo apenas para a facção triunfante, desprezadas

---

[12] º C., p. 121.

[13] Wilson Lins, in: "O Médio São Francisco', Brasiliana, V. 377, Cia. Editora Nacional, 1983, p.62.

[14] Maria Isaura Pereira de Queiroz, in: "O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira"; I. E. B., SP, São Paulo, cit. por Maria Arair Pinto Paiva, o. c., p. 52.

as postulações legítimas mesmo lastreadas pela competência técnica.

A família Alencar, sofrida e experimentada inclusive nos reveses, é, em todos os tempos desse passado, a mais importante, a mais sequiosa de poder, seguida no dimensionamento de sua atuação, também ostensiva e absorvente, pelos Feitosas, Fernandes Vieiras, Castros, Paulas Pessoas, etc. O que se relata de uma facção entronada poderá dizer-se de outra, adiante, no poder, como refere o jornal "Constituição" do dia 18 de fevereiro de 1866: "Quem estudar com atenção a marcha dos negócios do Ceará depois da ascensão do partido liberal ao poder, achará na distribuição que os senadores Padre Pompeu e Paula Pessoa têm feito dos altos cargos a verdadeira imagem daquela fábula em que o leão, fazendo sociedade com outros animais para dividirem entre si as presas de caça, em resultado os sócios do leão sofreram a mais irrisória logração".[15] Os dois senadores, que eram primos – apresta-se a sublinhar Abelardo F. Montenegro, acrescendo a opinião do jornal – "começaram a obra de sua dominação colocando parentes seus em todos os lugares de maior importância ou de rendimento mais pingüe: (Ibidem, idem).

E os sertões vão então para as Assembléias e para o Senado, alcançando no primeiro exemplo, no Ceará, a média aritmética de 10.9[16] de participação, resultado que não expressa aínda rigorosamente o total dessa classe, subtraída a outras qualificações que prevalecem por ostentação e adotadas por interesse, e por isso mesmo supridas por patentes da Guarda Nacional. Daí os numerosos alferes, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis, coronéis... que acabam conceituando o tradicional "coronelismo" sertanejo. Vaidosa qualificação que faz com que 23,32% dos 596 eleitores do 2º

[15] In: Abelardo F. Montenegro, "Os Partidos Políticos do Ceará", UFC 1980, p. 40.
[16] Maria Arair Pinto Paiva, o. c., p. 138.

Distrito (Sobral) . do colégio eleitoral para a eleição de senadores, em 1870, tenham patentes da Guarda Nacional.[17]

É essa gente que postula, e, eleita, vai tomar assento na Assembléia Provincial, e que vivendo o clima de sertão, deficiente de tudo, sob irrefragável asperidade, sabe o que foram os anos de seca, a partir de 1824; e o que significa não ter voz para reclamar na hora das concessões de recursos. A voz ainda aí é grito, sob duvidoso processo civilizatório.

O jornalista J. M. Ibiapina, em 1927[18] expressaria, incisivo e impiedoso, o modo de ser da política que ainda praticávamos: "No interior anárquico do Estado, a Lei tem uma escora: o *trabuco*. E a espada da Justiça, um símile: a *Parnaíba*. A autoridade copia o bandido. Uma, a projeção do outro. O bandoleirismo fraterniza com a polícia, no mais imoral e cínico dos contubérnios. As populações indefesas, desamparadas da proteção legal, são trucidadas pelo sicarismo infrene, irresponsável e brutal. O governo, sentindo fugir rapidamente todos os apoios, apela para o bandoleiro político e estriba-se no cangaço. O chefe político é o mandatário das cidades sertanejas. Sua vontade, um dogma. Sua ordem, um cânone.

É aviltante, mas verdadeiro. Chega o momento em que a todos é mais perceptível o exercício político como fonte de negócio, de aproveitamento familiar, enriquecimento, etc.

A crônica séria e repudiosa dos que analisaram esses fatos, ao calor dos acontecimentos, está cheia de ardência recriminadora a esse tipo de política arbitrária e interesseira, que se vai nutrir no patriarcalismo agenciador de votos, garantidor de empregos. Tudo vale, tudo serve, tudo convém aos seus inspiradores. A ambição política distribui favores do erário, e chega a pensar, por simples ampliação de mandonismo

[17] José Aurélio Saraiva Câmara, o. c., p. 294

[18] In: "O Ceará", 7 de junho de 1927, cit. por Abelardo F. Montenegro, o. c., w. 94

exacerbado, em dividir, fatiar a própria Província. Desse modo, antes, a tentativa lograda, praticada pelo senador Martiniano d'Alencar, a intuito politiqueiro, de elevar "a região onde nasceu (o Cariri), e onde viviam os seus familiares, à dignidade de província"[19] em 1839 o que de pronto levou a Assembléia do Estado a se manifestar favorável, gesto acoimado de exorbitante, pelo Senado. Isso não impediu que a Assembléia Legislativa Provincial (CE), em 1846, novamente se dirigisse ao Senado e Câmara dos Deputados, a este respeito:

> "A Assembléia Provincial, Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação, julga ter-vos apresentado razões poderosas para suplicar-vos a aprovação do projeto de lei mencíonado, devendo somente refletir que da dívisão proposta para a formação da nova província (a ser integrada pelos municípios do Riacho do Sangue, Icó, Inhamum, São Mateus, Lavras, Jardim e Crato; do município de Pajeú das Flores e dos compreendidos no antigo Julgado de Cabrobó, na província de Pernambuco; e do município de Piranhas, da província do Piauí, convém excluído o município do Riacho do Sangue desta Província, o qual, por sua posição, será mais vantajoso que continue a pertencer a esta mesma Província".[20]

Mas, indiscutivelmente, o Legislativo já no limiar de seu estabelecimento é força de surpreendente efeito político. É o que revela a aguda crise por que passaram as relações entre o Legislativo e o Executivo, a partir de 1838, com os deputados arregimentados em luta aberta contra o Presidente

[19] José Aurélio Saraiva Câmara, o. c., p. 37.
[20] In: "Província dos Cariris-Novos", RIC, Fortaleza, 6:225, 1892, cit. por José Aurélio Câmara, o. c., p. 45.

da Província, aproveitando o noticiário dos jornais, inclusive do Sul, quando a imprensa local estava a soldo dos governistas. Na corte, é a "Aurora Fluminense" que amplia o trombetear da revolta antigovernista.

Desse modo, via-se pelo "Correio da Assembléia Provincial", em edição do dia 19 de janeiro daquele ano, sob a epígrafe "Rio de Janeiro", nota precedendo a transcrição daquele jornal, informando que as "Câmaras Municipais da Província apressaram-se a tomar parte na contenda, a reunir suas vozes às da Assembléia contra o arbítrio, a parcialidade e espírito reacionário da política do Sr. Manoel Felizardo"[21]

É destacável na matéria do jornal a afirmativa de que os "representantes legítimos e oficiais do povo cearense no Senado, na Câmara temporária, na Assembléia Provincial, nas municipalidades, estão de acordo em reprovar altamente a administração reacionária do Presidente. Entretanto, o orgulho dos Ministros persiste em uma denegação de Justiça".[22]

A indisposição política da Assembléia Provincial se faz oficializada e pública, em agosto de 1838, com o lançamento de uma Representação, peça publicada em dezembro do mesmo ano, na Corte, para armar efeito junto ao Imperador, e acolhida pelo "Correio da Assembléia Provincial", a 2 de março de 1838:

> "Ilmo. e Exmo. Sr. Os abaixo-assinados, Deputados à Assembléia Geral Legislativa, pela Pro-

[21] Manoel Felizardo de Souza e Mello.

[22] Está dito mais no mesmo pronunciamento dos deputados em nome da Assembléia Provincial: "A principal missão que a Assembléia Provincial deve propor-se no meio do geral azedume e exacerbação dos espíritos é semear os princípios da paciência, de ordem, de moderação, esperando que a aurora de melhores dias desponte no nosso horizonte político. O Sr. Manoel Felizardo, apesar da doçura de seu caráter, não podia subtrair-se ao juízo, à influência da política geral que governa houve os brasileiros, política de vindita, de rancores, que tem por fim ressurgir do sepulcro o cadáver amaldiçoado do passado..."

víncia do Ceará, têm a honra de representar a V. Exa. para ser presente ao Regente lnterino, em nome do lmperador, que participações e notícias fidedignas que receberam de sua Província, concordam em qúe a administração do atual Presidente, o Exmo. Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello, não é tal qual convém aos interesses e tranqüilidade da mesma Província, nem corresponde, por maneira alguma, aos fins da utilidade geral que o governo de S.M.I. teve, sem duvida, em vista, quando nomeou aquele seu delegado. Colocado à frente de um partido reactor a quem de tudo se há votado, já lhe é dado poder de administrar a Província com aquela imparcialidade e justiça; com aquela calma e prudência próprias do Governo Constitucional que felizmente nos rege. Pelos atos de sua administração que, por agora, deixam de enumerar, mas que aparecem nas folhas publicas, é fora de duvida que ele se há tornado surdo à voz da razão e da justiça, e que inteiramente se tem constituído instrumento das vinganças desse Partido. Bastará referir este fato para conhecer-se quando está longe aquele Delegado das regras e máximas de todo governo ilustrado, e que tem por fim fazer a prosperidade dos povos, sendo incontestável que a exata observância de semelhantes regras e máximas nunca se torne mais necessária do que na época atual. Os abaixo-assinados, expondo sem fraqueza a V. Exa. a marcha tortuosa do atual presidente da sua Província, satisfazem a um dever sagrado, e concebem a lisonjeira esperança de que o Governo de S.M.L. não será surdo às suas vozes, nem deixará de expedir as providências que em sua sabedoria elas apa-

> recem mais próprias e adequadas. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1838. Ass. Manoel do Nascimento Castro e Silva, Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Joaquim lnácio da Costa Miranda, José Mariano de Albuquerque Cavalcante, José Ferreira Lima Sucupira e Vicente Ferreira de Castro e Silva".[23]

No dia 8 de fevereiro de 1839, outro presidente chega ao Ceará para substituir Manoel Felizardo, qual "aurora de paz e de sossego" (...), "depois de tão prolongadas agitações"[24] Na esteira das acusações ao ex-presidente, produzidas pelo "animus" belicoso da própria Assembléia Provincial[25], somam-se, na composição dos desmandos normais à época, as acusações de demissões "em massa" de empregados públicos, "honrados pais de família que não tinham outro crime senão o de desaprovar as reações e vinditas do tiranete"; a perseguição, denunciada incisivamente, a "magistrados populares, que não haviam obedecido a ordens ilegais"; injúrias ao Código de Foros Provinciais; insidiosa maneira de efetivar o recrutamento "cujo horror havia subido ao ponto de se profanar os templos com soldadesca armada que ia separar noivos à face dos altares", – tudo a arrepio dos "homens bons", isto é, dos cidadãos de prestígio na comunidade, gente moderada que acaba sendo para a verdade histórica desse episódio, representada em seus direitos e reivindicações pelo Poder Legislativo.

A crônica da derrota infligida pela oposição (encastelada na Assembléia), desfechada contra o presidente da Província, que se retira, dá conta de maneira minuciosa como se comportaram os desgostosos dos atos do governo, posicionamento

---

[23] Publicada no "Jornal do Comércio" de 3 de dezembro de 1838. Em vez de Vicente Ferreira da Costa e Silva, leia-se Vicente Ferreira de Castro e Silva.
[24] Edição do dia 8 de junho de 1839, nº 76.
[25] Conf. comentário publicado na "Aurora Fluminense".

que se manteve com "paciência cívica", ressaltado que os "partidos políticos não são susceptíveis de tanta moderação quando têm por si a fora do número e a justiça da causa".

Mas essa euforia dura pouco. Aos dezoito dias de agosto daquele ano, a Assembléia Legislativa Provincial se dirige ao novo presidente da Província[26], inaugurado no poder: "V.Exa. antes mesmo de tomar conta da administração creou sinistras apreensões nos espíritos dos cearenses tão dispostos a favor de V. Exa. Perto de oito dias, a Província continua a ser presidida pelo sr. M. F. (Manoel Felizardo) não obstante a representação de alguns deputados aqui residentes (no dia 12 de fevereiro) exortando a V.Exa. para apressar sua posse, e assim pôr término a tantas perseguições que o partido do Sr. M. F. promovia, e V.Exa. só quis tomar posse no dia 8! Por sete dias o expediente ordinário esteve parado, pois se trabalhava em lavrar portarias de demissões"

A proceder a informação da Assembléia, por ocasião da posse do presidente João Antônio de Miranda à frente da Província, fatos condenáveis se verificaram a partir da entrega, em Palácio, naquele momento, de "ofícios de demissões" de funcionários imediatamente acolhidos, atos que feriam frontalmente a lei.[27]

Os que se manifestavam em nome da Assembléia Provincial, diante do comportamento equívoco do novo Presidente, o fazem de modo desabrido e incisivo, acusando-o de dar mão aos "célebres assassinos Mourões'; de ter dissolvido uma brigada inteira de guardas nacionais só por terem esses pedido

[26] Bacharel João Antônio de Miranda. A comissão que, em deputação, foi ao Palácio do Governo fazer a entrega dessa mensagem era integrada dos vigários Lourenço Correia de Sá (Visitador de Província), Manoel Pacheco Pimentel e Domingos Carlos de Sabóia; capitão-mor Joaquim José Barbosa e o Dr. José Lourenço de Castro e Silva.

[27] Benedito Santos, in: "A Assembléia Provincial – Processos de Magistrados", RIC, Tomo XXIV, ano XXIV, 1910, Tip. M in reserva, p. 105.

a reintegração de seu comandante; permanecido indiferente ao ato arbitrário de juiz "intruso"; sentenciado a "trinta e três dias de prisão" vereadores da Câmara; enviado fortes destacamentos para os principais colégios eleitorais, etc.

Sem perceber, e ainda que servidos por interesses nitidamente político-partidários, os deputados já questionam os abusos de autoridade, tornando pública sua repulsa a atos que constrangiam a humildes funcionários, que pagavam por ser amigos ou protegidos de políticos desagradados do Executivo.

Por longo período, mais precisamente de 1837 a 1885, as Assembléias Provinciais, amparadas por letra da Constituição de 1824, atribuíam-se o poder de "decretar a suspensão, e ainda mesmo a demissão de *magistrados* (grifamos), contra quem houvesse queixa de responsabilidade, sendo ele ouvido, e dando-se-lhe lugar à defesa". Assim, a Assembléia Provincial do Ceará votou a Lei nº 70, de 14 de setembro de 1837, sancionada pelo então Presidente, Senador José Martiniano d'Alencar, estatuto só revogado a 12 de dezembro de 1885 pela Lei Provincial 2.111.[28]

Não foram poucos os magistrados, com razão ou não, alcançados pelo cumprimento dessa legislação naturalmente esdrúxula, como o juiz de direito de Sobral, acusado de "dispensar proteção aos criminosos de morte denominados Mourões", anotou Benedito Santos, ajuntando o rol com o nome de outros punidos pela Assembléia, valendo destacar os casos do juiz Clemente Francisco da Silva (de Fortaleza), "pelo crime de expedição de ordem ilegal"; Francisco de Abreu, juiz de paz, suplente, de Messejana, por prevaricação; Dr. José Lourenço de Castro e Silva, suplente do juiz municipal, como juiz de direito da Comarca de Fortaleza, pelo crime do art. 143 do Código Criminal, por queixa do juiz de paz Pedro

[28] O. c., ibidem, idem.

José Fiúza Lima; bacharel Francisco Bernardo de Carvalho, juiz de Inhamuns, por prevaricação; Leocádio de Andrade Pessoa, juiz de direito do Ipú, pelo mesmo motivo, e desse modo o juiz municipal de Icó, Manuel Coelho Cintra Júnior e outros.

Os processos, às vezes, em virtude do prestígio e das amizades dos querelados, como sucedeu com o último dos mencionados acima, "protegido do ex-Ministro da Agricultura, conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque...", não andavam.

O ritual da acusação e da defesa efetivava-se na própria Assembléia Provincial, onde ingressava formalizada a acusação, seguindo-se-lhe a nomeação de comissão especial, geralmente constituída de três deputados, para dar parecer sobre o caso.

O querelado defendia-se, mandando sua resposta (até o presidente da Província podia ser o portador) à Assembléia, onde uma segunda comissão (como ocorreria no caso em que era parte o juiz de Canindé, Dario Fortuna Pessoa), tinha prazo para emitir também parecer.

Para funcionar no julgamento, melhor será dizer, na acusação e julgamento, a Assembléia elegia comissão integrada por três bacharéis deputados, sendo que geralmente dois deles (desse modo no caso a que se refere) se encarregavam da acusação. No processo instaurado contra o bacharel Joaquim Simões Daltro e Silva, a defesa, o que pode parecer inusitado, esteve a cargo do deputado Padre Leopoldo de Araújo Feitosa, nomeado pela própria Assembléia. Foi condenado. Este o teor da sentença do Poder Legislativo:

> "A Assembléia Legislativa Provincial do Ceará tendo em vista que o juiz de Direito da Comarca do Aracaty, bacharel Joaquim Simões Daltro e Sílva,

havendo ordenado que o Tenente Francisco Joaquim Nogueira denunciado como suplente do juiz municipal do termo do Aracaty, por Manoel Felippe da Silva respondesse no prazo improrrogável de quinze dias sobre a mesma denúncia dada pelo dito Manoel Felippe; tendo também em vista, que em conseqüência disto, o respectivo escrivão expediu ao denunciado um officio datado de 4 de junho último contendo cópia da denúncia, e dos documentos a esta juntos para que o denunciado respondesse no prazo já mencionado; tendo mais em vista que este officio com a cópia referida foi entregue ao denunciado no dito dia 4 de junho, e que portanto, o prazo marcado para a resposta só podia terminar no dia 19 do citado mês; tendo ainda em vista que sendo a resposta do denunciado apresentada no dia 17 do mesmo mês ao referido juiz de direito, este não aceitou-a sob o pretexto de que a mesma resposta continha injuria a sua pessoa como particular e como magistrado; tendo finalmente em vista que o que fica relatado está plenamente provado nos autos respectivos; e considerando que o mencionado juiz de direito bacharel Joaquim Simões Daltro e Silva assim procedendo está incurso no art. 129 do Cod. Crim. porquanto deixou para promover interesse pessoal seu de mandar juntar aos respectivos autos a resposta do supra referido denunciado tenente Francisco Joaquim Nogueira, o que importou o mesmo que negar a este o direito de responder dentro do prazo legal, direito que é conferido pelo Cod. do Proc. Crim. e Reg. nº 120 de 31 de janeiro de 1842 – Resolve decretar, como decreta, a pena de três anos de suspensão do mesmo magistrado bacharel Joaquim Simões Daltro e Silva, juiz de

Direito da Comarca de Aracaty – Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1884. Padre Antero José de Lima, Presidente; Manuel. Sedrim de Castro Jucá, 1º Secretário; Dr. Venancio Ferreira Lima, 2º Secretário.
Publique-se e execute-se. Palácio do Governo do Ceará na Fortaleza, 25 de Agosto de 1884".

Carlos Honório Benedicto Ottoni.[29]

O Presidente da Província, Carlos Ottoni, era amigo do querelado, por quem tudo fez, inclusive indagando do Conselho de Ministros se devia adiar o cumprimento da decisão da Assembléia. Diante de resposta negativa que "lhe foi transmitida por telegrama, publicada no Diário Oficial", teve de render-se à evidência dos fatos, advertido ainda por aquele Conselho, que "suposto a Assembléia fosse legalmente irresponsável pelo julgamento, contudo tinha responsabilidade moral perante a Província".[30]

Por todo o trânsito da atuação do Poder Legislativo, por esses anos e por mais adiante, assiste-se a mais das vezes a sua ação nitidamente ínterferente na vida administrativa da Província, de tal modo praticada, que fica evidente a extrapolação de suas prerrogativas. O bacharelismo em formação, patrocinado pelo clã sertanejo que começa a compreender que ter filhos padres não é tudo, ao lado desses desenvolve (e o fará ainda por quase dois três quartéis de século) atividades políticas, a insistir num ideário de postulações que não disfarçam os interesses oligárquicos.

Mas nem sempre os abusos são cometidos sem a ponderação de parlamentares atentos aos limites da ação do Legislativo. É como acontece na sessão ordinária do dia 24 de

[29] Benedito Santos, o. c., p. 1 17-118.
[30] Idem, p. 119.

outubro de 1883, quando o deputado Justiniano de Serpa, de grande altivez moral e intelectual, profere veemente pronunciamento contra a interferência punitiva do Legislativo em âmbito judiciário:"[31]

> "Ainda há pouco tempo foram denunciados perante o Tribunal da Relação dois magistrados muito dignos, tão distintos como os que possam ser neste País – os drs. Manuel Juvenal Rodrigues da Silva e João Hircano Alves Maciel, honrados juízes de direito de Pacatuba e Maranguape (muitos apoiados). Devo declarar à Assembléia que eles não foram denunciados por terem cometido crime, mas por ser "indispensável" arredá-los de certos julgamentos". Palavras secundadas, com o mesmo nível de entendimento ético, pelo deputado Paula Pessoa: "Sou infenso a esta conversão de Assembléias Provínciais em Tribunais Jurídicos; conversão que se acha quase caduca, pois tem reconhecido que sempre exorbitam estas corporações, só tratando de *processos políticos* (grifamos) ou que interessam à política e nos quais a Justiça é pesada e aferida pela paixão da maioria, pelo interesse ofendido das idéias adversas. Não é de hoje que assim penso. Há seis anos ocupo um lugar nesta Casa e já tive ocasião de exprimir-me aos meus amigos de então pelo modo por que faço agora" (...) "O julgamento de magistrados pelas Assembléias Provinciais, composta de indivíduos alheios aos conhecimentos jurídicos, não tem razão de ser; e se continuar a figurar esta atribuição em nos-

[31] In: "Anais da Assembléia Provincial", 1883, Col. da Biblioteca da Assembléia Legislativa do Ceará.

> sa legislação, não se faz mais vezo a ela; e não me consta que em província alguma seja posta em prática essa prerrogatíva".[32]

A Assembléia Provincial, a se instalar em 1835, herda o espírito de trabalho que antes inspirara o Conselho Geral da Província, cujas decisões eram publicadas em jornal próprio, do qual se conhecem apenas alguns números. Na edição de número 13 tem-se a idéia de tudo que se discutia nas sessões do Conselho, como seja: autorização de ordenados e propinas atribuíveis a juizes de fora (como os de Aracati e Sobral); emenda a respeito desses pagamentos, efetuados via Resolução de proposição de conselheiro, dispondo que os "ordenados pagos pelas Câmaras aos Juizes de fora, a título de aposentadoria" fossem saldados "pelas Rendas do Tesouro Público". Nessa mesma ocasião dava o Conselho, sem efeito, as propinas que vencia o juiz de fora de Aracati, e efetivava a leitura de alvarás e a discussão de posturas, as da Câmara da Vila de Imperatriz na ordem do dia.[33]

Na proximidade do assunto, assinale-se que o Conselho, em primeira precedência era chamado a decidir sobre as atividades municipais, nas autorizadas pela Lei de 1º de outubro de 1828. Esta prática que se reeditaria na Assembléia Provincial, à qual competiam aqueles cuidados e prerrogativas de decidir, não escapando porém ao que Sérgio Buarque de Holanda[34] considera d*itadura* dos domínios rurais, expressão ostensiva de mandonismo que vigorou com mais intensidade nos tempos coloniais, quando os que comerciavam nas cidades se queixavam "contra o monopólio das poderosas Câmaras Municipais pelos lavradores".

---

[32] No Piauí, à época, ainda tinha curso o mesmo abusivo expediente.
[33] In: "Diário do Conselho de novembro de 1830.
[34] In: "Raízes do Brasil" , 1934, p. 120.

Na verdade, esse tipo de influência (a designação de monopólio quer-nos parecer inadequada) aproveita as oportunidades que a legislação patrocina para continuar, via Assembléia Provincial, principalmente nesta, a dispor, a seu talante, dos destinos administrativos do ecúmeno rural, entregue a simples regência de posturas que lhe são atribuídas. Daí não causar espécie o entranhado envolvimento do Legislativo com o segmento municipal, dispondo sobre tudo, desde proventos de meros serventuários de rotina (simples porteiros); passando por desimportantes pagamentos a terceiros, arrematação de dízimos, pedágio, abatimentos, etc, até a alienação de imóveis, situação de tamanha dependência que leva o deputado Paulino José de Souza, Ministro do Império, em 1864, a repetir pensamento do comprovinciano seu ante o não desempeçamento da máquina administrativa municipal: "Quer a Câmara Municipal construir um cemitério? Ao presidente da Província compete aprovar o plano" – "Quer fazer obra de utilidade pública? Não o pode fazer sem prévia licença do presidente da Província, se for de custo excedente a 500$000". "E, como não bastassem todas estas dependências, ainda se pretende que o empregado por ela demitido, pode ser reintegrado por uma simples portaria do presidente da Província".[35]

O funcionamento administrativo dos municípios, como se depreende, não escapa do poder centralizador do Presidente da Província, e da concordância ou não da Assembléia Provincial. Dura demasiado essa dependência, e é bem possível que responda ela pela fomentação dos ressentimentos bastante ásperos por anos e mais anos.

Que valem os camaristas municipais, distanciados do poder da Província, se até o Procurador da Câmara da Capi-

[35] In: "Administração Local", Tipografia Nacional, Rio, 1869, p. 18, citado por Eduardo Campos, "Posturas Municipais da Fortaleza Provincial" (i nédito).

tal, é passível de ser processado? Não foi assim que ocorreu em 1849, quando o Presidente da Província assim decidiu: "O Promotor Dr. João Carlos lbiapina, que recusou dar a denúncia, foi substituído pelo Dr. Jaguaribe; este assinou, e o processo se fez".[36]

A fragilidade do nosso incipiente municipalismo é irrefragável. Tudo que lhe poderia pertencer, na gestão administrativa, é manejado pelo Executivo em concordância com o Legislativo da Província. As mínimas autorizações são discutidas em primeiro lugar na Comissão de Câmaras Municipais das Assembléias, para criar ou modificar posturas, para efetuar pagamentos, para conceder, decidir sobre mercados, talhe de carne, cessão de imóveis, cemitérios, etc, como se verá em exemplos respigados ao acaso, pinçados dos Anais da Assembléia Provincial do Ceará: Joaquim José de Sant'Ana, arrematante de impostos sobre rês morta (do Icó), "pedindo o abatimento de 400$000 pelos prejuízos que diz ter na arrematação" (sessão ordinária do dia 2 de agosto de 1871); concessão para sepultamento em Capela, em área municipal em Sant'Ana: "Fica concedido ao Dr. Francisco de Assis Bezerra, sua mulher e filhos, e ascendentes, o privilégio de serem sepultados na Capela..." (idem, do dia 28 de julho de 1871); discussão e aprovação de proposta sobre o código de posturas da Câmara Municipal de Ibiapina (idem, de Canindé, a 18 de agosto de 1879); discussão de pareceres sobre compromissos de confrarias (idem, dia 23 de agosto de 1879); autorização para a Câmara Municipal de Baturité "vender em hasta pública a antiga casa de suas sessões" (idem, 4 de agosto de 1879); prestação de contas de receita e despesas de várias Câmaras Municipais à Comissão da Assembléia (idem); etc.

[36] João Brígido, in: "Antologia de João Brígido", organizada por Jáder de Carvalho, "Terra de Sol", 1969, p. 97.

A vocação para o diálogo, para a comunicação em espaço aberto, é de adoção recente, muito distante do ritual consuetudinário da arregimentação política aristocratizante, preferente de locais públicos, mas sociais – salões de clubes, de associações; de banquetes e bailes; ou de reuniões religiosas –, amparada pela respeitabilidade dos templos.

O exercício político, de passado mais remoto, compreendendo ainda os anos de Império e da Velha República, desconhece a manifestação comunitária patrocinada pelo entusiasmo popular. "Nada realmente nos poderia levar ao municipalismo do velho direito foraleiro dos "conselhos do povo" e das "assembléias de aldeia" já desaparecidas desde as ordenações; nem às microcomunidades agrárias "peninsulares" "menos ainda ao "populismo" das populações helênicas".[37] Há apenas um exemplo como exceção: a que ocorre na "fase das concentrações de mineradoras, quando se concediam diminutas "datas" de terra aos exploradores de ouro e pedrarias. Coincide aí, maior consciência democrática da gente, necessariamente aglomerada na proximidade das minas, obrigadas a resolver, por si mesmas, problemas de representação coletiva que exigiam o esboço de instituições políticas mais abertas à participação popular".[38]

No Ceará, o discurso político arregimentador é proferido sempre em locais distintos. Quando sai da igreja é para conviver à mesa a que se assentam os parciais do partido, representantes do patriarcalismo, ou para subir à fruição dos salões de clubes onde transcorrem banquetes ou bailes "políticos". Fértil o Ceará de exemplos no tocante a este aspecto. Tradicionais sua festas, seus regabofes partidários; famosos os bailes, como o que marcaria a visita do Presidente da Provín-

[37] Paulo Edmar de Souza Queiroz in: "Sociologia Política de Oliveira Vianna", citando Oliveira Vianna, "Instituições Políticas Brasileiras", 2º vol., p. 139.
[38] Paulo Edmar de Souza Queiroz, o. c., p. 51.

cia a Sobral, em janeiro de 1868.[39] Ali acodem os políticos situacionistos a participar de "baile inteiramente político", promovido com exclusividade para os membros do Partido Liberal Progressista. No clube, aqueles "com o número de 250 e tantas pessoas se dirigiram com S.Exa. (o presidente) ao lugar em que se achava extensa mesa, onde com profusão havia diversas qualidades de doces e iguarias suaves ao gosto e agradáveis ao paladar". O "Jornal do Ceará", que efetiva esse registro, acrescenta: "Depois da meia-noite foi servido o chá em bandejas ricamente preparadas, de uma das quais pendiam duas bandeirinhas gravadas em letras de ouro: "Viva o Exmo. Sr. Presidente!", "Vivam os progressistas!"

A oratória política, se não nascia nessas horas, pelo menos era nelas que se afirmava, sendo às vezes mais importantes os pronunciamentos nessas circunstâncias, mais públicos, naturalmente, e mais objetivos para o agrado das elites, do que as orações parlamentares expressadas na Assembléia, a cujas galerias não iam os "homens bons". Daí a mania da oratória que nos persegue até hoje, a obsessiva sucessão em reuniões políticas ou mesmo sociais, dos "eu peço a palavra", já sob reserva àquele tempo, como se entenderá pela breve descrição da homenagem ao comendador Lucena, efetivada em banquete: "Vários brindes (leia-se: discursos) foram erguidos ao som de duas bandas de musica". (...) "Além de 12 brindes, até de Juvenal Galeno, ainda se fizeram outros que o repórter não pôde perceber".[40]

> "A atração pela bela frase e a repulsa à análise objetiva não seria uma atitude de autodefesa da elite política? A eloqüência, 'a torrente de palavras sonoras, é como uma canção de ninar. É o tratamento reservado a populações que

[39] "Jornal do Ceará", edição do dia 3 de janeiro de 1868.
[40] In: "Constituição", jornal do dia 4 de junho de 1872.

> devem permanecer na infância, sem atingir a idade adulta".[41] A esse modo de analisar a oratória política, de empolgação, Abelardo F. Montenegro aduz: "A aristocracia rural com seu obsoleto sistema de produção agrícola dependente do trabalho escravo e a burguesia urbana com comércio e indústria rudimentares se mostravam infensas ao desenvolvimento tecnológico, aos problemas práticos de economia. Tornavam-se, assim, matrizes de oradores, coadjuvadas ainda, pela própria educação e instrução ministradas. Sé não havia técnica para vencer a natureza, havia a eloqüência que, na definição do Cônego Francisco Freire de Carvalho, "é dom ou o poder da inteligência dominando pela voz as inteligências e vontades alheias".[42]

Mas a oratória sempre foi manejada com muita segurança na Assembléia Provincial do Ceará. Não raro sincera como no pronunciamento do Capitão-Mor Joaquim José Barbosa, presidente do biênio 1835-1837, a se dirigir agradecido pelo trabalho feito, aos seus parciais:"... felicito-me convosco por terdes, no princípio do nosso tirocínio parlamentar, desenvolvido idéias úteis à Província, organizando leis que não serão olhadas com indiferença pelos que tiveram o precioso conhecimento de nossas necessidades. Das atas de nossas sessões, que já têm (sido) publicadas, e serão de publicar pelo Correio da "Assembléia Provincial" verão os nossos concidadãos que no curto espaço de 2 anos, e para melhor dizer, em quarenta e cinco sessões, foram aprovadas, para serem sancionadas e promulgadas, vinte e nove decretos e instruções, além de três propostas e várias representações que

[41] Abelardo F. Montenegro, o. c., p. 55.
[42] Abelardo F. Montenegro, o. c., p. 55-56.

subiram à Assembléia Geral Legislativa; e daquelas leis e resoluções uma até o presente não mereceu a sanção do Sr. Presidente da Província.[43]

Mas um dos grandes momentos da oratória parlamentar vai suceder, a nosso ver, em 1867, por ocasião do pronunciamento do deputado Félix José de Souza Júnior, bacharel em Direito pela Faculdade do Recife. Expositor versátil, ágil e atualizado em conhecimentos que demonstram não apenas o acompanhamento das transformações políticas e sociais porque passava o mundo à época, mas da situação e defesa do escravo desamparado e oprimido.[44] A manifestação de idéias do deputado Félix de Souza à proposta de taxação de 1$000 sobre o escravo é memorável intervenção parlamentar, ocorrido na sessão do dia 21 de agosto de 1867. Peça para ser lida e meditada, e que tem passado despercebida aos nossos pesquisadores.[45]

Discutiam os deputados as emendas que mais se ajustariam aos interesses da comunidade: se a que estipulava o imposto de 1$000 réis por cada escravo maior de dez anos e menor de sessenta, ou a redução de 50$000 para 30$000 sobre o escravo que fosse negociado e assim exportado para outras províncias.

Félix de Souza rememora para seus pares, no início de sua fala, a legislação que a Assembléia havia deliberado em 1851 (cobrança de taxa da ordem de 10$000), majorada no ano seguinte até 30$000, quando ocorresse terem os escravos menos de 12 anos; e para 60$000,quando das operações que abrangiam a transação de cativos de idade superior àquela.

---

[43] Coleção de Atas da Assembléia Provincial do Ceará 1835-1837, Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

[44] Eduardo Campos, "Félix de Souza, o Antiescravista Esquecido", in: RIC, T0, 7, Fortaleza, 1984, p. 133.

[45] In: "Anaes da Assembléia Provincial do Ceará", Tipografia Brasileira, de João Evangelista, 1867, p. 168 seguintes.

Em 1853, pagavam todos, menores e adultos, o mesmo quinhão de taxação, e depois de 1854, até 1863, 100$000.

Em razão de ter diminuído a exportação de escravos em 1864, conforme elucida o deputado, sucederia substancial redução daquele imposto, rebaixado para 40$000, posição de cobrança alterada posteriormente para 50$000.

O número de escravos assinalado pelo senador Pompeu ("cerca de 34 a 35.000") foi considerado excessivo não apenas pelo deputado expositor da sessão, mas por outro companheiro, o deputado Rufino, que em aparte sublinhou o desacerto do cálculo.

Atente-se para este detalhe esclarecedor: se o total da população escrava se estimava em 35.000 almas, àqueles dias, informação recebida como se vê com reservas pelos coevos do Senador, fica cada vez mais distante a idéia de se ter como certa a população de 30.000 cativos por ocasião da festa da Abolição, a 25 de março de 1884.

Prosseguindo: o pronunciamento do deputado Félix de Souza envolve também a opinião de seus pares, o que é importante, para que se possa compreender em que moldura de interesses contrariados falavam os defensores da extinção da escravatura. No decorrer da sessão as interferências dos representantes situacionistas, ora conferem às idéias de Félix de Souza tom subversivo, ora exprimem o reconhecimento então dominante de o escravo nada mais era do que propriedade legítima, legal, de seus senhores. Afora as manifestações de alheamento ao problema e descrença na abolição, como a do deputado Barroso, taxativo: "Deixo isto (a defesa dos escravos) aos poderes competentes; entendo que não nos incumbe cuidar deste grande melhoramento, deste meio de salvar a Pátria (falava com ironia), e penso que tudo quanto dissermos a semelhante respeito são palavras que se perdem".

Após esclarecer a situação em que se encontravam os estatutos legais de cobrança de imposto sobre escravos exportados, vigentes, o deputado ipuense passou a desenvolver o seu pensamento com segurança e propriedade, sabendo certamente, que se chocava com as idéias retrógradas, escravistas, então dominantes na Assembléia Provincial, em 1867:[46]

> "O Sr. F. de Sousa: – Para explicar o procedimento da comissão, suprimindo o imposto sobre escravos exportados, me é preciso expor as razões que pesaram em meu ânimo para tomar essa iniciativa.
>
> Uma voz: – Muito honrosa,
>
> O Sr. F. de Sousa: – Sr. Presidente, essa instituição execranda, anticivilizadora, e até mesmo anticristã, deve acabar; e não seremos nós que a devemos ter por mais tempo, mormente sendo ela hoje reprovada por quase todo mundo civilizado. Os Estados Unidos, esse colosso americano que ombreia com as primeiras potências do mundo, ainda ontem tinham também escravos; reconhecendo porém esse grande, injusto e monstruoso erro, não trepidou em arcar com a horrível guerra civil, pela salutar idéia da emancipação dos escravos; acabando com um só golpe, de elevar todos à condição de homens livres, dando-lhes direitos de cidadãos americanos dos Estados Unidos. Nós, cearenses, dotados de gênio tão liberal quanto os americanos dos Estados Unidos, não podemos também deixar de concorrer fortemente para acabar com esse direito imoral e detestável.

[46] Participaram das discussões os deputados José Maximiniano Barroso, Bento José da Fonseca e Silva; João Felipe da Cunha Bandeira de Melo e prof. Joaquim Catunda.

Um Sr. Deputado: – Se é direito não pode ser imoral.

Outro Sr. Deputado: – E não podemos fazer nada a este respeito.

O Sr. F. de Sousa: – Parece-me que estas duas idéias se repelem, entretanto é a pura verdade...

Um Sr. Deputado: É um fato.

O Sr. F. de Souza: – É fato, Sr. Presidente, que no Brasil existem homens livres e escravos, que a lei assim o permite: entretanto o homem não foi criado para servir a outro debaixo de condição tão abjeta, nasceu para fins mais sublimes, e ninguém tem o direito de o reduzir à condição estranha àquela para que Deus o criou.

O Sr. J. Felipe: – Não me trate disso.

O Sr. Paiva: – É uma manifestação filantrópica.

O Sr. F. de Souza: – A sociedade não quer que um ente de sua espécie, dotado dessa faculdade por excelência a que se chama razão, lhe seja sujeito, para dele servir-se como dos animais, dos brutos...

Um Sr. Deputado: – A Inglaterra não tem escravos, mas tem colonos.

Outro Sr. Deputado: – E a Rússia tem os servos da gleba.

O Sr. F. de Souza: – A Inglaterra tem colonos e a Rússia tem os servos da gleba, ou antes, já não os tem, e os colonos da Inglaterra e servos da gleba podem comparar-se aos escravos da América? Os boyardos têm os chamados servos da gleba, mas entre estes e os escravos há uma diferença extraordinária: os servos da gleba não são mais do que colonos que estão presos, adstritos à terra em que habitam, e passam de domínio com a propriedade territorial, isso não procede para justificar a existência dos escravos, quando sabemos que na Rússia há

tendência muito pronunciada para extinguir completamente esta instituição.

Um Sr. Deputado: – Estão extintos...

O Sr. Paiva: – E os polacos, como estão?

O Sr. F. de Souza: – Os polacos não são considerados servos da gleba nem escravos: é um povo infeliz de um país conquistado despoticamente pela Rússia. Demais, senhores: o Brasil é um país que tem uma constituição livre, a Rússia é um país despótico, e portanto não pode estabelecer-se termo de comparação entre um e outro. Nós vimos, Sr. Presidente, que na fala do trono o Monarca indicou mais ou menos a necessidade da abolição da escravatura.

Um Sr. Deputado: – E a resposta do Senado?

O Sr. F. de Souza: – Não imposta que o Senado entenda que não se deva, desde já, dar passos para acabar com a escravatura no Brasil, talvez que o Senado, mais conhecedor das circunstâncias das Províncias do Sul, do que das do Norte, tenha razão; para assim pensar. Não obstante, Sr. Presidente, eu não vejo motivo em que possa apoiar-se a idéia da conservação da escravatura; entendo que essa nódoa deve ser extinta do nosso País, e que nós devemos ser os primeiros a concorrer para esse fim, devemos dar os primeiros passos para a extinção dela, não só por dignidade nossa, mas ainda em satisfação à sociedade e ao estrangeiro mesmo.

O Sr. Barroso: – Para isso sim, e para isso...

Um Sr. Deputado: – Como satisfação ao estrangeiro, não. (Trocam-se apartes)

O Sr. F. de Souza: – Eu entendo que todo o homem tem direito de procurar o benefício de seu semelhante, e as nações têm o direito indisputável de se manifestarem em favor dos

que vivem oprimidos. Os que possuem escravos legalmente não devem ser privados da sua propriedade, dizem alguns; mas o mundo civilizado não pode olhar com bons olhos para os poucos países em que existe a escravidão.

O Sr. Barroso: – Quando se acabou na lnglaterra?

O Sr. Catunda: – Há muito tempo.

O Sr. Barroso: – Há muito tempo, não.

O Sr. F. de Souza: – Ainda no século presente algumas nações conservam escravos, e até há pouco tempo uma grande nação, os Estados Unidos tinham escravos, razão por que a Inglaterra sofreu que o Brasil os tivesse também, por que respeitava os Estados Unidos, razão por que os cruzeiros ingleses não nos incomodaram mais.

(Há um aparte)

Não quero saber se a idéia é ou não filantrópica, se os ingleses se manifestaram contra ela por simples espírito de filantropia; sei somente que a razão de seu procedimento para conosco é esta que acabei de apontar. Mas tendo os Estados Unidos reconhecido o seu erro, depois de lutar com uma guerra por cinco anos, guerra de extermínio, e tendo felizmente triunfado a idéia da civilização, restituindo à condição de cidadãos os escravos que ali existiam, o Brasil, país onde predominam as idéias liberais, tanto como nos Estados Unidos, não deve deixar de empregar todos os esforços para conseguir esse grande resultado; e sendo a Província do Ceará uma das mais liberais do Império, e das mais patrióticas, deve ser a primeira a render essa homenagem à liberdade.

O Sr. Barroso: – Principalmente aqueles que não têm escravos e que nada perdem.

O Sr. B. Fonseca: – É um borrão na história da atualidade. (Trocam-se apartes)

O Sr. F. de Souza: – Responderei ao ilustre deputado que diz que apresento estas idéias porque não tenho escravos; dir-lhe-ei que é verdade, que não tenho escravos e nem desejo tê-los porque sempre abominei semelhante coisa; mas se a realização de minhas idéias ofender aos interesses de alguém, vai também ofender aos interesses da minha família; que, infelizmente, tem bastantes.

O Sr. Barroso: – Felizmente, porque o Sr. os há de herdar; mas quando chegarem à sua posse passe-lhes a carta, não faça como o Sr. Montesuma, que mandava castigar todas as semanas o preto Simão na casa de correção.

O Sr. F. de Souza: – Espero em Deus que quando isso venha a suceder, já a escravidão não existirá mais. Mas se o meio que nós temos de concorrer para a extinção da escravatura na Província é facilitar a exportação, qual a razão porque não lançaremos mão deste meio abolindo o imposto existente, e dando livre saída? Depois a exportação dos escravos traz lucros aos proprietários, porque, se os escravos saem o capital fica, e o capital empregado na agricultura e na indústria terá de produzir muito mais do que os escravos... (Trocam-se apartes)

Se for imposto ou exigência do governo geral ou por outro meio qualquer a liberdade aos escravos, que remédio teremos nós senão perder os capitais neles empregados?

Um Sr. Deputado: – Isso é uma idéia subversiva!

O Sr. F. de Souza: – Oh! subversiva, uma idéia humana; uma idéia beneficente e cuja realização a prudência tão altamente recomenda.

> Um Sr. Deputado: – Quem nos pode obrigar a perder?
>
> O Sr. F. de Souza: – O mesmo poder que os fez perder nas colônias inglesas, francesas, e ultimamente nos Estados Unidos, em uma palavra, a sociedade, a justiça do Cristianismo".
>
> Anos depois, a Assembléia Provincial assiste outra vez a manifestações de seus parciais em torno da situação dos escravos e da pertinência de atualização legal a este respeito. É o ano de 1870, e aos doze dias de seu mês de setembro, em primeira discussão, questiona-se a redação para alterar a Resolução nº 1.254 de 1868:
>
> "§ 1 – Fica o Presidente da Província autorizado a despender anualmente a quantia de 20:000$ com alforrias de escravos, cuja idade não exceder a 7 anos;
>
> § 2 – Os de sexo feminino serão alforriados de preferência aos de sexo masculino;
>
> § 3 – Cada escravo dos que tratam os parágrafos anteriores será libertado por preço nunca excedente de 120$"[47]

Os deputados Manoel Soares e Gustavo Gurgulino – conta o historiador Raimundo Girão – se opuseram ao procedimento alforriante à custa dos dinheiros públicos. Mas o deputado Manoel Ambrósio Portugal, autor do projeto, insistia na sua defesa, e ressaltava que surgiria para o País o "dia em que dos ventres das mulheres, que hoje são escravas, não saíssem senão defensores da liberdade e obreiros do progresso". Insistia em que o "fim do projeto não era libertar de chofre, de uma só vez, todos os escravos da Província" (...),

[47] Raimundo Girão, in: "A Abolição no Ceará", 3ª Edição melhorada, Secretaria de Cultura, Fortaleza, 1984, pp.-68-69.

mas "fazer alguma coisa em bem do elemento servil". Estava ciente de que os cofres provinciais não possuíam cabedais suficientes para liberar a todos.[48]

Deputado discordante, Soares Bezerra, não obstante sua formação católica ilibada, expressava-se com a "linguagem dos que, presos aos interesses patrimoniais, desejavam sentimentalmente a liberdade dos negros, porém na realidade não queriam efetivá-la" – escreve ainda Raimundo Girão, repassando um trecho do pensamento do parlamentar: "O que seria do Brasil com essa multidão de homens sem educação, sem sentimentos, sem brios, como são os escravos, feitos de repente cidadãos e gozando de todos os direitos Homens acostumados ao trabalho forçado, porque têm senhor que lhes dê o comer e vestuário, a que não ficaria exposta a nossa propriedade?"[49]

Mas a oratória mais flamejante, a gosto do povo que acudia às galerias, anos depois, é de Justiniano de Serpa. Nenhum orador se lhe compara, na legislatura em que pontificou com a sua palavra equilibrada e responsável. É dele o ardoroso pronunciamento em defesa – que coincidência! – dos libertadores cearenses que se destacaram na manumissão dos escravos do Ceará.

E como se vê pela sua atuação na 23ª Sessão Ordinária do dia 6 de agosto de 1884, em nome dos libertadores cearenses a repelir injúria assacada contra esses, por ocasião da discussão de projeto sobre a elevação da vila de Lavras à categoria de Cidade:

> "Justiniano de Serpa: – Sr. Presidente, como sabe V. Exa., eu nesta Tribuna não costumo retaliar; não tenho palavras de desatenção para os meus

[48] O. c., p. 70.
[49] Idem, p. 69.

> colegas, e capricho em respeitar as individualidades (Apoiados da bancada conservadora). Mas, Senhores, eu seria indigno desta cadeira, se no momento em que se faz uma nova injustiça aos libertadores cearense, eu não tivesse uma palavra de indignação para protestar contra as injúrias que Ihes são arrogadas em nome da Justiça, da verdade e da opinião. (Apoiados no recinto e manifestações nas galerias):

Há troca de apartes, inflamados, e o presidente da Assembléia Provincial chama a atenção do orador. Este, firme, prossegue:[50]

> Senhor Presidente, V.Exa. sabe como eu costumo obedecer às decisões da Mesa, como sei respeitar as intimações que me faz em nome da Lei. Mas, desta vez, eu não posso deixar de concluir o meu protesto, completando o meu pensamento. (Apoiados). Senhores, estou cansado de ouvir nesta Casa chamar-se os libertadores cearenses de especuladores e ladrões de escravos. Não há maior injustiça (Apoiados).

O Sr. Teófilo Rufino: – V.Exa. e seus colegas dizem que todos os meios são justos!

O Sr. Justiniano de Serpa: – Os libertadores, Senhor Presidente, são assim insultados porque tiveram a coragem de afrontar os negreiros da Província e do povo, exigindo em nome da dignidade humana a libertação dos cativos. (Apoiados, muito bem!) São ladrões de escravos, senhores, porque tiveram a coragem do dever para impor aos roubadores da liberdade humana a sua restituição às vítimas dos furtos e da

[50] In: "Anais da Assembléia Provincial do Ceará", Tipografia do "Cearense", Tomo XIX, 1884, p. 147-148.

pirataria (Aplausos das galerias); chamá-los especuladores! Mas o que ganharam eles, fazendo-se apóstolos das idéias da abolição? Ganham a pobreza, o insulto, a injúria (Apoiados e apartes). São especuladores, senhores, porque reconquistaram todo o esplendor do nome cearense, perdido pela calamidade da seca (Apoiados). São especuladores, senhor presidente, porque fizeram da nossa Província, ainda há bem pouco insultada (Apoiados) a estrela mais bela da constelação do Cruzeiro (Aplausos nas galerias).

O Sr. Teófilo: – Queixa-se de injustiça!... injustiça dizer que furtaram escravos alheios!

O Sr. J. de Serpa: – Não há razão, senhor presidente, para se repetir a injúria. Os libertadores só podem ser acusados por um crime, não reconhecem *a propriedade escrava* (grifamos) que, incontestavelmente, é uma extorsão, mais do que isso, é um roubo! (Apoiados e não apoiados).[51]

Não se pode negar o pouco espaço de ação de que dispunha o Poder Legislativo, submetido inquestionavelmente ao Presidente da Província, a quem cabiam entendimentos superiores, de nível ministerial e com a Corte. "Essas assembléias basicamente limitavam-se a desempenhar funções rotineiras. Por um lado, podiam tomar decisões administrativas; legislativas, judiciárias, eclesiásticas e legislar no tocante aos orçamentos e à *educação municipal e da Província* (grifamos), mas, por outro lado, não possuíam qualquer força para interferir na política administrativa de base".[52]

---

[51] Pronunciamento em resposta a aparte de deputado, por ocasião da discussão de proposta elevando a vila de Lavras à categoria de cidade: os libertadores foram chamados, aí, de "súcia de libertadores, ladrões de escravos e especuladores". (In: "Anais da Assembléia Provincial do Ceará", Tomo XIX, Tip. do "Cearense", 1884, p. 147.

[52] Billy Jaynes Chandler, "Os Feitosas do Sertão dos Inhamuns", UFC, Civilização Brasileira, Fortaleza, 1981, p. 64.

Na educação municipal e provincial, sem dúvida alguma, vigoraram atividades bem significativas inspiradas pela Assembléia Provincial do Ceará, conquanto vistas essas atividades de modo irreverente por Yaco Fernandes,[53] que as dava mais à diligência dos presidentes de províncias que "para lisonjear as veleidades culturais de Pedro II, enfrentam o problema da instrução pública, que nem as reduções inacianas haviam considerado, quando se instala a vila de Baturité, antiga colônia dos jesuítas; do juiz ao derradeiro vereador todos assinam em cruz... " E adiante: "Essa instrução, a que os presidentes impulsionam, se limita, contudo, aos filhos das famílias ricas, ansiosas, agora, por ter uma parentela ao lado do obrigatório sacerdote, o triunfante bacharel do segundo reinado. A grande massa do povo continua sadiamente analfabeta; as mulheres, também, que as moças não devem aprender a ler e a escrever "para que não mandem bilhetes aos namorados" ...

Nem tanto assim, entenda-se. Por outra maneira de ver menos exigente e mais condescendente com a realidade então defrontada, tem-se de reconhecer o esforço, principalmente do Executivo e, em segundo plano, do Legislativo, em favor da instrução pública, conquanto se veja, ao diante, que a própria proposta de mais escolas não disfarça de modo algum, via de regra, o aproveitamento político do partido dominante.

Vale ser recordado, neste particular, o esforço do presidente José Martiniano de Alencar, em 1836; delegando por lei às câmaras municipais a nomeação de dois inspetores para fiscalizarem o desempenho dos professores.[54] Nesse mesmo estatuto, pelo seu art. 9, está dito que as "Câmaras Municipais devem estabelecer um artigo de postura, em que imponham

[53] In: "Notícia do Povo Cearense", Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1977, p. 166.
[54] Lei n. 50 de 20 de setembro de 1836, art. 3.

penas ao pai de família, que esquecido de seu dever para com seus filhos, e do grande benefício, que lhes faz, mandando-os educar, deixar de os mandar para as escolas públicas ou particulares sem justificado motivo".

Não obstante todo o esforço diligenciado em favor da instrução pública ao longo desses dias, o quadro sombrio dessas atividades só vai tomar alento, desobscurecer-se, com a fundação do Liceu, a 14 de outubro de 1845, acontecimento "da mais reconhecida relevância" (...) "que marcou a estréia de nova era para o ensino, na Província".[55]

A situação do ensino já apresentava salutar reação de melhoria pelos anos 50, quando funcionavam 35 escolas, sendo nove reservadas a meninas, as primeiras com 1.203 matrículas e as segundas com 455. "Afora estas havia 9 escolas de latim acrescenta Raimundo Girão, com 161 alunos e o curso de três ou quatro anos, escolas na verdade umas excrescências, pois que ensinavam rotineiramente uma língua "que não podia servir de utilidade alguma no uso da vida".[56]

Duas décadas depois, por informação que se colhe nas discussões parlamentares da Assembléia Provincial, já funcionavam cursos noturnos em Fortaleza, num total de cinco cadeiras. Os deputados, a vezo difícil de entender, por sua maioria são contrários à criação de novas cadeiras no interior do Estado, propostas para pequenas localidades, a fim de que faz com que o deputado Teodolfo Franco Pinto Bandeira, em sessão ordinária, indague perplexo: "Para que tanta prodigalidade em favor de quem não precisa (a Capital) e tanta escassez para quem precisa?"

No ano seguinte, em plenário, o deputado Dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco, desabafa: "Os nobres

---

[55] Raimundo Girão, in: "Pequena História do Ceará", Editora A. Batista Fontenele, Fortaleza, 1953, p. 158.
[56] Ibidem, p. 160.

deputados não querem a instrução elementar, fazem-lhe uma guerra de morte, mas querem a criação de uma vila para poder-se nomear um juiz municipal".[57]

Em 1879, a situação de novos equipamentos para o ensino elementar, graças ao consenso dos parlamentares, parece evoluir. Na sessão ordinária do dia 19 de agosto o deputado Cartaxo subscreve emenda a projeto de interesse da Fortaleza, patrocinando a criação de "um curso noturno de ensino para adultos, em duas escolas" (...) "e bem assim um na cidade de Baturité, Sobral, Aracati, Icó e Crato". O deputado cel. Antônio Pereira de Brito Paiva, na mesma oportunidade propõe à consideração de seus parciais outra emenda: "Quando a escola noturna não for freqüentada por 20 alunos não terá o professor gratificação alguma". Proposição logo consertada por outro deputado, que a corrige, fazendo acrescentar: "Pelo excesso de trabalho". Finalmente, por proposta do deputado Soares e Silva: "suprimidos os cursos noturnos que não forem freqüentados por mais de 20 alunos".

Em 1880, o ensino para meninos e meninas, em um mesmo recinto, acende as discussões no Legislativo cearense. O deputado João Lopes[58] é partidário do ensino misto, como expõe para seus pares:

> "Sr. João Lopes: – A co-educação dos sexos, sr. Presidente, é idéia aceita em teoria e praticada em diversos países adiantados, notadamente nos Estados Unidos, onde são mistas as escolas desde o ensino primário até o ensino superior. Tem-se colhido em todos aqueles Estados os mais lisonjeiros resultados. O Sr. C. Hippecue em

[57] Sessão Ordinária, do dia 9 de novembro de 1871.

[58] João Lopes Ferreira Filho. São aparteantes os deputados Padre Antero José de Lima, ten. cel. João Paulino de Barros Leal e o padre Leopoldo de Araújo Feitosa.

> seu relatório sobre a instrução pública nos Estados Unidos assinala as seguintes vantagens obtidas na co-educação dos sexos:
>
> Em primeiro lugar grande economia tanto no que diz respeito aos horários dos professores, como no que concerne às despesas com edifícios (...) Para as famílias há a vantagem de ter a menina em seu irmão o natural apoio e os dois filhos de uma mesma família freqüentando na mesma escola estreitam laços de natural adesão e simpatia. Os perigos (...) são quiméricos. A moralidade não corre perigo algum...
>
> Sr. Antero: – Não apoiado.
> Sr. J. Lopes: – Em primeiro lugar porque nessa idade não se o deve esperar, e depois a fiscalização e manutenção da ordem é facílimo..."

O deputado Soares de Castro, que aparteara, em 1880, a exposição de motivos de João Lopes, vai à frente com suas idéias contrárias às cadeiras de ensino misto, o que suscita este momento de troca de idéias, em plenário da Assembléia, por ocasião de sua 16ª Sessão Ordinária, no dia 9 de novembro de 1885:

> "Sr. P. Leopoldo: – ...diz o nobre deputado (Soares de Castro) que combate a criação de cadeiras mistas, no interior da Província, porque o ensino misto favorece a imoralidade, visto como vão para a escola meninos de idade já crescidos, ao passo que não se opõe a esse ensino na Capital e centros populosos, onde freqüentam essas aulas crianças em tenra idade.

O Sr. Barros: – O povo do sertão é mais moralizado do que o da cidade.

Sr. P. Leopoldo: – Não vejo, Srs. que tenha razão o nobre deputado para opor-se ao projeto e aditivo em discussão, porque ele que agora combate com tanto afã, foi um daqueles que concorreram nesta Casa, em legislaturas passadas, para reforma da instrução pública, em cujo regulamento há uma parte consagrada especialmente a esta matéria. E se essa lei é imoral, porque motivo, dízei-me, esta Assembléia a conserva em suas coleções de leis? Se assim pensa o nobre colega por que não trata de suprimir uma tal disposição? Penso, Sr., diversamente de S.Exa., penso que se o ensino misto é necessário nos centros populosos, muito mais necessário julgo no interior da Província, nas pequenas localidades, sempre desfavorecidas, e que não dispõem dos recursos da Capital, e das outras cidades, para derramar no seio da população a instrução necessária a todas as classes da sociedade".

É patente o interesse da Casa Legislativa pelos assuntos de ensino. Repetem-se as discussões, as propostas de novos cursos, e não falta nem mesmo o requerimento do deputado Henrique Arraes (em Sessão Ordinária do dia 10 de julho desse ano) querendo do Presidente da Província estes esclarecimentos:

"1º – Quais as cadeiras de ensino primário postas em concurso desde junho de 84 até janeiro do corrente ano?

"2º – Desde quando começou a funcionar a Escola Normal, e qual o número de alunos por ela diplomados?

"3º – Se além do Regulamento aprovado pela Lei nº 1.951, de 12 de setembro de 1881, alguma outra disposição de lei anterior rege o provimento do ensino primário?

"4º – Se para as cadeiras do sexo masculino da cidade de Sobral, da vila de Boa Viagem, da povoação de Lameiro e da Conceição, em Baturité, concorreram candidatos do sexo masculino?"

Como se vê, já não prevalece o simples interesse de espicaçar o Executivo, mas da postulação de informações que certamente esclarecem pontos negativos ou positivos do ensino escolarizado na Província.

A saga dos sertões, pontilhada por crimes e atentados à propriedade e à segurança das populações, favorece a germinação de ódios entre familiares; coloca na gangorra política, que só tem realmente dois lados, o que fica em cima, e o que fica embaixo, como já se aludiu, as diferenças entre os clãs patriarcais a volúpia da vingança, seja que título for, dos que, estando debaixo sobem, um dia, para se vingar.

Essa alternância de posicionamento de mando, refletida nas barbaridades cometidas, levou J. Catunda[59] a exprimir-se sob amargo pessimismo: "A República morreu pela incapacidade nativa da raça para qualquer regime da libertação política". (...) "Entretanto, depois de mais de meio século de tirocínio de governo constitucional, o Ceará se acha ainda nos primeiros dias de sua inauguração. Ruem as instituições, desconhecidos os seus intuitos, negativas nos seus efeitos pela ação esterilizadora das facções, vermes políticos que devoram a substância da Província; impotentes para o bem, feridas de profunda desconsideração, funcionam aí, como formas mortas, abandonadas da vida, o município, os tribunais populares, a Assembléia Provincial".

Tudo, ou quase tudo, à conta de distorções partidárias, de quase nenhum respeito ao comportamento cívico, inspira-

[59] "Estudos de História do Ceará", Tipo-Lito Gadelha, Fortaleza, 1919, 2ª edição, p. 128.

dos, como sentencia com propriedade Abelardo F. Montenegro, pelo "banditismo político".[60] Esse banditismo de fraque e cartola, de regalias institucionais, nutre o outro, o estruturado na lei dos sertões, imposto pelos "pés de poeira" a soldo dos coronéis, amoedado para o crime, para a vindita. Mãos armadas de modo impune por quem não tem coragem de enfrentar desafetos a peito aberto, de frente.

Pode-se dizer que é com Manuel Inácio de Sampaio, à frente dos destinos da Capitania do Ceará, que se inaugura uma administração de "pulso de ferro" a combater a "desenfreada e assustadora criminalidade que provocara uma situação de terrível insegurança para a então Capitania". (...) "Pois bem. Não tergiversou o intimorato administrador em enfrentar sem complacências alguns daqueles figurões, tendo, inclusive, que se indispor com representantes de prol da Justiça, como Ouvidores, que lhes davam escandalosa proteção".[61]

Repete-se essa postura cívica no presidente José Martiniano de Alencar, em seu governo, ao sancionar a Lei nº 51, de 23 de setembro de 1836, discutida e aprovada pela Assembléia Provincial do Ceará – a ação do Executivo em favor da ordem pública, estabelecendo um "agente de polícia", de sua nomeação, com a "incumbência de prender os criminosos de morte, dissolver os séquimos e bandos de homens armados, que vagarem na Província, apreender as armas da Nação, que estiverem em mãos particulares ", etc.[62]

---

[60] In: "Fantásticos e Cangaceiros", Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1973, p. 196.

[61] João Alfredo de Souza Montenegro, in: "Ideologia e Conflito no Nordeste Rural", Tempo Brasileiro, 1976, p. 158.

[62] Revogada pela Lei . n. 154, de 27 de setembro de 1938; ampliada, no tocante ao artigo 1º, descrito, também pelo artigo 1º da Lei nº 79, de 19 de setembro de 1837. A tal respeito ver ainda Regulamento do dia 7 de janeiro do mesmo ano, conforme "Compilação das Leis Provinciais do Ceará", organizada por José Liberato Barroso, Tomo I (1835-1846), Laemmert, Rio, 1863, p. 55.

O art. 7 é incisivo contra a prática do coiterismo: "Todo indivíduo que acostar em suas terras, ou que estejam debaixo de sua administração, ou em sua casa, assassinos ou homens armados conhecidamente de má fé, será preso pelo respectivo agente de polícia, como incurso no art. 6 § 2º do Código Criminal, para ser punido na forma da Lei".

As providências do presidente José Martiniano de Alencar não alcança, no entanto, os fins almejados. Os prepotentes têm fôlego encompridado pelas injunções políticas. E desse modo continuam a praticar tropelias. Mas, na verdade, de certo modo o estado facinoroso da hinterlândia diminuiu, o que induziria o Presidente, em Fala na Assembléia. em 1837, a confessar: "... *já não se ouvem todos os dias* (grifamos) as formidáveis empresas de Mourões, Molambos, Tetéus, Bem-te-Vis, Mata-Velhos, Faz-Fomes, Zelhões, Famas, Folgazões e outros cruéis e afamados assassinos..."[63]

O desrespeito à lei, por quem exerce o "mandonismo", é forma residual que avança no tempo. Dela decorrem muitos episódios, nem todos necessariamente graves, que sucedem em todos os setores da vida pública cearense, principalmente por aqueles dias. Em 1856, o jornal "O Sol"[64] invectiva o fato de Antônio Ferreira dos Santos Caminha, pronunciado por crime de calúnia, tomar assento na Assembléia Provincial. O jornal julga ato "onipotente" do Poder Legislativo, que prefere preterir e violar toda e qualquer legislação em vigor para obsequiar a um de seus protegidos, conquanto a posse do deputado fosse vedada pelas disposições claras e terminantes da Lei de 3 de dezembro de 1841 (art. 94); pelo

[63] Abelardo F. Montenegro, o. c., p. 220. Convém ter em mente, a respeito do clima belicoso, os antecedentes políticos, sublinhados por movimentos armados, que começam em 1817, passando por 1824 e culminando em 1831 e 1835. Ver, nesse sentido, João Alfredo de Sousa Montenegro, o. c., p. 96-97.
[64] 7 de julho.

Regulamento de 21 de janeiro de 1842 (art. 293) e pelo Aviso de 8 de agosto de 1846.

É evidente, noutra passagem, também denunciada por aquele jornal, que a administração pública continua usando de violência sempre que essa prática aproveita à vingança contra adversários. A um instante, chega-se a ponto de, no Legislativo, tramitar requerimento, ao Presidente da Província, para que dê explicações sobre 16 dúzias de palmatoadas com que foram castigados 4 indivíduos livres no quartel do Corpo Policial, por ordem do Chefe de Polícia...

Para os que redatoriavam "O Sol", os "membros da maioria da Assembléia, como homens podem ser bons, mas como legisladores são péssimos, descuidosos de seu dever, dominados pela afilhadagem, servis e aduladores do Poder Executivo, porque entendem que o Presidente da Província é tudo, e que o Deputado Provincial é o mesmo que um caixeiro, um servo, ou fâmulo, empregado a serviço do salário..."[65]

Na década de 1870-79, continuam repetidas as denúncias contra as arbitrariedades da administração provincial, seqüenciando novos atos de "banditismo político". Às vezes são os próprios emissários do governo que se excedem no cumprimento da lei, como se depreende pelo pronunciamento exaltado do deputado Oliveira Sobrinho, em plenário, deplorando o procedimento do delegado de Baturité, em Acarape, acompanhado de força policial: "Logo que ele (o delegado) chegou a Acarape, na ocasião da eleição, espalhou-se a confusão, a desordem; os liberais foram apedrejados, o seu sangue correu e manchou o templo; correu também o sangue dos conservadores, que não têm posições oficiais..."[66] Peticionava na ocasião, para que a Assembléia dirigisse ao Presidente da Província requerimento solicitando esclareci-

[65] In: edições respectivamente de 7.6.1857; 30.6.1859.
[66] In: Sessão Ordinária da Assembléia Provincial do Ceará, dia 19 de julho de 1871.

mento sobre o ocorrido. O Plenário, nitidamente situacionista, votou o adiamento da discussão para uma semana depois. Nessa oportunidade, depois da proposta do deputado ir à discussão duas vezes, foi rejeitada.

Em 1882, fervem na Assembléia Provincial as referências a crimes e perseguições. Aos 29 dias do mês de novembro do ano em causa o deputado J. Paulino propõe à Casa medidas para dar cobro a atos de ostensiva convivência de autoridades e criminosos, como os verificados com "o delegado e subdelegado de Independência (que) convivem com criminosos de morte, com eles se divertindo em sambas, onde os seus brasões ou as suas proezas são contadas por aqueles ao som da infalível viola, como há pouco sucedeu na povoação das Vertentes, entre aquelas autoridades e o criminoso Julião, ex-escravo de D. Luíza de Matos, feroz assassino do infeliz Antônio Joaquim; como muitas vezes tem sucedido entre o subdelegado de polícia do Distrito de Belém, termo de Quixeramobim, Antônio Lopes de Mesquita Galvão e os criminosos Joaquim, Geracina (mais outros, nomeia) reunidos desfrutam os sambas da Serra do Machado, nos quais figuram de músico o subdelegado, com o seu realejo, e um dos criminosos com a sua rabeca, para fazerem dançar aos demais..."[67]

As discussões em plenário, na década que principia em 1880, não esmorecem o entusiasmo parlamentar pelos assuntos pessoais, notadamente os que evidenciam interesses contrariados, engendrados por divergências políticas interioranas. Não raras as reclamações – como vimos atrás, contra o abuso de poder da autoridade, seguidas de pedidos de esclarecimentos ao Presidente da Província, já que só a esse cabia o direito de prestar informações. E como procede o deputado Felipe Sampaio, em sessão do dia 16 de outubro

[67] In: Sessão Ordinária da Assembléia Provincial do Ceará, dia 29 de novembro de 1882.

de 1883, requerendo explicações sobre "medidas tomadas pelo Chefe de Polícia e autoridades policiais, do termo de São Francisco para punição dos autores do espancamento de Florencio Pereira de Paiva, no distrito de Santa Cruz".

Debaixo desse clima é que o deputado abolicionista Justiniano de Serpa, em sessão do dia 25 de agosto de 1884, investe de rijo contra um de seus pares[68], argüindo-o de atitude condenável de proteção a criminosos:[69]

> "O Sr. J. de Serpa: – No mês de novembro de 1882 deu-se na Comarca de Aracati um crime horrendo e imoral. Um escravo de Francisco de Melo Barreto, eleitor da parcialidade do nobre deputado, estuprou barbaramente uma pobre menina de oito anos. Denunciado perante a Justiça da terra, e não podendo o escravo deixar de ser pronunciado no art. 222, do Código Criminal, atento à natureza do crime as provas colhidas, Barreto apressou-se em darlhe carta de liberdade, com data anterior ao crime, para furtar-se deste modo ao pagamento das custas.
>
> "Essa carta de liberdade, que foi junta aos autos, dava ao escravo idade de 17 anos. Com ela esteve Barreto livre do pagamento das custas do processo, mas era preciso conseguir mais. Era necessário isentar o escravo da penalidade do código, e então a idade reconhecida na carta de liberdade foi alterada para 13 anos, para se provar que o escravo não havia procedido com discernimento e ser julgada a denúncia improcedente..."

---

[68] Cr. Manoel de Sá Barreto Sampaio.

[69] In: "Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará", Tomo X I X, Tipografia do "Cearense", Fortaleza, 1885, p. 190.

Conclusão: o escravo foi despronunciado.

Mas sem que a maioria perceba, não está longe desses dias o momento em que se alterará profundamente o desempenho político do Império, com o advento da República, a abrir capítulo novo da História do Brasil, e que inaugura inovações constitucionais, circunstância que envolverá – ainda que de modo lento, mas progressivo – modificações do próprio exercício político-eleitoral, com o afastamento final, já no período de 1935-1937, da presença total de padres com acesso ao nosso Legislativo.[70]

A primeira Constituição do Ceará, de 16 de junho de 1891, de existência breve, se não brevíssima, frustrou-se por ato do vice-governador Major Benjamim Liberato Barroso, então em exercício da governadoria, fulminada pelo Decreto 1, de 18 de fevereiro do ano seguinte. Um "novo Congresso Estadual, com as funções constituintes" que lhe eram outorgadas, a 12 de julho de 1892 podia já apresentar a nova Carta Constitucional, "não se fazendo mais referência à Constituição Estadual de 16 de junho de 1891".[71] Daí decorre o reco-

[70] A análise qualitativa dos que tomam assento na Assembléia Legislativa, de 1835 a 1837, é trabalho que fascina, e por fazer. Por ela, a uma breve interpretação, ver-se-à o predomínio de deputados com patente militar, e padres. De 1835 a 1837, 9 padres são deputados... e 9 os militares. Esse "score" sofre alterações bem nítidas a partir de 1850-51, quando os militares descem para 3 posições, e os padres ficam com 7. Em 1860-61 os padres sobem para 12, e os militares caem para 2. De 1872 a 1879 há uma diminuição de acesso de deputados militares e padres, posição que se modifica de 1881 a 1889, com os padres em destaque, como no biênio de 1884-85, quando aí detêm 10 cadeiras. Mais recentemente, isto é, por ocasião da 2ª Constituinte (1905-1908), os deputados, com patente, são destaque maior, situação que alcança até o ano de 1912. Os padres ocupam apenas 2 cadeiras. E no período legislativo que vai de 1935 a 1937, só dois militares são deputados... contra nenhum lugar dado aos padres. (Conforme exame da listagem dos deputados eleitos em todas as legislaturas, até a última data mencionada).

[71] José Parsifal Barroso, in: "Uma História da Política do Ceará – (1881-1954) ", Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1984, ps. 30-31.

nhecimento de que a primeira eleição, ainda que por via indireta, para presidente do Ceará, na jornada republicana que se inicia, é a do tenente-coronel José Freire Bezerril Fontenele.[72]

Escreve o historiador José Parsifal Barroso que, na primeira Mensagem do presidente Bezerril Fontenele à Assembléia, em 1893, há registro do "primeiro pleito municipal com as Câmaras e os Intendentes Municipais, cujas posses haviam ocorrido a 10 de junho do mesmo ano". Aduz o estudioso: "Como em muitos municípios não tinha sido realizada a primeira eleição, o Presidente Bezerril Fontenele apela para o Poder Legislativo do Ceará, nos seguintes termos: "E assunto este (o da eleição) de que deveis curar, sem perda de tempo, na revisão e retoques indispensáveis à citada Lei nº 33, de fundamentos nitidamente de interesses municipalistas".[73]

Assunto, como se verá a seguir, a merecer argüição pertinente:

> O municipalismo brasileiro, reprimido pela ação do poder centralizador, que tem sua ação mais incisiva a partir do século XVIII, é aparentemente beneficiado com a Lei de 1º de outubro de 1828, que confere "nova forma às Câmaras Municipais", titulando-as de "corporações meramente administrativas", impedidas de "exercerem jurisdição alguma contenciosa" (art. 24) Prestavam contas, todos os anos, ao Conselho Geral, depois de as ter tomado o Procurador; davam parte das "infrações da Constituição e das prevaricações" (art. 57) ao Presidente da Província e ao Conselho Geral; obrigavam-se a prestar informações a

[72] O. c., p. 39.
[73] Idem, p. 40.

> Deputados e Senadores (art. 63); não podiam fazer "ajuntamento para tratar ou decidir negócios não compreendidos" no Regimento, assim "como proposições, deliberações e decisões feitas em *nome do povo* (grifamos), e por isso nulos, incompetentes e contrários à Constituição" (art. 78). Os presidentes da Província impunham-se com seus únicos administradores.

Nem o Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, atenuou esse posicionamento de dependência camarista, dependência que se arrastaria até a Proclamação da República, quando, inaugurada a Constituinte de 1891, ao povo foi conferido o exercício do poder político, "sufrágio universal masculino e o voto direto a descoberto", e, nessa esteira de conquistas políticas, consideráveis, ter-se-ia o Estado separado da Igreja; ia vigir a autonomia dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e nova organização municipal que, no Ceará, vai praticada pelo Decreto nº 23, de 21 de abril de 1892, oriundo do Executiva. Depois sucederam outros procedimentos legais, até culminar com a Lei nº 33, de 10 de novembro de 1892, cujo preâmbulo invoca o "povo do Estado do Ceará, por seus representantes", para decretar...

A linguagem é nova; fala o discurso de novos tempos, a começar por definir que o "município é a base da organização do Estado" (art.1). E se lhe seguindo: "a criação e extinção dos municípios compete à Assembléia Legislativa, mediante reclamação dos novos eleitores e contribuintes". Semântica também nova.

O art. 75 é determinante: "Nenhuma ingerência terão no desempenho das funções municipais quaisquer autoridades estranhas à hierarquia municipal, salvo os casos previstos pela Constituição do Estado".

A ação do Legislativo se ajusta ao pensamento político dos novos dias, e, no que tange às Câmaras, é agente de proposta simplesmente orientadora, não lhe cabendo pedir e aprovar contas, mas tão só atender ao exame de orçamentos e balanços quando, por dois anos consecutivos, se verificar déficit.

As Câmaras podiam, daí por diante, deliberar, fazer suas próprias posturas, conquanto tivessem de as mandar ao Presidente e à Assembléia para ser verificado se atentavam "contra a Constituição e Leis Estaduais".

Na verdade, assistia-se ao prenúncio da independência dos poderes, perspectiva de exercício parlamentar mais altivo e responsável, que, até se firmar, bem-sucedido – como no caso do Legislativo cearense – haveria de percorrer todo um longo período de ajustamento aos novos propósitos ditados pelo tempo.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA


ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de – "Pequena História da Formação Social Brasileira ", GRAAL, Rio, 1984.

BARROSO, José Liberato – "Compilação das Leis Provinciais do Ceará", Tomo I (1835-1846), Laemmert, Rio, 1863.

BARROSO, José Parsifal – "Uma História da Política do Ceará" (1881-1954), BNB, Fortaleza, 1984.

CAMPOS, Eduardo – "Posturas Municipais da Fortaleza Provincial" (Inédito).

CARVALHO, Jáder de – "Antologia de João Brígido", Terra de Sol, Fortaleza, 1969.

CHANDLER, Billy Jaynes – "Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns", UFC, Civilização Brasileira, Fortaleza, 1981.

CATUNDA, J. – "Estudos de História do Ceará", Tipo-Lito Gadelha, Fortaleza, 1919.

CUNHA, Fernando Whithaker da – "Democracia e Cultura", Forense, Rio, 1949.

FERNANDES, Yaco – "Noticia da Província do Ceará", UFC, Fortaleza, 1977.

GIRÃO, Raimundo – "A Abolição no Ceará", Secretaria Estadual de Cultura, 3ª edição, Fortaleza, 1984.

_____. "Pequena História do Ceará", Editora A. Batista Fontenele, Fortaleza, 1953.

HOLANDA, Sérgio Buarque de – "Raízes do Brasil", Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1934.

LINS, Wilson – "O Médio São Francisco", Brasiliana, V. 337, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1983.

MENEZES, Djacir – "O Outro Nordeste", Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1937.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza – "Fernandes Távora e o Tenentismo no Ceará", Secretaria de Cultura e Desporto, Fortaleza, 1982.

_____. "Ideologia e Conflito no Nordeste Rural", Tempo Brasileiro, Rio, 1970.
MONTENEGRO, Abelardo F. – "Os Partidos Políticos do Ceará", UFC, Fortaleza, 1980.
_____. "Fanáticos e Cangaceiros", Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1973.
NARDI-GRECO, Carlos – "Sociologia Jurídica", Ed. Atalaya, Buenos Aires, 1947.
PAIVA, Maria Arair Pinto – "A Elite Política do Ceará Provincial", Tempo Brasileiro, Rio, 1979.
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de – "Mandonismo Local na Vida Política Brasileira", IEB, USP, São Paulo.
QUEIROZ, Paulo Edmur de Souza – "Sociologia Política de Oliveira Vianna", Editora Convívio, São Paulo, 1975.
SARAIVA, José Aurélio – "Fatos e Documentos do Ceará Provincíal", UFC, Fortaleza, 1970.
SAMPAIO, Consuelo Novais – "O Poder Legislativo da Bahia", Salvador, 1985.
SOUZA, Paulino José de – "Administração Local", Tip. Nacional, Rio, 1869.
TORRES, Oliveira – "Democracia Coroada ", Vozes, Rio, 1964.
VIANNA, Oliveira – "Instituições Políticas Brasileiras", Editora José Olímpio, Rio, 1972.

## ANAIS, REVISTAS, JORNAIS E COLEÇÕES DE ATAS

**ANAIS:**

"Anais da Assembléia Provincial", Coleção da Assembléia Legislativa do Ceará (Biblioteca), referente aos anos de 1867, 1883, 1884 e 1885.

**JORNAIS:**

"Constituição", 4 de junho de 1872.

"Diário do Conselho Geral da Província do Ceará", 17 de novembro de 1830.
"Jornal do Comércio", de 3 de dezembro de 1838; idem de 8 de junho de 1839.
"Jornal do Ceará", 3 de janeiro de 1868. "O Ceará", 7 de junho de 1927.
"O Sol", 7 de julho de 1856. Idem, 7 de junho de 1857. Idem, 30 de junho de 1859.

**REVISTAS:**

Câmara, José Aurélio – "Província dos Cariris-Novos", Revista do Instituto do Ceará (RIC), Fortaleza, 1892.
Campos, Eduardo – "Félix de Souza, o Antiescravista Esquecido", RIC, TE. 7, Fortaleza, 1984.
Pompeu Sobrinho, Thomaz – "O Homem do Nordeste", RIC, Tomo LI, Ano II, Fortaleza, 1937.
Santos, Benedito – "Assembléia Provincial – Processos de Magistrados", R I C, Tomo XX I V, Ano X I V, Fortaleza, 1910.

**ATAS:**

Livros de Atas das Sessões da Assembléia Provincial (Arquivo da Assembléia Legislativa do Ceará), anos de 1885-1887, 1871 e 1882.

# 3

# ANTECEDENTES SOCIOPOLÍTICOS À AÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DO CEARÁ
## (Idéias e Circunstâncias)

**O MUNDO** experimenta considerável expansão pela década de 1850-59. Descortinam-se novos mercados; terras se apresentam aos olhos do homem, que empreende com fulgurações que o enriquecimento repentino proporciona. Transcorrentes os dias marcados pelo liberalismo econômico e importância do aproveitamento da técnica a serviço do homem.

Nesse cenário de afirmação e ambições, em que passam a prevalecer as inovações técnicas e a valorização do Capital, *desponta* o *homem moderno*, "pobre diabo ideológico", como o haveria de qualificar Lewis Mumford; – "criatura formada enquanto continuassem a existir as condições e, necessidades que o fizeram surgir." (Mumford; 1952, 298, 299)

Havia esperança em tudo: nos empreendimentos mercantis nos resultados produzidos pela máquina, na força do dinheiro. "O mecanismo, o absolutismo e o capitalismo, todos formulados durante o século XV", no mundo, "tinham agora chegado ao estado de completa corporificação e expressão: no novo meio que eles invadiam e enchiam, não deixavam lugar para outra tendência." A ferrovia, o navio, a fábrica, a ponte, atestavam o desempenho dos novos poderes da criatura humana (Mumford; 1953, 342).

Mas os fatos como estão ditos, mesmo onde sucedia o avanço rumo à acumulação de riqueza, não queriam signifi-

car necessariamente o contentamento das reais condições de que o homem carecia para poder viver.

Nessa moldura de transformações funciona o ideário rousseauniano, colocando sob conveniente atenção o "bem-estar de todos os cidadãos", proposta que aproveita "uma geração mais tarde, consubstanciada na cláusula do bem-estar geral", a Constituição dos Estados Unidos (Mumford; 1952, 356).

Mas ao meio de tanta euforia, desajustamentos, infelizmente incontroláveis ou até mesmo insanáveis pelo homem, conflitos e guerras civis como a Americana e, mais próxima de nós, ferindo-nos em todos os sentidos, a do Paraguai, tudo com propriedade lembrado por Hobsbawm (1978, 96) e explicado em "primeiro lugar" pelo "próprio processo de expansão capitalista global, que multiplicava as tensões no mundo não europeu."

No Brasil, em 1871, terminada a guerra com o Paraguai, tem-se com mais assiduidade o debate sobre a situação social e política da Nação. É questão nacional, porque questão de terra, do setor industrial da agricultura, de que se aproveita o País na chamada "lei do ventre livre". Pesa na balança das decisões – e também na das ações – a comunidade dos que trabalham a terra (não apenas latifundiários) e insistem na utilização da mão-de-obra escrava.

Mas a Nação, sem ter como se decidir ainda pela industrialização, principia a experimentar os efeitos do processo. A instrução primária é tornada obrigatória; positiva-se melhoria no aproveitamento do ensino; trilhos de ferro se estendem e fazem enlace providencial da área produtora de café com o Porto de Santos. E, se cresce a dívida externa, por outro lado há o advento do telefone; surgem o fonógrafo e o telégrafo, assinalando as vantagens de sua utilização, enquanto Thomas Edson (13.03.1879) conquista o privilégio para introduzir no país "o sistema da luz elétrica..." (Renault, 1982, 143)

A corrente imigratória, estabelecendo-se do exterior para o Brasil, coloca as autoridades diante de insustentável situação: aos olhos dos abolicionistas ofende a dolorosa realidade (que testemunham) do governo ofertar tudo – desse modo são os protestos públicos – ao homem recém-chegado, e nada ao braço-escravo tratado ainda como coisa, objeto de aproveitamento mecânico.

O indivíduo, quer escravizado, quer livre, não se vê contemplado com a política de cunho social que merece a criatura humana. Tem-se, por essa quadra – e por muitos anos adiante – sociedade estruturadamente agrária, que repousa em incipientes condições de remuneração. O próprio criatório, exercido em maior porção pelos que só dispõem de pequenos rebanhos, "é insuficiente como fonte de renda."

Em grandes propriedades agrícolas, nas quais se cultivava o café, o plantio mais rentável e em moda, o "pequeno agricultor" não consegue ultrapassar a sua humílima condição de meeiro. Esse cultivar possui apetites incontentáveis por novos espaços, da parte de "fazendeiros poderosos", enquanto simples senhores de engenhocas se conservam numa perpétua mediania, ou caem, pouco a pouco, na pobreza geral." (Vianna, 1938, 171 e ss)).

Lembra ainda o autor citado: "... as instituições de ordem administrativa e política, que regem a nossa sociedade durante a sua evolução histórica, não amparam nunca, de modo cabal, os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, das camadas proletárias, contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade." (Vianna 1938, 194).

Há, portanto, em forma aguda, por muitos e muitos anos, carência de "instituições de solidariedade em nosso povo." (Vianna 1938, 205). Não há como ser diferente, a nosso ver, com a economia saturada pelo aproveitamento do braço negro, vilipendiado, e pela força-de-trabalho livre, pouco

considerada e respeitada à época, pela legislação vigorante, desatenta aos conflitos então gerados.

O Ceará, no contexto do período que vai de 1870 a 1883, salva sua economia de perigoso comprometimento graças ao tráfico interprovincial, beneficiado por aqueles "poderosos" cafeicultores paulistas, sedentos de mão-de-obra a qualquer preço, adquirindo-a num total de 18.106 peças negras, no mercado do Ceará. (Silva, 1986, 19).

A remuneração, por trabalhos executados em vigência e à margem da exploração da mão-de-obra servil, repousa em consenso doméstico estabelecido pelas partes que pactuam. O guarda-livros, por exemplo, é contemplado no comércio local com contrato de pagamento final, ao término do ano, vigorante a remuneração em muitos casos, com tradicionais acréscimos de vantagens patrocinadas pelo estatuto legal: "quarto para morar", "cama, criado", "jantar, almoço e ceia", vantagens ordinariamente desfrutadas na casa do próprio empregador, situação que tende à convivência nitidamente familiar e dependência maior do empregado ao patrão. (Oliveira, l884, 558).

Os trabalhadores de categoria inferior, "pobres", ou "muito pobres", mas ligados entre si pela falta de instrução, não passavam de meros criados, e se regiam pelo que estava dito nas "Ordenações", localizadamente no Liv. 4, Tits. 29, 3ª, até 35, legislação que, em rigor, não obstante desatualizada em face das novas propostas às relações de emprego, prosseguia como indicativo consultável e obedecido na celebração de obrigações entre as partes. Em razão do que se observa, preceituado no tit. 35, o "dano feito pelo criado ao amo deve ser-Ihe pela soldada, perante o juiz, quando o criado se retirar..." (Oliveira, 1884, 60, 561).

Desse período, a tentativa de correção dos efeitos da legislação portuguesa que nos alcançava e seguia orientando

as relações laborais: o Decreto nº 2827, de 15 de março de 1879, dispondo sobre "a locação dos serviços aplicados à agricultura", ressalvados os casos não abrangidos em seu texto, que se regiam pelos "arts. 226 e seguinte do Código Comercial." (art. 1, parágrafos 1 e 2).

A nova lei aplicava-se a nacionais e estrangeiros, entendida no parágrafo 3º do art. 9 a "locação de serviços mediante a parceria na criação dos animais úteis à lavoura, denominada parceria pecuária."

O locatário ao espírito desse diploma legal (art. 38) podia "despedir o locador" por justas causas, que eram: "Embriaguês habitual, injúria à honra do locatário e família; imperícia; insubordinação."

Mas, no inverso, funcionavam como justas causas para empregado despedir-se: falta de pagamento, imposição de obrigações não pactuadas; enfermidade; casamento celebrado noutra freguesia; e não poder comprar gêneros de que precisasse a terceiros, constrangidos a adquiri-los apenas ao patrão; caso ferida ou injuriada a sua honra ou a da família. (art. 39)

O art. 40 desse mesmo estatuto é taxativo: "Despedindo-se o locador com justa causa, ou sendo despedido sem justa causa, não tem direito senão aos ganhos vencidos, descontados no seu débito." (art. 32).

No tocante à parcela agrícola, dispunha a regulamentação legal que o locador, caso se ausentasse do trabalho (naturalmente :por prazo capaz de causar prejuízos ao locatário), estava sujeito a ser apenado com 5 a 25 dias de prisão. (art. 69).

Contra o grevista estabelecia o art. 78:

> "Os locadores que, para fazer paredes, ameaçarem ou violentarem a outros locadores,

> serão presos e remetidos à autoridade pública", por estarem passíveis de enquadramento no Código Criminal (em vigor na época). Apensava o artigo seguinte: "Se (os locadores) efetuarem a parede e por meio dela cometerem ameaça e violência, serão punidos pelos crimes praticados."

O Juiz de Paz, chamado a decidir em função da lei que sé vem mencionando, foi sem dúvida alguma o primeiro julgador de feitos ligados à Justiça do Trabalho ainda incipiente e em formação, pois todas as infrações ou descumprimentos estabelecidos em Lei ordenavam-se pelo que dispunha o art. 83 e seus parágrafos:

> "§ 2º Citado o réu, e presente na audiência com as suas testemunhas, que poderá levar independente de citação, ou à revelia do mesmo réu, se não comparecer, o Juiz de Paz ouvirá as testemunhas de uma e outra parte, mandando tomar por termo os depoimentos."
> "§ Concluídas as inquirições e tomando o depoimento ou o juramento de qualquer uma das partes, se for ordenado pelo Juiz, serão as testemunhas ouvidas verbalmente, juntando-se aos autos, com quaisquer alegações, os documentos que oferecerem, depois do que o Juiz proferirá sua sentença na mesma audiência ou na seguinte."

No regime escravocrata vigorante no Ceará, por volta de 1880, praticamente os "direitos" trabalhistas, se assim podemos considerar, além de inadequados para o próprio homem livre, para o escravo tido ainda por "peça de fôlego", "coisa", eram prioritariamente desumanos. É verdade que pela Lei de 28 de setembro de 1871, quem viesse à luz, filho de escravo desde

então seria livre, com direito ao exercício do voto (em eleições primárias); podia encarreirar-se na vida pública e pertencer aos quadros da Guarda Nacional. Mas a obrigação do escravo prestar serviços ao senhor por esse tempo, pertencendo a condomínio, não obstante indenizado a um dos donos o valor da quota de sua alforria, ainda se obrigava (até por 7 anos!) a prestar ao(s) outros(s) condômino(s) em serviço não remunerado o restante do valor da(s) quota(s).

Exigido então curioso "contrato de prestação de serviços" para obtenção de liberdade, pactuado com os dizeres que ensinavam os manuais legais por volta de 1884:

> "o escravo fulano fica portanto obrigado a prestar ao Senhor Sicrano todos os serviços para que é apto, durante (tantos anos), *tempo útil em que entram os dias de guarda* (grifamos), mas excetuam-se os de ausência em prisão por fato alheio à vontade do locatário, e os de moléstia prolongada, que serão preenchidos com outros (grifamos). O locatário obriga-se a tratar dito escravo durante tal e tal período como pessoa de sua família, a vesti-lo e alimentá-lo conforme as suas posses, e a não exigir dele maior número de horas de trabalho do que aos outros fâmulos, ou daqueles que forem de uso e costume no lugar, assim como a não lhe impor maus-tratos nem castigos aviltantes à dignidade humana" (Oliveira, 1884, 103). Não cumprindo o escravo as condições pactuadas, ficava sujeito ao rigorismo do Reg. 5.135, de 13 de novembro de 1872. Anote-se que, mesmo por ocasião da vigência do Dec. nº 2.827, de 15 de março de 1879, as inovações contratuais entre o locador e locatário, introduzidas, não contemplavam a mão-de-obra escrava...

O mundo entra em fase de grandes experimentos e invenções ao final do século. Passa a funcionar a máquina de escrever; o telefone desperta a atenção do Imperador do Brasil, na Exposição do Centenário, em Filadélfia, em 1876. Os Estados Unidos ganham, com entusiasmo, a liderança do avanço tecnológico; e se conhece a primeira lâmpada incandescente, a broca elétrica, a eletricidade aplicada industrialmente, o gerador elétrico, o fonógrafo...

Para esse amadurecimento de idéias, proveitosas para o desenvolvimento da humanidade, demora a adequação da mão-de-obra. A disponibilidade maior da força-de-trabalho, como no Brasil, está representada por escravos entorpecidos pela miséria e sem condições de concorrer para o progresso da Nação.

Impossível falar em assistência social, em direitos e justiça pera o trabalhador, onde vigora, infamante, o regime escravocrata.

Quando o Ceará parte à frente, libertando seu contingente de escravos, conquanto não obtendo de imediato a adesão de todo o País, há a certeza de que a queda da escravatura está próxima: É como vai ocorrer em 1888, a um passo da Proclamação da República e de novas idéias, e novas propostas de aproveitamento da força-de-trabalho (já daí por diante toda livre) em favor do fortalecimento da economia nacional.

Quando o homem exercia o seu trabalho como se fosse máquina, a serviço do seu semelhante, o escravocrata, fundamentou algumas razões o padre Jorge Benci de Arimino, em 1705, para concluir que de todos os bens naturais o único de "que goza o escravo, é a saúde. O bem de riqueza não o alcança; porque nada tem de seu; pertence a seu Senhor tudo que lucrou. Menos alcança o bem das delícias, pois vive continuamente entre os trabalhos e penalidades do cativeiro". (Benci Sd, 1977, 74).

A jornada de trabalho exigida ao escravo, mão-de-obra utilizada prioritariamente na chamada indústria agrícola, "desde o alvorecer", o que se deve entender pelas 5 horas da manhã ou antes, e estendia-se até às 9 ou 10 horas, momento em que era servido o almoço, com direito a repouso de 30 minutos. Reincetadas as atividades, seriam estas paralisadas pela segunda vez por ocasião da trégua do jantar, constam de feijão e angu, como ocorria na primeira refeição. Já aí os escravos tinham direito à "sesta mais longa", possivelmente mais de uma hora, prosseguindo o trabalho até o anoitecer, o que se dava por volta das 19 horas (Ribeyrolles, 1980, 46,47).

Ao todo, 12 ou 13 horas de atividade física, quase sempre debaixo de sol abrasador. Em engenhos, por ocasião do período de moagem, o serviço exigia a aplicação de turmas alternadas, de 4 em 4 horas, quer de noite quer de dia, sistema que desorganizava e afligia ainda mais o homem desse modo exaustivamente requerido, não de raro podendo ocorrer sua atividade por 18 horas seguidas, como anotou estudioso do assunto (Silva, 1984, 335).

Por ser capital de permanente risco, do escravo tiravam todo o rendimento possível, o que fazia oscilar de 18 a 30 anos seu desfrute compensador como força-de-trabalho. (Silva, 1984,177). Acrescente-se outra particularidade que confluía para o senhor aproveitar-se ainda mais de suas peças negras: a perspectiva, à vista, de ser liberado por legislação pertinente, o que fazia com que o proprietário aproveitasse dele "a maior soma possível de trabalho", enquanto era tempo (Smith, apud Silva, 1984, 174).

Chega momento em que o problema, por demais infamante, passa a ser a eliminação dessa mão-de-obra explorada ao máximo, permutada já em algumas áreas pelo trabalho livre. Desse modo torna-se "imperativa a substituição do trabalhador negro pelo colono branco. Incrementa-se en-

tão a migração. E as tímidas tentativas de colonização, do começo e meados do, século, afirmam-se com a entrada de 530.000 migrantes europeus entre 1881 e 1890.

"Com este fluxo, novas técnicas penetram na vida rural, indo libertar maior quantidade de mão-de-obra. O uso do arado, por exemplo, segundo Taunay, em 1870, já era geral nas fazendas paulistas." (Aguiar, 1960, 1º vol., 150)

Um ano após a libertação dos escravos em todo o País, sucede a grande mudança; a instituição da república federativa. Pedro Calmon resume esses dias com muita propriedade:

> "A passagem do Brasil, porém, do modelo francês e inglês da política do Império para o modelo norte-americano da política republicana, não lhe valeu a paz interna, menos a calma dos espíritos" (Calmon, 1945, 340).

Sobrepõe-se a esse estado de *animus* o sentido idealizador dos positivistas, que tinham disponibilidades mais realistas e humanas de entender os muitos problemas que acudiam o Brasil republicano.

Na República, vê-se a tentativa de incorporação do proletariado à sociedade moderna nos limites brasileiros, defendido, "o reconhecimento de vários direitos sociais, em oposição ao liberalismo do século XIX, que idealizou as relações de suposta igualdade entre Capital e o Trabalho, confrontados no mercado" (Fausto 1977, 50).

Coincidentemente, é de 1889 o projeto visando à "melhoria das condições de vida da classe operária", que principiava a emergir do panorama nacional, ao se caracterizar maior preocupação pelo setor industrial.

O estatuto pretendia dentre outros pleitos a supressão do pagamento por tarefa e a divisão do salário em duas par-

tes, senda uma fixa e outra variável de acordo com a produtividade; *sete horas de trabalho diário* (grifamos): descanso dominical e nos dias de festa nacional, além de 15 dias de férias anuais; salário-enfermidade, correspondendo pelo menos á parte fixa das remunerações; *garantia de permanência no emprego após sete anos de serviço* (grifamos), permitida a demissão somente por meio de processo que demonstre infração prevista no regulamento e para a qual seja cominada tal pena; *aposentadoria* (grifamos) pelo menos com a parte fixa dos salários, por invalidez ou por atingir o trabalhador 63 anos, desde que, no último caso, não tivesse filhos ou netos maiores que fossem empregados nas oficinas públicas; pensão por morte do operário, concedida à viúva e, na falta desta, aos avós, filhas solteiras, filhos menores de 21 anos, correspondendo a dois terços do salário fixo; admissão de aprendizes somente após 14 anos, com vinte horas semanais de trabalho, prolongando-se o aprendizado até os 21 anos." (Ivan Lins, apud Fausto, 1977, 50,51).

Certamente, no todo ou em parte, as sugestões pertinentes ao desejável aperfeiçoamento das relações sociais de trabalho iam esperar ainda a hora de sua efetivação, pois o Estado – refere Oliveira Vianna – "pode subverter, alterar ou modificar, na sua ação política, certos traços da psique histórica dos povos; mas, ainda assim, não o poderá fazer eficientemente senão dentro do lema d'annunziano – isto é, lentamente – "o tempo nada conserva do que se faz sem ele" – disse Mauclair." (Vianna, 1949, 143).

Restava muito o que modificar, principalmente a condição de mau patrão originária dos anos de exploração da mão-de-obra servil vejo que prossegue às vezes, de modo impertinente no trato de pessoas livres, como ocorreu, por exemplo, bem próximo de nós, no Ceará, na zona serrana da Pacatuba, fato denunciado pela *Constituição*, a 17 de de-

zembro de 1885, quando encarecia a atenção do presidente da Província, por caber a este "socorrer umas pobres donzelas, órfãs desvaliadas, uma delas com educação primária e de família, mocinhas que tiveram o infortúnio de, com a seca, ficarem sem os pais e serem apanhadas pelo português José Antônio de Medeiros, o qual traz ditas órfãs com a maior pressão possível", tratando-as "grosseiramente, *de chicote em punho* (grifamos), chamando-as de égua e outros nomes injuriosos, *açoitando-as* (grifamos) por vezes." (Campos, 1984, 44)

Nada de admirar. De modo bem mais grave agiriam os escravocratas de Milagres (CE), três anos depois de declarados libertos todos os escravos do Ceará (1883), como alude o jornal *Libertador* (7 de abril de 1886): "Ao tesouro provincial acaba de determinar o Exmo. Sr. Des., Presidente da Província, que faça efetiva a cobrança judicial do imposto e multa a que estão obrigados os indivíduos residentes no município de Milagres, que a falsa fé e criminosamente conservam escravizados sob seu domínio, depois do dia 25 de março de 1883, com ostentoso menoscabo da Lei de 19 de outubro e grande escândalo para a Província e para o país." (Campos, 1984, 76).

Outros acontecimentos assemelhados transcorriam paralelos com o autoritarismo sobrado da extinção do sistema de cativeiro. Urgia evitada a "síndrome dos vadios", estado de vagabundagem em que se encontram os que realmente não têm onde se empregar, e também os que se contentam com o pouco que ganham, optando pelas horas de ócio mais do que pelas aplicadas em atividade laboral.

No Sul do País muitos fazendeiros, positivada a manumissão dos escravos, passam a praticar contratos com turma de trabalhadores pelo regime de empreitadas utilizando, muitas vezes, a mão-de-obra dos libertados disponíveis. Desse modo conta Eduardo Silva (Silva, 1984, 241), aludindo que, no Rio de Janeiro, "a organização nas fazendas cristali-

zou-se sob a forma de parceria, suplementada pelo emprego de camaradas." Acrescenta mais: em meados de 1890 a parceria estava generalizada em Vassouras e, no ano de 1897, era relação contratual freqüente "em todo Estado do Rio." (J. Stanley Stein, apud Silva, 1984, 242, 243).

O ideário comteano preconizava para o operário sua incorporação à sociedade moderna, acesso legitimado pelo "direito a um salário suficiente para que a mulher" (...) "pudesse exercer seu papel de preparo espiritual da família, definida como fonte de toda a cultura moral"; "direito de receber instrução englobando todos os resultados essenciais da evolução científica, filosófica e humanidade"; "necessidade de "atribuir ao" proletariado, no seu conjunto, um papel social e torná-lo digno de exercê-lo." (Fausto, 1877, 48, 49).

Boris Fausto, no mesmo lugar, escreve ainda: "Parece inútil lembrar que o positivismo era uma ideologia conservadora", mas a partir de um "programa mínimo" comteano se empenhava na luta pelos direitos operários, inclusive o direito de greve, e no reforço das organizações sindicais no exterior.

Nessa fase fundam-se os partidos operários no Rio de Janeiro (década de 1890), mas de quase nenhum progresso na conquista de seus programas de luta.

Tenente de Marinha, no caso José Augusto Vinhais, do Rio de Janeiro, em 1890, vê transformado o Centro Artístico do Rio de Janeiro em Partido Operário, ao qual preside. E é graças a ele, por interferência direta, que Deodoro da Fonseca aquiesce em alterar "dispositivos do Código Penal (de 1890), que definiam como crime a paralisação do trabalho." (Fausto, 1977, 45).

Pelo Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890, os arts. 205 e 206 do Código Penal ganham nova redação:

> "Parágrafo primeiro – Desviar operários ou trabalhadores dos estabelecimentos em que fo-

> rem empregados, por meio de ameaças, constrangimento ou manobras fraudulentas;
> Penas: de prisão celular por um a três meses e de multa de 200$ a 500$000.
> Parágrafo segundo – Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências para impor aos operários ou patrões aumento ou a diminuição de salário ou serviço:
> Penas: de prisão celular por dois a seis meses e de multa de 200$ a 500$000."

No art. 2º revogam-se as disposições em contrário.

Dessa forma – comenta Evaristo de Moraes, em 1905: – "pela lei penal" de então, o direito de greve no país estava "plenamente reconhecido" (...) "Assim como um operário pode isoladamente deixar de trabalhar, muitos operários têm o direito de recusar o esforço de seus braços ao chamamento e às necessidades de patrões. Nem seria" – acrescenta Evaristo de Moraes – "compatível com um governo republicano a negação desse direito, que deriva das condições econômicas do tempo" (Moraes, 1971, 1950).

No começo do século vão amadurecer as idéias revisionistas da situação sociopolítico-administrativa que emoldura o País. Mas, na verdade, as "classe inferiores" enfrentavam, por então, condições de trabalho bastante limitantes. "Um relatório sobre as indústrias de São Paulo, em 1901, observa que os trabalhadores viviam em condições miseráveis; todavia, quando protestavam diante das reduções de salários, tão comuns aos caprichos da indústria brasileira, eram sempre "obrigados pela reflexão e pelas circunstâncias a voltarem ao trabalho, resignando-se às condições que as dificuldades pecuniárias obrigam o industrial a impor" (Morse, 1979, 284).

Os remanescentes do regime escravocrata, agregados ao contingente de trabalhadores livres, somam mais problemas à absorção de mão-de-obra.

A realidade do Ceará no tocante, pelo interior do Estado, é o que se descreve: os habitantes "vivem na propriedade (rural) sem nunca terem terras suas." (...) "O uso fixa os direitos e os deveres respectivos do proprietário e dos moradores. Não pagam renda em dinheiro pela terra; poderá dizer-se que apenas pagam em serviço." (...) "Os operários empregados na cultura do café são pagos a jornal ou, mais freqüente, por empreitada." Os salários são insuficientes para a manutenção desse tipo de trabalhador do campo. Por isso, repete-se o exemplo de outras áreas: cada morador dispõe de terreno para plantio próprio, cedido pelo "proprietário e do qual não paga renda." (Denis, 1909, 366, 367, 377).

As estiagens prolongadas, cíclicas, praticamente estabelecem corrente migratória que, movimentada em direção da Capital, acaba tomando o destino da Amazônia, numa primeira etapa evasionista. Mesmo ali, o trabalhador continua à mercê das circunstâncias (também adversas) e do dono do seringal, que o explora de todos os modos, tornando-o escravo à maneira usual na região.

Há muitos fatores limitantes das atividades econômicas no Nordeste. A observação um tanto rude de Joaquim Alves, a respeito, ajuda-nos a compreender determinados fatos que, principalmente na quadra a que nos referimos, não se ausentam do contexto da vida em sociedade: "No Sul a terra favorece o esforço do homem que, possuidor de conhecimentos técnicos e científicos, aperfeiçoa e desenvolve as indústrias e o comércio, abrindo amplos horizontes à inteligência; no Nordeste, a luta do homem contra a natureza inutiliza todo o esforço empregado para melhorar as condições físicas e econômicas da região: dum lado a deficiência dos profissionais,

desde o agricultor, que se prende aos velhos princípios da cultura do solo, até o aproveitamento dos nossos produtos, que são exportados em estado natural" e importados por nós, "depois de manipulados; doutro, a estreita visão política dos dirigentes, que resumem toda a capacidade administrativa em fazer política de sucessão" (Alves, sd, 207).

No Sul do País, vão-se iniciar as primeiras propostas de melhoria da condição de trabalho do homem, estimuladas pelo grupo de anarquistas de São Paulo, manifestação de nítida conscientização do *direito do operário* (assim o chamavam), movimento que resulta na "organização de greves estratégicas e suas ligas *ad hoc* para combater a escassez de gêneros, a ganância dos senhores, os altos preços e a censura à imprensa", com resultados parciais (Morse, 1970; 284).

Em rigor, há muito para ser feito, mas *lentamente*.

Se o saneamento da vida do trabalhador cearense não chega a tempo, nas grandes cidades, nos centros mais metropolitanos do País firma-se a convicção de que é imperioso acudir o homem que trabalha, o operário, o proletário.

Desse modo percebem patrões e autoridades, e não tardam os primeiros regulamentos de proteção ao trabalho, como todos vão deparar no Decreto nº 1.313, de 1891, de marcado cunho social, disciplinando a atividade laboral de crianças e adolescentes, segmento comunitário costumeiramente passível de exploração não só àquele momento, no Brasil, mas em outros países ditos progressistas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1907, o operário ainda executa suas tarefas ao longo de sessenta horas semanais. Adolescentes, que comprovavam oficialmente ter alcançado a idade de 14 anos, percebem praticamente 1/4 do que ganhava o operário adulto (Fraser, 1907, 295).

O estatuto legal estabelecido pelo Decreto nº 1.313, de 1891, não se cumpria no Brasil. Daí movimentarem-se as pou-

cas lideranças, á época, em postulação a que "menores do sexo feminino de 12 a 15 anos e os do sexo masculino de 12 a 14 anos" não trabalhassem mais do que sete horas por dia "não consecutivas, de modo que não excedesse de quatro horas o trabalho contínuo; e os do sexo masculino de 14 a 15 anos até nove horas por dia, nas mesmas condições" (Moraes, 1971, 32).

Jorge Street, prestigioso industrial de São Paulo, em 1917, confessa:

> "Se entre nós o trabalhador nunca teve, depois da primeira grande lei social da libertação dos escravos, uma vida que se pudesse, nem de longe, chamar de trágica, tal qual nos mostram os inquéritos e as publicações da Europa Industrial, havia entre nós, no entanto, incontestavelmente, abusos e injustiças contra crianças, mulheres e mesmo operários homens, no que diz respeito à idade de admissão, do horário e do salário principalmente. E sabeis que falo da experiência própria, porque durante mais de 35 anos dirigi fábricas com mulheres de operários e sei bem o que vos digo. Confesso que trabalhei com crianças de 10 ou 12 anos e talvez menos, porque nesses casos os próprios pais enganavam. O horário normal era de 10 horas e, quando necessário, de 11 ou 12 horas" (Moraes, 1971, XXVII-XXIX).

Ao redor desses dias, por ocasião do Congresso de Prefeitos Municipais do Estado do Ceará, sob a Presidência de Justiniano de Serpa, o edil de Independência comunica, em resposta a questionário proposto a todos os dirigentes municipais, que as crianças no sertão começam a trabalhar "desde os seis e sete anos." Em Sant'Ana do Acaraú a prática

é mais escandalosa. Crianças de 5 a 6 anos já são utilizadas nos "trabalhos de campo" (Congresso 1924, 257).

Noutro município do Ceará, no de Lages, o salário pago ao trabalhador rural em 1924 oscila de 1$500 a 2$000 a diária. Os encargos de plantio e cultivo começavam às 6h e só se concluíam às 17h, "havendo interrupção de uma hora para a primeira refeição" (Congresso, 1924, 190).

Pelos dados de que dispomos, a remuneração do trabalhador no Ceará era baixíssima. Considera-se: o referencial de salário pago ao operário nos dias que integram o primeiro quartel deste século, ordinariamente de 1$000 a 2$000, não está muito distante do oferecido em 1883, 30$000 por mês (com casa e comida) para quem quisesse trabalhar em engenhos no Recife.

Para ter-se idéia da desatualização desse pagamento, basta ver o que representavam 2$000 (como poder de compra) em 1904. Quem dispunha dessa quantia tinha de pensar duas vezes para comprar: um quilo de carne (um cruzado); 1 litro de arroz, uma pataca; 1 quilo de açúcar branco, 380 réis; 1 quilo de café de Baturité, 700 réis; verdura (coentro e tomate) dois vinténs... E o dinheiro estava acabado (Alencar, 1965, 25).

Nas cidades-sede dos municípios – da mesma forma com mais abuso nas vilas afastadas – o comércio abria as portas às 7h para fechá-las à noite, por volta das 19h. Os caixeiros explorados ao máximo, tinham, geralmente, apenas uma hora para ir à casa fazer a principal refeição do dia. Aos sábados, o horário de funcionamento não diferia dos demais dias da semana. Domingo, o comércio abria as portas até o meio-dia, procedimento que pelo primeiro quartel do século principiou a modificar-se, graças à iniciativa da autoridade municipal, mais evoluída, a entender que o empregado, no caso o caixeiro, desfrutasse o repouso dominical. O prefeito de Ibiapina, em 1925, toma-se de entusiasmo para cumprir a

Lei de nº 31, de 18 de dezembro de 1924, que declara "terminantemente proibida aos domingos em todo o território do Município de Ibiapina, a abertura e funcionamento de qualquer casa comercial de vendas a varejo ou por atacado, excetuadas as farmácias, ficando transferidas as feiras públicas para o dia de sábado."

A "Gazeta da Serra", de Ubajara, em edição de 3 de janeiro de 1925, exulta: "A *Gazeta*, cheia de júbilo por este fato, congratula-se com os ubajarenses em particular e com os ibiapanos em geral, por esta bela conquista da civilização, que vem implantar-se na Serra Grande."

Curioso e ao mesmo tempo significativo como os ideais de renovação e melhor atenção aos direitos do empregado prosperam em cidade interiorana do Ceará, por aqueles dias, como ocorre em Ubajara, onde aquele jornal discute em veemente artigo de fundo o que entende por "exploracionismo" capitalista, detendo-se adiante, noutra oportunidade, em analisar o procedimento de greve afetivada, com observações que soam sobremodo avançadas à realidade política do sertão:

> "Quem quer que observe a evolução da luta entre o Capital e o Trabalho, verá que o combate é gigantesco, mas as probabilidades de vitória pendem todas para o lado do povo, que vai compreendendo, felizmente vai compreendendo, que o seu direito de viver é um direito soberano, um direito que precisa reinar pela própria força do direito." (Gazeta da Serra, 23.05.1926)

As condições de trabalho da incipiente indústria cearense na Capital, resumida à inexpressividade de poucas atividades fabris, pelo menos na área de atuação das cigarreiras (estabeleci-

mentos dedicados à manufatura de cigarros e charutos) são precaríssimas, comprometendo não apenas a saúde do operário, mas ainda a dos que têm a pouca sorte de morar na vizinhança.

Aos jornais da Capital acodem reclamações, qual a que acolheu o jornal "Unitário", em sua edição do dia 22 de maio de 1914, dirigida ao Intendente Municipal: "Não tem bastado o clamor dos moradores da vizinhança das cigarreiras da Rua Major Facundo, para que se retirem dali essas fábricas incômodas que derramam pelas casas de família a nicotina que cega e mata. No quarteirão correspondente, as exalações são contínuas e os moradores vivem incomodados, noite e dia, carecendo de tratamento profilático."

Se quem morava na proximidade desses estabelecimentos fabris sofria os efeitos poluidores e realmente martirizantes provocados pelo manuseio do fumo, que dizer do operário que enfrentava locais de trabalho praticamente improvisados, funcionando em dependências de pouca iluminação e aeração, quase sempre no mesmo ponto onde residia o proprietário com a família? Vale registrar: o trabalhador desse ramo industrial ligava-se em Fortaleza, ao seu emprego, num relacionamento que o induzia a total dependência e respeito familiar, qualificados o local da aplicação laboral de "honrada casa" e o empregador de "digno patrão". Desse modo está mencionado por Canuto José de Aguiar, em 24.10.1865, no jornal "Cearense".

Por outro lado, nem sempre a fiscalização, que se pode entender por autoridade sanitária, chegava àquelas oficinas com capacidade de coibir os abusos vigentes, prejudiciais à saúde do empregado. Nada capaz de diferir da situação encontrada por "comissão fiscal do trabalho industrial dos menores de 18 anos, liberada pelo curador de menores" em São Paulo, em 1929: "...ainda ao transpor o portão da primeira fábrica já se sentia o cheiro forte e penetrante

do fumo; e a atmosfera, saturada de emanações deste, causava ardor nos olhos e afetava a respiração." A atmosfera no ambiente de trabalho "impregnada de substâncias" irritava "as mucosas respiratórias e a conjuntiva", originando sua infecção e abrindo "portas de entrada aos germes tuberculosos" (Carone, 1977, 573).

Pode-se afirmar: as condições de vida do homem urbano nas relações sociais ainda incipientes e pouco satisfatórias, a par da sistemática de trabalho então vigente, disparam o entusiasmo de alguns pelo que passa a ser considerado problema social, nutrido nos atos de injustiça dos de mais posse (poder econômico) para com os de nenhuma riqueza, que se empregam, circunstância prejudicial à existência do operário e de sua família. Em rigor, situação decorrente do estado em que corriam as relações de trabalho no regime que a República viera substituir, espécie de herança malsã a "sem solução alguma", como viam os mais pessimistas, sentindo agudos o desemprego e a miséria.

Em toda parte transcorre idêntica falta de providências administrativas e ausência de planos. Quer no Rio, quer em São Paulo (muito pior no Ceará), a urbanização projetada livremente desconhece o sentido sério da orientação. Faltam habitações, tornam-se escassos os meios de transportes; ocorrem "ruas sujas, estreitas. e sem calçamento; serviços de água e esgoto precário, o abastecimento insuficiente" (Moraes Filho, 1979, 11). Baixos os salários e excessivas as horas de trabalho, enquanto a desnutrição apressa a morte.

Em maio de 1914, tenha-se idéia, em Fortaleza a ceifeira pérfida faz 152 óbitos; de enterite morrem 37 pessoas; de tuberculose pulmonar, 13; de tétano, 6; de broncopneumonia, 3 etc. (Unitário, 10.06.1914).

A comunidade fortalezense passa a perceber como a falta de higiene lhe compromete a saúde. Os leitores servem-

se dos jornais. locais para reclamar da localização de oficinas, que indicam por prejudiciais pelas "fumaças e maus cheiros de composição do combustível" que empregam (Unitário, idem, idem)

Os paus vendidos às cozinhas da cidade, para a utilização do fogo doméstico, quando comburidos, podiam produzir "moléstias sem conta, inclusive cegueira instantânea, como o pau mocó..." (Unitário idem, idem).

Em edital publicado em março de 1912, no mesmo jornal, a municipalidade, ante abusos cometidos pela população, chama a atenção para o que proíbe em estatuto legal: lançamento "nas ruas, praças e mais lugares públicos da cidade (de) águas servidas, matérias fecais, animais mortos, lixo, vidros ou quaisquer imundícies."

A situação assim descrita concorre para despertar nas pessoas mais responsáveis da comunidade o sentido de correção aos abusos cometidos, e que, em certo momento, não apenas afligem mas concorrem para poluir a cidade. A comunidade também ganha consciência de que não é tratada com respeito: quem se emprega é explorado em horários abusivamente alongados e sobremodo ganha pouco. Desse modo, revoltados, incitam-se a movimento paredista, por melhores salários, tipógrafos e ferroviários (Venâncio, 1981, 25).

Na verdade, o despertar de sentimentos políticos, populares, que parece despontar em todo o País a partir de 1890, com o movimento liderado por Gustavo Lacerda, torna o operariado da Capital mais apto a se congregar e ir à luta por suas reivindicações, aquelas que, amadurecendo no transcorrer dos dias, marcam o direcionamento do operário para as idéias que tendem à formação de um sentimento de frustração por falta de Justiça, e clama por reparação.

Fábio Leopoldo de Oliveira, ao analisar a evolução do salário social no Brasil, escreve com justeza: "A Política cede

lugar ao Direito, e este ordena, normatiza e instrumentiza os meios de satisfação das necessidades sociais que deixam de figurar num nebuloso e puramente demagógico, para se fixarem no campo de atendimento das necessidades, concretamente consideradas". Acrescenta: "Para tanto, necessário se faz a delimitação das necessidades *materiais e imateriais* que se pretende combater e, ao mesmo tempo, fixar o instrumento de proteção que se pretende oferecer, a fim de que o ordenamento jurídico ponha em funcionamento a mecânica da proteção" (Oliveira, 1974, 24).

O fator de arregimentação política é importante na fase em que a classe dirigente, instalada no poder, tem consciência melhor definida da impropriedade das normas então vigentes e que presidem as relações entre empregadores e empregados.

A um primeiro momento da economia clássica, tradicional, o interesse fundamental de quem emprega é obter cada vez maior lucro, remunerando baixo a mão-de-obra. Na contra-partida o operário, representando a força-de-trabalho, deseja melhor remunerado. Eric J. Hobsbaw viu claro o problema: "A situação ideal almejada pela economia clássica era aquela em que a taxa do salário era fixada exclusivamente através do mercado, sem a intervenção da compulsão econômica de qualquer das partes. Para os patrões isto significa ter um exército permanente de trabalhadores, pleno ou mesmo superpleno. Significava também que ambas as partes seriam atuadas por motivos de mercado: os patrões pela busca do mais alto lucro possível (o que significava o mais baixo custo possível de mão-de-obra), os trabalhadores, pela busca do salário mais alto possível (o que significara sensibilidade completa aos incentivos salariais" (Hobsbaw, 1981, 348).

Ao sopro dessas circunstâncias (e idéias) as tensões entre patrões e empregados contam, com toda certeza, com a

irrigação cultural de propósito político, que ainda precisa ser convenientemente explicada, mas é permitido percebê-la na presença do trabalhador estrangeiro que se incorpora, por exemplo, em São Paulo, ao enorme contingente de novos "operários da indústria, empregados do comércio ou artesãos. Em 1900, 92% dos trabalhadores na indústria de São Paulo são estrangeiros; 81% eram italianos" ("Nosso Século", 1980, 91).

Em rigor, já passa a existir campo propício à afirmação das idéias propostas pelo Partido Operário do Brasil: "1. Sustentar, por todos os meios ao seu alcance, ou pelos representantes de classe que ela mandar à Assembléia Legislativa, ou por intermédio do próprio executivo, todos os direitos das classes, seja qual for sua categoria. 2. Apressar, quando for possível, as leis necessárias para tornar as habitações dos operários mais higiênicas, confortáveis e baratas, com meios fáceis de condução. 3. Apresentar leis imprescindivelmente urgentes, para melhor educação dos filhos dos operários."

E mais: combater a injustiça na cobrança de impostos, a diminuição destes; proteger o operário em caso de doença e falta de trabalho; manutenção da lei que revogou a locação de serviço; criação de escolas técnicas; abolição de privilégios e monopólios ofensivos à classe; reformulação do sistema judiciário; regularização e solucionamento da "questão da duração e remuneração do trabalho."

O Partido Operário de São Paulo, em 1890, dentre outras metas, promove movimento para a fixação de "oito horas de trabalho, medidas preventivas sobre imposições dos proprietários e patrões, salvo quando a estes assistir inteira justiça" etc. O Partido Operário Brasileiro (1893) pretende participação ativa com o seu programa (o mais extenso dos congêneres) reivindicando: "criação de bolsas de trabalho", "construção de habitações higiênicas, cômodas e agradáveis, levadas a efeito pelos municípios"; "exclusão dos patrões e

proprietários na administração das sociedades operárias"; "proibição do trabalho a criança menores de 12 anos"; "criação de estabelecimentos profissionais técnicos"; "*criação de juízes arbitrais* (grifamos), compostos de operários e patrões para decidir questões de aumento ou diminuição de salários"; "fixação de oito horas para o dia normal de trabalho e sua redução equitativa nas indústrias nocivas à saúde, e de cinco horas para os trabalhos noturnos"; "*rigorosa inspeção higiênica nas fábricas etc.", "reforma judiciária por meio de códigos elaborados de acordo com as necessidades atuais e os progressos da sociedade*" (grifamos) etc. (Moraes Filho, 1979, 238, 239, 240, 241, 242 e 243).

O despertar da consciência política e social, no Ceará, com percebíveis repercussões nas relações de trabalho entre patrões e empregados, não obstante fazer-se de modo tímido, localiza-se em 1890, por ocasião da fundação do Partido Operário, que inaugura no Estado a primeira proposta de aglutinação de operários locais (Fortaleza), iniciativa que, concomitantemente, dá de ocorrer com maior ou menor sucesso noutras regiões do País.

É de imaginar que a circulação de "O Combate", jornal patrocinado pelo Partido Operário, em 1891 (Ribeiro, NUDOC, 1987, 1), tenha contribuído para a eclosão de movimento paredista nas oficinas da Estrada de Ferro de Baturité, acontecimento, conquanto de modo bastante superficial, referido pela gazeta "O Operário", a 6 de março de 1892. A nota, frontalmente contrária a movimentos de massa dessa natureza, compreende, no entanto, o nível baixo dos salários incompensadores e as fadigas dos que sofriam no trabalho, aduzindo: "Aqui no Ceará, no tempo em que o abolicionismo chamava aos seus arraiais os filhos devotados desta grande terra, a classe tipográfica revoltou-se em uma *greve de dignidade* (grifamos) contra a injustiça dos que não enxergavam

no escravo mais do que uma massa de carne... Mas a outra greve prossegue o articulista do jornal – "a que se deu nas oficinas da Estrada de Ferro de Baturité, é a prova exuberante das conseqüências funestas que sempre nos trazem este meio de resistência de que os nossos irmãos têm lançado mão, aconselhados por indivíduos que se intrometem na classe dos que têm interesse em especular com os filhos do trabalho" (Carone, 1979, 431,432).

Os movimentos paredistas, tudo indica, irrompem pelo Nordeste em torno desse período e, quase sempre, tendo por palco as oficinas de empresas ferroviárias, como haveria de suceder no Ceará, e adiante, mais vezes, em Pernambuco, na administração Knox-Little, quando os operários da The Great Western of Brazil Railway Company Limited promovem parede postulando "50% de aumento nos salários, passe gratuito nos trens (quando estiverem de folga) e a garantia de que não seriam despedidos sem a anuência do *Centro Protetor dos Operários*" (grifarmos).

Outro movimento paredista, enquadrável no que se pode entender por identificável reação de cunho Luddista (atitude hostil com fito à destruição de máquinas e equipamentos técnicos), ocorre depois em Pernambuco, na mesma empresa, com os operários arrancando trilhos e danificando-os para neles não correrem trens. Nessa oportunidade, não foi protestada nenhuma reivindicação salarial (Pinto, 1949, 133, 134).

Aparentemente transcorrem muitos anos em Fortaleza, a partir de 1891, para que se efetivem outros movimentos .grevistas, o que se vai dar em março de 1912 e, também dessa vez, envolvendo no questionamento os ferroviários, com a adesão de tipógrafos.

À proporção que flui o tempo, as idéias de interesse classista, em favor da melhoria das condições de emprego do

operariado tomam corpo em abrangência nacional, sublinhando ainda mais os pensamentos apresentados anteriormente.

Desse modo, o programa do Partido Operário Socialista pretende o sufrágio universal, instrução gratuita e obrigatória, redução da jornada de trabalho para oito horas, interdição do trabalho para os menores de 12 anos, proibição do trabalho durante a noite para os menores de 16 anos. Idem para o trabalho das mulheres na indústria, sempre que esse trabalho seja incompatível com a moral e a higiene; adoção de condições de higiene e segurança; "responsabilidade real e efetiva dos patrões nos acidentes de trabalho, por meio de uma lei", considerado dia feriado o dia 1º de maio, por ser o dia do proletariado" etc. (Moraes Filho, 1979, 243, 245).

O Partido Socialista, em 1902 compreendia, à frente das propostas mais incisivas e amadurecidas em favor do trabalhador: "8 horas de trabalho para adulto, 6 para os menores de 14 a 18 anos; descanso obrigatório de 36 horas contínuas, ou dia e meio, por semana"; "responsabilidade civil dos patrões nos acidentes de trabalho"; "regulamento higiênico do trabalho industrial; proibição do trabalho das mulheres quando haja *perigo para a maternidade* (grifamos) e inconvenientes para a moralidade", "criação de comissões de inspetores das fábricas, oficinas e fazendas (note-se a intenção da proposta abranger também a área rural), eleitas pelos operários"; "criação de tribunais arbitrais, nomeados dois terços, pelos operários e um terço pelos patrões, para resolverem as divergências entre as duas classes se produzam"; "igualdade de retribuição (princípio de isonomia salarial, anotamos), desde que haja igualdade de produção para ambos os sexos"; "justiça gratuita"; "tornar privilegiados, em primeiro lugar, todos os créditos dos operários nos casos de falência e quaisquer execuções de dívidas e liquidações forçadas"; "pensão aos inválidos e a todos. os operários com mais de 60 anos

de idade"; "reconhecimento da liberdade profissional"; "abolição dos artigos 204 e 207 do Código Penal, limitando a liberdade de greve"; "absoluta proibição do pagamento de salários em gêneros de consumo" etc. (Moraes Filho, 1979, 248, 249, 250).

O homem, não obstante imerso na miséria, como ocorre na seca do 15 no interior do Ceará, tem consciência de que, qual criatura humana, merece acudimento da autoridade pública. Periódico da Capital, o "Correio do Ceará", a 25 de agosto de 1915; focaliza aspecto da "nova e áspera sociologia da seca", narrando o procedimento do retirante João André, líder conflagrador que, à frente de outros companheiros de infortúnio, cansado de esperar, o cumprimento de promessas de socorro por parte do governo decide-se pelo seqüestro de uma composição ferroviária, na Cidade de Senador Pompeu, compelindo o maquinista a conduzir o comboio – "o trem da fome" – até Fortaleza (Campos, 1982, 14).

João André, nessa atitude inesperada, queria tão só defender os seus companheiros de infortúnio. Não praticou o saque. E à frente da multidão de maltrapilhos, famintos, declarou ao funcionário da ferrovia, rendido à sua imposição: – "Não queriam violentar ninguém, não eram malfeitores" (Campos, idem).

Pode-se admitir no gesto audacioso de João André um pronunciamento de consciência social, algo que, a despeito do chamado, coronelismo, imperante nos sertões, começa a existir. Uma advertência, sem dúvida, aos que no mando da coisa pública, mesmo diante da miséria do povo, demoram providências. É que chega um instante em que o homem cansa de esperar socorro, no sertão, dos patrões desidiosos que possui: o fazendeiro e o governo.

Na verdade, as relações entre empregador e empregado, a sofrida dependência do homem do campo com o fa-

zendeiro; os salários geralmente pagos de modo inconveniente, usada a deficiente refeição do meio-dia como fator maior à remuneração do esforço braçal, despertavam a atenção daqueles que, em número ainda reduzido, apoucado, passam a se interessar pelo problema.

Tudo vai acontecendo *lentamente*, mas vai acontecendo...

No dia 21 de maio de 1921, outra vez os operários da Rede de Viação Cearense (antiga Estrada de Ferro de Baturité) resolvem cruzar os braços diante do não cumprimento da Lei nº 3.990, de 2 de janeiro de 1914. O pagamento dos trabalhadores está em atraso na ferrovia, o que gera justificada insatisfação. Em conseqüência, movimento paredista é articulado pelos mais audaciosos, pretendida a paralisação inclusive do material rodante, locomotivas de preferência. Mas estas, acionadas pela madrugada, acabam seguindo para o interior do Estado, puxando composições de carga e passageiros. Nas oficinas do Urubu a classe cruza os braços e, por duas horas bastante tensas, ninguém trabalha, a despeito da pressão do diretor, que vai ao local parlamentar com os grevistas. E é anunciada a vinda de força policial embalada (Campos, 1982, 16).

O sentido associativo, com a intenção de obter benefícios comuns à classe trabalhadora no Ceará, parece estabelecer-se desde 1905, quando em Fortaleza é fundada a Sociedade de Socorro Mútuo, entidade que, dois anos adiante, tem modificadas as suas finalidades: "Art. 1. – A Sociedade de Socorro Mútuo" (...) "tem por fim beneficiar os seus associados em caso de moléstia e concorrer com as despesas para os funerais dos que faleceram, não podendo em tempo algum ser dissolvida. Art. 2. – A Sociedade tem o direito de tomar a si e advogar as questões referentes à classe, proteger os seus associados e defendê-los em qualquer emergência, assegurando-lhes assim a solidariedade que entre eles deve existir e as garantias individuais que necessitam. Parágrafo único: – Re-

vogam-se em contrário a todos aqueles que ostensivamente abusarem" (Carflne, 1979, 460).[1]

Praticamente coincidindo com a publicação do Manifesto Comunista de 1848, transcorre o despertar da atenção internacional mais esperta e objetiva em amparo ao proletariado, circunstância que apressa de igual modo, nas áreas mais industrializadas, a necessária compatibilização dos interesses recíprocos de patrões e operários.

No Brasil, a primeira manifestação oficial a respeito do disciplinamento de prestação de serviços data de 11 de outubro de 1837, diploma que, no Ceará, em 1858, invoca o Regulamento nº 38, do dia 2 de janeiro desse ano, referente às atividades das Companhias de Transportes – Auxiliadores da Agricultura e Obras Públicas, para efeito de "despedida de locadores pelos locatários", "rescisão do contrato por parte dos mesmos locadores" etc.

No aludido regulamento, os trabalhadores engajados (podemos mencionar: contratados) iam designados para serviço por escala, como em atividade de corporação militar, com encargos igualmente atribuídos a todos. Os operários da Companhia, em regra, só deviam empregar-se em serviço dentro de seu município ou nos limítrofes, salvo se voluntariamente se prestarem ou engajarem para trabalhos em qualquer parte." O art. 19 estatuía: "Aos que forem trabalhar fora do município se abonará, além disso, por conta da obra a que

[1] A preocupação de atendimento assistencial aos que empobrecem, aos realmente necessitados de ajuda, foi sempre boa causa de confrarias religiosas no Ceará. A de Nossa Senhora, do Riacho de Sangue, aprovada por Lei nº 28, de outubro de 1838, dispunha em seu estatuto: "O irmão que por infortúnio falir de bens, não será por isso desprezado pela irmandade". E adiante: "A irmandade será obrigada a fazer enterros das pessoas pobres, assim como cada irmão, tomará como uma obrigação restrita socorrer de qualquer maneira ao seu alcance todos os infelizes que se acharem enfermos e em estados de pobreza que não se possam manter..." (Campos, 1980, 6).

forem destinados, uma diária igual à quarta parte de seus salários, e desde o dia em que saíram do lugar de sua residência, contando-se uma diária, por cada oito léguas de caminho, de ida e volta."

Na parte de "engajamento dos trabalhadores" é mencionado o contrato estipulado clara e precisamente: "1. – O tempo de locação que nunca excederá de seis meses, embora possa renovar-se no fim deste"; 2. – O dia em que começarem os serviços e o que em que devem cessar. 3. – O preço por dia, semana ou por mês, e a espécie e lugar onde o pagamento se deve efetuar."

Em 1850 vigora o Código Comercial, garantido pelo art. 79 aos "empregados vitimas de acidentes imprevistos e inculpados, a percepção de seus vencimentos por um prazo não excedente "de três meses contínuos." O art. 84 "assegura ao empregado despedido, no caso de prazo ajustado, direito a aviso prévio de um mês; dispõe o mesmo artigo sobre os "casos de justa causa por rescisão contratual'', prescrição de prazo, sobre as dívidas oriundas de salários "devidos aos agentes, caixeiros ou operários..." O art. 453 dispunha sobre o pagamento de soldados (Neto, RCNT, 1947, 18,19).

Eliminado o trabalho servil, grande conquista de 1888, sucede em 1890 a vigência do Decreto nº 213, do dia 22 de fevereiro, revogando "todas as leis e disposições relativas aos

---

[2] Outros dispositivos de interesse das atividades trabalhistas a partir de 1890: Decreto nº 897 de 11 de outubro desse ano, concedendo ao Banco dos Operários "diversos favores relativamente aos edifícios que construir para habilitação de operários e classes pobres"; Decreto de nº 979, de 6 de janeiro de 1903, facultado aos "profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses". Decreto nº 1.150, de 5 de janeiro de 1904, concedendo "privilégio para pagamento de divida proveniente de salários de trabalhador rural". Decreto de nº 1.607, de 29 de dezembro de 1906, derrogando o art. 19 do Decreto nº 1.150, de 5 de janeiro de 1904; na parte final que restringe o privilégio dos trabalhadores agrícolas, Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, citando "sindicatos profissionais e sociedades cooperativas". Decreto nº

contratos de locação de serviços."[2] Temos os arts. 204 e 206 do Código Penal, como vimos antes, "sobre os crimes contra a liberdade do trabalho"; a "Constituição de 1891, que assegura o direito de associação e garantia à liberdade do trabalho (art. 72 § 8)"; e, em 1916, o Código Civil que, "em vários de seus dispositivos", regula a "situação dos empregados do comércio, indústria e agricultura" (Neto, RCNT, idem).

No Ceará, também no período correspondente ao primeiro quartel do século, anima-se o pensamento da reformulação do estágio que se encontram as condições trabalhistas. O interesse pelo segmento de força-de-trabalho, o operariado, é de quase nenhum significado nessa fase, considerado que, afora as empresas (inclusive as públicas) onde se empregam os obreiros da Capital, a classe que prepondera é a dos caixeiros, estes mais bem amparados pelo sistema mutuário de assistência proposto pela Fênix Caixeiral, entidade que fulgura em Fortaleza por suas atividades e propósitos socioculturais.

Analisando a situação em que se empenham os mais idealistas, com ímpetos revolucionários, Maria do Socorro Venâncio (Venâncio, 1981, 25) considera a luta trabalhista (nessa

---

1.329, de 22 de novembro de 1918, declarando" "dissolvida a associação denominada União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro". Decreto 14.109, de 24 de março de 1920, relevando "a 18 o número de membros da comissão consultiva para o estudo de assuntos concernentes aos seguros contra acidentes de trabalho..." Decreto 4.209, de 11 de dezembro de 1920, autorizando "o Poder Executivo a construir casas para operários e proletários..." (Fleiuss, 1925,495,502,590,592,617;618,745;768 e 623), No dia 23 de agosto de 1923, "com funções meramente consultivas dos Poderes Públicos, destinou-se o Conselho Nacional do Trabalho a ser um centro de pesquisa do meio social brasileiro, do modo a concorrer para a solução dos problemas referentes à economia soclal, divisando o Ministro Viveiros de Castro "sua missão conciliadora" e finalidade de órgão da concórdia social. (Soares, Revista do TST, 1947,50). O Conselho pôde a partir de 1928, "em face do Decreto 18.074, de 19 de janeiro daquele ano, exercer com plena eficiência suas funções fiscalizadoras no campo da previdência social e também iniciá-la no do trabalho (idem, ibdem).

época) como "se desenvolvendo apenas no terreno econômico; as organizações apresentam fins apenas beneficentes, não existindo preocupação que envolva a causa (do trabalho) como um todo." "Só com a função do Partido Socialista, em 1919, é que os trabalhadores cearenses começam timidamente a desenvolver uma consciência política." Adiante: "Além de quase não existir uma massa operária devido a uma pequena industrialização, a população encontrava-se impregnada pelas raízes de uma sociedade voltada para' os interesses de uma pequena elite agrária" (Venâncio, 1981, 26).

Não só por isso, mas pela falta de óptica para ver que o caixeiro, mais do que o operário (que praticamente não existe, é o grande injustiçado desses dias, quando sua força-de-trabalho, debaixo de ínfima remuneração, utilizam-na as firmas de mais projeção na Capital (Aarão Amaral, Leitão, Irmãos & Cia., Machado Coelho & Cia., Joaquim Sá, Braga Barroso & Cia., Zuca Acióli, Philomeno Gomes & Filhos etc.), todas situadas em torno da Avenida 7 de Setembro (Praça do Ferreira) – é pelo menos o que sucede em 1912 –, comércio que abre as portas às 7 h e vai cerrá-las ao anoitecer, funcionando durante todo o dia de sábado, enquanto existe clientela por despachar.

Os Caixeiros formam classe popular bastante numerosa. Os mais dotados de estudo e bons vendedores são privilegiados não apenas pela proteção de seus patrões mas também pelo franco acolhimento da sociedade, legitimando o que se pode entender por formação da nossa classe média. Mas, por não ter condição de mobilização para fins políticos, quem vai animar-se às idéias trabalhistas, de renovação, é exatamente a classe operária, minoria de mão-de-obra disponível que se emprega, por exemplo, na Rede de Viação Cearense, amparada no regulamento aprovado pelo então ministro J. Pires, em 1917. Nas oficinas da ferrovia, o expediente é de "8 horas

por dia ou 40 horas por semana". O operário vence salário acrescido de 50%, depois de duas horas extras, fruindo férias, seguidas ou intercaladas, de 15 dias (Rede de Viação Cearense, 1930, 26).

Em contrapartida, no entanto, o operário que se emprega na periferia urbana, pelo menos em 1912, na Capital, vê-se desprotegido. Eusébio Mota Alencar conta a própria experiência: "Nessa época, eu era aprendiz de mecânico na oficina de Alfredo Mamede, na Rua do Trilho de Ferro nº 104, ganhando uma gratificação semanal de 600 réis. Essa gratificação ínfima, irrisória, dava para comprar o pão do café da manhã, que custava quatro vinténs, pão do tamanho dos de hoje (1964), que custa 70 cruzeiros, e ficava ainda um vintém, que era a rapadurinha da merenda diária (Alencar, 1965, 27).

Terminada a Grande Guerra de 1914-1918, a "integração do Brasil no sistema de divisão internacional do trabalho determinava que as oscilações do capitalismo mundial atingissem também a economia brasileira". (...) "O crescimento industrial trazia, como conseqüência, a definição de um novo segmento na sociedade brasileira: a burguesia industrial" (Garcia, 1982, 31).

Nesse contexto desperta e amadurece o sentido de organização grupal, aguçadas as reivindicações populares, com o operário do meio urbano fazendo sentir sua presença, a postular por aquilo que, não obstante o modo impreciso, significa atendimento a direitos apenas vislumbrados para quem trabalha e deveria ser melhor assistido pela sociedade. "O número de operários, que era de 54.164 em 1889 (no país) e de 159.600 em 1910, passava para 275.000 em 1920, e 450.000 em 1930" (Apud Carone, Garcia 1982, 31, 32).

O espaço que se embute nos anos que decorrem de 1880 a 1914, para a maioria dos que estudam a evolução da

inteligência no Brasil, marca-se com o surgimento da primeira geração de nacionalistas (Lauerhass, Jr., 1986, 35). A vida intelectual desses dias adquire vivaz coloração de sentimentos de exaltação nacionalista, com os intelectuais "criticando os males nacionais e, depois receitando o remédio para suas curas, isto é, formulando uma ideologia para o nacionalismo" (Lauerhass, Jr. 1986, 37) que, adiante, estará mais firme através da ação cultural de "Revista do Brasil" e da Semana de Arte Moderna. "Os brasileiros deveriam ser levados a olhar para si mesmos, e, dessa introspecção, resultaria uma corrente de idéias e sentimentos comuns e uma nova concepção da consciência nacional" (idem, 63).

No entanto, afirma ainda Ludwig Lauerhass, Jr., futuras reformas sociais "teriam de se fazer dentro de um sistema ordeiro e através das instituições conservadoras tradicionais. Coincidentemente eclodem "revoltas iniciadas com o levante de um grupo de jovens oficiais no Forte Copacabana; os "tenentes" (...), e "nesse processo a disposição da sociedade brasileira tornou-se das mais destacadas figuras políticas da sua geração. Somente crescentemente rebelde, e das hostes tenentistas emergiram alguns heróis populares que, na década de 1930, iriam se tornar algumas depois de 1930, quando os tenentes assumiram um papel político importante dentro do governo revolucionário, assim como nas forças da oposição, é que se caracterizou mais claramente a natureza do seu nacionalismo, à medida que o movimento tenentista se desenvolvia em nível ideológico e internacional" (Apud, Carflne, Lauerhass, J., 1986, 75).

Nessa quadra de renovação e afirmação de valores políticos e sociais, vai ter-se na década de 1930, com a chamada Revolução de 30, visão mais aclarada e a diligência de acudimentos objetivos à situação do trabalhador carente de proteção especial. Até 1930, a existência de organismo apro-

priado "para fazer cumprir as leis então baixadas", estas a pouco e pouco se tornam inoperantes. "A grande massa trabalhadora, na sua maioria inexperiente e inculta, quedava-se, assim, ao desamparo, suportando as rudezas da vida, na marcha inexorável do tempo, sem se preocupar para onde era conduzida." (Neto, RCNT, 1947, 19)

No Ceará, a semente plantada quando da fundação do Partido Operário, em 1890, passando pela circulação de "O Combate" e instalação da Sociedade Artística Beneficente, prospera com mais entusiasmo nos Círculos Operários Católicos, em 1915, no aparecimento de uma dezena de sindicatos em 1919, oportunidade em que surge o Partido Socialista e, mais tarde, em 1925, a Federação Operária Cearense, o movimento do Centro Artístico Cearense, o Partido da Mocidade, o Bloco Operário Camponês, a flamejante participação do jornal "A Esquerda", de Jáder de Carvalho (de 1920 a 1929), e, finalmente, o Congresso do Bloco Operário e Camponês, em 1930.

São os novos tempos revolucionários que, no Ceará, esplendem com entusiasmo incomum no setor da organização social, liderados pelo tenente Severino Sombra, fundador da Legião Cearense do Trabalho, e envolvendo o interesse idealístico de destacadas figuras do Ceará – Waldemar Falcão, Colombo de Souza, Marco Forte, Ubirajara Índio do Ceará, Lauro Maciel, Sinobilino Pinheiro, Jeová Mota, Terêncio Mota, Carvalhedo, pe. Hélder Câmara e tantos outros (Alencar, 1965, 41).

Foram dias de efervescência cívica e Entusiasmo público. E de sindicalização operária. "Até as aguadoras de cova, no cemitério, foram sindicalizadas" (Alencar, idem, ibdem).

Narra Eusébio Mota de Alencar como se deu então a "maior concentração operária realizada no Ceará", momento em que "todos os Sindicatos com suas bandeiras saíram à rua e formaram na Tristão Gonçalves, desde o muro da Estação

Central até a Duque de Caxias, fazendo esquadro ali até a Praça do Carmo. Severino Sombra, Ubirajara Índio do Ceará e Lauro Maciel, em automóvel, passaram revista à massa e a sua passagem, cada Sindicato levantava a bandeira e gritava o nome da Associação" (Alencar, idem, ibidem).

Já não estavam distantes o Brasil e particularmente o Ceará da revisão do sistema tributário, do incremento à policultura, da reorganização do judiciário e, dentre outras metas deveras importantes, da criação do Ministério do Trabalho, que se incumbiria de "superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural."

Haveriam de consolidar-se, por diante, eficazes providências à "institucionalização de um sistema jurisdicional de solução dos conflitos de trabalho" (Costa, ANAIS, 1981, 54).

Era o caminho, que não nos compete contar agora, para a legitimação da Justiça do Trabalho, que, no dizer de Orlando Teixeira da Costa (Costa, idem, ibidem), se instalaria a 1º de maio de 1941 e estaria judiciarizada em 1946.

## FONTES DE CONSULTA

AGUIAR, Pinto de, ENSAIOS DE HISTÓRIA E ECONOMIA,vol., Livraria Progresso Editora, Salvador. 1960.

ALENCAR, Eusébio Mota, DONA LIMA, A CURANDEIRA, Editora A Fortaleza, Fortaleza. 1965

ALVES,Joaquim, NAS FRONTEIRAS DO NORDESTE, Tipografia Urânia, Fortaleza. s.d.

BENCI S.J., Jorge, ECONOMIA CRISTÃ DOS SENHORES NO GOVERNO DOS ESCRAVOS, Editora Grifalba. 1977.

CAMPOS, Eduardo, REVELAÇÕES DA CONDIÇÂO DE VIDA DOS CATIVOS DO CEARÁ, 2ª edição, Secretaria de Cultura e Desporto, Fortaleza. 1984.

_____. AS IRMANDADES RELIGIOSAS DO CEARÁ PROVINCIAL, Secretaria de Cultura e Desporto, Fortaleza. 1980.

_____. ESTRADA DE FERRO DE BATURITÉ: HISTÓRIA E AÇÂO SOCIAL, Secretaria de Cultura e Desporto, Fortaleza. 1982.

CALMON, Pedro, HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, Cia. Editora Nacional, Rio. 1945.

CARONE, Edgar, O PENSAMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL (1880-1945), DIFEL, São Paulo. 1977.

———. MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL (1877-1944), DIFEL, São Paulo. 1977.

DENIS, Pierre, O BRAZIL NO SECULO XX, Editora José Bastos & Cia., antiga Casa Bertrand, Lisboa. s.d.

FAUSTO, Boris, TRABALHO URBANO E CONFLITO SOCIAL, DIFEL, Rio. 1977.

FLEIUSS, Max, HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL, Cia. Melhoramentos de São Paulo, 2ª edição, São Paulo. 1925.

FRASER, J.F., A AMÉRICA DO NORTE EM TRABALHO, H.Garnier, Rio de Janeiro. 1907.

GARCIA, Nelson Jahn; ESTADO NOVO, IDEOLOGIA E PROPAGANDA POLÍTICA, Edições Loyola, São Paulo. 1982.

HOBSBAWM, Eric J., OS TRABALHADORES, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1981.

———. A ERA DO CAPITAL (1848-1877),. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1979.

LAUERHASS, Jr., Ludwig, GETÚLIO VARGAS E O TRIUNFO DO NACIONALISMO BRASILEIRO, Editora Itatiaia, Belo Horizonte. 1986.

MORAES, Evaristo de. APONTAMENTOS DE DIREITO OPERÁRIO, Editora Universidade São Paulo – LTR Editora Ltda., São Paulo. 1971.

MUMFORD, Lewis, A CONDIÇAO DE HOMEM, Editora Globo,Rio. 1952.

MORAES FILHO, Evaristo de, O SOCIALISMO BRASILEIRO, Editora Universidade de Brasília, Brasília, DF. l979.

MORSE, Richard M. FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO PAULO, Difusão Européia do Livro, São Paulo. 1970

NETO, Caldeira, REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO, Imprensa Nacional, nºs 32 e 33, maio e agosto de 1946, Rio. 1947.

OLIVEIRA, Antônio José Rodrigues de. CONSELHEIRO FIEL DO POVO, H, Laemmert & Cia., Rio de Janeiro. 1884.

OLIVEIRA, Fábio Leopoldo de. INTRODUÇÃO ELEMENTAR AO ESTUDO DO SALÁRIO SOCIAL NO BRASIL, LTR Editora Ltda., São Paulo. 1974.

PINTO, Estevão, HISTÓRIA DE UMA ESTRADA-DE-FERRO DO NORDESTE, Livraria José Olímpio Editora, Rio. 1949.

RENAULT, Delso, O DIA-A-DIA NO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS JORNAIS (1870-1889), Civilização Brasileira, Rio. 1982.

RIBEYROLLES, Charles, BRASIL PITORESCO, Livraria Editora Itatiaia, Belo Horizonte. 1980.

RIBEIRO, Francisco Moreira, BREVE CRONOLOGIA POLÍTICA DO CEARA (1890-1948), mimeografado, NUDEC, Série Idéias, nº 4, Fortaleza. 1987.
SILVA, Eduardo, BARÕES E ESCRAVIDAO, Editora Nova Fronteira, Rio. 1984.
SOARES, Oswaldo, REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, Ano XXL, nº 1, Imprensa Nacional, Rio. 1947.
VIANNA, Oliveira, POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL, 1º Vol. 4 edição, Cia. Editora Nacional, Rio. 1936.
_____. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS, 2º volume, Livraria José Olímpio Editora,Rio. 1949.
VENANCIO, Maria do Socorro, JADER DE CARVALHO, O HOMEM, O POLÍTICO, O JORNALISTA, mimeografado, Fortaleza. 1981.

**OUTRAS FONTES:**

1981 ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA DO TRABALHO, Brasília.
1950 CÓDIGO COMERCIAL, Lei nº 566, de 25 de junho.
1885 CONSTITUIÇÃO, jornal do dia 17 de dezembro.
1865 CEARENSE, jornal do dia 24 de outubro.
1924 Congresso de Prefeitos Municipais do Estado do Ceará, Oficinas Gráficas da Casa Americana, Fortaleza.
1915 CORREIO DO CEARÁ, jornal do dia 25 de agosto.
1890 DECRETO nº 1.313.
1891 DECRETO nº 1.162.
1925 GAZETA DA SERRA, jornal. do dia 3 de janeiro.
1924 LEI nº 31, de 18 de dezembro.
1886 LIBERTADOR, jornal do dia 7 de abril.
1980 NOSSO SÉCULO, Abril Cultural, São Paulo.
1837 REGULAMENTO nº 38, do dia 2 de janeiro.
1934 REDE DE VIAÇÃO CEARENSE, Tip. Gadelha, 1930.
1914 UNITÁRIO, jornal do dia 22 de maio.
1914 UNITÁRIO, jornal do dia 10 de junho.

# 4

## CONHECIMENTO POPULAR
## (Da Fauna do Nordeste do Brasil)

CAPÍTULO I

## OS ANIMAIS IMPERFEITOS: ESQUISITOS, PERTURBADORES E AMEDRONTANTES

**SE VERDADEIRA** a preferência de o homem identificar-se com os animais, que elege em seus nem bem esclarecidos princípios de convivência com seres estranhos, dentre os quais sobrelevam muitas vezes exemplos de ferocíssimas espécies, não menos precedente a afirmativa de o constrangerem, atemorizando-o, algumas criaturinhas animais visivelmente vulneráveis ao seu trato. Mas todavia não fáceis de serem dominadas, vencidas.

Dá-se de prova o caso de ser mais plausível alguém livrar-se da ameaça de onça canguçu, do que da arremetida implacável das chamadas "formigas soldado" que, em hordas incontíveis, caminham obstinadas, e por onde passam na mata, vão mordendo, triturando, pulverizando o que lhes deparar de obstáculo.

Tais monstrinhos, também chamados "carregadeiras", não se dobram ao menos às suas "competidoras habituais: as formigas de fogo e os marimbondos" (Roosevelt, 1943, p. 330).

Curiosas as apreciações, a respeito, de observadores mais antigos, a se tirar pelas do senhor mestre Frei João César, ilustre membro da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724).

Em linguagem preciosa, denunciou a existência do que, a certo momento de sua dissertação, dá por indivíduos "aéreos" e "insetos voláteis": "Quase molestos perturbadores dos viventes, pungentes e ruidosos despertadores do sono, vociferantes, e roucos clarins do meio-dia, reluzentes *Piraustas* da noite, volantes Clícies das Luzes, estragos sussurrantes das flores, e vorazes destruidores das plantas" (Castello, 1971, p. 216).

No rol desses aéreos indesejáveis os que contrapõem, no dizer do douto acadêmico brasílico, a "melifluidade e doçura" com "aspereza, insulto, e crueldade": as "vespas maiores, e menores, Capueruçus, Uruperanas, Aiçavas, e Tupeiçavas, mais conhecidas por Marimbondos-de-tatu, Marimbondos de Caboclo, e Petiocabos, que não só com seus pungentes aguilhões infestam aos homens, mas também penetram a grossa, a áspera pele dos brutos, comovendo-os até a última desesperação; porque próprios, e naturalmente no Brasil; *mediis, feruoribus acrior instant*" (idem, p. 216).

Antológica a "Dissertação Oitava" do dito senhor mestre Frei João César, "na qual se descrevem os Insetos Voláteis do Brasil": nenhum dos chamados "imperfeitos" escapa às curiosas definições do erudito religioso: "são mais grosseiros e obscuros no nome" – afiança o acadêmico a seus pares – os esplêndidos Voláteis Insetos, cintilantes Piraustas da noite, ígneospíropes dos campos, luminosos pequenos Astros, ou exalações viventes, relâmpagos volantes, alígeros luzentos bichinhos, aos quais Plínio com os Gregos chama Lampírides, os Latinos Cincidela, os cultos Pirilampos..." (o.c., p. 220).

Indivíduos desse porte formam mundo à parte. Vão desde os ortópteros, de mandíbulas vigorosas adestradas para cortar paus, até os isópteros, terríveis na proliferação e fome, comendo madeira, papelão, couro, enquanto percorrem o chão ou furam parede, deixando para trás um rastro excrementício de

destruição. E nessa projeção de seres indesejáveis, não raro senhores de apetite voraz, os anopluros, família que abrange os nauseantes piolhos que sugam o homem.

Crê o povo inexistir sangue nesses pequenos seres. Neles a Ciência explica, mas sem convencer os menos aprendidos, que, circula sangue incolor ou "levemente colorido de verde", "frio", pois não portam coração nem vasos de circulação, entendíveis como veias (Moreira, 1921, p. 184).

Miran de Barros Latif testemunha: nas regiões tropicais, "em pleno verão, até os animais se aproximam das fogueiras para se livrarem da perseguição dos insetos", e dá exemplo de fracasso do homem no trópico" "ante a coexistência de minúsculos animais de sangue frio", como foi ver, a mostrar ao leitor, em documento do século XVIII. Nesse dito expediente, de natureza oficial, desesperado soldado escreve aos seus superiores a avisar que "o posto avançado dos paulistas à margem do Paraná será abandonado não devido às onças ou pressão dos paraguaios, mas da bicharia' que atacando os cavalos, os fazia correr a buscar abrigo junto ao fogo, no interior dos ranchos" (Latif, 1959, pp 66, 67).

Na "Relação do Maranhão", informação valiosa escrita pelo inaciano Luiz Figueira em 1608, está contado o que foi a grande incursão que empreenderam ao Ceará o dito missionário e seu companheiro de ordens religiosas, Pe. Francisco Pinto, trucidado pelos índios da região. Enfatizada na obra, em algumas passagens, a presença de animais atormentadores do homem, quer por sua ação venenosa, quer pelas importunações à feição de vexame.

Desse estado, mencionado: "Nesta triste serra dos corvos parece q' se ajuntarão todas as pragas do Brasil, inumeráveis cobras e aranhas a q' chamão caranguejeiras, peçonhentíssimas de cuja mordedura se diz q' morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e moscas q' magoão estranham-te, e ferem

como lancetas fazendo logo saltar o sangue fora...” (*Três Documentos do Ceará Colonial*, 1967, p. 81).

Em nota de esclarecimento ao assunto, na mesma publicação, Th. Pompeu Sobrinho vê o enxame das “meruanhas” (*Itamaxia caleitrans*, Geof.), díptero hematófago da família dos Eumüdeos), como “extremamente incômodo” (o.c., p. 126).

Os que perlustraram por esses dias os sertões, os longes, a interioridade mais funda do país, não aceitam sem visível azedume a agressão insólita de indesejáveis insetos, sobre os quais Claude d’Abbevile, a propósito, ajustaria esta definidora apreciação da condição atenazante daqueles: “Muitas pessoas ouviram falar na existência, no Maranhão, de animais que, embora pequenos, incomodam o homem. E muito se admiram do fato. Mas é pura verdade. Devem eles saber que em qualquer país onde existam animais perfeitos também os há imperfeitos, a que alguns denominam *insecta* e outros *anulosa* ou *annulata* e outros ainda, com Aristóteles e Plínio, Eyvooyu. São pequenos animais sem sangue ou sem membros distintos, apenas alguns têm cabeça e ventre ou simplesmente um centro que serve de peito e dorso; têm uns a pele golpeada; outros a têm enrugada ou ainda anelada ou feita de rodelas” (Abbeville, 1975, p. 204).

Vivem em todas as partes. Na França, acrescenta Claude d’Abbeville, alguns são dotados de asas e voam, como borboletas. São moscas, abelhas, vespas, mosquitos, besouros e caracóis. “Outros, possuidores de pés, correm ou rastejam, como o gafanhoto ou saltarelo, a pulga, o escorpião e a víbora. Outros ainda participam dos dois tipos, como as formigas; outros ainda não têm asas, nem pés como os vermes, as lêndeas em crescimento. Vivem uns nas matas e outros no corpo do homem como o oução e outros vermes” (idem, ibidem).

O Maranhão, prossegue o capuchinho francês, não se isenta desses seres imperfeitos. Ali abundam as abelhas, a

motuca, o maruim, o içá, o cupim, e dentre muitos mais, como esclarece Mário Guimarães Ferri em nota de pé de página à obra já mencionada, qual a espécie de "díptico hematófago", um tipo de "moucheron" – assim grafado por Claude d'Abbeville – pequenas moscas, inominadas ou grandes, possivelmente as varejeiras (o.c., p. 205).

Mas quem descreve a presença insuportável de tais seres imperfeitos, por experiência própria, é Theotônio José Juzarte, através das páginas do "Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná e Rio Gustemi", relato escrito a partir de 10 de março de 1769 (Taunay, 1981, p. 236).

Lembrados com ênfase os insetos importunadores dos monçoeiros: "mosquitos chamados pólvora, borrachudo; pernilongos, e em tal quantidade, que se formam nuvens; além destes há os vermes que, picando na cútis, introduzem dentro um bicho negro gadelhudo à semelhança de uma lagarta de couve." E mais carrapatos, moscas de ferrão etc.

No dia 4 de maio de 1769, quando a expedição do sargento-mor passava sua gente por terra, abandonadas momentaneamente as embarcações nas quais subiam o rio, veiolhes do mato uma "nuvem de marimbondos", mordendo a todos, de lastimar; os homens fugiam, gritavam as mulheres e as crianças choravam (o.c., p. 256).

A expedição de Theotônio José Juzarte teve de enfrentar depois as pragas de imundícies que por lá, à época, engendravam "muitas doenças e amiudavam as mortes." Assim, surgiram os ratos; não faltaram as pulgas seguidas de "uns bichos grandes felpudos, nojentos, e muito moles, que por toda a parte se trepavam e perseguiam a gente"; por diante, baratas que, voando, "davam na cara" das pessoas, e grilos, tão a fim de perturbarem, que ninguém podia dormir; e, finalmente os gafanhotos "grandes, que se levantavam em nuvens que escureciam o sol", tudo a modo de "coisas sobrenaturais" (o.c., p. 280).

Oscar Canstatt mais próximo de nós, em 1871, anotou serem os mosquitos "uma praga no país." Deles, escreveu, "três espécies se distinguem como tormento dos homens e igualmente do gado: o maruim, o pium e a carapanã." Ajuntou: "O ataque desses pequenos demônios pode também levar o mais calmo dos homens à impaciência e ao desespero" (Canstatt, 1975, p. 67).

Spix e Martius em sua peregrinação pelo Brasil, no primeiro quartel do século passado, demoraram observação sobre o mucuim: "inseto microscópico, sem asas, do gênero *Trombidum*; vive nos capins verdes e agarra-se com avidez à pele, onde aparece como quase invisível pontozinho escarlate. Aí, ele penetra logo, por meio de sua tromba: morto, permanece com peçonhenta irritação e provoca desagradabilíssima coceira que dura dois e três dias" (Spix-Martius, 1981, v. 3, p. 55).

Às vezes dão-se migrações desses chamados animais imperfeitos. Francisco de Barros Júnior, conhecido caçador e pescador, autor de vários livros sobre os "prazeres cinegéticos", conta as "migrações de insetos alados" que assistiu nas jornadas esportivas pelo interior do país. Deixou-nos um quadro rememorativo de ocorrência testemunhada: "Em determinado dia, e quase à mesma hora, como obedecendo a um secreto comando, saem dos cupins legiões de mimosos ternicídeos alados, para gáudio de pássaros e peixes. Dos formigueiros enxameiam os içás, suculenta alimentação do mundo alado, fácil alimento dos desdentados tamanduás e tatus..." (Barros Júnior, 1981, p. 164).

Outra descrição surpreendente: "Subindo o rio Madeira em 1937, encontramos descendo pela margem direita, voando em coluna cilíndrica, uma nuvem de mariposas brancas, pequenas de um centímetro. Para fazer-se idéia de seu número, basta dizer que viajando em sentido contrário, levamos mais de uma hora para passar pela gigantesca coluna, com

um diâmetro de pelo menos cinqüenta metros e longa de uma legua e meia" (idem, p. 165).

Caçando pelo Tocantins, esse conhecido cinegista fez um desabafo "contra os incômodos provocados pelos 'piuns"'. O chamado mosquito pólvora atravessava-lhe o mosquiteiro vexando-o e o atacando de modo persistente. "Quase todas as feridas notadas nas pernas de homens, e mulheres e animais" – esclareceu aí ; "nessa região equatorial, são causadas pela picada do terrível *Simulium amazonicum*" (idem, p. 57).

Mas nem todos os representantes dessa fauna tão importunadora e até exasperante – como se verá por diante – é de tamanho insignificante. Há por exemplo a jaquiranabóia, também conhecida por "cobra-do-ar", "cobra-de-asa", "cigarra-cobra", "gafanhoto-cobra", como registrou Karol Lenko. Inseto "da ordem Homóptera, família *Fulgoridae*, é o gigante entre eles, pois o comprimento de algumas espécies, com asas dobradas, chega a 10 cm, a envergadura chega a 16 cm. Além disto, as asas posteriores possuem grandes membranas ocelares, amarelas, circundadas de preto, do tipo 'olho de coruja'." (*Almanaque Agrícola Chácaras e Quintais*, julho 1963, p. 120).

Tem-na o sertanejo como inseto-monstro, perigosíssimo, podendo cegar as pessoas nas quais se chocar. "Seu ferrão" registrou Osvaldo Orico – "infunde pavor e obriga a todos a se defenderem de suas picadas" (Orico, 1937, pp 129, 131). Trata-se de um hemíptero luminescente, conforme descobriu Marie Sibille Mérian, em 1819, propriedade confirmada pelo entomólogo de Paramaribo, H. Heyde, em 1952, em seu livro Bioluminescence. (*Almanaque Agrícola Chácaras e Quintais*, 1963, p. 122).

Outros representantes dos animais imperfeitos sempre atenazaram o homem. Nesse caso, as pulgas, os percevejos, não incomuns e localizados no interior de abrigos de pouco uso, e no interior das próprias residências.

Mas o Tunga, o chamado bicho-de-pé, no dizer de Oscar Canstatt (Canstatt, 1975, p. 68) é "peculiaridade do país (Brasil) e altamente perigosa." A fêmea do *Pulex penetrans* se enterra nos dedos dos pés, particularmente debaixo da unha, e aí põe grande número de ovos que podem produzir postemas perigosas, a gangrena e muitas vezes a morte de homem e de animais."

É inseto sobremodo incômodo, que a linguagem popular consagrou como bicho-de-pé, criaturinha animal de hábitos nocivos ao homem, diligente aproveitador da exposição de pés e mãos no chão, e muito sensível ao estímulo de certas circunstâncias falta de aeração, luz solar, desasseio. Antigamente surgia com bastante freqüência em casebres abandonados, ou em lugares de pernoite ocasionais. Mas não importunava a quem se resguardasse usando, por exemplo, como repelente, as ramas de Melão São Caetano (*Mmordia Charantia*, Linn) espalhadas pelo chão.

Quero crer que o hábito generalizado no país, pelo século passado, de as pessoas lavarem os próprios pés antes de dormir (ou da refeição da noite), estava vinculada também à precaução contra o assédio das impulsivas pulgas do bicho-de-pé. "Todo mundo, antes de se deitar, lava os pés em água quente", conta Auguste de Saint-Hilaire (Saint-Hilaire, 1938, p. 189) acrescentando no mesmo lugar: "Nas casas ricas um negro, com sua toalha ao ombro, leva a água ao estrangeiro em uma grande bacia de cobre; os pobres, porém, se contentam com uma gamela de madeira."

Há inesperado episódio narrado pelo Barão João Tiago Von Tschudi, suíço, em sua estada no interior de São Paulo, em 1860, a respeito: "Durante o jantar, senti, de repente, que alguém me tirava os sapatos com grande agilidade. Surpreendido, debrucei-me para olhar para baixo da mesa e vi que um negro, munido de grande bacia, prontificava-se a lavar-

me os pés, o que o fez e tornou a calçar-me, procedendo assim com as demais pessoas" (Tschudi, 1980, p. 180).

A prática de lavar os pés, com ou sem cerimonial, perde-se no tempo, elucido. Penélope nem percebeu que se dirigia a Odisseu, seu amado esposo, nestes termos:

> "Sim, tenho em casa uma velha dotada de espírito justo, que serviu de ama a Odisseu, o infeliz, e o criou delicada, desde o momento do parto, a lhe pôr a mãe dele nos braços. Ela, conquanto mais fraca, há de os pés, cuidadosa, lavar-te.".

Quem andava descalço pelos sertões, passeando por armazéns e choças, parando às vezes debaixo de árvores ensombradas, corria o risco de contrair com indesejável freqüência os importunantes bichos-de-pé. Por essa razão -e pela que se explicará logo – os escravos viviam muito vulneráveis ao desadorado inseto. Pelo menos se depreende, pois em meados do século passado as posturas da Câmara Municipal do Icó, em seu artigo 72, explicitava que "escravos, à exceção dos pajens e criados, não poderão andar calçados de sapatos, botinas, Sc., Sc. Os senhores que o consentirem ficam sujeitos a multa." Daí a facilidade de os cativos, àquele tempo, adquirirem o bicho-de-pé, ocorrência que, como tudo parece indicar, além de incomodar, os defeituava. Nesse caso está, a exemplo, de escravinho Marcelino, mulato cozinheiro de 16 anos, que fugiu ao seu senhor em junho de 1870, "os pés indicando ter muito bicho..." (*Jornal da Fortaleza*, 9.06.1870).

Caminhar sem sapatos foi sempre de muito risco para os que viveram entre nós nos séculos passados. Ao tempo dos holandeses, em Recife, "muitos soldados" que "andavam descalços" (às vezes por não haver sapatos nos armazéns da

Companhia), pelos idos de 1683, ficavam inválidos e incapazes de marchar por terem os pés cheios de bichos; – relata José Antônio Gonçalves de Mello. (Mello, 1979, 2a., p. 127).

Os que adentravam o interior, no século XIX, principalmente estrangeiros, ao escreverem a memória de suas experiências em nossa terra, via de regra registravam a presença do bicho-de-pé sob acentuado azedume, tais e quais padecimentos advindos de seu contacto.

Eram em tamanha quantidade esses insetos encontrados no interior das casas, de permeio com as pulgas, que revoltaram a José Mariano, companheiro de Auguste de Saint-Hilaire na viagem empreendida às nascentes do São Francisco, começada em Minas Gerais.

No rancho dos Viajantes, em Registro, na mencionada jornada, o cientista sem se conter acabou por escrever: "fui quase devorado pelos bichos-de-pé." Para cúmulo do azar, não escaparia também das conseqüências. Assim, sofreu a ação de um deles no "index direito" da mão, circunstância que quase o deixou sem escrever naquela ocasião as impressões de viagem (o.c., p. 296).

Mas quem melhor observou e escreveu a respeito foi sem dúvida Auguste de Saint-Hilaire, que demora a atenção numa descrição dos incômodos e da forma como a *tunga penetrans* torna-se hospedeira do homem: "A pulga (bicho-de-pé) penetrante perfura a pele e esconde-se completamente sem deixar perceber, além do orifício que abriu, senão os dois ou três últimos anéis do abdome; a nutrição que absorve a vontade dilata-lhe o tubo intestinal de modo extraordinário; mal penetrou na carne e já não pode sair pela abertura por ela própria feita, adquirindo rapidamente o tamanho de um grão de cânhamo, ou mesmo de ervilha. Nesse estado, o inseto apresenta um aspecto completamente diferente, e seria incapaz de mudar de lugar; mostra-se então um globo

embranquecido, achatado, apresentando em cada uma das faces uma proeminência pardacenta pequena; a face superior é formada pelos últimos anéis do abdome, e a proeminência da face inferior pela da cabeça e tórax, que não sofreram distorção. Uma ligeira comichão...", e se instala insuportável vexame, dizemos nós, em quem o hospeda (Saint-Hilaire, 1938, Tomo l, pp. 46-47).

Carls Seidler, alemão "agenciador de colonos e soldados" como o identifica o cel. F. de Paula Cidade, a nos visitar em 1835, deplorou:

> "A natureza, cuja história secreta nos continua vedada, também aqui apresenta bastante outros males. É singular que especialmente os insetos tenham sido inoculados do pendor e do poder para o despotismo, de maneira que o homem, com toda a sua glória de liberdade, é tiranizado pelos mais ínfimos bichos da terra, que ele encara com desdém. Uma dessas pragas da terra, em todo o Brasil, inclusive na 'divina capital', é a pulga da areia (*pulex penetrans*) que os naturais do país chamam de 'bicho-de-pé" (Seidler, 1976, p. 69).

O indesejado hóspede dos pés (não raro das mãos), é mais conhecido do que podemos imaginar. Richard Burton, ao mencionar o problema, registrou a presença do "bicho-de-pé" (em inglês: *Jigger*) "imortalizado" numa canção negra:

*Rose, Rose, lubly Rose,*
*I wisch may be figgerer if don't lub Rose.*

Narra igualmente que viajantes mais precavidos não andavam descalços. E repete seu colega Southey, a informar:

as pessoas lavavam "cuidadosamente os pés todas as noites como o melhor preservativo contra as *chiguas* (bicho-de-pé)."

Burton acrescenta mais: "Os tupis chamam-no *tumyra*. Os espanhóis preferem *nigua* e *chigua*, donde os franceses tiraram *chique*, e o termo chegou até nós (ingleses) sob várias formas: *chigre*, *cheger, chegre, chegoe, chiga, chigos, chiger,* e, finalmente, *jigger*."

Mas os imperfeitos dão, e como dão, sua contribuição ao homem do campo. O embuá é aproveitado como isca na pesca, quando falta minhoca; o grilo, outro incrível importunador à hora do sono, é meizinha muito recomendada para aliviar os incômodos de urina presa. Carrapato, esmigalhado em pano até tintar de sangue, aplicado na "direção de dente cariado", faz desaparecer a nevralgia. A substância da casa do besouro, conhecido por "busca-vida", diluída n'água e aplicada em área de pescoço comprometida pela parotidite – a cachumba sertaneja; alivia; chá de barata, torrada, é de pronto valimento no tratamento de cólica intestinal de crianças... (Campos, 1967).

Outro exemplar dessa família de indivíduos pouco aceitos pelo povo, que, em certas circunstancias, os combate a pretextos múltiplos (repulsa, receios, abusões etc.) é o morcego, explicado na sabedoria popular como nascido de ratos malfazejos, pela semelhança que esse quiróptero guarda dos últimos. Seguem-se-lhe, na exclusão de sentimento de afeição, os gafanhotos. "Em Salgadinho (Pernambuco) apareceram alguns maiores do que morcegos. .. Vozes santas, entre as quais a do Pe. Cícero, disseram que os gafanhotos 'são os membros do demônio'" (Bradesco-Goudemand, 1982, p. 14).

No mesmo lugar a autora lembra folheto de José Soares e Francisco Sousa Campos, "Abelhas, Morcegos e Grilos Sugando a Humanidade", livreto "baseado também em fatos reais: uma invasão de grilos de 'dentes' afiados, de morcegos

e de abelhas africanas que não poupam nada, nem animais, nem gente" (idem, p. 142).

A fome, em determinadas circunstâncias, parece funcionar como boa orientadora do homem. Desse modo, não difícil ver o ser humano aproveitando inusitada alimentação zoomorfa, que se imagina originar-se de situações de extrema falta de provisão. Assim, termina acostumado, por exemplo, ao repasto de escorpiões, de minhocas cruas, aranhas, e, dentre essas, a caranguejeira, artrópode dado por petisco saboroso, assado e polvilhado de sal (Mello Leitão, 1953, p. 169).

Isso, objetará o leitor, será ocorrência de lugares distantes (ilhas remotas). Mas os "imperfeitos" também entre nós acabam sendo deglutidos vorazmente. "Dos insetos não há nenhum, por mais repelente, que o homem não coma. Nem o piolho, o nojento piolho escapa. Dos índios da Serra do Norte diz Roquette Pinto: 'De um modo geral pode dizer se que os Nahambiquaras comem tudo; um mosquito que apanham sobre o corpo, um *piolho* (grifamos), um gafanhoto, uma lagartixa..." (o.c., p.170). Nada escapa ao homem, quando a fome aperta". Nem os cupins, apreciadíssimos pelos Araruaques." (idem, p. 176).

Entusiasmado pela disposição com que os mandacarus consumiam "lagartas, bichos-de-coco e algumas formigas e certos insetos como cupins" no século passado, o etnólogo F. S. Hart comeu cabeças de saúva, manifestando-se a respeito: "Quando o inseto ficou esmagado entre meus dentes, a minha boca ficou invadida por um sabor de especiaria, assemelhando-se um pouco ao cravo" (Santos, 1987, p. 87).

Resta de tudo a impressão de que o homem dos sertões nem sempre sabe distinguir os animais de sangue frio dos que os têm quente. Luís da Câmara Cascudo anotou a respeito: "O sertanejo ensina que as cobras se dividem em duas seções: cobras de sangue frio, que são as

venenosas, e as cobras de sangue quente, que não o são" (Cascudo, 1956, p. 71).

Mas os imperfeitos, malquistados, temidos, amedrontantes ou simplesmente deglutidos pelo homem, acabam aproveitados para substituir os ensalmos que adestram ou protegem o vaqueiro no trato de gado rebelde.

Getúlio César ouviu de vaqueiro pernambucano Cícero Romão curiosas indicações de como adentrar-se na caatinga, ainda que de noite, e submeter o boi brabo:

> "Mata-se um urubu em uma sexta-feira e enterra-se numa encruzilhada do camim, adepois de sete dias se desenterra o urubu e se encontra na cabeça dele três tapurus, sendo um branco, outro escuro e um outro preto. Tira-se os tapuru, enrola-se bem enrolado, adispois, bota-se em saquim de couro e se guarda em um lugar que ninguém veja. E quando se vai campeá, leva-se o saquim no bolso do gibão. O tapuru preto é pra se campeá de noite, o escuro é pros cafús e o branco é pra se corrê de dia..." (César, 1941, p. 81).

Ainda no capítulo de interesse aos seres de sangue frio, por oportuno lembrar em seus aspectos curiosos o que foi a questão levantada pelos "religiosos de Santo Antônio", no Maranhão, intentando "ação de força às formigas ou às saúvas para as fazer despejar da sua cerca", como conta, a repetir documentos dos dias de 1713, o erudito autor da "Crônica do Brasil Colonial", aí narrado que o Procurador da dita ordem deu "libelo contra as formigas" indesejáveis, no que foi contrariado pelo "procurador daquele negro e miúdo povo", a alegar que "elas, uma vez recebido o benefício da vida por seu Criador, tinham direito natural a conservá-lo por aqueles

meios, que o mesmo Senhor lhes ensinara. Item, que na praxe e execução destes meios serviam ao Criador, dando aos homens os exemplos das virtudes que lhes mandara; a saber, de prudência acautelando os futuros, e guardando para o tempo da necessidade: *Formica populus infirmus qui praeparat in messe cibum sibi* (Prov. 30,26), de diligência ajuntando nesta vida merecimento para a eterna." E empós outras tantas e pertinentes citações piedosas, em bom latim, acrescentado que "eles (os religiosos) eram irmãos mais nobres e dignos, todavia diante de Deus também eram umas formigas..."

Ao arrastar do questionamento, com réplicas e contra-réplicas, restou finalmente a sentença para que "fossem obrigados" os frades "a assinalar dentro de sua cerca sítio competente para vivenda das formigas, e que elas sob pena de excomunhão mudassem logo habitação, visto que ambas as partes podiam ficar acomodados sem muito prejuízo, maiormente, porque estes religiosos tinham vindo ali por obediência a semear o Grão Evangélico, e era digno o operário do seu sustento, e o das formigas podia consignar-se em outra parte, por meio de sua indústria, a menos custo" (Lisboa, 1976, pp. 426, 606 e 607).

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA


ABBEVILLE, Claude d' – *História da Missão dos Padres Capuchinhos no Maranhão*, Tradução de Sérgio Milliet, apresentação do Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri, Editora Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1975, 300 p.

BARROS JÚMOR, Francisco – *Caçando e Pescando por todo o Brasil*, Cia. Editora Melhoramentos, São Paulo, 2ª edição, 240p, 1z série, 1981; *Caçando e Pescando por todo o Brasil*, Cia. Editora Melhoramentos, São Paulo, 2ª edição, 6ª série, s.d.

BRADESCO-GOUDEMAN, Yvone – *O Ciclo dos Animais na Literatura Popular no Nordeste*, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1982.

BURTON, Richard – *Viagens aos Planaltos do Brasil*. Tradução de Américo jacobina Lacombe, 2ª edição, Fundação Nacional do Livro – Fundação Nacional Pro-Memória, Cia Editora Nacional, Brasiliana, vol. 375, São Paulo, 1982, 392 p.

CAMPOS, Eduardo – *Medicina Popular do Nordeste*, 3ª edição, prefácio de Luís da Câmara Cascudo, posfácio de Fran Martins, ilustrado, Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1967, 148 p.

CANSTATTT, Oscar-Brasil, *Terra e Gente*, trad. de Eduardo de Lima Castro, il. de Israel Cysneiros, 3ª edição, O Cruzeiro, Rio de janeiro, 1975, 305 p.

CASCUDO, Luís da Câmara – *Tradições Populares da Pecuária Nordestina*, ilustrado, Doc. da Vida Rural, nº 9, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1956, 78 p.

CASTELLO, José Aderaldo – *O Movimento Academicista no Brasil* – 1641 1820/12, vol. l, t. 5. Cons. Estadual de Cultura, SP., 1971, 380 p.

CÉSAR, Getúlio – *Crendices do Nordeste*, pref. de Gilberto Freyre, Irmãos Pongetti Edit., Rio de Janeiro, 1941, 208 p.

LATIF, Miran de Barros – *O Homem e o Trópico* (uma experiência Brasileira), Liv. AGIR Edit., Rio de Janeiro, 1959, 236 p.

LISBOA, João Francisco – *Crônica do Brasil Colonial* (Apontamentos para a Hist. do Maranhão), introdução de Peregrino Júnior e Graça Aranha, Petrópolis, Editora Vozes Ltda., Inst. Nac. do Livro, 1976, 632 p.

MELLO, José Gonsalves de – *Tempo dos Flamengos*, edic. do Banco do Nordeste do Brasil, 2ª edição, ilustrado, Recife, 1979, 298 p.

MELLO-LEITÃO, C. de – *A Vida Maravilhosa dos Animais*, Cia. Edit. Nacional , ilustrado, c. prefácio, 1935, 261 p.

MOREIRA, Carlos – *Entomologia Agrícola Brasileira*, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Imp. Nac., 1921, 184 p.

ROOSEVELT, Theodore – *Nas Selvas do Brasil*, tradução de Luiz Guimarães Júnior, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1943, 330 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste – *Viagem pelas Províncias de Rio de janeiro e Minas Gerais*, tradução e notas de Clado Ribeiro Lessa, ilustrado, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1938, 380 p.

SANTOS, Eurico – *História, Lendas de nossos bichos*, ilustrado do autor; Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1987, 168 p.

SEIDLER, Carls – *Dez Anos no Brasil*, tradução e notas do Gen. Bertold Klinger; notas do Cel. F. de Paula Cidade, 3ª edição, Editora Martins – Ministério da Educação e Cultura (MEC), São Paulo, 1976, 324 p.

SPIX J. B v.) & MARTIUS (K.F. Phil. v.) – *Viagem pelo Brasil*, tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, anotações de Basílio Magalhães, 4ª edição, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1950, 328 p.

TAUNAY, Afonso de E. – *Relatos Monçoeiros*, Editora Martins, Belo Horizonte, com introdução, coletânea e notas do

organizador, Editora Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1981, 296 p.

TSCHUDI, J. J. – *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, tradução de Eduardo de Lima Castro, introdução de Afonso de E. Taunay, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1980, 224 p.

## Outras Fontes

*Três Documentos do Ceará Colonial – 1. Relação do Maranhão*, Luiz Figueira; introdução, notas e comentários de Th. Pompeu Sobrinho; 2. *Relação do Ceará*, Martim Soares Moreno, introdução, notas e comentários de Raimundo Girão; 3. *Diário de Matias Beck*, introdução, notas e comentários de José Aurélio Saraiva Câmara, Departamento de Imprensa Oficial, Fortaleza, 1967, 298 p.

*Almanaque Agrícola Chácaras e Quintais*, São Paulo, edição do mês de julho de 1963.

*Jornal de Fortaleza*. Fortaleza, CE, edição do dia 9.06.1870.

CAPÍTULO II

## A PRESENÇA DE SERES FANTÁSTICOS E FORMIDÁVEIS; AS CRENÇAS, BICHOS E PRESSÁGIOS

**O HOMEM,** em dado momento de sua existência, alimenta-se do que consegue capturar nas primeiras ações venatórias; e nos leva a supor que, ao longo do tempo, enquanto se aprimora na condição de luta pela sobrevivência, mais se compenetra da importância assumida na postura e prática do exercício da caça, a compreender também estar a tarefa, de garantir seu sustento, ligada a melhor entendimento de como os animais, passíveis de apreensão, se comportam.

V. Gordon Childe, ao analisar o que denomina de "selvagenria paleolítica", vê o "primeiro capítulo da história humana" (...) "ainda entretecido com a História Natural" em recuado tempo, quando "idealizados ritos mágicos destinados a assegurar o abastecimento de alimentos, a promover a multiplicação dos animais e êxito na caça." (Childe, 1981, pp. 29 e 43).

E muito por diante vem momento em que o homem em estado selvagem "age como se julgasse que, com feitiços e ritos, pudesse dirigir os fenômenos naturais, hoje sabidos por impossível controlar pelo menos com tais métodos." (o.c. p. 49).

Mas em verdade sejam por quais razões apresentadas, simplesmente materiais ou espirituais, "as zonas de caça e

pesca e os alimentos nelas obtidos 'passam a prevalecer' de propriedade e utilização comum." (idem, ibidem).

Com o desfilar dos séculos o homem aperfeiçoa a técnica de lidar com os animais, quer pelos artifícios da caça, quer pelos da pesca. Assim, no decorrer de vários períodos da evolução da humanidade, lembra Luís da Câmara Cascudo, vão surgindo armas (ou artefatos de captura) mais adequadas àquela finalidade. Amplia-se a ação mortífera do dardo e da javalina. E já nos tempos madalenenses, "o arpão é arma poderosa", assim como "existem silvos, apitos, *chamas* para aves, flautas mágicas que os feiticeiros, vestindo peles de bichos, sopram, atraindo abundância nas caçadas futuras e presentes." (Cascudo, 1983, p.292).

Também aí mencionadas outras "armas maravilhosas, o arco e a flecha alcançando a caça bem longe, como prolongando o braço humano em sua vontade letal. Os dardos têm propulsores que os atiram bem distantes. Os propulsores vieram antes dos arcos. Os nossos cariris ainda empregam propulsores no século XVII." (idem, ibidem).

Vê-se que, por tais avanços de engenhosidade técnica, os animais acabam tomando posição de relevo para o homem, não só por se lhe tornarem indispensáveis à alimentação ou à sua complementação, mas sobretudo pelo fascínio que passam a exercer, levando-o inclusive a imitá-los na técnica de emboscadas, de lutas, circunstância que o faz jactar-se, em determinadas ocasiões, de atitudes e ações assemelhadas a esses irracionais. Assim, contentado por vigiar o inimigo "como um zorro"; "de atacarlo como um tigre y de esquivarlo como una liebre." (Molina Téllez, 1947, p. 163). E no caso nordestino: ligeiro como uma piaba; liso que só muçu, feroz que só piranha etc., etc.

Por tais sentimentos as velhas civilizações – apensa o mesmo escritor – adoravam os animais não pelo que eram,

mas pelo espírito "que para ellas (civilizações) representaron. concedido por las relaciones animistas que con ellos mantenfan." (o.c., p. 163).

No Brasil, a inícios da nossa colonização, os "espectros noturnos e demônios selvagens" acodem aos silvícolas, a amedrontá-los. Destacável, dentre estes, o Curupira, ao qual referiu o Pe. Anchieta dando-o por tinhoso em acometer aos índios inflingindo-lhes açoites, machucando-os até à morte. Nessa ordem de seres fantásticos, ou de animais formidáveis, quais o Baetatá ou Boitatá, o Igpuriara.

Somos supersticiosos desde esses tempos.

"A superstição" – anota Barbosa Rodrigues, em quem nos respaldamos – "companheira quase inseparável da lenda, transforma esta, e em vez de deleitar o espírito, o acabrunha e o exalta."

Não tivemos lendas, diz ainda aquele estudioso, mas apenas crenças. "Entre o gentio o viajante não ouve uma lenda; não vê o pavor, nem pressente a influência do medo. Entretanto, entre o tapuio, assentado à sua rede, passa o viajante as noites, entretido, ouvindo histórias de crenças plantadas outrora pelos invasores, que o tempo modificou, coloriu e tornou romanescas, inutilizando a inteligência indígena. Não é uma história, não é um conto, é uma verdade, uma realidade" (Cascudo, s.d., p. 155).

A presença do fantástico não se ausenta desse narrar de expressiva transmissão oral. E em tudo, pessoas e animais confundem-se: a Yara é metade peixe, metade mulher; o Jurupari anima-se do poder de transformar as pessoas em animais, geralmente cervos.

O jaburu, em mito Karajá, colhido por Fritz Krauss e repassado por Herbert Baldus (Baldus,1937, pp. 204, 205) é personagem de evidência ao lado do carcará. "O pai dos Karajá é Deus (Kinoxiwe). O mundo estava nas trevas. Deus

engoliu ar, então ficou com a barriga grossa; estava deitado no chão. Veio o jaburu. Depois veio a ave pequena carcará e sentou-se ao lado. Disse: vamos comer. O outro disse: Espere até mais tarde. O jaburu fez voltas por cima. A pequena ave disse: Ele está morto. O jaburu disse: Não, ele está vivo. O jaburu voou ainda ao redor. Depois sentou-se na barriga de deus. O deus agarrou-o e ficou vivo. Obrigou o jaburu a trazer luz; porque ainda não havia luz. O jaburu trouxe uma luz pequena. Deus disse: Não, quero outra. O jaburu trouxe uma luz maior, a lua, e perguntou: É esta? Deus disse: Não, quero outra. Então o jaburu trouxe o próprio sol e tudo ficou na claridade do dia" etc. (idem, ibidem).

Não de raro a ocorrência de homens-bichos quais a mulher-mutum, mulher-periquito, homem jacu, como se nos depara no mito "o incêndio universal", quando depois do fogo "outros homens e mulheres ficaram na terra, tendo de esconder-se em covas. Assim aconteceu depois que a terra acabou de arder, e um velho apareceu transformado em jacaré; uma velha, em tamanduá; outros entes em veados, avestruzes, raposas etc. (o.c., p. 1219). O Curupira, duende protetor da mata, percorre-a cavalgando um veado ou um coelho. E até usa o casco de jaboti para bater nas árvores, afugentando a tempestade. No Ceará – documentou Osvaldo Orico – esse curioso ser "muda de aspecto, perde o pelo do corpo, que se transforma em cabeleira de cabelos hirtos; apresenta dentes afiados como os dos guaribas e os olhos em brasas; sempre que sai dos matos da serra, monta num caititu, com uma chibata de iapecanga na mão" (Orico, 1937, P. 77).

Os animais, vale referir ainda, estão permanentemente lembrados na elaboração de crenças míticas. Mais perto de nós, Herbert Baldus deparou entre os Boróro "dois mitos de origem (*ursprungsmythen*), cujos elementos são muito espalhados neste continente. Uma moça da tribo casa-se com o

jaguar." Noutro mito Boróro "o homem sobrevivente, depois da grande enchente que destruiu tudo, povoava novamente a terra por meio de casamento com uma veada. Por isso, hoje, em geral, se evita comer carne de veado. Os Boróro crêem que adoeceriam se a comessem. Só em raríssimos casos a magia de um bari especialmente poderoso é capaz de tornar comestível essa carne" (Baldus, 1937, pp. 161, 162).

Dos Tapirapé o etnólogo aproveitou versão de narrativa sobre o "incêndio universal." Novamente, no curso do mito, figuram os animais de aceitação mágica da tribo, senão vejamos: "Todos os Tapirapé tinham morrido. Numa velha casa de dança havia um buraco grande com fogo, no qual todos tinham morrido. Dois homens jacu, uma mulher-mutum e uma mulher-periquito estavam numa velha cabana" etc. (Baldus, o.c., p. 219).

O nome de um Boróro, Aipobureu (muito clara a dependência totêmica, a significar "jaguatirica ou gato do mato grande" (*Felis pardalis*), educado pelos salesianos, sem se conter em sua inclinação atávica, um dia resolve retornar à "religião de sua tribo", ciente da regra do próprio clã: "ser homem, quer dizer ser caçador e lutar com a onça; (e) tornou-se inteiramente caçador. Ou pelo menos quis tornar-se perfeito caçador" mas fracassou. Já não possuía a condição de enfrentar e vencer as feras. Desse modo, não se houve mais como abatedor de animais, caindo-lhe daí por diante a família em miséria. "Não é de admirar" – conclui Herbert Baldus – "que a mulher o abandonasse por outro..." (o.c., pp. 169,170).

Possível aceitar: só de raro o animal não comparece como personagem aos mitos dos aborígines brasileiros. Por extensão em toda a América, lembra Félix Molina Téllez, os animais "tienen un papel importante en la vida de la comunidad." Na Argentina, através de "el casamiento entre animais" se dão graças pela boa colheita (o.c., p. 162, 165).

No mito de origem dos Tumerehá, tanto os Chamacoco como os brancos sobem de debaixo do chão à superfície por fio logo cortado por um cão. "Por isso, mais tarde, os Chamacoco e, com eles, os brancos e os outros homens subiram por meio de um pau para o céu, onde há mais caça..." (o.c., pp. 194). Noutro mito os heróis são encarregados de "buscar o sol, que era propriedade do urubu vermelho ou urubu-rei" (o.c., p. 145).

Incidem na mítica aborígine o sapo, a anta, pássaros; do mesmo modo o veado, o cachorro do mato, a onça pintada, o gato do mato, a avestruz, a seriema, o jaburu, o jacu, peixes, jacarés etc., etc. Típica desse narrar a história do tamanduá, colhida pelo Padre Teschauer:

> "Os ciganos costumavam fazer todas as noites grandes fogueiras para *espantar* a treva. Não havia, então, animais. Todos tinham sumido na inundação. A arca de Noé não passou por aí para salvá-los. Então o Cadjurucré aproveitava para fabricar os animais do mato. Assim fez a onça, o javali, o veado, o macaco, o tatu, a cobra, o besouro, a coruja, a preguiça, e foi dizendo a cada um deles o que devia comer para se alimentar.
>
> Depois ensinou a onça a rugir; o veado, a correr; ao macaco ensinou como devia pular; à preguiça, o meio de não trabalhar; ao tatu, como devia esconder-se; à cobra, de como devia enroscar-se; à coruja, como devia piar. E assim por diante.
>
> A fogueira continuava acesa. Do carvão e da cinza, que ficaram no chão, Cadjurucré prosseguia o seu trabalho de fabricar os animais do mato.(...) o mato ficara cheio de bichos. Havia animais de todas espécies.(...) De tanto fazer bicho, Cadjurucré já estava cansado. E disse consigo:

– Bom, esta é a última noite em que trabalho. Toca a aproveitar a escuridão do tempo e a cinza da fogueira, porque, de manhã em diante, não faço mais nada.

E deu inicio a um animal novo. Fez um corpo muito comprido , coberto de pelo, pôs-lhe uma cauda longa, arranjou-lhe uns pés, umas unhas fortes e inventou uma cabeça pontuda, com um pequeno lugar para a boca.

Era um bicho mesmo muito esquisito.

Mas, justamente no momento em que ia completar o animal, veio a madrugada e a fogueira apagou. Não podendo trabalhar com a luz do dia, o espírito teve de arranjar um jeitinho. O animal estava incompleto; não tinha ainda nem língua, nem dentes. E não havia mais um tiquinho de carvão ou de cinza na fogueira. Então, que fez o espírito? Pegou uma varinha fina, que estava ali perto, meteu-a na boca do bicho e disse:

– Anda, vai-te depressa, que o dia vem chegando.

O bicho protestou:

– Mas o que vou comer, se não tenho dentes?!

O espírito foi e disse ao animal:

– Por não teres dentes, vais comer formigas.

Assim apareceu no mundo o tamanduá".

(Orico,1937, pp. 237, 238 e 239).

Repete-se essa inspiração mítica zoomorfa. E não faltam as lendas como a do homem e do veado, em que o primeiro elege a fêmea do cervo para mulher, e termina deste modo narrada: "Daquele momento em diante (da união dos dois) a veada esteve com ele (o homem) e nunca mais se separou." (Baldus, 1937, pp. 177-178).

Nos mitos Karajá a participação da fauna é flagrante. Não estranha a presença de urubus – de todos os tipos, inclusive brancos; e desse modo, carcarás, urubus-rei, papagaios, piranhas, mutuns, jaburus etc., etc.

Vai restar então, de tantas legendas de sabor primitivo, misterioso, o prevalecimento de superstições que confluem para marcar as ações dos que, mais perto de nós, habitam pelos sertões ou florestas em contacto mais direto com a natureza.

No tocante vige o saruá, espécie de influência ou ação má que "alguém pode produzir ainda que de longe" na pessoa atingida. A mulher grávida é tida por saruá, conta Ermano Stradelli, principalmente para os índios (Cascudo, s.d., p. 294), sentimento ou receio que alcança por igual a população sertaneja do Ceará, a considerar fatal a visita de mulher grávida a picados de cobra venenosa.

Como refere Stradelli "saruá são todas as fêmeas grávidas, pelo que é obrigação estrita do caçador, que as encontrar, deixá-las ir em paz, sob pena de se tornar panema e nunca mais voltar a ser caçador afortunado." (Cascudo, o.c., idem, ibidem).

Panema, notadamente na área da Amazônia, é influência negativa de espíritos, ou algo assemelhado que prejudica as ações do homem, tornando-o em última análise sem sorte, azarado.

Charles Wagley anotou: "Um caçador ou pescador que tem fracassos sucessivos que não podem ser explicados por causas naturais, atribui-os à panema, força maligna que se apodera da pessoa." (...) "A mulher grávida que come caça ou peixe pode transmitir panema ao caçador ou pescador que os apanhou. Um homem poderá apanhar panema de algum amigo com quem esteja aborrecido por causa de desavença em questões de alimentação" (Wagley, 1977, 91-92).

Percebível em muitos casos dessa natureza ser a "sombra" dos indivíduos algo apropriável para efeito do malefício. Daí o sentido de *proteção à sombra* alcançar o sertanejo do Nordeste, que detesta ver alguém pisar a que vai fazendo no chão, quando caminha.

Mas quem provoca panema, quem tenta arrebatar a sombra das pessoas... é outra sombra, um fantasma, o Anhangá, que se disfarça muitas vezes nas nambus perseguidas pelos caçadores desprevenidos.

Em *Iracema*, José de Alencar registra a influência malsã do indesejável avantesma. Ao deparar o guerreiro, que se aproximara furtivamente, a "virgem dos lábios de mel" exclama: "– Anhangá turbou sem dúvida o sono de Irapuã..." (Alencar, 1965, p. 203).

Anhangá pode estar escamoteado num peixe, na tintureira (*Prionodon glaucus*), em cujo corpo se vendo refletido, o infeliz pescador vai-se perdido para as profundezas do mar... (Cascudo, 1984, p. 752).

A idéia de os animais, pelo menos alguns destes, serem portadores de condições indesejáveis ao homem, é evidente nas abusões alimentadas pelo povo em sua ingenuidade. E por certo não estranhável se descobrir, nas atitudes dos animais, não raro avisos de circunstâncias especiais que podem funcionar ou não a nosso favor.

Desse modo, no Ceará, onde graúna voando sobre o telhado de casa funciona como mensageira de más novas; "canto de galo em noite escura" avisa infelicidade. O de "anum branco" pressagia morte. E sob igual vaticínio o vôo da borboleta, ou do beija-flor; conforme recenseou o Barão de Studart (Cascudo, s.d., p. 299 e ss.).

Cumprem-se na coletividade interdições especiais: assim, não recomendado o abate da lavandeira (*Floricula climazura*, W.), avezinha que a tradição refere ter lavado as

roupas de Nossa Senhora. Vedado alvejar-se urubu, pois o procedimento acaba penalizando o caçador, tornando-se-lhe inutilizada a arma para o exercício cinegético.

A última crendice percorre todas as Américas.

Na Argentina, conta Félix Mollina Télez, "el cuervo negro de las missiones annuncia lhuvia. No se puede matar, porque la escopeta que le apunta se descompone." "O folclore de las regiones missioneras", acrescenta o referido autor, arrimado em Ambroseti, consigna: "Al puma o león, no puede matár-se con arma de fuego." (Mollina Téllez, o.c., pp. 165, 205).

O canto do acauã, "lúgubre e arrastado gemido", sob a observação de Osvaldo Orico, "deflagra uma enfermidade nervosa que se conhece pelo nome de 'canto de cauari. O indivíduo atacado vive a repetir mecanicamente o grito soturno e melancólico. Apontam-se vários casos em Faro e Paratins. Tais manifestações, semelhantes às que produz certo gavião no arquipélago nipônico..." (Orico, 1937, p. 20).

Paulino Nogueira registrou: no Ceará os índios traduziam no canto da acauã a informação de que receberiam um aguardado visitante, ou, por tal meio explicado, o tempo em que este demorava em sua jornada.

Outro pássaro possui canto pressagiador; o carão (*Ardes scopacea*, L.), muito festejado pelos interioranos do Nordeste do Brasil, por anunciar a proximidade de chuvas. Já o oitibó, espécie de coruja, de canto lúgubre, metia medo nos fndios. O tatu (principalmente o tatu-bola) é tido e havido como pactuante com o demônio. Citando E. Liais, Paulino Nogueira escreve que "mais de uma hora depois de morto, já separado do corpo, o casco se fecha bruscamente ao ser tocado por um escapelo." (Nogueira, *Revista do Ceará*, 1887, p. 443 e ss).

Está repassado no trabalho de Paulino Nogueira ("Vocabulário Indígena" igualmente a informação de o urubu-rei subir "além das nuvens, e que as flechas ornadas com suas penas não erram o alvo..." (o.c., p. 429).

A influência ibérica, por intermédio da presença luso-hispânica que entre nós se juntou à de origem ameríndia e negra, concorre para a estocagem de folclore dinamizado e revigorado principalmente nas narrações que se transmitem oralmente pelo Nordeste, e repontam com detalhes ou maior evidência na literatura de cordel.

Seres estranhos, misteriosos, excitantes, portadores de dons especiais, ora confundidos com criaturas humanas, mas sempre artistas da astúcia, fazem a cercadura vivenciada das crianças, particularmente pelos sertões do Nordeste, onde não de raro o animal, o "bicho", é participativo da extensão familiar de suas próprias vidas.

Aduza-se: e "entendidos" pelo povo, através da palavra e canto de seus versejadores populares, como criaturas que agem quais seres humanos, cada qual com a sua característica própria e exercício profissional, a se vê a exemplo na inventiva do poeta popular Luís Dantas Quesado, recenseada por Leonardo Mota (Mota, 1962, pp. 148, 149):

*"Vi um teú escrevendo*
*Um camaleão cantando,*
*Uma raposa bordando,*
*Uma ticaca tecendo,*
*Um macaco velho lendo,*
*Cururu batendo telha,*
*Um bando de rã vermelha*
*Trabalhando num tissume,*
*Vi um tatu num curtume*
*Cortando couro de abelha.*

*Vi um quati marceneiro,*
*Vi um furão lavrador,*
*Vi um porco agricultor*
*E um tibu velho ferreiro...*
*Um veado sapateiro,*
*Caitetu tocando buso,*
*Punaré fazendo fuso,*
*Aranha tirando empate,*
*Vi um besouro alfaiate,*
*Cortando roupa de uso.*

*Vi um peba fogueteiro*
*Soltando fogo do ar,*
*Vi papa-vento mandar*
*À rua trocar dinheiro;*
*Carrapato redoleiro*
*Comendo farofa pura,*
*Um bando de tanajura*
*Empregada num café,*
*Vi um percevejo em pé*
*C'um grajau de rapadura."*

Em decorrência da herança mítica, se assim possível mencionar, os animais chegam aos nossos dias, e ao homem do campo, marcados por qualidades que os diferenciam. Há os que simbolizam vigor físico, destreza, valentia; outros, sabedoria, prudência por diante. Vale referir o exemplo da história d"'O Casamento da Raposa com o Veado", cordel de Minelvino Francisco Silva: "O veado apaixona-se pela raposa, e a desposa, malgrado a oposição do pai, que deplora essa união com pessoa tão sem vergonha, viciada na cachaça, deixando de lado tantas corças encantadoras. A festa do casamento se realiza. reunindo a raposada e a veadagem, dirigida

pelo padre tamanduá, imponente em sua marcha lenta e solene. A festa acaba mal, como costuma acontecer muitas vezes nas festas populares em que corre muita cachaça e retumba a batucada. As raposas embebedam se, os caçadores chegam e as massacram com seus cães, enquanto os veados fogem e o futuro marido solta um suspiro de alívio: É muito certo o ditado: cada qual com os seus iguais." (Bradesco-Goudemand, 1982, p. 131 e ss.).

Narrações desse tipo fazem o encanto das pessoas simples; o povo é sensível às manifestações de sua natureza circundante e do mundo sobrenatural que os envolve, de padagogia renovada na oralidade dos mais vividos.

Histórias muitas vezes alongadas, constituídas de episódios distintos, como se de dentro de um conto outro mais se fizesse – escrevi antes. A narração obedece a uma cadência triplicadora universal, técnica esclarecente que inspira movimento, continuidade, e, ao mesmo tempo, vira refrão a aliciar a atenção de quem escuta. Assim, ouve-se: "O homem foi andando, andando, andando..." Ou, "voltando para casa, armou a rede, dormiu, dormiu, dormiu..."

Persistem no sertão as estórias de animais; do bode e da onça, um ajudando ao outro, sem o saber, no levantamento de nova moradia, ocorrendo ao final o elemento surpresa; do jabuti intrometido que vai à festa organizada no céu, mas, ao voltar despenca-se na terra, ficando de casco estilhaçado, diferente do que exibia antes, lindo de ver (Campos, 1980, p. 21).

Contos que se repetem, e, quando menos se espera, tomados por narrações privativas do nosso ecúmeno, deparâmo-los reeditadas noutros lugares distantes. Desse modo a desventura do sapo (repetindo a infelicidade do jaboti), a se meter na viola do urubu, sem que este perceba, indo participar de uma festa celestial. Do instrumento emborcado, propositadamente, o batráquio despenca-se ao chão, ficando então

com o "couro cheio de remendos." Em narrativa de curso em antologia para estudantes primários da Argentina, o urubu é substituído pela águia. Cenário idêntico ao da história encontrada pelos sertões "desde muy alto."

Queda realmente desastrada. "El golpe fué terrible y el cuerpo se llenó de heridas. Las cicatrices son las manchas que han quedado para siempre en la piel del sapo." (Coluccio – Schianf fino, 1948, p. 274).

Contos, fábulas, histórias, crenças, superstições; – todo um contar e recontar que gira com ênfase, pelo Nordeste, em torno de animais.

Nisso, cumpre a região a tendência da adoção de folclore nitidamente nacional, que sempre dispôs de "um sem-número de bichos mais ou menos fantásticos, o que não tem nada de surpreendente num país onde a fauna é tão rica", anotou Ivone Bradesco-Goudemand (o.c., p. 90)

O povo observa e apreende à sua maneira, exagerando o que entende por manifestações da "sabedoria" (leia-se: inteligência) dos animais, que contempla. Assim, sabe destacar a ação do teiú, que picado por cobra se vale de batata tomada a uma planta do mato, para curar-se; comenta e aplaude o macaco, molhando a cara com a própria urina, para se apossar do mel de uma "caixa" (ninho) de marimbondos etc., etc.

Fatos dessa natureza também impressionam os eruditos. Robert Southey, em *História do Brasil*, consignou: "Quando o rio se espraia, deixam-lhe os peixes o leito em busca duma certa fruta; apenas sentem cair nágua, correm a apanhá-la quando vem à tona, e na sua avidez saltam ao ar. Sugeriu este hábito um curioso estratagema à onça; trepa a algum ramo debruçado sobre as águas, ferindo-as de vez em quando com a cauda, e imitando assim o som que ao cair produz a fruta, e quando o peixe salta para apanhá-la, é a onça que com a pata o apanha a ele" (Southey, 1965, v. I, p. 147).

O guaxinim, conta Câmara Cascudo em nota de pé de página na tradução de *Travels in Brazil*, "põe a cauda no buraco do caranguejo, espera que esse agarre com suas patas e então, num brusco safanão, sacode longe o crustáceo. Depois de gemer, lamentar-se e lamber a cauda, o ' aproveita a caçada" (Koster, 1942, p. 419).

Nessa ordem de argúcia animal, de certa "inteligência" – se possível mencionar de tal forma – destacam-se os papagaios na área nordestina, que entram para o anedotário popular com divertidas estórias, às vezes também surpreendentes.

O folclorista Nery Camello, chegando a uma fazenda em Assú, no Rio Grande do Norte, pelas seis da tarde, ouviu "um papagaio, preso pelo pé a uma corrente" em casarão sertanejo, cantar:

*"Quem passa?*
*É o rei que vai à caça*
*Com três cachorros de raça..."*

(Camello, 1989, p. 30)

Ave, a "mais conhecida de todo o mundo", no dizer de Paulino Nogueira (ver *A Quinzena*, 26 de agosto de 1887, páginas 3 e 4); no mesmo lugar afirma ter possuído um "louro" que "resava o Bemdito", e arremedava perfeitamente uma galinha choca.

"O direito não olhou para os papagaios com os mesmos olhos da lenda, da religião e da história" – escreveu Gustavo Barroso. E aduziu: "Citada por João Brígido, uma postura colonial de 1803 impunha, no Nordeste, a cada lavrador a obrigação de anualmente apresentar à câmara de sua vila certo número de cabeças de pássaros de bico redondo, papagaios e seus parentes: araras, periquitos, jandaias, curicas, maracanãs, canindé", "pelo mal que infligiam aos roçados,

bicando-lhes os grãos plantados ou vulnerando a messe por colher (Barroso, 1927, p. 13).

O procedimento fiscal prosseguiu no Ceará, e em 1854, na vila de Maria Pereira, a resolução 665, de 4 de outubro do referido ano, dava vigência a posturas municipais que expressavam no art. 14: "Todo agricultor será obrigado a trazer no mês de junho ao secretário da câmara 50 cabeças de pássaros daninhos, das quais o secretário passará recibo, sendo o fiscal obrigado em suas correições a exigir dos agricultores dito recibo para pôr no verso o seguinte: 'Vistos em correição, tanto de tal mês e ano – F –. Os contribuintes pagarão a multa de dous mil réis para o Concelho."

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA


ALENCAR, José de – *Iracema*, 3ª edição, vol III, in: *Obras Completas*, Biblioteca Luso-Brasileira – Cia. Aguilar Editora, Rio de Janeiro, 1965, 1.130p.

BALDUS, Herbert – *Ensaios de Etnologia Brasileira*, prefácio de Affonso de E. Taunay; ilus., fotos; Cia Editora Nacional, São Paulo, Col. Brasiliana, vol. l0l, com glossário, 1937, 350p.

BARROSO, Gustavo – *Através dos Folk-lores*. Cia. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1927, 198 p.

BRADESCO-GOUDEMAND, Yvonne – *O Ciclo dos Animais na Literatura Popular no Nordeste*, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1982, 190 p.

CAMELLO, C. Nery – Mossoró em 1923, Coleção Mossoroense, Série B, nº 661, Mossoró, 1989, 31 p.

CAMPOS, Eduardo – *As Manifestações Populares do Ceará: o folclore*, edição comemorativa do 1º Centenário do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1986, 22 p.

Luís da Câmara – *Civilização e Cultura*, Editora Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1983, 742 p. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 5ª edição, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1984, 813 p.

COLUCCIO, E – SHIANFFIN, G. – *Folklore y Nativismo*, S.A. Editorial Bell, Buenos Aires,1948, 340 p.

CHILDE, V. Gordon – *O que Aconteceu na História*, tradução de Waltensir Dutra, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981, 396p.

KOST'ER, Henry – *Viagem ao Nordeste do Brasil*, tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo, ilustrado, Coleção Brasiliana, vo1.221. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1942, 598 p.

MOLLINA-TÉLLEZ., Félix -EI Mito, *La Leyenda y El Hombre*, editorial Claridad, ilustrado, Buenos-Aires, 1947, 304 p.

MOTA, Leonardo – *Violeiros do Norte*, prefácio de Herman Lima, ilustrações de Aldemir Martins, Imprensa Universitária, Ceará, 1962, 334 p.

NOGUEIRA, Paulino – "Vocabulário Indígena" in: Revista do Instituto do Ceará, Ano I, Tomo 1, 1º, 2º, 3º, e 4º, semestres, Fortaleza, 1887, 438 p.

ORICO, Osvaldo – *Vocabulário de Crendices Amazônicas*, ilustrado, com fotos, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937, 288 p.

SOUTHEY, Robert – *História do Brasil*, vol. I, tradução de Joaquim de Oliveira e Castro, anotado por J.C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo, ilustrado, 3ª edição, Edições Obelisco, São Paulo, 1965, 356 p.

WAGLEY, Charles – *Uma Comunidade Amazônica – Estudo do Homem nos Trópicos*, tradução de Clotilde da Silva Costa, 2ª edição, Cia. Editora Nacional, ilustrado, com fotos, Col. Brasiliana. vo1.290, São Paulo, 1977, 314 p.

CAPÍTULO III

## DOS TRÁCIOS AOS ENCOURADOS VAQUEIROS DA CAATINGA. MAGIA E PARTICIPAÇÃO DA FAUNA NO QUOTIDIANO

**EM SUA** jornada pelo Nordeste, depois de ter vencido o Ceará-Mirim, em 1810, ainda em terras do Rio Grande do Norte Henry Koster deparou a "figura comum do sertanejo em viagem. O cavaleiro observado assentava-se em pequeno cavalo com cauda e crinas compridas", vestindo grandes calções ou polainas de couro taninado, mas não preparado, de cor suja de ferrugem, amarrados da cinta e por baixo víamos as ceroulas de algodão onde o couro não protegia'." (Koster, 1942, p. 133). Em nota de esclarecimento Luís da Câmara Cascudo, tradutor da obra, repete Martius, informando como se indumentava o peão paulista interiorano, a se ver: com "curto gibão, perneiras justas e chapéu em forma de prato, preso ao pescoço com uma correia, tudo de couro pardo de veado ou de capivara..." O vestuário assim descrito o protegia de modo eficaz "contra cercas de espinheiro que tem de atravessar na perseguição dos animais" (o.c., p. 145).

Perde-se no tempo o procedimento de o homem aproveitar a pele de animais para confeccionar a própria vestimenta. Os Trácios, a exemplo, como está em Heródoto, "tinham na

cabeça peles de raposa e envergavam túnicas por cima das quais traziam uma roupa de diversas cores, muito ampla. Calçavam borzeguins de pele de cabrito...” (Heródoto, s.d., pp. 584, 585). Os Armênios, por volta do século IX, usavam peixe, mulas e falcões como moedas, com as quais se desobrigavam junto aos califas, e exportavam “peles de animais, destacáveis os panos feitos de pelo de cabra muito apreciados então por causa de sua espessura e duração” (Nersessian, 1973, pp. 69, 70, 71).

Sérgio Buarque de Holanda anotou: “escudos, couraças, e capuzes de toda espécie entravam no arsenal dos conquistadores”, mas a maioria, no Brasil, “dispensava, sem dúvida, semelhante luxo, pois escudos e coletes de couro eram em geral o quanto bastava para garantir contra o perigo dos setas” (Holanda, 1957, p. 135).

Nos documentos de “procedência castelhana e jesuítica, refere ainda Sérgio Buarque de Holanda, os sertanistas vestiam ‘largamente’ as ‘couras de anta.’ Em uma das suas incursões ao gentio bravio do Paraguai, narrado pelo aventureiro de Domingos de Irata, “usaram paveses (anteparos quadrados ou oblongos) de ‘couros de antas e veados’, em número aproximado de 400” (idem, ibidem).

Os índios do Chaco – narra Alfred Métraux –, especialmente os que adotaram o cavalo, usavam jaquetas de couro – geralmente de onça – que algumas vezes chegavam até os joelhos, em vestimentas de duplo efeito: ornamentava-os e os protegia. A pele da onça assim posta no indumento transmitia a “ferocidade do animal.” Os Ocaina – repassa ainda Métraux, “possuíam armaduras de couro de anta” (*SUMA Etnológica Brasileira*, I, 1986, p. 160).

Os bosquímanos, no período final da Idade da Pedra, tinham seus capotes feitos de peles (Fagan, 1972, p. 42). “Em muitas regiões” Está dito aí. (o.c., p. 42).

Pelos anos presumivelmente situados entre 3.00 a 1.200 a. C., no lugar Cabezas Largas, ao sul de Pisco (Peru), descobriu-se um "cemitério com seis sepulturas (alguns corpos estavam flectidos, outros estendidos) e um ossário que guardava os restos de sessenta pessoas. Os corpos estavam envolvidos em peles de camelídeos, provavelmente de vicunha" (Bushnell, 1972, p. 33).

Todos os povos, em determinado momento de sua existência, souberam utilizar em proveito próprio os recursos propiciados pela caça abatida ou capturada. Desse modo sucedeu com os Maias, habitantes da meso-américa, onde também se encontravam animais perigosos como o jaguar, "perseguido pela sua resplandente pele", além do tapir, cuja carne servia de repasto, e a "pele, excepcionalmente dura, utilizada na confecção de escudos e armaduras para os guerreiros" (Coe, 1971, p. 25).

No Nordeste do Brasil, mais que em outra região, pode-se argüir: a pele de animais domesticados, principalmente do gado vacum, alcançou em tempos passados ilimitada serventia, de que dá copiosos exemplos J. Capistrano de Abreu, ressaltando a época do couro, "verdadeira civilização experimentada pelos dias coloniais, quando de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama dos partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato' " (Abreu, 1963, p. 147).

O aproveitamento do couro do animal não se faz apenas sob intenção utilitária. Na verdade mesclam-se em muitos procedimentos, para apropriá-lo, sentimentos ou intenções mágicas. Nesse caso, quando o Boróro sai a campo para matar a onça "mori", e que, pelo ritual, vai destinada ao seu

parcial falecimento, conduz o couro do animal abatido – contam os padres Colbacchini e Albisetti (1942, p. 158) – "até o meio da praça da aldeia e o deixa lá", indo então buscar o irmão do tal finado que, por seu *mori*, ele matou a onça; etc. (o.c., idem, ibidem). O índio, agraciado com a oferta do couro da onça, está compelido a "fazer arco e flechas e enfeites vários do clã" para o caçador que abateu o felino.

A cerimônia do *mori* da onça – assim relatado por Akirio Boróro Kegger (Tiago Aipobureu), já referido antes – é sobremodo extensa e repetitiva. Mas em todas as suas passagens o couro animal é manejado, passa de um lugar a outro, anda de mão em mão conforme a importância dos que se envolvem diretamente no ritual, até que tudo culmina como descrito: "o matador da onça recebe novamente os dentes, as garras e o couro da onça, e entrega o couro àquele a que já está determinado; os dentes para a mãe, ou para uma parenta do finado, e as garras para um rapaz parente do finado" (idem, ibidem).

Lembra Gioconda Mussolini: "o índio (Kaingang) pressente as relações humanas com os 'espíritos do mundo natural', seres 'que controlam ou animam fenômenos naturais e as espécies de animais (Mussolini, 1980, p. 44). Está ciente de que, dentre outros benefícios alcançados da ação dos espíritos, pode obter a indicação de lugar de boa caça, de abundância de mel", proteção para a convivência, no quotidiano, das atividades cinegéticas, e, em ocasiões inusitadas, de procriação, como a da índia que "tomou o filho da abelha, colocou-o no ventre, deu-o à luz sob a forma humana, e desde então foi-lhe fácil conseguir sempre mel em abundância..." (idem, ibidem).

Escreveu von Martius: "De acordo com a idéia do índio, todos os seres da natureza e todas as manifestações dos elementos naturais existem para mutuamente se auxiliar ou

prejudicar. Cada qual tem que servir ao outro, e daí lhe advém a idéia de que natureza há um principio bom, salutar, e outro mau, pernicioso. Estes dois princípios ele vê representados por toda parte e os antropomorfisa. Povoa assim florestas e campos com serem inimigos os que lhe são nocivos e se torna visionário. Todas as forças hostis, tais como animais venenosos e feras, são para ele unicamente manifestações de princípios maus" (Martius,1939, pp. 204, 205).

A concepção animística para a vida das criaturas vegetais e animais é indissociável do pensamento popular. Superstições, crendices as mais diversas, carreiam para o conhecimento do povo observações que acabam por presidir às relações do homem com o mundo animal.

No continente, generalizada a postura de recorrência às superstições zoológicas. O osso do pênis do tigre, sob esse contexto, é apreciável amuleto que confere força, valor pessoal, aos que o portam consigo em saquitel pendurado ao pescoço, observou Félix Molina-Téllez na Argentina, onde também a pele da raposa exerce a influência negativa, pois enfraquece a pessoa que a possui.

No Brasil, e de modo particular no Ceará, os pássaros prenunciam tanto desgraça como alegria. Beija-flor ou borboleta preta entrando em casa significa infortúnio à vista, diferente, por exemplo, da esperança (inseto ortóptero) que vale por um aviso de muita euforia. Gato preto azara o lar; mulher grávida, se pisar escama de peixe, não se alivia da placenta; cupim em cumieira é morte do dono da casa; suor de cavalo dado a beber a alguém, de mistura com café, provoca loucura; "canto de anum traz morte"; "calango, que penetra em lar, dá boa notícia de dinheiro para o seu morador"; "sapo cururu atirado sobre a casa de vizinho desafeiçoado, proporciona-lhe ruína"; "pena de pica-pau ferreiro, na ocasião que trabalha para furar o pau, se apanhada por alguém, dá-lhe

felicidade" – anotou Guilherme Studart. (Cascudo, s.d. p. 298 e ss).

Mas em compensação acode por igual a influência zoológica protetora. É na verdade, pelo menos no Nordeste, copiosa a quantidade de ensinamentos zooterápicos passados de geração a geração, predominante pelos sertões.

A banha do teiú (tejuaçu), mais precisamente do (*tupinambis tequixim*), friccionada sobre costas e peitos dos reumáticos opera como terapia infalível: a carne do gato-mourisco (*felis jaguarundi*) cozida, ministrada aos asmáticos, dá bons resultados; o chamado chocalho (guizo) da cascavel (*crotalus terrificus*) tem poderes terapêuticos para aliviar as crises reumáticas; raspa (aparas) de dente de jacaré, aplicada na cavidade de cáries dentárias, alivia a nevralgia; a gordura (banha, como a denominam os sertanejos) é desinflamatório nas afecções de garganta ou problema nas glândulas do pescoço; a belida aliviam-na com aplicações sucessivas (sobre a vista enferma) da pele da moela da juriti; a extremidade da cauda do tatu-peba (*dasypus-sexcintus*), quando introduzida em ouvido dolorido, elimina o mal-estar; banha do cágado costumeiramente é aproveitada para eliminar as crises de reumatismo; para a mesma enfermidade nada melhor do que a carne da cascavel cozida em rodelas; do mesmo modo o caldo servido ao enfermo com os mesmos sintomas.

Tomar ferroada de formiga vermelha, ou abelha (também terapia usada na União Soviética), é providencial para debelar dor reumática localizada.

Há práticas inusitadas adotadas pelos enfermos e que não se restringem a habitantes dos sertões nordestinos. Uma destas é o ato de quem sofre de apostema em dedo, unheiro por exemplo, introduzi-lo no ânus de uma galinha, ou vagina de pessoa ou animal. Terapia absurda, mas ancestral.

Dentes, ferrões, peles, substâncias graxas, urina, fezes de animais, tudo isso tem considerável aplicação terapêutica universal. Um couro de boto (*stena tucuxi*), improvisado em cinturão e passado em torno do corpo de doente, é eficaz no tratamento de hérnia; dente de caranguejeira, conservado em saquitel e conduzido assim por uma criança, favorecer-lhe-á a dentição. Quem conduz consigo guizo de cascavel pode dizer-se a escapo de dores de ouvido; o galo-de-campina (*Paroaria gularis*, L.), aberto ao meio e posto dessa maneira sobre um dedo enfermo, alivia o padecimento etc. (Campos, 1967).

Em interessante notícia sobre escorpiões o prof. Otávio Magalhães, nos anos quarenta, registrou: "... encontra-se em grande número de habitações (em Minas Gerais), guardada na copa ou na cozinha, uma coisa que depois se verifica tratar-se de uma pedra confeccionada de chifres de veado. Se a pessoa que a descobre é curiosa e pergunta a dona da casa para que serve, ela responde que aquilo é remédio contra os escorpiões. Onde há chifres de veado, o inimigo não causa dano." (*Vamos Ler*, 23 de janeiro de 1941).

Para dar combate aos "malditos", tumores de mau aspecto – escrevi anteriormente – e que "produzem lesões fétidas geralmente deflagrados pelo *bacilus anthracis*, não poupando criaturas humanas e animais – mais identificados por carbúnculo, tinha-se terapia assentada em aplicações de meizinha obtida da pele dos sapos, descrita no jornal *O Sol*, editado em Fortaleza (CE), no século passado:

> "Apanha-se um sapo dos grandes (sendo em maio, melhor), tire-se a pele, guarde-se; e aparecendo sintoma de carbúnculos, corte-se de dita pele quanto cubra o tumor, e ponha-se de molho em vinagre forte até ficar bem flexível, e aplicam-se com atilho, de modo que não vá para outra parte. Conserva-se por 24 horas, umide-

> cendo-se com o mesmo vinagre em que esteve a pele do tumor, de molho. Passadas as 24 horas, aplica-se uma rodela do tamanho do tumor, de molho, e preparada da mesma forma" etc.

Deve-se admitir, conforme a explicação de estudiosos, que os sapos segregam um tipo de veneno elaborado de suas pústulas dorsais e glândulas parótidas, como informa dentre outros Félix Molina Téllez, repassando descrição de Jean Rostand. Tem-se aí, em ação terapêutica apreciável, a bufaguina e a bufotoxina. (Molina Téllez, 1947, p. 201).

Os sapos, conquanto se apresentem com aspecto repulsivo, sempre estiveram incluídos na zooterapia de interesse humano. Howard W. Haggard (1947, p. 41) registra o aproveitamento destes para o tratamento da hidropsia, processado através de beberagem obtida de sapos fervidos, iniciativa modernamente explicada pela quantidade de substânciá benéfica ministrada aos enfermos, a bufonina.

Alceu Maynard Araújo, estudando o comportamento de comunidade ribeirinha do Rio São Francisco (Piaçubuçu), comentou: "No mundo animal é que encontramos os causadores e portadores de enfermidades e males", dando as cobras por "inimigas irreconciliáveis do homem e criações.", destacando dentre essas a "jaracuçu traíra, preta e cinzenta, papa-ovo, salamentra, cobra de veado, surucuru, duas cabeças, papa-barata, jararaca do rabo branco, mata-boi, papagaio, mija-sangue, jericrá grande, cipó e de coqueiro; costela de vaca, talo de aninga e papavento " (Araújo, 1961, p. 172).

Temor e idiossincrasias a determinados bichos, no meio sertanejo, são reminiscências também de fundo religioso, algumas facilmente identificadas com o pensamento bíblico. Está dito no Levítico 11-2, que o Senhor dirigiu-se a Moisés e a Arão, lhes dizendo quais os animais que os deveriam alimentar. Desse modo, permitidos à refeição sadia os quadrúpedes

de “unhas fendidas” e cujo casco dividisse em dois, sendo ruminante, exceto, por exemplo, o camelo, “que rumina, mas não tem unhas fendidas”, declarado imundo (Lev. 11-4).

Na mesma ordem de exclusões o argarnaz, a lebre, o porco; permitidos à refeição humana os animais existentes nos rios e mares, com barbatanas e escamas. Excluídos, por abomináveis, o quebrantosso e a águia marinha, o milhano, o falcão, o corvo, a avestruz, a coruja, a gaivota, o gavião, o mocho, o corvo marinho, o abutre, a cegonha, a garça, a poupa e o morcego.

Interditado para refeição os insetos que voam tendo quatro pés e cujas pernas traseiras são maiores. Deglutíveis o gafanhoto devorador, a locusta, o grilo. Considerado imundo todo animal de “unhas fendidas, mas o casco não “dividido em dois, e que não rumine”; “todo animal quadrúpede, que anda nas plantas dos pés”, a doninha, o rato e o “lagarto segundo a sua espécie”; o “seco, o crocodilo da terra, a lagartixa, o lagarto da areia e o camaleão” (Lev. 11-3 a 11-30).

Abomináveis as cobras, pois estão sob esse aspecto englobadas em texto orientador do próprio Lev. (11,2) “Tudo que anda sobre o ventre e tudo o que anda sobre quatro pés, ou que tem muitos pés...” Aí firmemente condenado todo o “enxame de criaturas que se arrastam sobre a terra” (Lev. 11-44).

Na proximidade do assunto vale mencionar a figura de Sansão, homem tomado de paixões e vingativo. Tendo perdido a esposa filistéia para um de seus amigos, resolveu praticar inusitada vingança incendiando as searas dos filisteus. Ele e mais os amigos, sob idêntico propósito, juntaram 300 raposas presas umas às outras pelas caudas, às quais em engenhoso artifício ataram fachos acesos, soltando-as em seguida em meio às culturas dos desafeiçoados, onde se queimou tudo, vinhas e olivais (Davis, 1983, p. 539).

A mítica universal não dispensa a presença de animais em suas representações de crença. Thiasi, na mitologia germânica, é gigante em figura de águia; Fenria, outra divindade, um lobo gigante; Si Wang-mu, Rainha Mãe do Ocidente, na mítica chinesa, assume figura humana "com cauda de leopardo e dentes de tigre"; Inari, deusa japonesa do arroz, figura "um ancião de longa barba a cavalo numa raposa branca." Prestam-lhe todas as homenagens as gueizas, "fiéis do deus-raposa." Tartaruga, javali, peixe, são encarnações alinhadas na teogonia bramânica da divindade denominada Vixem, na mitologia indiana. Nesta, encontrável o deus-macaco Hamuruan. E mais, cobras, serpentes, todos estão integrando a vida de Garuda, que serve de "montaria" ao deus Vixenu. Nesse mito de Garuda as serpentes em dado momento tornam-se piedosas, ansiando por beber ambrosia, que só causa efeito miraculoso nos que se encantam em estado de purificação (Spaldin, 1973, p. 69 e ss). '

A zoolatria de mais presença no mundo antigo é a egípcia. Dela diz-se que "provocou o espanto dos gregos, as crueldades dos persas, os sarcasmos dos romanos e as zombarias indignadas dos Padres da Igreja, no albor do Cristianismo" (o.c. p. 271) Em todos lugares havia deuses encarnando "uma espécie protegida pelo tabu: bovinos, carneiro, cão, gato, macaco, leão, hipopótamo, crocodilo, serpentes, falcão etc." (idem, ibidem).

Retomando o tema da repulsa, aliás discutível, do homem do povo às cobras, veja-se por outro ângulo – como referido já em algumas passagens deste capítulo – a utilização dos répteis pelo sertanejo a proveito próprio. Não difíceis de encontrar os exemplos do uso de gordura (banha) de cobras venenosas e até a ingestão da carne destas em terapias sobremodo estimuladas, além das recorrências mágicas ao seus guizos etc. Não de todo incomum a utilização da cobra de

veado em substituição a felinos domesticados, para cumprir a tarefa exterminadora de ratos em casa e armazéns comerciais. A papa-ova alcança o mesmo uso, como o cancão ensinado a acabar com as baratas e grilos. Noutra seqüência de aproveitamento, vale nomear a marreca e o tetéu, criados em galinheiros, de asas aparadas, servem para alertar os seus donos da presença de visitantes indesejáveis.

O cancão ostenta outra qualidade: é capaz de lutar contra cobras, impedindo-se de entrar na casa onde o criam. Defensor ideal do lar, capta e toma para si as doenças que ameacem acometer os seus habitantes.

O guaxinim, passível de domesticação, se cuidado desde pequeno, funciona também como perseguidor implacável de ratazanas.

Outros animais nos orientam. Entremostram-se curiosos e bem aprendidos na maneira de aproveitar a própria moldura natural em que se inserem para defender-se dos imprevistos clímicos e simples alterações meteorológicas. Nesse caso, o admirável joão-de-barro, previdente em instalar sua vivenda estruturada engenhosamente de argamassa e detritos, com a abertura voltada para o poente, a intuitos de evitar que se lhe arremeta de ninho adentro a água da estação pluviosa.

Como o meio ambiente, principalmente sob a pressão dos verões prolongados, estirados e secos, importa para os elementos da fauna nordestina. Esses em muitas situações, entregam-se como que a "um sono estival, análogo à hibernação" – anotou um grande estudioso da fisiografia do Ceará; possibilitando "ao animal atravessar a estação que lhe não é favorável à existência pela d eficiência de umidade, com um gasto nulo ou quase nulo deste elemento. Entre os peixes, têm-se um exemplo notável nos caris ou cascudos que se enterram na lama quando as lagoas secam, e assim aguardam

as águas da estação futura. O mesmo se dá com os batráquios, como é vulgarmente sabido: com alguns répteis e com os insetos etc" (Pompeu Sobrinho, 1962, p. 199).

O povo sabe que em certos bichos há um quer que seja mais de "astúcia", "jeitinho" ou "inventiva", para escapar aos seus perseguidores, por exemplo. Nessas horas uma ou outra espécie usa de disfarces (mimetismo) para esconder-se e o caçador não lhe identificar o esconderijo escolhido. Assim ocorre com o camaleão que, coincidentemente com a época das chuvas na região, conserva-se verde, a cor vistosa, propiciadora de artifício salvador, pois trepado nas árvores clorofiladas intensamente consegue pôr-se fora da mira das armas. E pelos verões alongados, quando o sol guloso cresta a copa das árvores e desfolha as decíduas, de modo agudo nos meses de setembro a dezembro, outra ajuda providencial a esse esquisito (mas saboroso) réptil, desveste-se do verde vivo de antes, tomando indumento de coloração entre o amarelo queimado e o próprio escuro fusco.

Pássaros e *bichos do mato*, afiança a sabedoria popular, alertam-se a si e ao homem para as alterações do tempo, e nisso muitos vezes se condenam, denunciando o lugar em que estão. No primeiro exemplo são múltiplas as situações de formigas que mudam o ninho, baratas que voam do mato para o interior das residências etc., etc. Sob tal contexto notadamente os macacos (guaribas) que roncam prenunciando a quadra chuvosa. A esse aviso animal, juntam-se por certo outros vários com a mesma evidência, testemunhou Richard Burton: "...o ajuntamento de borboletas em lugares úmidos, o aumento dos concertos feitos pelos sapos, o chilrear dos cicadídeos, a mordidela das moscas mordedoras e o canto do sabiá..." (Burton, 1983, p. 368).

Peixes também roncam. Burton, à margem do rio São Francisco, observou a respeito: "O peixe chamado mandim

estava acordado e roncava como um peixe-cabra. Essa fome à tarde levou os barqueiros a concluírem que era sinal de chuva." (Burton.1983, III, p. 49).

Seguem o procedimento do mandim (adivinhando chuva?), que grunhe, o "cará bandeira (*Mesonata insignis*, Gunther)", espécie comedora de lama e considerado venenoso; e um loricarídeo, o cascudo, de carne apreciada e "muito comum dos rios do interior" (o.c., p. 76).

Pelos rios, açudes e lagos, no chamado Polígono das Secas, igualmente identificados como "roncadores" a curimatã e a pescada. Esta, em águas mais profundas, faz ruído bastante perceptível à superfície...

Desse modo, voando ou se "assanhando" – o que quer significar indocilidade, chiando ou tomando feição diversa da comum em sua espécie, toda qualidade de bicho, no entender do sertanejo, manda o seu recado, avisa ao homem como vai decorrer o tempo, se de boas chuvas, ou de muita secura e angústia, e fome.

Poeta do povo, de apelido Lobo Manso, versejando "contra os profetas e experiências da chuva" do Cariri, alinhou cópia esplêndida de "avisos" de indivíduos da fauna da região:

*De manhã canta o jacu*
*À tarde a rã rapa a cuia*
*O sapinho canta aleluia*
*Gargareja o cururu*
*Canta e apita o inambu*
*E o tempo abafado e quente*
*Geme o trovão no nascente*
*Nada disso faz chover*
*Depois de Deus não querer*
*Não há homem experiente*

*Nem o xexéu cantando*
*Nem cupim criando asa*
*Nem aranha fechar casa*
*Nem pau-darco florando*
*Nem todo padre rezando*
*Os que existem no mapa*
*Nem o Bom Jesus da Lapa*
*Nada disso faz chover*
*Depois de Deus não querer*
*Nem mesmo as preces do papa*

*Nem o imbuá trepado*
*Nem formiga se assanhando*
*Nem seriema cantando*
*Nem o peixe bem ovado*
*Nem buriti carregado*
*Nem reza de inocente*
*Nem dia frio e nem quente*
*Nada disso faz chover*
*Depois de Deus não querer*
*Nem dia de São Vicente*

*Nem dia de São José*
*Nem peitica assoviando*
*Nem sabiá gorjeando*
*Nada disso eu tenho fé*
*Regula é se Deus quiser*
*Nem os anuns enxurrando*
*Nem capuxu se mudando*
*Nada disso faz chover*
*Depois de Deus não querrer*
*Nem mesmo o carão cantando*

*Nem cantando o lagartão*
*Nem o besouro serrar pau*
*Nem gritando o bacurau*
*Nem voando o corujão*
*Nem besourinhos furar chão*
*Nem mata-pasto florando*
*Nem o caboré cantando*
*É bastante Deus querer*
*Nada empata de chover*
*Nem tanajura voando.*

(Macedo, 1984, pp. 111, 118, 119)

Vai além a participação da fauna nordestina na vida do homem. Animais, bichos como de comum referidos, estão sempre participando vivamente das atividades e pensamento do povo simples, sertanejo, que tem maneira própria de ver e encarar os fenômenos que não sabe explicar. Assim, comparecem às histórias, às abusões, e persistem nas afeições de vivência agrária, na nomeação de localidades, produtos de trabalho, apelidos etc. A propósito escreveu Mauro Mota: "A zoofilia é um sentimento comum. Vai de fio a pavio. Não se dilui no modernismo. Pelo contrário: aí expressa-se num imaginário às vezes audacioso. Vejam-se alguns casos nordestinos. Os bichos de Manuel Bandeira, alguns criados de meia – a andorinha, a cotovia, a aranha, os sapos, o boi..." (Mota, 1969, p. 20). Esses e outros coexistem com os que têm largo trânsito na literatura regional, como se vai deparar n'*A Bagaceira*, em cenário de pungente drama de pobreza e muito sol, da Paraíba, em que o autor atribui aos animais circundantes o dom de se comunicar com inteligência e voz. M. Cavalcante Proença, em introdução à obra, destaca desse contexto o grito do xexéu, as risadinhas das casacos-de-couro e a "risada da seriema (que) parecia um soluço." A matreirice animal

está mais uma vez flagrada: a casaco-de-couro compondo "o ninho com espinhos e gravetos" e o beija-flor nidificando nos pés de urtiga, para ludibriar o homem. É também sublinhada a preferência sensual das "piabas famintas, como as pirambebas do rio do Peixe", sabidas beliscadoras de "coxas pubescentes." (Almeida, o.c., 1988, p. XXXIV e 59).

Bicho nomeia livro de cordel; é jogo, o do bicho; nome de país, cidade, riacho, lagoa, fazenda... Pontos de arte de "rendas de bilros e almofada", em anotação de Mauro Mota, conforme as semelhanças chamadas "aranha, moscas, de rato, mão de onça, papagaio, olho de jandaia, olho de pombo, caracol; os padrões, ou de pinto, aranha na corrente, espinha de peixe, casca de cobra, dente de caranguejo..." (o.c., p. 25).

Os animais participam da vida das pessoas em todos os instantes, concorrendo para as alegrias da mesa com copiosas e saborosas guloseimas. Nada comparável, nesse caso, a uma paçoca de carne de veado, batida firme em pilão de madeira; a uns ovos mexidos de anum – simplesmente deliciosos; a avoantes assadas e flambadas em aguardente. A tanajura (içá), abundante às primeiras chuvas, torrada e com acompanhamento de farinha de mandioca é manjar difundido e apreciado. A propósito refere Sérgio Buarque de Holanda: "Ainda em outubro de 1717, quando percorreu a capitania em demando das minas, D. Pedro de Almeida e Portugal encontrou quem lhe oferecesse, sem hesitar, antes com o mais vivo empenho, 'humas poucas formigas', acompanhando meio macaco. O macaco, explicou-lhe o obsequioso hospedeiro, era a caça mais mimosa daqueles matos e as formigas, depois de convenientemente tostadas ao fogo, comparavam-se à melhor manteiga de Flandres" (Holanda, 1957, p. 66).

O tatu sabe a carne de galinha. Vai bem cozinhando antes até amolecer para um assado providencial. Mesmo o cassaco é reputado bom alimento, desde que se lhe dê

também competente fervura, para desodorizar-lhe o fartum do couro.

São pratos de primeira: jacu e veado. E foram antes disputados no Ceará, como boa alimentação, paca e cotia.

Por outra feição, a participação da fauna (como inspiradora) é indissociável dos folguedos, das alegrias nordestinas. Faz-se presente às manifestações de contentamento coletivo, por exemplo, quando forma o bumba-meu-boi e o Vaqueiro lembra a ema:

*Voa, voa,*
*Minha Ema,*
*Se tu queres avoar*
*A cabeça pra baixo*
*E as perninhas*
*pro ar!*

Momento em que acode o coro, jocoso, a proclamar:

*Olhe o pássaro que avoa*
*Peneruê (peneiro eu)*
*Lá no meu sertão*
*Peneruê*
*Todo pássaro avoa*
*Peneruê*
*Só a Ema não,*
*Peneruê!*

(Campos, 1960, pp. 35-36)

Não de raro, à arrecadação de espórtulas para festejar os santos de devoção popular, os foliões "batem tambor e vão entoando 'cantigas em louvor' do padroeiro, 'que nada têm de religiosas'," anotou José Carvalho:

*Meu Carão está chorando*
*Em cima do matupá*
*– Por que chora, meu Carão?*
*– Porque não acho uruá!*
*Uruá, uruá!*
*Peixinho do fundo,*
*Uruá!*

(Carvalho, 1973, p. 69)

No entendimento popular, os santos participam de pescarias e caçadas. Em Pitanga dos Palmares (Bahia), um rezador na "Dança de São Gonçalo" cantava:

*São Gonçalo foi pro mar (bis)*
*pescar seu peixe xeréu (bis)*
*vender por meia pataca (bis)*
*para comprar seu chapéu. (bis)*

(Araújo, 1986, p. 207)

Os brincantes do cucumbi – folguedo para homem – na Barra do Rio Grande (Bahia) lembra ainda Nélson Araújo, identificam o anjo Gabriel como caçador:

*Quem matou meu passarinho*
*foi um grande atirador*
*quem matou meu passarinho*
*foi um grande atirador*
*foi o anjo Gabriel*
*que o rosário mandou*
*foi o anjo Gabriel*
*que o rosário mandou.*

(o.c., p. 135)

Nas danças, principalmente, não faltam alusões zoomorfas. Em Alagoas – freqüente no passado –; na do "caranguejo", em que as moças empreendendo-a, volteavam a bater palmas, e, em dado instante, arregaçavam "um pouco o vestido para mostrar a pontinha do pé" (Brandão, 1957, p. 44).

O mesmo estudioso do folclore nordestino escreveu a respeito: "Variedade especial de rodas de passeiro ou de valsar são aquelas semelhantes ao 'Arara' das danças de parelha do salão, em que um cavalheiro fica sem a dama e ao grito de '*Arara*' toma a primeira que alcança, mudando-se todos os pares."

No *Papagaio* louro, a troca dos pares inicia-se no estribilho cantando:

*Papagaio louro,*
*Do bico dourado,*
*Quem tem sua dama dança*
*Quem não tem fica parado.*

(o.c., p. 47)

Em Acaraú, Ceará, a "dança da Aranha" teria sido "criada" – informa Nicodemos Araújo – por descendente dos *Tremembés*: "A função tem lugar em terreiro amplo. Inicialmente forma-se um circulo com gente de ambos os sexos e de qualquer idade, tendo ao centro o 'chefe' ou *Cantador de Aranha*, com uma sanfona ou viola" (...) "A dança consiste na rotação do círculo vivo (dos brincantes), em ritmo de baião", enquanto o "chefe" desfia o canto:

*O lê lê, rapazeada,*
*Serra o pau e apara o pó.*
*Esta Aranha não é minha:*
*É do Xico Mossoró.*

(Araújo, 1972, p. 218)

Por que Tremembés, como refere Nicodemus Araújo? É que o Acaraú se originou da Almofala, seu primeiro povoado pelo século XVIII, aldeia habitada inicialmente por aqueles indígenas (idem, ibidem, p. 37).

E por esse fato pode-se identificar a "Aranha" com as manifestações supersticiosas antigas, comuns aos primitivos habitantes não apenas da região.

O prof. Adaucto d'Alencar Fernandes reproduz uma "poesia selvagem" recolhida pelo general Dionísio Cerqueira e cantada por índias moças, que lembra a influência da aranha nos folguedos tribais.

*A aranha me mordeu,*
*A aranha me mordeu.*
*Longe, a aranha me mordeu.*
*No caminho de tua roça*
*eu andava atrás de um moço.*
*A aranha me mordeu.*

*Qua1 é o meu remédio, oh! moça?*
*Pele de gente, rapariga.*
*Me dê já o meu remédio*
*Senão eu morro e me vou.*
*A aranha me mordeu.*

(Fernandes, 1922, pp. 139-140)

A aranha – acuda-se a tempo – tem sortilégios mágicos. A sua teia não deve ser removida, principalmente se criada em canto de parede. Amalgamada com picumã é decisiva meizinha para golpe em mão ou em pé, no Nordeste.

Mas, retomemos o tema.

Alceu Maynard Araújo, ao assistir no bairro do Alecrim, no Asa Branca, "um jongo" – o bambelô –, viu o folclorista

Veríssimo de Melo, "exímio cantador de coco", participar do folguedo, cantando:

*Eh! quem de mim tem pena,*
*diga quem de mim tem dó,*
*levaram minha patativa,*
*deixaram meu curió.*

(Araújo, 1973, p. 75)

Um batráquio pouco receptível à convivência familiar, no Nordeste, surge festejando na "Dança do Sapo": Entra, entra, sapinho / Faça uma cortesia / Para o dono da casa / E pra sua família" (Pellegrini Filho, 1982, p. 82).

Luís da Câmara Cascudo no verbete *piranha*, do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, transcreve curiosa informação de A. Americano do Brasil (*Cancioneiro de Trovas do Brasil Central*, 273-274, São Paulo, 1925) sobre a *Dança da Piranha*, folguedo daquela região: "Compõe-se de homens, mulheres e até crianças que formam uma grande roda, saindo ao meio dela um dos dançantes, que executa passos variados, tempo em que os da roda girando à direita e à esquerda, cantam:"

*Chora, chora, piranha,*
*Torna a chorar, piranha,*
*Põe a mão na cabeça,*
*Piranha!*
*Põe a mão na cintura...*
*Dá um sapateadinho,*
*Mais um requebradinho,*
*Piranha!*
*Diz adeus ao povo, piranha,*
*Pega na mão de todos, piranha!*

> "A tal piranha faz o que lhe mandam, chorando, pondo a mão na cabeça etc. Por fim, conseguindo agarrar a mão de qualquer dos da roda, puxa-o para o meio do circulo, tomando-lhe o lugar. Assim se continua." (Cascudo, 1984, p. 621).

Até os quirópteros são lembrados pelo povo em seus momentos efusivos. Em Olinda, Pernambuco, conta Paulino de Andrade, em livro de memórias, o que era a animação do *Pastoril* e o *Presepense*, ali, com o "carnaval dos morcegos", à frente a popular figura de Cícero Manta cantando:

*O morcego bateu asas,*
*Mas não pôde "avoar".*
*– Quem não tem prazer na vida,*
*Não diverte o "carnavá".*

(Andrade, 1962, p. 81)

Mas é na paremiologia que a fauna inspira, a enriquecer a conversação do dia-a-dia, quando a propósito de tudo – da esperteza de vizinhos, armadilhas da existência, intenções, falhas humanas, mentiras etc. – está sempre presente a criatividade, o espírito observador e analista do sertanejo, ajustando sua opinião a julgamentos que vão do que é jocoso ao que é sério. Múltiplas e inteligentes, nessas ocasiões, as sentenças proferidas, não de raro algumas apreendidas ou adaptadas do folclore de outros lugares, mas umas e outras, daí por diante, cada vez mais adotadas na transmissão oral de didática sem convenções nem métodos.

Desse modo juízos como estes:

*"Cascavel quando não mata aleja";*
*"Desgraçado é o bicho que o outro engole';*

*"Formiga corta longe de casa";*
*"Cobra que não anda, não engole sapo";*
*"Em terreiro de galinha, barata não tem razão";*
*"Jabuti não pega ema ";*
*"Macaco velho não mete a mão em cumbuca";*
*"Quem anda pela cabeça dos outros é piolho;*
*"Quem foi mordido de cobra, tem medo de minhoca";*
*"Cachorro bom de tatu, morre de cobra"*

(Mota, 1982)

Não diferentes dessas saborosas comparações e avaliações populares, envolvendo o mundo animal a interesse de julgamentos humanos, as sentenças colhidas por Fontes Ibiapina:

> "Feio, que só ninho de jaburu"; "carrancudo que só rabo de tatu"; "xexéu e rola-bosta, cada um do outro gosta"; "em lagoa de piranhas, macaco bebe água de canudo"; "barata sabida não atravessa galinheiro"; "desconfiado que só cabeça de jabuti"; "onde não há onça, veado folga"; "quem gaba o toco é a coruja"; "urubu pelado não voa em bando"; "conselho de raposa, mata galinha"; "quem nasce para tatu, morre fuçando"; "uma gambá cheira outra"; "atravessado que só coração de peba" etc. (Ibiapina, 1982).

Repisando: universal sem dúvida a participação de animais na vida do homem, de todas as formas, e, inclusive, como suprimento de suas necessidades de provisão de boca. Adorados em algumas circunstâncias como a vaca na Índia, onde é considerada por todos a "mãe da vida". Conta Marvin Harris: "Em toda a Índia, pendem das paredes calendários estampando belas e ornadas jovens, com o corpo de grandes

vacas brancas. Vê-se o leite jorrar das tetas dessas deusas, meio mulher, meio-zebu" (Harris, 1978, p. 18).

O grande amor a outro animal está situado na Nova Guiné e Ilhas Malanésias do Sul. Para os seus habitantes os porcos são sagrados e devem ser sacrificados e comidos "em todas as ocasiões importantes, tais como casamento e funerais" (...) "E tão irresistível a avidez pela carne suína entre vivos e mortos, que, de tempos em tempos, organizam-se grandes festas e quase todos os porcos são devorados..." (o.c., p. 36).

São procedimentos de vinculação religiosa, como os que sempre existiram desde que o homem se deu conta da presença de seres animados. Por isso inusitado, mas característico dos séculos, a utilização de animais para o pagamento de pecados. Desse modo, fato testemunhado por Fernão Mendes Pinto, no século XVI, no Japão, em solenidade religiosa transcorrida no templo de Tinagoogoo, cuja vila ostentava balanças em profusão onde se pesavam as pessoas cumprindo votos os mais diversos. "E a coisa que dava por si era conforme ao pecado que tinha cometido." (...) "Os culpados na preguiça se pesavam a lenha, arroz, carvão, porcos e frutas." (...) "E o pecado da soberba se pagava a peixe seco, e a vassouras e bosta de boi..." (...) "O que pecou em falar muito em prejuízo do próximo, sem lhe pedir perdão, ofereceu por si na balança uma vaca, ou um porco, ou carneiro ou veado..." (Pinto, 1984, p. 482).

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA


ALMEIDA, José Américo de – *A Bagaceira*, romance, ilustrado, introdução de M. Cavalcante Proença, 2. ed. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1988, 126p.

ANDRADE, Paulino – *Filho de Gato...*, memórias, ilustrado, Pongetti, Rio de Janeiro, 1962, 230p.

ABREU, J. Capistrano de – *Capítulos de Hist. Col. (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, c. índice de nomes e assuntos, Edit. Universidade de Brasília, 5. ed. 1963, 404p.

ARAÚJO, Alceu Maynard – *Medicina Rústica*, Prêmio Brasiliana, Col. Brasiliana, vol. 300, Cia. Editora Nacional, S. Paulo,1961, 390p. Cultura Popular, Ed. Melhoramentos, S. Paulo,1973, 224p.

ARAÚJO, Nelson de – *Pequenos Mundos* (um panorama da cultura popular da Bahia), I, Univ. da Bahia, Fund. Casa J. Amado, ilustrado, Salvador, 1938, 360p.

ARAÚJO, Nicodemos – *Município de Acaraú* (Notas para sua História), intr., apresentação de F. José Ramos Ferreira Gomes, Departamento de Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 1960, 368p.

BRANDÃO, Théo – "Rodas de São João" in: *Boletim Alagoano de Folclore*, mês de junho, ano II, 1957, 62p.

BURTON, Richard – *Viagens aos Planaltos do Brasil* (Minas e os Mineiros), – trad. Américo Jacobina Lacombe, notas do autor e tradutor. Cia. Edit. Nac., 2. ed. Col. Bras., vol. 375, SP, 392p.

BUSCHIVELL, G.H.G. – Peru, 16º vol. da Coleção História Mundo, ilustrado, tradução de Gustavo Anjos Ferreira, Editorial Verbo, Lisboa, com índice ideográfico, 1972, 216p.

CAMPOS, Eduardo – *Medicina Popular do Nordeste*, 3. ed. ilustrado, prefácio de Luís da Câmara Cascudo;

posfácio de Fran Martins, Edições O CRUZEIRO, Rio, 1967, 148p.
– *Estudos de Folclore Cearense*, Imp. Universitária do Ceará, UFC, ilustrado, Fortaleza, 1960, 126p.
CARVALHO, José – *O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará*, c. introd., Eurico Valle, 2. ed. Imprensa Universitária, UFC, Fortaleza, 1973, 239p.
CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*, bibliografia, notas, Livraria Martins Editora, São Paulo; 1984, 504p.
COE, Michael D. – *Os Maias,* 11º vol. da Coleção História Mundi, ilustrado, c. índice ideográfico, tradução de Armando Luiz, Lisboa, 1971, 260p.
COLBACCHINI, P. Antônio; ALBISETTI, P. Cesar – *Os Boróros Orientais orarinogodógue do Planalto Oriental de Mato Grosso*, Col. Brasiliana, vol. 4, série 5, pref. de D. Francisco de Aquino Corrta, ilustrado, c. vocabulário da língua Bororó, c. índice alfabético, Cia. Editora Nacional, 1942, 454p.
DAVLS, John D. – *Dicionário da Bíblia*, tradução do Rev. j. C. Carvalho Braga, ilustrado, 9. ed. edição da Junta de Educação Religiosa e Publicações – JUERP, Rio de Janeiro, 1983, 660p.
FAGAN, Brian M. – *África Austral*, ilustrado 18º vol. da Coleção História Mundi, c. breve aditamento à edição portuguesa, trad. de Tomé Nordestina Santos Júnior, revisão literária da dra. Maria d'Aguiar Galhardo, Editorial Verbo, Lisboa, 1972, 236p.
FERNANDES, Adaucto d'Alencar – *O Índio do Brasil*, Estudo Histórico Etnográfico, Antropológico, C. nota alfabética explicativa, Tip. Comercial, Fortaleza, 1922, 270 p.
HARRIS, Marvin – *Vacas, Porcos, Guerra e Bruxas: os Enigmas da Cultura*, trad. de Irma Fioravanti, Edit. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro,1978, 224p.

HAGGARD, Howard W. – E*l Médico en La História*, ilustrado, Editorial Sudamérica, Buenos Aires, 1947, 446p.

HERÓDOTO – *História*, estudo crítico de Vitor de Azevedo, tradução de J. Brito Broca, Guia Universitário, Assis Brasil; Editora Tecnoprint Ltda. Rio de janeiro, 798p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de – *Caminhos e Fronteiras*, ilustrado, índice onomástico e de assunto, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1957, 336p.

IBIAPINA, Fontes – *Paremiologia Nordestina*, revista e aumentada, 2. ed. (s.e) (s.d), 1982, 258p.

KOSTER, Henry – *Viagens ao Nordeste do Brasil*, trad. e notas de Luís da Câmara Cascudo, ils. Cia. 'Edit. Nac., 1942, 596p.

MACEDO, Joaryvar – *O Talento Político de Alencar e outros Estudos*, IOCE, Fortaleza, 1984, 144p.

MARTIUS, Carlos Friedr. Phil. von – *Natureza, Doenças, Medicina, Remédios dos Índios Brasileiros*, Col. Brasiliana, vol, 154, trad., pref. e notas de Pirajá da Silva, ilust., Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939, 288p.

MOTA, Leonardo – *Adagiário Brasileiro*, c. explicação de Moacir e Orlando Mota, crono. de L. Mota, retrato do autor, esboço de prefácio de L. Mota. Universidade Federal do Ceará, josé Olympio Editora, Fortaleza, 1982, 434p.

MOLLINA – TÉLLEZ, Félix – *El Mito, La Leyenda y el Hombre*, ilustrado, Editorial Claridad, Buenos Aires, 1947, 304p.

MOTA, Mauro – *Os Bichos na fala da gente*, IJNPS, Ministério da Educação e Cultura, Recife, 1969, 236p.

MUSSOLIM, Gioconda – E*nsaios de Antropologia Indígena e Caiçara*, coordenação de Edgar Carone, prefácio de Antônio Cândido, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1980, 290p.

NERSESSIAN, Sirarpie der – *Os Armênios*, 3º vol. da Coleção Mundi, com índice ideográfico, Editorial Verbo, Lisboa, trad. de Vicente Martins,1973, 216p.

PELLEGRIM, FIL.HO, – *Antologia de Folclore Brasileiro*, c. prefácio de Luís da Câmara Cascudo, ilustrações do autor, Universidade Federal da Paraíba, S. Paulo, 1982, 388p.

PINTO, Fernão Dias – *Peregrinação*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa,1984, 788p.

POMPEU SOBRINHO, Th. – *Esboço Fisiográfico do Ceará*, pref. de A. J. de Souza Carneiro, intr., ilustrado, 3ª ed. Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962, 224p.

## Outras Fontes

*Suma Etnológica Brasileira* – I, Coordenação Berta G. Ribeiro, Editora Vozes Finesp, Petrópolis, 1986.

*Vamos Ler*, revista, Rio de Janeiro, 23.01.1941.

CAPÍTULO IV

## A ATIVIDADE PESQUEIRA, OS HABITANTES DAS AGUAS E O FANTÁSTICO DO MUNDO AQÜÍFERO

**Os estudiosos** que perscrutaram o passado do homem, geralmente atribuem maior importância às atividades venatórias, votando à pesca uma atenção simplesmente circunstancial e, às vezes, pouco esclarecedora da captura de peixes e seu aproveitamento na dieta da sociedade em formação.

Mas, na verdade, os magdaleanos já a exerciam, afeitos que eram à "apreensão de peixes através de artefatos próprios, como linhas e anzóis, e utilização de arpões de pontas destacáveis" esclarece Gordon Childe (Childe, 1981, p. 71).

Nas Américas, vale considerar: os maias, no chamado Formativo Primitivo de sua evolução, 1000 a 860 a.C. "exploraram eficazmente a proximidade das águas salobras, ricas em peixes, praticando a pesca das ostras, dos mangaios e do mexilhão do lodo, apanhando caranguejos e tartarugas, e perseguindo os iguanas pela sua saborosa carne e pelos ovos. Nas lagoas e nos rios próximos pescavam o solho, o robalo, o pargo e a lampréia" (Coe, 1971, pp. 44-45).

No Peru, os Primeiros Agricultores (2000 a.C.) "apanhavam o peixe com simples anzóis feitos de conchas e ossos, e com redes que tinham cabaças como flutuadores, e,

como pesos para as fazer mergulhar, seixos com um buraco no meio." (Bushnell, 1972, p. 36).

A utilização de ictiotóxicos, como os colonizadores vão deparar na prática da captura de peixe entre os aborígines do Brasil, ocorria com os maias, em Iucatão, no Pós-Clássico (aproximadamente de 1.500 a 1.200 a.C.), que lançavam entorpecentes na água e apanhavam o peixe à mão, à medida que aparecia a flutuar. "Fora de dúvida: o peixe era nitidamente importante fonte de alimentação na economia dos habitantes do alto Amazonas, por volta dos 3.000 a.C." (Lathrap, 1975, p. 94).

O frade Andié Thevet, em 1555, durante a permanência no país, fez curiosas observações sobre a fauna ictiológica do "rio Guanabara" e sobre o modo como os índios se desempenhavam no exercício da pesca, narrando então como "fleicheiam o peixe" e puxam por "corda de algodão ou de casca de árvore." (Thevet, 1944, p. 169).

Há superstições também evidentes aí – do cação, que os índios não lhe provavam a carne; do mesmo modo, da tartaruga, pois sendo animal vagaroso, quem a comesse poderia tornar-se apático, pouco disposto às atividades normais (o.c., p. 70).

Mencionada por Fernão Cardim a captura do peixe-boi, do bigjuipirá (beijupirá), olho de boi, camurupig (camurupim), pirambá, baleia, espadarte, tartaruga, tubarão, peixe voador, tuninha, linguados e salmonetes, além dos de peçonha. De algumas espécies, como do peixe-boi, aproveitavam-se as formações ósseas da cabeça, "duas pedras de bom tamanho, alvas e pesadas", que, tomadas com vinho, serviam para atenuar a "dor de pedra" presumível obstrução dos rins. Com a tromba do espadarte, à feição de espada, os americanos iam à caça das baleias. Na vida tribal, usavam-na com a estranha finalidade de açoitar os filhos, ou a lhes meter medo (Cardim, 1939, p. 70 e ss).

Em capítulo especial sobre a pesca, Luís da Câmara Cascudo, no livro *Civilização e Cultura*, descreve os "utensílios haliêuticos", dando-os por assemelhados no mundo inteiro. Enumera-os aí: "Redes pequeninas, puçás, jereré, mangote (diminutivo de transmalho), que é rede para camarões", e mais: caçoeira, tarrafa, puçá de arrasto, landuá, covo, jiqui etc. (Cascudo, 1983, p. 316).

Os índios pescavam em terra firme, ou embarcados, e, nesse caso no Nordeste, por exemplo, utilizando toscas embarcações, as jangadas. Em cursos d'água, principalmente em empoçados e lagoas, exercitavam a pesca com ictiotóxicos, prática depredadora repassada aos sertanejos.

Em rigor, o colonizador português a seu turno não ignorava a pesca com ictiotóxicos. Em Portugal, o entroviscamento de peixes chegava a ser exercitado com privilégios reais, estimuladores dessa condenável ação, pois se animavam as pessoas a que "povoassem terras hermas "através de forais, como se vê no Conselho Trás-os-Montes, aí acrescentado: "quando o rico-homem for no rio fazer troviscata, que eles lhe dem (dêem) huma merenda porretas (guisado de alhos porros, segundo o *Dicionário Morais*) com vinagre, sem mais outro foro" (Vasconcellos, 1982, p. 378).

Pelo ano de 1591, fazendo frente à ação devastante contra a fauna ictiológica fluvial, conta Sérgio Buarque de Holanda: "Os camaristas de São Paulo tentaram impedir a destruição inútil de peixes", proibindo que no "curso do Tamanduateí se fizesse pescarias com tingui", acordado em sessão daquele ano o pregão em altas vozes "para que se não desse tingui para o conselho e para o acusador..." (Holanda, 1957, p. 82).

No Ceará, ao longo do século passado, as Câmaras municipais impunham-se sobremodo vigilantes na tentativa, nem sempre bem-sucedida, de obstar os tinguijamentos. Desse modo na

vila de Canindé, em 1848 (Res. 474), proibindo o lançamento de tingui nas lagoas; em Cascavel, da mesma forma, e em rios (1849, Res. 502); "no Riacho do Sangue, excetuados os açudes bem cercados" (1851, Res. 546); na vila da Barra do Acaracú, em "lagoas e poços dágua" (1852, Res. 580), onde se ajuntava proibida a pesca "de linha nos meses de outubro até março entre uma e outra carreira de currais de pesca".

No Crato (1854, Res. 640), na vila de Santa Cruz (1854, Res. 643); e, em Santa Quitéria (1860, Res. 959); na vila da Imperatriz (1869, Res. 1.309) etc. e mais perto de nós, em 1890, em Missão Velha (Decreto 113, de 15 de dezembro do mesmo ano), mantidas idênticas restrições.

Há peculiaridades interessantes no corpo de posturas provinciais interioranas do Ceará. O *pary*, armadilha utilizada na captura de peixes, proibiam-na as autoridades em Granja (CE), e só permitida "nas partes não distem mais de um quarto de légua d'água salgada" (1846, Res. 373); na vila de Baturité, em 1855 (Res. 744) interditava-se aos moradores as tapagens "que proíbem a livre passagem dos peixes..."; na vila de Jardim, os moradores em 1866 (Res. 1.199) não deveriam fazer "pescarias, cortunes e tudo que contribuísse para toldar as águas de servidão pública..." Em Aracati (... 1871) era defeso a "pescaria de rede de arrasto, curral (de pesca) ou outra qualquer armadilha, a começar da boca da barra. .." (Res. 1.391); no município de União, em 1870, "proibido pescar-se no rio Jaguaribe" (Decreto nº 14); em Boa Viagem as pescarias obedeciam a regime especial de disciplina, consentidas "nas terças, quintas e sextas-feiras, e o pescador 'só podia pescar uma vez por dia'." (Res. 1.531) etc.

De certo modo não será temerário afirmar que a população – pelo menos em Fortaleza (CE) – tinha muita dificuldade para satisfazer a dieta diária, problema que não parecia contornado pelo abate de gado vacum, por esse produto ficar

acima do poder de compra da maioria, ou por serem mais generosos, e possivelmente mais fáceis, os produtos do mar.

João Brígido anotou: "as pescarias e consumo de peixe, tudo estava regulado de modo vexatório." Os jangadeiros – contei antes em *Fortaleza Provincial: urbana e rural*, seguindo opinião do fundador de *Unitário* – eram compelidos pelas postura de 26 de outubro de 1811 a "ir ao mar em horas apropriadas. Se não o fizessem, a Câmara punia-os com até trinta dias de prisão" (Campos, 1988, p. 38).

Indiscutível estar no litoral, na extensa costa brasileira, a grande estocagem ictiológica supridora da dieta comum do povo. Descrevendo-a, no que nos toca, Eurico Santos (Santos, 1977, pp. 26 e 55) nomeia quantas espécies são encontradas a partir do que denominou de "costa atlântica da região norte do Brasil", onde se depara o robalo, a pescada amarela, a tainha, a curimã, o serra, o xaréu, a enxova, a pirapema, o mero, paru, a piramutaba, "que é a defesa do pobre", o bagre, o bacu, a pescada branca etc. além de camarões, caranguejos e siris.

A estocagem ictiológica do "nordeste oriental, capturada pelo 'puçá de murada, para camarão; puçá de arrasto, rede de cauda, candomblé' e 'arrastão de praia', reproduz-se na 'costa atlântica do nordeste ocidental'" (o.c., pp 30, 31), que começa, de norte para sul, com Maranhão e Piauí, e prossegue com o Ceará, passando pelo Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, até Alagoas.

Nessa área o autor dá notícia de "aparelhos fixos" aproveitados para a pesca de mar, representados pelos "currais de peixe", que, no tocante ao Ceará, têm uma considerável tradição vivida nas posturas camerárias do século passado, disciplinando-lhes o uso.

Florival Seraine, ao pesquisar e estudar os currais-de-pesca de Paracuru (CE), repetindo informações pertinentes

tomadas a Alfredo da Matta, Otto Schubert e Oscar Gonçalves, anotou estarem registrados em 1944, no Nordeste, os seguintes currais: "Ponta de Pedras (alguns), Maria Farinha (cerca de dez) na Praia da Piedade, no Estado de Pernambuco; e praia de Tambaú, perto de João Pessoa, na Paraíba (cerca de cinco). Entretanto, há referência ainda a currais no chamado Canal Grande, perto do Trapiche da Barra, na Lagoa do Norte, em Alagoas." (in: "Boletim de Antropologia", UFC, ano 2, V. 1, 1958, p. 29).

No aludido trabalho o professor Seraine inventariou os peixes que se deixam aprisionar nos currais-de-pesca de Paracuru: "Camoropim, xaréu, camorim, garajuba (preta e amarela), enchova, pampo, carapeba, salema, sargo, graximbora (aracimbora). Aparecem, no entanto, muitos outros, a saber: tamatarana, pirambu, carapiau, sabirré, biquara, ariacó, curimã, pirocaia, cumbuba, caraúna, parum (paru), parum dourado, ubarana, carapeba branca ou carapitinga e carapeba-de-lixa, coró (amarelo e branco), garabebéu, frade, olho-de-boi, sardinha, arraia, serra, vermelha, pelada ou saia-rota, pacamon, agulha-de-vela, sabão, arenque, mercador, barbado, galo, baicu (com a variedade baiacu-caixão, áspero, de consistência dura), batata (batato, na dicção popular), gulosa (golosa, na fala dos pescadores), palombeta (pelombeta, na pronúncia dos praieiros), solha, cangulo." (oc., pp. 30,31).

Profusa cópia de peixes. Abundantes os de outras espécies pelos cursos d'água, como no Rio São Francisco, que, a começo do século passado, continuavam a despertar a atenção de viajantes ilustres. Spix e Martius dão notícias aí do "pacu, surubim, dourado, congo ou cascudo, madrinha, pirãtamanduá, piranha ordinária e rondadeira, acari, mandi, mandi-pintado, grumatã (curimatã), gorubina, piau, pocomo, traíra, bagre e sarapó."(Spix-Martius, 1981, p.97)

Pelos sertões do Nordeste, onde os rios são intermitentes, nem mesmo no Jaguaribe, de longo curso, existem pacum, surubim, dourado, por exemplo, mas naturais nessa precária fauna fluvial a traíra, o muçu, a curimatã, o cará, o piau – e destes os azuis, encontráveis inusitadamente no Rio Grande do Norte; e assim por diante: – população ictiológica que gera o que se pode considerar a dinâmica cultural da pesca com implicações diretas no comportamento social das comunidades interioranas.

A ictiofauna dos sertões está nomeada nos versos de Ignácio da Catingueira:

*Os peixes de minha terra,*
*São piau e cangati,*
*Curimatã e traíra,*
*Piranha e Jundiaí,*
*Branquinha, cará, piaba,*
*Bico de pato e mandi,*
*Uiú ou cabeça seca,*
*Tamboatá e cari...*
*Eu tanto pesco de anzol,*
*Como mato de tingui,*
*O que escapa da tarrafa,*
*Cai dentro do meu jequi.*

(Lamartine, 1980, p. 141)

Abundante a fauna ictiológica da costa nordestina. "Peixes de alto mar; peixes de água funda; peixes das pedras, que não sendo os mais saborosos, são entretanto os mais bonitos e os mais cheios de cores vivas", conta Gilberto Freyre. Estes, acrescenta, "tão bonitos que não se compreende que não sejam também os de melhor sabor: o aguiuba vermelho; o pirauma, também vermelho; o tucano e o budião, azues. Mas não são. E

é a gente mais pobre que fica com esses peixes mais bonitos para seu almoço e para sua ceia com farinha de mandioca e molho de pimenta." (Freyre,1937, p. 57).

O peixe no Nordeste entra na vida da família. Variado o seu aproveitamento no exercício curativo de enfermidades, de que decorrem receitas, ou orientações bastante curiosas como a que recomenda alguém que sofre de asma cuspir na boca de um cará recém-pescado, e o devolver à água, após fisgado. Mulheres que dão à luz só devem se alimentar de peixes não "carregados", isto é, daqueles sem humores nocivos ao organismo, como traíra e piau, – anotou Alceu Maynard Araújo. Há mais: óleo de peixe elétrico faz passar a dor de cabeça; o cavalo-marinho (hipocampus), torrado e moído, dado a tomar a asmáticos, produz efeitos terapêuticos. (Araújo, 1969, 183 e ss). Do guaiá (caranguejo grande) que vive no mar – consignou Paulino Nogueira – "o povo obtém excelente remédio para o fluxo das mulheres'." O dente do pitu, camarão encontrável em rios e cursos d'água serranos, costuma ser atado "ao pescoço das crianças como remédio para a dentição." (Nogueira, in: *Revista do Instituto do Ceará*, 1887, p. 379).

Sebastião Almeida Oliveira (Oliveira, 1940, p. 240) inventariou: Peixe "engolido vivo ensina a nadar", e nenhum "resultado se consegue em pesquisa feita por ocasião de trovoada; os peixes abrigam-se em seus ninhos nesse momento."

Os habitantes, ribeirinhos do São Francisco alimentam curiosas abusões, qual o da traíra (*hoplias malabarius*, Bloch) transformar-se em serpente, crendice originada presume-se de seus antepassados, pois é comum ainda hoje aos índios do Xingu a superstição de que os peixes são "sobrenaturais", impressionando-lhes vivamente a imaginação. (Rosado -Silva, 1973, p. 250, citado por Fenelon Costa, in: *Suma Etnológica Brasileira*, 3, 1986, pp. 250, 251).

Pelas margens do rio São Francisco, Louis Jacques Brunet, 1858, tomou conhecimento da existência de um espécime ictiológico, o "peixe-de-chuva". No dizer dos habitantes das margens do rio, o peixe não foi jamais capturado ali, nem nos seus grandes afluentes, e aparece apenas nos alagadiços temporários formados pelas chuvas nas depressões e planícies. Esse pequeno peixe "teria cerca de um decímetro de comprimento, a forma da piranha e seria marcado de bandas negras" (Rosado Silva, 1973, p. 251).

Os mehináku possuem e acionam curioso aparelho zunidor, o "Matapú", refere Maria Heloisa, que os estudou; e o consideram peixe, de tal modo representado nele. É mais provável que não tenha correspondente algum – acrescenta – "na fauna ictiológica da região (alto Xingu), sendo distinto (o instrumento) de peixes particulares e antes representativos de todos eles" (o.c., p. 256).

As lendas, ou mais propriamente os contos míticos, acompanham de perto o pescador, de regras especiais para contactar os rios. Remeiro do rio São Francisco, antes de beber água tomada à correnteza, atira-lhe um pedaço de pau para ver se as águas estão em movimento. Se o pau estacionar, não havendo correnteza, é sinal de que o "rio dorme." Nessa circunstância não se lhe pode acordar, pois de pronto acodem os castigos da "Mãe d'água".

No fundo do rio, por esse momento "os peixes se deitam e a 'Mãe d'água' vem para fora pentear os cabelos nas canoas, as cobras perdem o veneno, e os que morreram afogados saem do fundo do rio, rumo às estrelas" (*Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro*, s.d., 2ª edição, p. 215).

O mar, na costa nordestina, confere especial contribuição ao que se denominar de ictiofauna da impostura. São relatos de peixes misteriosos, desconhecidos, que se deixam entrever nas noites de luar, ou que, mortos, acabam por vir

encalhar na orla marítima, ou ainda, em situações mais raras, fisgados acidentalmente.

Nada a admirar a narração desses acontecimentos, que provocam romarias ao local em que tais criaturas se acham: e não tardam notícias em jornais, a conversa pelos povoados e praias, a exagero elástico dos contadores de prosa.

O europeu – acode a dizer Luís da Câmara Cascudo "transferiu para os peixes brasileiros as lendas e os pavores locais, ampliando-os na relatividade da paisagem tropical" (Cascudo, 1984, p. 606).

Persevera no Nordeste ainda hoje um quer que seja de adesão às idéias de ancestralidade indefinida, mas que submete o homem do povo à aceitação de manifestações inexplicáveis.

Em março de 1962, à praia "Rancho-do-Peixe", de Acaraú (CE), foi ter um "peixe descomunal": de cor vermelha, sem escamas, media 45 palmos de comprimento por metro e meio de largura, e dentadura somente na maxila inferior. Só um dente do "monstro", incompleto, pesou 75 gramas (Araújo, 1972, p. 175).

Às vezes um golfinho pode tomar tamanho incomum na linguagem de pescadores. Nas praias de Trairi (CE), recenseou D. Antônio de Almeida Lustosa: para darem idéia do tamanho do colosso marinho" que encalhara no lugar, os pescadores "diziam que dois homens, montados a cavalo e colocados um de cada lado do golfinho, não se viam um ao outro" (Lustosa,1952, p. 64).

O mar concorre também com seu fascínio, motivando estórias. É por ele que anda o hipocampo, e, cavalgando-o, a Janaína:

> "Mesmo no fundão do mar, Janaina fingiu que tinha cansado para ver se os peixes eram seus

> amigos" – narra Souza Carneiro –"Todos se ofereceram para tanger a 'Mãe d'água' no lombo até a casa dela. A baleia, o tubarão, o boto, e ela foi recusando com muita tristeza deles. Por fim, ela cantou quando viu o último":
>
> *Cavalinho, meu cavalinho,*
> *Senhor das areias do mar,*
> *Prepare o seu cangotinho*
> *Para Janaina voltar.*
>
> "O Cavalo-Marinho enfreiou-se todo e ela montou nele, que partiu num carreirão *desempedido...*"

E assim, por diante, o "Cavalinho do Mar passou a ser encantado" (Carneiro, 1937, p. 323).

Não há pescador pelo Nordeste que não tenha uma história (ou estória) sobre o "cavalinho". Principalmente quando se reúne em prosa descontraída para passar o tempo, instante em que pontuando relembranças de um e de outro, apelidos, maneiras-de-dizer, venturas e desventuras, abusões e o mais, valorizam o vocabulário popular, ao qual não faltam sentenças, provérbios, de profuso adagiário que dá pouca atenção à presença dos tempos modernos.

Aprende-se então, observou Mariza Lira, que "espetadela de peixe, quando se o está limpando, é perigoso e só se evita o perigo, furando o olho do peixe e passando a gosma no lugar''; do mesmo modo: "mulher grávida, se comer peixe, gerará molas, salvo se beber água após, para separar" (o.c., p. 277).

À feição do que são e fazem as criaturas do mar, ou dos rios, formam-se idéias geralmente depreciativas quanto às pessoas. Assim, baiacu representa criatura bastante gorda; boca de arraia, apelido aplicável a quem possui boca grande;

peixe podre, é ente desprezável (idem, ibidem); E mais: olho-de-peixe-morto traduz o aspecto de indivíduo indolente; bucho de piaba, passa a ser quem não guarda segredo; boca-de-aruá nomeia pessoa de lábios curvos; arraia-miúda, gente sem a menor importância; piranha, mulher atirada, de mau gênio, ou muito animada para os prazeres sexuais etc. (Mota, 1969).

Leonardo Mota recolheu para o seu "Adagiário Brasileiro" curiosas sentenças com trânsito ainda hoje por todo o país: "Cada qual puxa brasa para sua sardinha; caranguejo não criou pescoço pra não ser enforcado; peixe esperto come peixe pequeno; anzol sem isca, peixe não belisca; quando o mar briga com a praia, quem apanha é o caranguejo; peixe podre, sal não cura; pela boca morre o peixe; camboatá é que suja a água; o que cria, cair na rede é peixe; pai fazendeiro, filho doutor, neto pescador, etc. (Mota, 1982).

Gonçalves Fernandes, entendido no folclore do Nordeste, notadamente de Pernambuco, inventariou uma série de proibições do "faz-mal", nas quais vislumbrou "documentário de mais interesse mesmo ao psicanalista propriamente que ao etnólogo", é, desse modo nos tabus que influenciam o povo "a previsão de atos simpáticos ou que se poderiam transformar em instrumento de inclinações inconscientes a que se fariam objeções e censura." Debaixo desse conceito, anote o leitor alguns dos "faz-mal" do folclore nordestino, no que nos interessa por esta parte: "assobiar de noite chama cobra"; "comer peixe misturado com carne – crescem as orelhas"; "matar *lavandeira* – porque esse pássaro lava a roupa de Nossa Senhora"; "matar urubu – dá lilíu"; "matar grilo porque grilo traz dinheiro"; "matar sapo cururu sem ser duma pancada só"; "espanar teia de aranha – espanta tristeza"; "sapo cururu debaixo da cama – é agouro" (Maior-Valente,1988, p. 93).

Extensa e curiosa a paremiologia, ou simples maneiras de dizer do povo, apropriando mais lições referenciadas pela atitude de pessoas e animais: como "siri debaixo da lata" (a referir pessoa barulhenta); "chuva de matar sapo afogado" (para explicar aguaceiro despropositado); "língua de peba" (qual bainha de faca); "cágado de botas" (depreciando pessoas baixotas, calçadas desajeitadamente) etc. (Cabral, Costa, Mota e Santiago, apud Souto Maior, 1988). E mais: "afogar o bagre" (alusão a coito); "camarão que dorme é levado pelo rio"; "em terra onde não há carne, espinha de peixe é lombo"; "jacaré é pra quem é e não pra quem quer"; "Quem tem medo de jacaré, tira o covo fora d'água"; "liso que só muçu"; "cada dia, o peixe amarga o caldo" etc. (Souto Maior,1988).

Continuando: as águas do mar dão produção e ofertam ao homem determinadas "safras" que se verificam, como refere Câmara Cascudo, "por ocasião da passagem dos cardumes, tainha, albacoras, voadores, agulhas..." Por esses dias "das piracemas" o mar adquire dos pescadores batismo especial: "água do voador", "água das albacoras", "água das tainhas", "água das agulhas"... (Cascudo, 1957, p. 47).

O mar possui outros inquilinos. Além de "caranguejos, lagostas, lagartas, algas, estrelas, planctons, cetáceos, formas elegantes e monstruosas", como em linguagem pintoresca alinha Hélio Galvão; pássaros. Sim, pássaros que "moram lá mesmo" – escreve – "em companhia dos peixes. Pássaros que vão lá todos dias, como pescadores, mas voltam todos os dias como eles" (Galvão, o.c., p. 70).

Conversando com os pescadores, Hélio Galvão quis saber se "esses pássaros pousam nas embarcações, na ponta dos mastros, que é o ponto mais alto..." Responderam-lhe negativamente. De todos, só a gaivota, "menos arisca." O "guarapirá se aproxima em atitude de luta, tentando arrancar o peixe do anzol..." (o.c., p. 71).

Pois bem, se o poeta é um sonhador, e povoa o mar com pássaros, não se pode negar o direito de cada um ver as coisas sob a dimensão de seu sentimento. Por isso, nada de estranho imaginar alguns, em Portugal, indo ao mar não para pescar, mas para "caçar":

*Fui ao mar,* cacei um peixe,
*Cacei Santa Margarida;*
*Ó Santa da minha alma,*
*Que estavas no mar metida!*

*Se, fores ao mar* caçar,
*Leva redinhas de linho,*
*Hás-de-me cair nos braços,*
*Hás-de-ser o meu peixinho.*

(Vasconcellos, 1982, V. 5, p. 277)

Francisco de Barros Júnior, tantas vezes mencionado, escreveu: "A pescaria, ou antes, a *caça* de traíras praticada no inverno, é muito interessante. Faz-se sem anzol ou rede, apanhando-se o peixe com a mão..." (...) "Enfia-se o braço tateando de baixo para cima, com a mão espalmada na mesma direção (da traíra). Quando lhe tocamos o ventre, vamos docemente ajeitando os dedos de forma a poder segurá-la logo abaixo da cabeça..." (Barros Júnior, 1ª série, s.d., p. 48).

O pescador, em particular o dos sertões, observa procedimentos também especiais para capturar peixes, a começar da posição que elege a se dispor pescar de vara '(linha e anzol), ocupando sítio em que a sua própria sombra não se projete nágua. Está convencido de que os peixes não apenas enxergam muito bem, mas igualmente percebem qualquer ruído.

Nunca leu, por exemplo, os estudos do prof. Henri Piéron, nem imagina que exista uma psicologia zoológica. No

entanto o hábito de pescar lhe ensinou que os peixes têm bastante sensibilidade e às vezes, como vimos antes no caso da traíra, rendem-se a agrados bem localizados... Aquele professor francês esclarece a propósito: "As conclusões negativas de numerosos autores (à sensibilidade dos peixes) não justificam a sua ausência, pois provável dever-se a falta de reação ao fato dos estímulos não interessarem ao seu comportamento, e não que sejam (eles) sensorialmente ineficazes." (Piéron, 1951, p. 57.

Sabe o sertanejo, que pesca de anzol, os cuidados a observar. Entende que para apanhar traíra, por exemplo, a isca deve ser de carne sangrenta, e, na falta dessa, trapo de pano vermelho. O piau tem suas esquisitices em matéria de olfato: não obstante ser frugívero, aprecia sobremodo iscas de toucinho e coração de boi...

Conquanto a maioria das pessoas imagine que ruídos perturbam de modo generalizado os peixes, as traíras até que gostam de ser molestadas, o que se faz, a esse título, malhando a água pelo menos três vezes com a vara de pescar... A tanto, não de raro, irritado, o peixe abocanha a isca.

Já noutra modalidade de pescaria, de "batição" em "tapagens", que significa aproveitar a população que ficou nos empoçados, o que funciona mesmo é o atordoamento do peixe pelo ruído desordenado dos que malham as águas paz' a fazer subir à tona o que restou entocado, na defensiva.

Fáceis, vão sendo capturados os últimos sobreviventes: piau, cangati, traíra, muçum, cará, mandi, cascudo e até pitu, descido de alguma serra. O procedimento lembra a pescaria dos índios, quando empreendiam o tinguijamento das águas.

O trivial, o pequeno, pode parecer grande nas histórias de peixes ou "bichos" que aparecem em rios e mar. A memória dos viajantes está cheia de saborosos exageros que assina-

lam alguns caprichos (melhor, fraquezas) da inventiva do homem.

Depois de referir, citando Plínio Livro IX, 12), onde está afiançada a existência "nas costas das dias e nas ilhas do Mar Vermelho" de tartarugas, cujos cascos davam para "cobrir uma casa habitável", nada fica a dever o que escreveu Jean Léry sobre o quelônio que ele e seus companheiros de viagem consumiram a bordo: "Era tão grande, tão grande mesmo, que forneceu copioso jantar para oitenta" comensais (Thevet, 1961, p. 66).

Estivesse presente o arguto observador, que foi D. Frei Cristóvão de Lisboa, teria também ajuntado algumas revelações inusitadas. O inteligente evangelizador esteve entre nós no Maranhão, em 1625. Se não exagera em tudo que narra, confirma as más-artes do baiacu, por exemplo. É ver para crer: "Baiacu é um peixe de palmo de comprimento e muito perigoso de comer para quem não o sabe com certeza e para quem o não conhece: quem o quizer comer há de meter a pele fora e tripas, e fel, e lavá-lo muito bem; eu vi um francês em uma aldeia comer de um com a pele e veio doido e cego dois ou três dias, e foi necessário amarrá-lo; e quem comer o fel misturado com alguma coisa há de morrer logo, e como está em terra incha a barriga como sapo; ele é de cor parda e verde e a pele é muito áspera e é pintado." (Lisboa, 1985, p. 15).

Mas nem tudo é tão mal como se pensa. O Baiacu, atualmente é peixe aproveitado em atividade pesqueira, empresarial, no Espírito Santo. E a piranha, apesar de execrada por todos pela sua incontida voracidade, é prato apetecente à gula.

E se dizer que Theodore Roosevelt a malquistou com imoderada ênfase, dando-a de "focinho curto, olhos malignos, sempre atentos e mandíbulas cruelmente armadas, a bater" (...), "a fisionomia de" (...) "ferocidade demoníaca" (Roosevelt, 1943, p. 41).

Gostosa depois de preparada e servida à mesa, mas terrível inimiga do homem e dos animais dentro d'água, atenta à mais insignificante presença de sangue. "Houve em Mato Grosso uma horda de selvagens que por andarem com uma bolsa de couro protegendo-lhes as partes pudendas, receberam dos portugueses o nome de porrudos. Esses sacos de couro eram usados pelos bugres, constantemente, para evitar os inúmeros casos de castração que sofriam nas caçadas em que necessitavam entrar na água" (Cascudo, 1984, p. 621, citando Visconde de Taunay).

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA


ARAÚJO, Nicodemos – *Município de Acaraú* (Notas para sua Hist.), intr., apresentação de F. José Ramos F. Gomes, DIO, Fortaleza, 1957, 368 p.

BUSCHIVELL, G.H.S. – *Peru*, 16º Vol. da CoI. História Mundi, ilustrado trad. Gustavo Anjos Ferreira, c. índice ideográfico, Editorial Verbo, Lisboa, 1972, 216 p. '

CAMPOS, Eduardo – *A Fortaleza Provincial: rural e urbana* (Introdução ao estudo dos Códigos de Posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879), apresentação de F. Alves de Andrade, Edição da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, IOCE, Fortaleza – CE,1988, 167p.

CARDIM, Fernão – *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, 2ª edição, Cia. Editora Nacional, Col. Brasiliana, vol. 168, São Paulo, 1939, 380 p.

CARNEIRO, Souza – *Os Mitos Africanos no Brasil*, ilustrado, Cia. Editora Nacional, Coleção Brasiliana, vol. 103, São Paulo, 1937, 506 p.

CASCUDO, Luís da Câmara – Jangada, uma Pesquisa Etnográfica, Ministério da Educação e Cultura, ilustrado, c. glossário, 1957, 184 p. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, c. notas de prefação, c.foto do autor, Editora Itatiaia Ltda, Belo Horizonte, 5ª edição, 812 p.

CHILDE, Gordon – *A Evolução Cultural do Homem*, tradução de Waltensir Dutra, 5ª Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981, 230 p.

COE, Michael D. – *Os Maias*, 11º Volume da coleção *História Mundi*, com índice ideográfico, ilustrado, tradução de Armando Luiz, Editorial Verbo, Lisboa, 1971, 260 p.

GALVÃO, Hélio – *Novas Cartas da Praia*, Edições Val, Natal, São Paulo, 1968, 135 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque – *Caminhos e Fronteiras*, ilustrado, com índice onomástico e de assunto, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1957, 336 p.

LAMARTINE, Osvaldo – *Sertões do Seridó*, Câmara Federal, Brasília, ilust.,1980, 232 p., LATHRRAP, Donald W. – O Alto Amazonas, ilustrado, com índice ideográfico traduzido por Maria Adelaide Garcia, versão portuguesa dirigida por M. Farinha dos Santos, Editorial Verbo, Lisboa, 1975, 272 p.

LISBOA, Frei Cristóvão de – *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, ilustrado, c. apresentação, Editora Alhambra, Rio de Janeiro, 1985, 214 p.

LUSTOSA, D. Antônio de Almeida – *Notas a Lápis*, c. introdução; Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1952, 410 p.

MOTA, Leonardo – *Adagiário Brasileiro,* c. explicação de Moacir Mota e Orlando Mota, crono. de Leonardo Mota, pref. de Paulo Rónai, esboço de pref. de Leonardo Mota, retrato do autor, Edições Universidade Federal do Ceará – Livraria José Olympio Editora, Fortaleza, Ceará, 1982, 434 p.

OLIVEIRA, Sebastião Almeida – *Expressões do Populário Sertanejo*, c. introdução; impressão da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1940, 220 p.

PIÉRON, Henri – *Psicologia Zoológica*, il., c. índices de nomes e matérias, Editorial Kapelusz, Buenos Aires, 1951, 328 p.

RODRIGUES, Dr. A. Coelho – *Institutas do Imperador Justiniano*, Tipografia Mercantil, Recife, 1879.

ROOSEVELT, Theôdore – *Nas Selvas do Brasil*, ilustrada com fotografias tiradas por Kermit Roosevelt e outros, apresentação de Apolônio Sales. Tradução de Luiz Guimarães Júnior, Edição do Serviço de Informação Agrícola do Minist. da Agricultura, Rio de Janeiro, 1944, 328 p.

SANTOS, Eurico – *Pesca e Piscicultura*; ilustrado, Coleção Zoologia Brasílica, Editora Itatiaia Ltda, Belo Horizonte, 1977, 214 p.

SOUTO MAIOR, Mário – *Alimentação e Folclore*, Prêmio Silvio Romero, Ministério da Cultura, FUNARTE, Instituto Nacional do Livro, com ilustração, com introdução do autor, Rio de Janeiro, 1988, 196 p.

SOUTO MAIOR, Mário – VALENTE, Waldemar – *Antologia Pernambucana de Folclore*, ilustrado, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife, 1988, 347 p.

SPIX (J.B. v. & Martius (K. F. Phil. v.) – *Viagem pelo Brasil* (1810-1820), Vol. 1, prefácio de Mário Guimarães Ferri, tradução de Lúcia Furquim Lalneyer, revisão de B.F. Ramiz Galvão, Basílio Magalhães, ilustrado, Editora Itatiaia Ltda., Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, 1981, 262 p.

THEVET, André – *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*, pref. de Estevão Pinto, ilust., com apenso do Dr. Eustachio Duarte, Cia Edit. Nac., Coleção Brasiliana, vol. 219, São Paulo, 1944, p. 502.

VASCONCELLOS, J. Leite – *Etnografia Portuguesa*, vol. V, organizado por M. Viegas Guerreiro, c. colaboração de Alda da Silva Soromenho e Paulo Caratão Soromenho, pref. de Orlando Ribeiro, ilust., com glossário, Imp. Nac. – Casa da Moeda, Lisboa, 1982, 710 p.

## Outras Fontes

*Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro*, 2ª edição.

*Boletim de Antropologia*, Universidade Federal do Ceará, Ano 2º Vol. 1, Fortaleza, 1958.

*Revista do Instituto do Ceará*, 1887, 1º, 2º, 3º e 4º semestres, Fortaleza, 1887.

*Suma Etnológica Brasileira*, nº 3, Coordenação de Berta G. Ribeiro. Editora Vozes – FINEP, Petrópolis, 1986.

CAPÍTULO V

## A ESTRATÉGIA DO CAÇADOR. O EXERCÍCIO DA PESCA E DA CAÇADA PELO ÍNDIO E O SERTANEJO

**PARA SOBREVIVER** ao longo de sua evolução, principalmente a inícios dessa como desfrutante do meio ambiente, o homem aprendeu a desempenhar-se no exercício da caça e apreensão de animais quer terrestres, encontráveis na superfície do chão, ou em sobrevôos a este; quer dos que vivem em seu habitat, as águas.

Antigamente, à falta de armas apropriadas a caça desenvolvia-se baseada no elemento surpresa, originando-se por então em forma de espera, que, segundo Lacher Nunes, evoluiu depois para "os meios de captura, nos quais o homem tem atitude passiva. Por isso distiguem-se as armas (de choque, arremesso e fogo); as formas de caçar (de espera, de salto ou perseguição); o uso de meios de atração (chamarizes e negaças); o uso de animais auxiliares como cães, aves de rapina (altanaria), leopardos caçadores, cavalos, elefantes etc., etc. (*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 4., p. 335).

Compreensível: o homem também caça com auxílio de animais em todas as partes do mundo, chegando a utilizar o boi domesticado para acompanhá-lo, à feição de disfarce ou esconderijo móvel, ao abate de perdizes e outras peças do campo.

Na caçada de altanaria tradicionalmente recorre a açores, falcões e gaviões. Utiliza-se do cavalo, como ocorre no Brasil (Rio Grande do Sul), ao abater ou apanhar a ema, pondo em ação a boliadeira.

Vai às atividades venatórias servido de cães e furões.

A propósito narra J. Leite de Vasconcellos: "Vem de longe o uso de furões na caça, como se vê em *Lages*, onde se diz: '... *foron* (foro) 2 denários'." E também se fala em furão num privilégio de 1.357, concedido a besteiros de caçarem com cães, bestas e furões, em todos os lugares, exceto nos que forem coutados "pera aver prazer en elles" (Vasconcellos, 1982, p. 311).

No Brasil, os aborígines adotam superstições pertinentes à caça, aproveitadas em favor do exercício venatório. Em ação cinegética, além de se pintarem, atam plantas de efeito mágico no arco do que lidera o grupo de caçadores. E "mastigam a folha de uma planta chamada *Kiegue ett arureu* dos passarinhos as folhas, para que, ao encontrarem a onça, esta se torne menos forte e seja vencida" (Colbacchini – Abisetti, 1942, p. 81).

Os bororós praticam a caça social de modo infalível, e no dia da morte de um índio – recensearam os mesmos autores citados. O ato tem igualmente sentido religioso e "explicado de modo vário pelos índios. Alguns dizem que matam as feras para vingar a morte do índio" (o.c., p. 81).

A atividade cinegética entre os indígenas insere-se também no ritual fúnebre. Morto o índio, dá-se a invocação de sua alma "para saber onde se encontra a caça." É como ocorre igualmente com os Bororós (o.c., p. 156).

A peça obtida em louvor do falecido é entregue a seus familiares e comida em comum. Em ato contínuo "um parente do morto dá o'poari' a um caçador, uma cabaça da qual obtém sons, o'canto de aroe'. Com essa prenda mágica

o'caçador tem o dever de matar uma fera, jaguar, jaguatirica, como reparação ou mori, dado pelo mau espírito bope, aos parentes do morto..." (idem, ibidem).

Localizar a caça exige também do caçador argúcia e aprimoramento da técnica venatória. Daí a aprendizagem de procedimentos especiais por parte dele ou dos que o acompanham como auxiliares.

D. João de Portugal e dos Algarves e Senhor de Ceuta é autor de curiosa obra – *Livro da Montaria* – inserido entre os cinco trabalhos denominados *Obras dos Príncipes de Avis*.

Encarecido aí a maior atenção dos monteiros ao rastro do porco montês, inclusive com este próprio, assim como indicados os procedimentos de medição que concorrem para a compreensão do tamanho do animal perseguido. "Compre ainda muyto ao monteiro" – está escrito – "conhecer de que horas eh, he muy maao em no homem poder dar a conhecer em escritura aquelles que daprender quiserem..." (João de Portugal, 1981, pp. 60-63).

O homem do sertão, pelo Nordeste, maneja também surpreendente capacidade para traduzir os sinais deixados no chão – quer molhado, quer enxuto, ou sobre ervas – dizendo qual a espécie de animal, se bípede, quadrúpede ou réptil – que passou, a que horas, de onde vinha e para onde foi...

Sem dúvida possui o sertanejo grande senso de observação, exercendo-o com acuidade e exatidão. "Pelo comprimento do 'cachorro' (haste que liga a roseta ao pé) da espora de um vaqueiro que lhe aparecesse, sabia se ele era do sertão descampado, cheio de agreste, de limpos, de tabuleiros, de carrascais, de grandes pastagens verdes alcatifando as várzeas, de ribeira inçada de grandes matas e de catingas profundas. Com efeito, num sertão descampado o vaqueiro pode andar com grandes esporas, mas numa ribeira cheia de matas não pode" (Barroso, 1962, pp. 140141).

E então, para identificar com precisão a que animal pertence o rastro observado antes, é mestre. Gustavo Barroso ouviu esta explicação a um homem do campo, que reconheceu ser o animal procurado (sumido) uma besta torta do olho direito, castanha escura e de saia comprida: "... andando a cavalo muito cedo, de madrugada, pelas várzeas, vira rastros de um arumal de fora. Sabia que era uma égua, porque não pisara na urina; que era cega do olho direito, porque a pastagem da vereda só estava comida do lado esquerdo, que tinha rabo comprido, porque deixava fios agarrados às tiriricas rasteiras, e esses fios eram castanho-escuro..." (o.c., p. 141).

O caçador, mais do que o pescador no Nordeste, adota práticas supersticiosas para ser bem sucedido nas caçadas. Por esse entendimento, não permite sua arma (espingarda) apontada para aves tidas e havidas como azarentas, quais urubu e anum. Considera interditados os disparos contra gato, gavião e garça. No curso de sua jornada venatória não deve preocupar-se em contar as peças abatidas, nem marcá-las, como usam algumas pessoas fazer na coronha da arma. Ainda que não dado à prática de mascar fumo, é-lhe aconselhável conduzí-lo em naco ou pele, no bolso, como engodo para aplacar o furor do caapora, assim como de todo conveniente não ir ao mato, à procura de caça, no Dia dos Mortos. Guilherme Studart registrou: "Quando o pássaro fica morto em cima da árvore, após o tiro do caçador, basta virar para baixo a boca da espingarda." E também: "Para pescador do alto-mar ser feliz e apanhar maior quantidade de peixe, deve levar consigo um pedaço de osso de menino pagão, e nunca deixá-lo de enfeitar com fita de santo." (Cascudo, s.d., p. 315, 317).

Oswaldo Lamartine tratando de caçadas e caças, e de animais de interesse da prática venatória, escreveu: "Das oito espécies extintas no Seridó – 13º da fauna cinegética local –

é fácil concluir tratar-se de: a) animais mais perseguidos pela beleza exótica, de menor prolificidade e que tem seu habitat na mais densa mata; b) os de boa carne, capazes de reforçar o carente cardápio sertanejo mormente na época das secas (cotia, jacu, caititu e veado); c) os predadores de outros produtos comerciáveis, embora de carne (ou ovos) inferior – como ema, que teve sua defesa natural reduzida após a divisão das propriedades; d) os mais perseguidos por serem daninhos à criação (onças)."

Por diante o autor de *Sertões do Seridó* anota: "de 21% das espécies arroladas de animais 'extintos em alguns municípios e muito raros' noutros, o gato maracajá 'está desaparecendo', o papagaio, a jandaia, o urubu-rei, o macaco, o tatu-bola, o sagüi e o tamanduá 'estão extintos, em percentagem que abarca de 15 a 50% dos municípios'. Finalmente, a onça vermelha –, embora tratando-se de animal sabidamente andejo' – é ausente em sete municípios e raro nos oito restantes" (Lamartine, 1980, pp. 211 e 212).

A caçada, a exercita o homem de todas as maneiras. Com armas convencionais, de fogo central; com atiradeiras (estilingues), fundas, bodoques, besta, arco e flecha etc. E por outros meios, mais engenhosos. Dessa maneira, por intermédio de armadilhas, quais os fojos para preás, mocós etc. E como se tal não bastasse, o caçador além de desempenhar-se com as formas tradicionais de caçar, utiliza-se de aguardente (cachaça) para a captura de gambá e raposa...

Armas, ardis e abusões. Armadilhas astutamente preparadas, tudo enfim praticado minuciosamente para apreender o animal desejado. Artefatos de madeira, e varas; uns engendrados com alavanca, cordas, pedras e piso falso. "Até rituais indígenas ligados à arte venatória sobreviveram deformados, secularizados, algumas vezes despidos de sua significação primitiva." (Holanda, 1957, p. 69).

Não raro "elementos tirados à religião católica incorporam-se grosseiramente" às crenças herdadas aos aborígines. Desta maneira "a bala de cera benta, que serve para prostrar de morte a caipora, se atinge bem no umbigo; o laço de rosário, que é o único meio de aprisionar o saci..." (o.c., p. 70).

As armadilhas: arapuca armada na proximidade dos roçados ou na orla do mato; perto d'água para apanhar a sericóia; o chiqueiro, disfarçada armação com engodo largado em seu interior; o fojo – que já referimos – lançado em cima de cavidade no chão, ao qual desce o animal, capturado, depois de deslocar a prancha falsa na tentativa de ultrapassagem; o mondéu etc., etc, e mais redes, ratoeiras, tudo como está em extenso inventário a respeito, recenseado por C. Ribeiro de Lessa (Lessa, 1944).

Apreende-se; mata-se a caça de todas as formas; de facho, a pauladas, por afogamento, principalmente avoantes na ocasião em que "descem" à bebida. As vezes custa crer a quantidade de peças obtidas por esse processo de caçada à avoante (*Zenaida auriculata noronha*, Chubb), que exige definida estratégia.

Há tempo de espera para abater a avoante no "pombal" , lugar em que demoram por dias e até mês. Caça noturna, exercitada por "facho", modalidade também chamada "facheio." Um dia o homem do campo, o sertanejo, identificou no ar, em vôo de grupo, a presença das "pombas de bando." Noutros pontos, mais pessoas também as viram, o que bastou para se entenderem uns com os outros e descobrir onde "desceu" o "pombal" para dormir. Por esses momentos, alvoroçam-se jovens e idosos, e se preparam para o dia (noite, melhor dizer) de atacá-lo a "facheio".

Marcada a noite da caçada, os homens se reúnem para empreendê-la; à mão balaios, bacias e sacos de aniagem em que deverão acomodar as peças recolhidas, e também o ca-

cete, grosso pedaço de pau de pelo menos um metro e sessenta centímetros de comprido, dimensionado para atingir, em repetidos golpes, as aves empoleiradas na dormida.

À frente do bando (ou bandos) caminha o guia com uma lamparina grande, apagada, apetrecho indispensável a essa inusitada excursão cinegética. Outros igualmente armados, portam idêntico artefato iluminante. Talvez dez, vinte ou mais, que clareiam, os pavios ostensivamente acesos nas proximidades da área do "pombal". Daí por diante, cumpre-se a caçada, com o contingente humano avançando sob a luz das lamparinas, e, de modo implacável, acionando os bastões. Efetiva-se o morticínio, ato selvagem que culmina com o destroçamento total do "pombal".

De não se acreditar tenham resistido até ali as avoantes. Gustavo Barroso é de opinião que durante a postura – escreve – as aves ficam sem o sentimento do medo. Por isso parece, em movimento intenso acodem ao pombal "cães, gatos bravios, raposas, guaxinins, cassacos, gaviões, punarés, cobras; todos os esfaimados, todos os salteadores e todos os gastrônomos. Começa a destruição: pombas estraçalhadas, devoradas, sangradas; ovos, chupados, engolidos, espatifados! E elas nem procuram fugir entregando-se aos carrascos, alheadas do perigo" (Barroso,1962, p. 86).

Tradicionalmente o caçador sertanejo é mais sensível a caçada de espera, na qual aplica mil truques para o colocar frente à frente com o animal perseguido. Caça veado ou onça, demorando em jirau armado na copa das árvores, onde aguarda, à noite, que um deles se aproxime da ceva adrede preparada embaixo...

O cão sertanejo, nem sempre acompanha o caçador, e se o faz, representa o êxito da captura ou abate da peça desejada. Conquanto de bastante serventia, é aliado pelo qual o interiorano não se sente agradecido.

Por oportuno o relato que Gustavo Barroso ouviu a matuto e renarrou em *Terra de Sol*, a respeito: "Graças a Deus" – desabafa o homem – "há dias em que eu passo bem! A minha cachorrinha vai à mata, pega um preá e vem comê-lo no terreiro. Eu tomo o bichinho, cozinho, e o como."

"– E a cachorrinha?"

"– A cachorrinha rói os ossos ou vai atrás de outra coisa. . ." (o.c., p. 69).

De causar inveja a quantidade de caça apetecente que Spix e Martius contemplaram em sua. viagem pelo Brasil, no século passado. "Assustados pelos viajantes" – escreveram – "voam inúmeras famílias de pombas-rolas semelhantes a pardais, de moita em moita, e as pombas maiores (amargosa e trocaz), ciscando no chão, apressam-se inquietas e a voar aos mais altos topos do mato vizinho, onde ostentam, ao brilho do sol, o esplendor metálico de sua plumagem; numerosos bandos de macacos gritam e assobiam, correndo de volta para o cercado mato; os mocós, que andam pelos cumes das rochas, se escondem rápidos entre as pedras desagregadas; as avestruzes americanas (emas), que pastam unidas em famílias, galopam ao menor ruído, como cavalhada por cima de arbustos, montes e vales, acompanhadas pelos filhotes; as seriemas, caçadoras de serpentes, ora se somem no meio do outeiro, de onde fazem ressoar o seu carcarejo enganador, que ecoa longe, semelhante ao do galo silvestre; o sobressaltado tatu-canastra (peba-bola) foge medroso correndo em torno, à procura de um esconderijo, ou, achando-se em maior perigo, encolhe-se na sua armadura; os estranhos tamanduá-bandeira e mirim galopam lentamente pelo campo e, quando seguidos de perto, deitam-se nas costas, ameaçando o perseguidor com as suas garras pontudas. Longe de todo o ruído, pastam na orla do mato o elegante veado, a anta escura, ou algum confiante porco-do-mato (caititu) etc." (Spix-Martius, 1981, p. 199).

Nos anos quarenta, Francisco de Barros Júnior percorrendo as margens do São Francisco pôde encontrar a cena a que denominou "fantástica": colhereiros e guarás dando-lhe a visão de "incomensurável toalha de renda flutuando nas alturas, ora branca, ora rubra! " (Barros Júnior, 3ª série, s.d., p. 199).

Mais referências a marrecas, patos e tuiuius, um destes abatido em magnífico tiro com bala *holow-point*, e sobre o qual informa: "Um homem desarmado, ou mesmo armado de faca, levaria desvantagem na luta com essa ave de bico enorme, afiado e dotado de grande força de percussão. Tanto ela como as garças atacam qualquer inimigo, visando sempre os olhos" (o.c., p. 123).

A caça não pode ser perseguida, capturada ou morta em determinadas áreas. "Juridicamente, a caça é um ato de ocupação de um coisa que não pertence a ninguém (*res nullius*)", expõe F.A. Pires de Lima, apensando: "Por isso não podem ser objeto de caça os animais domésticos nem os selvagens que tenham sido anteriormente capturados e reduzidos à propriedade privada. Com mais ênfase, atualmente há legislação pertinente – a brasileira, por exemplo – regulamentando os períodos de exercício venatório, lugares defesos etc." (*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, s. d., 4 v., p. 352).

Em Pacatuba (CE), pelos inícios do século, dois habitantes do lugar duelaram-se na serra da Aratanha, não concordando um e outro contendores com a invasão do que lhes parecia área particular de sua ação venatória.

Moveu possivelmente os dois rancorosos caçadores, ao confronto, um antigo e secular questionamento de direito amparado na de *venatione et piscatione* das "Instituições do Direito Civil Lusitano", onde se indaga a certa altura: "Se a ave (caça) ferida é daquele que primeiro a toma às mãos". Resposta: "assenta-se, por costume universal, que é do Caçador, tudo conforme o pensamento jurídico de Leiser Jus.,

Georg., L.3., C 13, 1 n 16; Müller e Struvio; Exerc., 41, p. 95, Co. 2, sob a análise jurídica de Manoel d'Almeida e Souza, de Lobão, em livro escrito em 1835.

Nas *Institutas*, codificação que encerra a elementaridade do Direito Romano, obra mandada organizar pelo Imperador Justiniano, no Liv. II, T. 1 ("Da divisão das coisas e das qualidades delas"), parágrafo 13, vê-se referido: "Entrou em dúvida se entende-se logo tua uma caça que feriste de modo a poder ser apanhada. Entendiam uns que era desde logo tua; outros, pelo contrário, que somente parecia tua enquanto a perseguisses, pois se deixasse de persegui-la, ela deixaria de ser tua para torrar-se do ocupante", vocábulo, dizemos nós, que significa proprietário, dono do imóvel. "Outros julgam que não era tua antes que tivesses apanhado. Nós porém confirmamos a última opinião, porque muitas coisas podem suceder que te não deixem apanhá-la" (Rodrigues, 1879, p. 68).

O art. 14 acrescentava explicitando sobre a atividade do caçador, ao afirmar: "Certamente quem anda caçando ou passarinhando em terreno alheio, pode ser proibido de andar nele pelo dono, se este o vir. Qualquer coisa, porém, que apanhar aí, entende-se ser tua, enquanto a conservas sob tua guarda. Mas se escapar desta e recuperar a liberdade natural, deixa de ser tua e torna-se de novo *ocupante* (grifamos)." (idem. ibidem).

Interessantíssimo, debaixo de igual raciocino, o parágrafo 14 do título I, ao mencionar: "A natureza das abelhas é bravia também. Assim as que sentarem-se em uma árvore tua, antes de serem recolhidas a um cortiço teu, não são mais tuas do que as aves que fizeram ninho na tua árvore. E pois, se alguém recolhê-las, será seu dono. Adiante: "Do mesmo modo, se fizeram favos, qualquer pode tirá-los. Mas se antes de tirá-los, vires alguém andando em teu terreno, tens o direito de

proibir-lhes que ande. O enxame que voar de teu cortiço somente supõe-se teu, enquanto estiver à tua vista e não for difícil perseguí-lo. Aliás, torna-se do ocupante." (ibidem, pp. 68-69).

Todas essas disposições de Direito, com nítida vocação agrária, intuitivamente animaram aqueles dois caçadores pacatubanos a funesto desentendimento em duelo, em plena aba da frondosa serra de seu município. É que o veado perseguido por um dos contendores, já baleado ou morto, indo cair no terreno do ocupante, indicou pertencer a este e não ao autor do disparo fatal.

O sentimento do direito à caça, e não a exasperação de rancores, há-de ter funcionado forte nos dois caçadores mais do que qualquer outra emoção.

A abelha, vem a caso dizer para terminar, está inserida na moldura do quodidiano, pelos sertões. Vale adiantar que, com maior ênfase, pelos anos mais recuados, quando em muitos lugares o apetecente mel era o sucedâneo do açúcar, houve-se por componente ideal para preparo de meizinhas, de particular recomendadas para as infecções de garganta e trato respiratório.

Para tanto, afamado o mel da abelha chamada jandaíra, que, se lhe ajuntado o limão como ainda sucede por hoje, tem garantido o seu uso no combate a resfriados.

São de muitas diversidades as abelhas. Em folha da Auxiliadora Nacional, de 1845, um curioso piauiense, Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco, inventariou 25 espécies do Piauí, número elevado para 32 por José Martins Pereira d'Alencastre (*Revista do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. XX, 1 Tri., 1857, senão vejamos:

> "Tiuba-grande, tiuba-pequena, urussu-amarelo, urussu-preto ou urussu-boi, preguiçosa, urussuy

> ou pé de pau, mijuy ou bijuy, tuby ou tubiba, borá, moça-branca, manoel-d'abreu, limão, tatayra-preta, tatayra-amarela, mosquito-grande, mosquito-pequeno, cupira ou abelha do cupim, sanharó, boca de barro, feiticeira, vamos-nos-embora, mangangá ou chupé-grande, chupé-pequeno, arapuá, mombuca, abelha de sapo, juthay ou jitahy, mulher-pobre, trombeta, mandassaia, enxu, enxuhy, cabussu."

A respeito da abelha feiticeira, também denominada vamos-nos-embora, esclarece Alencastre: "Acredita o povo ignorante que aquele que depois de comer o mel desta abelha, diz para o companheiro – vamos-nos-embora – infalivelinente morre em poucas horas" (idem, ibidem).

Têm trânsito ainda hoje, principalmente no interior de São Paulo, uns versos que animam os tiradores de "mel-de-pau":

*Caragatá na ponta,*
*Cupim no pé;*
*Este pau tem mé.*
*Chega, chega, rapazeada.*

(Cascudo, 184, p. 489)

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA


BARROSO, Gustavo – *Terra de Sol*, introdução de Braga Montenegro, Imprensa Universitária do Ceará (UFC~, Fortaleza, 1962, 224p.

BARROS JÚNIOR, Francisco de – *Caçando e Pescando por todo o Brasil (Planalto Mineiro, o São Francisco e Bahia),* Edições Melhoramentos, c. apresentação, São Paulo, 3ª série, s.d., 336p.

COLBACCHINI, P. Antônio – ABISETTI, P. Cesar – *Os Boróros Orientais Orarinogodógue do Planalto Oriental de Mato Grosso*, Coleção Brasiliana, vol. 4, série 5, pref. de D. Francisco de Aquino Corrêa; ilustrado, c. vocabulário da lingua boróro e índice alfabético, Cia. Editora Nacional, 454p.

HOLANDA, Sérgio – *Caminhos e Fronteiras*, ilustrado, c. índice onomástico e de assunto, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1944, 336p.

LAMARTINE, Osvaldo – *Sertões do Seridó*, ilustrado, Câmara Federal, Brasília, 1980, 232p.

LESSA, C. Ribeiro de – *Vocabulário da Caça*, Col. Brasiliana, v. 239, com, bibliografia cinegética brasileira e antologia cinegética, Cia. Editora Nacional, São Paulo,1944, 330p.

PORTUGAL, D. João de – *Livro da Montaria* in: *Obras dos Príncipes de Avis,* c. introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, ilustrado, Lello & Irmão Editores, Porto, 1981, 900p.

RODRIGUES, Dr. A. Coelho – Institutas do Imperador Justiniano, Tipografia Mercantil, Recife, 1879.

VASCONCELLOS, J. Leite – *Etnografia Portuguesa*, organizada por M. Viegas Guerreim, c. colaboração de Alda da

Silva Soromenho e Paulo Caratão Saromenho, pref. de Orlando Ribeiro, ilustrado, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1982, 710p.

## Outras Fontes

*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol.4, Editorial Verbo, Lisboa, s.d.

*Revista do Instituto Geográfico Brasileiro*, T. XX-1857, c. gráficos, Tip. Universal de Laemmert, Rio de Janeiro, 1857, 184p.